

**Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso**

**Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Martus Antônio Rodrigues Tavares**

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

**Presidente
Sérgio Besserman Vianna**

**Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt**

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

**Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer**

**Diretoria de Geociências
Guido Gelli**

**Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha**

**Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai**

**Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Brasil em números

Brazil in figures

ISSN 0103-9288
Brasil núm., Rio de Janeiro, v.8, p. 1-367, 2000

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-9288

©IBGE. 2001

Capa/Cover - Marcelo Thadeu Rodrigues, Divisão de Criação-DIVIC/CDDI.

Arthur Luiz Piza, Noite Estrelada, 1989; Goiva
a cores s/ papel / Colored gouge on paper; 65 x 50 cm.
Acervo do Museu de Arte Contemporânea da USP/
*Collection of the Museum of Contemporary Art of the
University of São Paulo.*

Projeto gráfico editorial/Printing Project - Luiz Carlos Chagas Teixeira,
Divisão de Editoração-DIEDI/DEDIT/CDDI.

Impressão/Printing - Centro de Documentação e Disseminação de Informações -
CDDI, em janeiro de 2001.

Brasil em números / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de
Informações. __v.1 (1992-).__Rio de Janeiro. IBGE, 1992-
Anual.

Publicados anteriormente, séries estatísticas retrospectivas, sob os títulos:
"O Brasil em números" = ISSN 0524-2010, v.1 e v.2 (1960, 1966), continuado
por "Brasil: séries estatísticas retrospectivas"= ISSN 0068-0842, v.1 e v.2,
(1970, 1977).

ISSN 0103-9288

1. Brasil - Estatística. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação
de Informações.

IBGE. CDDI. Div. de Biblioteca e Acervos Especiais
R.I - IBGE / 92-15

CDU 31(81)(05)
PERIÓDICO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Agradecimentos

O IBGE agradece aos colaboradores abaixo relacionados que com suas análises e comentários enriqueceram o conteúdo desta obra.

Ana Célia de Castro
André Arruda Villela
Carlos Américo Pacheco
Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira
Cesar Victora
Eloi Fernández y Fernández
Emílio Humberto Carazzai Sobrinho
Eustáquio José Reis
Fabiano Santos
Flávio Castelo Branco
Hildete Pereira de Melo
Jorge Chami Batista
Maria Cecília Prates Rodrigues
Mario Wohlers de Almeida
Paulo Teixeira Brandão
Pedro Pinchas Geiger
Ricardo Braule Pinto
Rogério Stuart
Ronaldo Balassiano
Sulamis Dain
Tito Ryff
Vanilda Paiva

Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

O MAC reinaugurou sua sede na Cidade Universitária da USP em dezembro de 2000. Com a reforma, realizada graças ao apoio da FAPESP, o Museu incorporou equipamentos de última geração em climatização do ar, combate ao fogo e ao vandalismo e no sistema de iluminação, projetado e produzido especialmente. Ao mesmo tempo, seu interior foi remodelado de modo a acomodar agora oito diferenciadas galerias, das quais uma abriga o Gabinete de Papel (apoio da Fundação Vitae), sala especial capaz de abrigar cerca de 400 obras em papel armazenadas em trainés verticais e gavetas horizontais num espaço de 64 m² (no sistema tradicional, cerca de 2000 m² seriam necessários para expor a mesma quantidade de obras). Sendo basicamente uma unidade de documentação e pesquisa, aberta a estudiosos com vocação natural para o ensino, o Gabinete de Papel oferece-se também à contemplação estética mais descompromissada e mostrará exposições de longa duração (seis meses ou mais).

O MAC, que já era o maior e mais importante museu de arte moderna e contemporânea do país e da América do Sul, e um dos três mais importantes da América Latina, apresenta-se agora como um dos mais agradáveis para a visitação e mais convenientes para a exposição de obras de arte. Em março de 2001 o Museu estará abrindo a exposição permanente de seu acervo de 8000 peças, permitindo o acesso a obras-primas da arte brasileira e mundial feitas ao longo do século XX, e já, deste século XXI que se inicia.

Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
Rua da Reitoria, 160 – Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP: 05508-900
Tel.: (11) 3818.3161, Fax: (11) 3818.3019



Museu de Arte Contemporânea da
Universidade de São Paulo

Obras cedidas pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de
São Paulo reproduzidas neste volume
Works reproduced with the permission of the Museum of Contemporary Art of the
University of São Paulo

Capa/Cover:	Contas Nacionais/National Accounts
Noite Estrelada, 1989	Sem Título, 1974
Arthur Luiz Piza	Ivaldi Granato
Goiva a cores s/ papel / Colored gouge on paper - 65 x 50 cm	Gouache e lápis de cor s/ papel / Gouache and colored pencil on paper - 34,9 x 49,7 cm
Uma breve história do Brasil/A brief history of Brazil	Agropecuária/Agriculture
Igreja de São Vicente, 1940	A Boba, 1915/1916
Mário Zanini	Anita Malfati
Óleo sobre tela / Oil on canvas - 33,3 x 45,8 cm	Óleo sobre tela / Oil on canvas - 61 x 50,6 cm
Território/Territory	Indústria/Industry
Um Azul Profundo, Ilimitado..., 1965	Sem Título, 1952
Anna Bella Geiger	Rubem Valentim
Áqua-tinta e relevo a cores s/ papel / Waterpaint and colored relief on paper - 59,8 x 49,4 cm	Gouache s/ papel / Gouache on paper - 36 x 27,1 cm
População/Population	Energia/Energy
Os Habitantes III, 1964	Rio, 1953
Rubens Gerchman	Lívio Abramo
Guache s/ papel / Gouache on paper - 55 x 75,2 cm	Xilografia s/ papel / Xylograph on paper - 26,4 x 20 cm
Habitação/Housing	Comércio/Trade
Estudo para Estamperia Nº 17, 1920	Tudo!, 1965
Antônio Gomide	Antônio Dias
Aquarela s/ papel / Watercolor on paper - 18,4 x 12,8 cm	Nanquim e gansai s/ papel/ India ink and gansai on paper - 34,7 x 49,9 cm
Saúde/Health	Transportes/Transportation
Nu, sd	Barco com Bandeirinhas e Pássaros, 1955
Ismael Nery	Alfredo Volpi
Aquarela s/ papel / Watercolor on paper - 25,8 x 18,2 cm	Têmpera s/ tela / Tempera on canvas - 54,2 x 73 cm
Previdência Social/Social Security	Turismo/Tourism
Cangaceiros, 1951	Santa Amaro III, 1986
Aldemir Martins	Evandro Carlos Jardim
Crayon s/ papel / Crayon on paper - 32,2 x 50,3 cm	Nanquim e Aquarela s/ papel / India ink and watercolor on paper - 48,1 x 68,3 cm
Educação / Education	Comunicações/Communications
Desenho 71-2, 1972	A Queda dos Obeliscos, 1988
Mira Schendel	Alex Flemming
Nanquim, letra adesiva e papel artesanal s/papel / Collage and India ink on paper - 49,3 x 25,4 cm	Acrylic s/ tela / Acrylic on canvas - 270,5 x 210 cm
Trabalho/Labor	Finanças/Finances
Mineradores, 1941	Concretion 5732, 1957
Cândido Portinari	Luiz Sacilotto
Óleo s/ aglomerado de madeira / Oil on board - 42,5 x 42,5 cm	Óleo sobre alumínio / Oil on aluminum - 40,9 x 81,7 cm
Participação Política/Political Participation	Comércio Exterior/Foreign Trade
7113, 1971	A Negra, 1923
Fayga Ostrower	Tarsila do Amaral
Xilografia a cores s/ papel / Colored xylograph on paper - 61,9 x 80,4 cm	Óleo sobre tela / Oil on canvas - 100 x 81,3 cm
Preços/Prices	Ciência e Tecnologia/Science and Technology
Metaesquema II, 1958	Formas, 1951
Helio Oiticica	Ivan Serpa
Guache s/ cartão / Gouache on cardboard - 55 x 63,9 cm	Óleo sobre tela / Oil on canvas - 97 x 130,2 cm
	Governo/Government
	Composição I, 1959
	Yolanda Mohalyi
	Guache e nanquim s/ cartão / Gouache and India ink on cardboard - 76,7 x 110,2 cm

Acknowledgments

IBGE would like to thank the following collaborators for their analyses and comments that enriched this publication.

Ana Célia de Castro
André Arruda Villela
Carlos Américo Pacheco
Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira
Cesar Victorá
Eloi Fernández y Fernández
Emílio Humberto Carazzai Sobrinho
Eustáquio José Reis
Fabiano Santos
Flávio Castelo Branco
Hildete Pereira de Melo
Jorge Chami Batista
Maria Cecília Prates Rodrigues
Mario Wohlers de Almeida
Paulo Teixeira Brandão
Pedro Pinchas Geiger
Ricardo Braule Pinto
Rogério Stuart
Ronaldo Balassiano
Sulamis Dain
Tito Ryff
Vanilda Paiva

Museum of Contemporary Art of the University of São Paulo

The MAC reinaugurated its facilities in the Campus of the University of São Paulo in December 2000. After a renovation, accomplished thanks to the support of FAPESP, the Museum incorporated state-of-the-art equipment to deal with temperature and humidity control, protection against fires and vandalism, and the illumination system, especially projected and produced. At the same time, its interior was remodeled to accommodate eight different galleries, now, of which one houses the Paper Chamber (with support from Vitae Foundation), a special room prepared to keep roughly 400 works on paper, stored in vertical panels and horizontal drawers, in a 64 m² area (in the traditional system, about 2,000m² would be required to display the same number of pieces). Being basically a documentation and research unit, open to scholars with a natural vocation for teaching, the Paper Chamber offers itself also to a more relaxed aesthetic contemplation and will have long-term exhibitions (during six months and over).

The MAC, which already was the largest and most important modern and contemporary art museum in the country and in South America, and one of the three most important in Latin America, now offers itself as one of the most pleasing to visit and convenient to the exhibition of works of art. In March 2001 the Museum will be opening the permanent display of its collection with 8,000 pieces, allowing access to Brazilian and foreign masterpieces made in the course of the twentieth century and also of this twentieth-first century that begins.

Museum of Contemporary Art of the University of São Paulo
Address: Rua da Reitoria, 160 – Cidade Universitária –
São Paulo – SP
CEP: 05508-900
Tel: (55 11) 3818.3161, Fax: (55 11) 3818.3019

Apresentação

O IBGE, mais uma vez, coloca à disposição da sociedade uma nova edição do Brasil em números com informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões territorial, demográfica, social, econômica e política.

O Brasil em números é uma publicação bilíngüe que apresenta diversos temas, nos quais um especialista convidado chama a atenção para os aspectos mais significativos dos gráficos e tabelas divulgados.

As informações aqui obtidas podem ser complementadas ou obtidas com mais detalhes no Anuário Estatístico do Brasil, bem como na página do IBGE na Internet (<http://www.ibge.gov.br>).

Rio de Janeiro, janeiro de 2001

Sérgio Besserman Vianna
Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Presentation

Once more IBGE offers society a new edition of Brazil in figures, with information on the Brazilian reality in its territorial, demographic, social, economic and political dimensions.

Brazil in figures is a bilingual publication that introduces diverse themes, where invited specialists call attention to the most significant features of the graphs and tables presented.

The information presented here may be complemented or obtained in more detail in Anuário Estatístico do Brasil, as well as at IBGE site on the Internet (<http://www.ibge.gov.br>).

Rio de Janeiro, January, 2001

Sérgio Besserman Vianna

President, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Sumário

Uma Breve História do Brasil	35
Território	49
População	63
Habitação	81
Saúde	95
Previdência Social	111
Educação	123
Trabalho	137
Participação Política	153
Preços	165
Contas Nacionais	177
Agropecuária	195
Indústria	213
Energia	225
Comércio	241
Transportes	253
Turismo	271
Comunicações	287
Finanças	297
Comércio Exterior	313
Ciência e Tecnologia	331
Governo	347
Bibliografia	363

Território

1.1 - Pontos extremos do País - 1999	53
1.2 - Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1999	53
1.3 - Área total do País - 1999	54
1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997	56
1.5 - Pontos mais altos do País - 1999	57
1.6 - Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1999	58
1.7 - Unidades de conservação federais, por Grandes Regiões - 1999	59
1.8 - Terras indígenas, por situação de demarcação - 1999	60

População

2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 2000	71
2.2 - Indicadores demográficos - 1991/2000	73
2.3 - Projeções preliminares de população e taxas - 1998-2020	75
2.4 - Indicadores demográficos, por países selecionados - 1999	77

Habitação

3.1 - Domicílios particulares permanentes e média de moradores por domicílio, com indicação da situação do domicílio - 1999	88
3.2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de alguns bens duráveis - 1992/1999	92

Saúde

4.1 - Principais causas de óbitos, por sexo - 1997	102
4.2 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1998	104
4.3 - População residente, que auto-avaliou seu estado de saúde como muito bom e bom - 1998	107
4.4 - População residente, por cobertura de plano de saúde - 1998	108

Previdência Social

5.1 - Receitas e despesas da Previdência Social no País - 1994-1998	115
5.2 - Distribuição dos benefícios em manutenção, urbanos e rurais - 1980/1999	117
5.3 - Distribuição das aposentadorias em manutenção, por tipo - 1991-1999	118

Educação

6.1 - Estabelecimentos de ensino, docentes e matrículas, por níveis de ensino - 1998	127
--	-----

6.2 - Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - 1998	128
6.3. Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por quintos de renda domiciliar per capita - 1998	129
6.4 - Crianças de 4 a 6 anos de idade, total, freqüentando escola e taxa de freqüência escolar - 1998	130
6.5 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos, por situação do domicílio - 1998	131
6.6 - Percentual de defasagem idade/série dos estudantes de 7 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - 1998	132
6.7 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1998	132

Trabalho

7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1999 ..	143
7.2 - Taxas de desemprego, por países selecionados - 1996-1998	149

Participação Política

8.1 - Zonas, seções e eleitores existentes por municípios - 1998	157
8.2 - Resultados da apuração para presidente - 1998	160
8.3 - Candidatos eleitos, por partido político - 1998	161

Preços

9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA - 1999	169
9.2 - Variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 1990-1999	172
9.3 - Custo médio do metro quadrado na construção civil - Dez. 1999 ..	173

Contas Nacionais

10.1 - Principais agregados macroeconômicos - 1997-1999	185
10.2 - Participação percentual no valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1997-1999	186
10.3 - Composição do produto interno bruto - PIB -, sob a ótica da despesa - 1997-1999	187
10.4 - Principais relações macroeconômicas - 1997-1999	187
10.5 - Produto interno bruto - PIB -, do Brasil total e per capita - 1994/1997	188
10.6 - Participação no produto interno bruto - PIB -, do Brasil - 1985/1997	189
10.7 - Evolução do volume do valor adicionado a preços básicos, acumulado, por período - 1985-1997	190

Agropecuária

11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1997	204
--	-----

11.2 - Principais produtos das lavouras temporárias - 1997	205
11.3 - Preços médios reais das lavouras - 1993-1999	206
11.4 - Número de estabelecimentos e capacidade útil das unidades armazenadoras - 1º semestre de 1999	206
11.5 - Efectivo dos rebanhos e das aves - 1997	207
11.6 - Variação percentual do número de cabeças abatidas e do peso as carcaças - período 1998-1999	207
11.7 - Variação percentual da produção de leite e ovos de galinha - período 1998-1999	208
11.8 - Preços médios reais dos produtos animais e derivados - 1993-1999	208
11.9 - Produção das principais espécies florestais - 1995-1997	209
Indústria	
12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1999	217
12.2 - Taxa de crescimento industrial - 1991-1999	219
12.3 - Produção industrial - 1997-1998	220
Energia	
13.1 - Dados gerais de energia - 1998-1999	235
13.2 - Consumo total de energia - 1998-1999	236
13.3 - Produção e consumo total e per capita de petróleo, por países selecionados - 1996	237
Comércio	
14.1 - Dados gerais do comércio - 1997	248
Transportes	
15.1 - Número de empresas, pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações, por grupo da classificação de atividades - 1998 ..	260
15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1997	262
15.3 - Dados gerais do transporte ferroviário - 1998	264
15.4 - Tráfego aéreo doméstico e internacional - 1998	266
15.5 - Transporte dutoviário de carga - 1994-1998	267
Turismo	
16.1 - Entrada de turistas no Brasil - 1997-1999	278
16.2 - Entrada de turistas no Brasil, por Unidades da Federação de acesso - 1997-1999	280
16.3 - Agências de viagens e turismo - 1999	282
Comunicações	
17.1 - Organização dos Correios e Telégrafos - 1997-1999	291
17.2 - Tráfego postal - 1997-1999	291
17.3 - Terminais telefônicos em serviço - 1999	292

Finanças

18.1 - Evolução das taxas de juros e do spread bancário - Out.1999/Dez. 1999	301
18.2 - Execução financeira do Tesouro Nacional - 1997-1999	302
18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - 1999	303
18.4 - Saldos dos meios de pagamento - 1999	305

Comércio Exterior

19.1 - Balanço de pagamentos - 1997-1999	320
19.2 - Exportação - 1997-1999	321
19.3 - Importação - 1997-1999	323
19.4 - Dívida externa total e líquida- 1995-1998	325
19.5 - Taxa de câmbio - 1999	326

Ciência e Tecnologia

20.1 - Recursos do governo federal aplicados em ciência e tecnologia, por ministérios - 1990-1999	339
20.2 - Recursos do governo federal aplicados em ciência e tecnologia, por unidades orçamentárias - 1990-1999	340
20.3 - Recursos do governo federal aplicados em ciência e tecnologia, por modalidade de atividade - 1990-1999	341
20.4 - Bolsas de estudo concedidas no País e no exterior - 1993-1999	341
20.5 - Remessas ao exterior, por transferência de tecnologia - 1990-1999	342

Governo

21.1 - Gasto total e social do governo da União - 1995-1998	355
21.2 - Gasto social-federal, por áreas de atuação - 1996-1998	357
21.3 - Gasto social-federal, por categoria de demanda - 1995-1998	359
21.4 - Despesas com o pessoal da União - 1988-1999	361
21.5 - Servidores civis do poder executivo - 1999	361

Gráficos

População

2.1 - População residente total, por sexo e grupos de idade - 1980/1996	70
2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020	70
2.3 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000	76
2.4 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000	76
2.5 - Taxa de fecundidade total - 1940/2000	77

Habitação

3.1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - 1999	90
3.2 - Proporção dos domicílios particulares permanentes, com rede geral de abastecimento de água - 1992/1999	90
3.3 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por forma de esgotamento sanitário - 1999	91
3.4 - Proporção dos domicílios particulares permanentes, com coleta de lixo - 1992/1999	91
3.5 - Proporção dos domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica - 1992/1999	92

Saúde

4.1 - Casos notificados de algumas doenças transmissíveis - 1997-1998 ...	103
4.2 - Casos notificados de Aids - 1990-1998	103
4.3 - Estabelecimentos e leitos hospitalares, segundo o Sistema Único de Saúde - SUS - 1998	106
4.4 - Distribuição percentual da população residente, segundo a auto-avaliação do estado de saúde - 1998	106

Previdência Social

5.1 - Receita de contribuições e despesa com benefícios - 1994-1998	115
5.2 - Gastos com benefícios previdenciários como percentual do produto interno bruto - PIB - 1990-1998	116
5.3 - Evolução dos benefícios de prestação continuada em manutenção, por tipo - 1990-1999	116
5.4 - Distribuição percentual dos benefícios previdenciários em manutenção, por natureza do benefício - 1980/1999	118
5.5 - Distribuição percentual do estoque e gasto com aposentadorias previdenciárias em manutenção, por tipo - 1999	119

Educação

6.1 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 1900/2020	127
6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1998	129
6.3 - Gastos totais com educação como percentual do produto nacional bruto, por países selecionados - 1997	133

Trabalho

7.1 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por horas semanais trabalhadas no trabalho principal - 1999	146
7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento de trabalho - 1999	146

7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1999	147
7.4 - Taxa de desemprego aberto das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1999	147
7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1999	148
7.6 - Variação anual do rendimento médio real de categorias selecionadas - 1991-1999	148

Participação Política

8.1 - Quantidade de eleitores, por grau de instrução e sexo - 1998	158
8.2 - Votação, por partidos políticos, para presidente - 1998	158
8.3 - Governadores eleitos, por partido político - 1998	159
8.4 - Senadores eleitos, por partido político - 1998	159

Preços

9.1 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 1999	171
9.2 - Média e mediana das variações mensais do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 1998-1999	171
9.3 - Variação mensal de custos para a construção civil - 1999	172
9.4 - Índices de Preços ao Consumidor - IPC, por países selecionados - 1998	173

Contas Nacionais

10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - e do valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1997-1999	185
10.2 - Composição do produto interno bruto - PIB -, pela ótica da renda - 1997-1999	186
10.3. - Taxa real de crescimento do produto interno bruto - PIB -1999 ...	191

Agropecuária

11.1 - Evolução da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1991-2000	202
11.2 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos principais estados produtores - Safra 1999	202
11.3 - Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-1999	198
11.4- Variação percentual da área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-1999	203
11.5 - Consumo de fertilizantes, por países selecionados - 1997	210

Indústria

12.1 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por categoria de uso - 1996-1999	218
---	-----

12.2 - Indicadores da indústria - 1989-1999	219
12.3 - Produção de veículos, por países selecionados - 1997-1998 ...	221
12.4 - Produção de aço, por países selecionados - 1999	221
Energia	
13.1 - Produção de energia primária - 1991-1999	232
13.2 - Evolução da oferta interna de energia - 1991-1999	232
13.3 - Evolução do consumo final de energia, por fonte - 1991-1999 ...	233
13.4 - Evolução do consumo final de energia, por setor - 1992-1999 ...	233
13.5 - Dependência externa de energia - 1991-1999	234
13.6 - Evolução do consumo final de energia em relação ao produto interno bruto - PIB - do setor - 1991-1999	234
Comércio	
14.1 - Participação dos segmentos na receita total do comércio atacadista - 1997	249
14.2 - Participação dos segmentos do varejo, na receita de revenda - 1997	249
14.3 - Receita total, por faixas de pessoal ocupado - 1997	250
Transportes	
15.1 - Frota nacional de veículos - 1990-1998	263
15.2 - Evolução do tráfego aéreo brasileiro - 1992-1998	265
15.3 - Evolução do movimento de embarcações, por tipo de navegação - 1996-1998	265
15.4 - Habitantes por autoveículo em alguns países - 1986/1997	267
Turismo	
16.1 - Evolução da entrada de turistas no Brasil - 1989-1999	280
16.2 - Despesa cambial com turismo - 1995-1999	281
16.3 - Desembarque de passageiros de vôos domésticos - 1994-1999 ...	281
16.4 - Cidades mais visitadas do Brasil, por turistas estrangeiros - 1999 ...	282
16.5 - Receita da balança de pagamentos da conta turismo - 1989-1999 .	283
16.6 - Entrada de turistas, nos países selecionados - 1996/1998	283
Comunicações	
17.1 - Evolução dos terminais telefônicos - 1996-1999	293
17.2 - Telefones convencionais, por países selecionados - 1997	293
Finanças	
18.1 - Taxa de juros básica - SELIC - 1996-1999	301
18.2 - Principais receitas do Tesouro Nacional - 1999	307
18.3 - Principais despesas do Tesouro Nacional - 1999	307

18.4 - Empréstimos do sistema financeiro - 1999	308
18.5 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 1999	308
18.6 - Base monetária média diária - 1999	309
18.7 - Meios de pagamento no fim de período - 1999	309
18.8 - Saldos em depósitos de poupança - 1999	310

Comércio Exterior

19.1 - Comércio exterior - 1997-1999	324
19.2 - Reservas internacionais do País - 1993-1999	327
19.3 - Comércio mundial, por países selecionados - 1998	327
19.4 - Reservas internacionais, por países selecionados - 1997-1998	328

Ciência e Tecnologia

20.1 - Número de pesquisadores - 1993/2000	343
20.2 - Publicação de artigos em periódicos científicos internacionais indexados - 1990-1997	343
20.3 - Pedidos de patentes depositados - 1990-1999	344

Governo

21.1 - Despesas com o pessoal da União em relação ao produto interno bruto - PIB - 1988-1999	362
21.2 - Evolução da despesa da União - 1995-1998	362

Quadro

Participação Política

8.1 - Partidos políticos com votação - 1998	162
---	-----

Convenções

... Dado numérico não disponível;

.. Não se aplica dado numérico;

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;

0; 0, 0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

Contents

<i>A Brief History of Brazil</i>	41
<i>Territory</i>	51
<i>Population</i>	67
<i>Housing</i>	85
<i>Health</i>	99
<i>Social Security</i>	113
<i>Education</i>	125
<i>Labor</i>	141
<i>Political Participation</i>	155
<i>Prices</i>	167
<i>National Accounts</i>	181
<i>Agriculture</i>	199
<i>Industry</i>	215
<i>Energy</i>	229
<i>Trade</i>	245
<i>Transportation</i>	257
<i>Tourism</i>	275
<i>Communications</i>	289
<i>Finances</i>	299
<i>Foreign Trade</i>	317
<i>Science and Technology</i>	335
<i>Government</i>	351
<i>Bibliography</i>	363

Territory

1.1 - Extreme points of Brazil - 1999	53
1.2 - Extent of the border line, by neighboring countries and the Atlantic Ocean - 1999	53
1.3 - Total area of Brazil - 1999	54
1.4 - Administrative evolution of Brazil - 1940/1997	56
1.5 - Highest points in Brazil - 1999	57
1.6 - Area and hydroelectric potential, by hydrographic basins - 1999	58
1.7 - Federal conservation units, by Major Regions - 1999	59
1.8 - Indian lands, with boundaries established or not - 1999	60

Population

2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 2000	71
2.2 - Demographic indicators - 1991/2000	73
2.3 - Preliminary population projections and rates - 1998-2020	75
2.4 - Demographic indicators, by selected countries - 1999	77

Housing

3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1999	88
3.2 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by urban/rural situation and presence of some durable goods - 1992/1999	92

Health

4.1 - Main causes of death, by sex - 1997	102
4.2 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1998	104
4.3 - Resident population with very good or good health according to self-evaluation - 1998	107
4.4 - Resident population by coverage of health insurance - 1998	108

Social Security

5.1 - Brazilian social security revenues and expenditures - 1994-1998 ...	115
5.2 - Distribution of urban and rural benefits - 1980/1999	117
5.3 - Distribution of retirement pensions, by type - 1991-1999	118

Education

6.1 - General data of schools - 1998	127
6.2 - Illiteracy rates of persons 15 years old and over, by urban/rural residence - 1998	128
6.3 - School enrolment rates of persons 7 to 14 years old, by fifths of per capita household income - 1998	129

6.4 - Children 4 to 6 years old, total, attending school and attendance rate - 1998	130
6.5 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old by urban/rural residence - 1998	131
6.6 - Age/grade lagging distribution among students 7 to 14 years old, by Major Regions - 1998	132
6.7 - Average of years of school completed of the population 10 years old and over, by sex - 1998	132

Labor

7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1999	143
7.2 - Unemployment rates, by selected countries - 1996-1998	149

Political Participation

8.1 - Polling sections, zones and voters by municipalities - 1998	157
8.2 - Vote cast for president - 1998	160
8.3 - Candidates elected by political parties - 1998	161

Prices

9.1 - Extended Consumer Price Index - IPCA - 1999	169
9.2 - Accumulated annual change of the Extended Consumer Price Index - IPCA - 1990-1999	172
9.3 - Average cost per square meter of construction - Dec. 1999	173

National Accounts

10.1 - Main macroeconomic aggregates - 1997-1999	185
10.2 - Percent participation in the value added at basic prices, by industry - 1997-1999	186
10.3 - Gross domestic product - GDP -, composition considering expenditures - 1997-1999	187
10.4 - Main macroeconomic relationships - 1997-1999	187
10.5 - Gross domestic product - GDP -, of Brazil, total and per capita - 1994/1997	188
10.6 - Participation in the gross domestic product - GDP -, of Brazil - 1985/1997	189
10.7 - Evolution of the volume of value added at basic prices, accumulated, by period - 1985-1997	190

Agriculture

11.1 - Main products of permanent crops - 1997	204
11.2 - Main products of temporary crops - 1997	205
11.3 - Average real prices of the crops - 1993-1999	206

<i>11.4 - Number of establishments and capacity of storage units - 1st semester 1999</i>	206
<i>11.5 - Number of livestock and poultry on farms - 1997</i>	207
<i>11.6 - Percent change of the number of animals slaughtered and carcass weight - 1998-1999 period</i>	207
<i>11.7 - Percent change of production of milk and hen's eggs - 1998-1999 period</i>	208
<i>11.8 - Average real prices of animal products - 1993-1999</i>	208
<i>11.9 - Production of the main forest species - 1995-1997</i>	209
<hr/>	
<i>Industry</i>	
<i>12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1999</i>	217
<i>12.2 - Mining and manufacturing growth rate - 1991-1999</i>	219
<i>12.3 - Mining and manufacturing production - 1997-1998</i>	220
<hr/>	
<i>Energy</i>	
<i>13.1 - General data of energy - 1998-1999</i>	235
<i>13.2 - Total consumption of energy - 1998-1999</i>	236
<i>13.3 - Total production and total and per capita consumption of petroleum, by selected countries - 1996</i>	237
<hr/>	
<i>Trade</i>	
<i>14.1 - General data of trade - 1997</i>	248
<hr/>	
<i>Transportation</i>	
<i>15.1 - Number of companies, people employed, wages, withdrawals and other remuneration, by groups of the classification of activities - 1998</i>	260
<i>15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1997</i>	262
<i>15.3 - General data of railway transportation - 1998</i>	264
<i>15.4 - Domestic and international air traffic - 1998</i>	266
<i>15.5 - Freight pipeline transportation - 1994-1998</i>	267
<hr/>	
<i>Tourism</i>	
<i>16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1997-1999</i>	278
<i>16.2 - Tourists admitted to Brazil, by Federative Unit of access - 1997-1999</i>	280
<i>16.3 - Travel and tourism agencies - 1999</i>	282
<hr/>	
<i>Communications</i>	
<i>17.1 - Organization of Postal and Telegraph Services - 1997-1999</i>	291
<i>17.2 - Postal traffic - 1997-1999</i>	291
<i>17.3 - Telephone lines in service - 1999</i>	292
<hr/>	
<i>Finances</i>	
<i>18.1 - Evolution of interest rates and banking spread - Oct. 1999/Dec. 1999</i>	301

18.2 - National Treasury performance - 1997-1999	302
18.3 - Financial system loans - 1999	303
18.4 - Money supply balances - 1999	305

Foreign Trade

19.1 - Balance of payments - 1997-1999	320
19.2 - Exports - 1997-1999	321
19.3 - Imports - 1997-1999	323
19.4 - Total and net foreign debt - 1995-1998	325
19.5 - Exchange rate - 1999	326

Science and Technology

20.1 - Federal government resources invested in science and technology, by ministries - 1990-1999	339
20.2 - Federal government resources invested in science and technology, by budgetary units - 1990-1999	340
20.3 - Federal government resources invested in science and technology, by category of activities - 1990-1999	341
20.4 - Scholarships granted in the country and abroad - 1993-1999	341
20.5 - Remittances abroad due to technology transfer - 1990-1999	342

Government

21.1 - Total and social expenditure of the Union - 1995-1998	355
21.2 - Social-federal expenditure, by areas of action - 1996-1998	357
21.4 - Expenditures with Union personnel - 1988-1999	359
21.5 - Civilian personnel in the executive power - 1999	361
21.3 - Social-federal expenditure, by categories - 1997-1998	361

Graphs

Population

2.1 - Total resident population, by sex and group of age - 1980/1996	70
2.2 - Preliminary population projections - 2000/2020	70
2.3 - Expectation of life at birth - 1930/2000	76
2.4 - Crude birth and death rates - 1980/2000	76
2.5 - Total fertility rate - 1940/2000	77

Housing

3.1 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by tenure - 1999	90
3.2 - Ratio of permanent privately owned housing units, using public water supply system - 1992/1999	90

3.3 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by means of sewage disposal , and units lacking sewage disposal facilities - 1999	91
3.4 - Ratio of permanent privately owned housing units with refuse disposal - 1992/1999	91
3.5 - Ratio of permanent privately owned housing units with electric illumination - 1992/1999	92
 - Health	
4.1 - Reported cases of some transmissible diseases - 1997-1998	103
4.2 - Aids cases reported - 1990-1998	103
4.3 - Hospitals and beds according to the National Health System - SUS - 1998	106
4.4 - Percent distribution of the resident population according to self-evaluation of health - 1998	106
 - Social Security	
5.1 - Revenues from contributions and expenditures on benefits - 1994-1998	115
5.2 - Expenditures on social security benefits as a percentage of the gross domestic product - GDP - 1990-1998	116
5.3 - Evolution of long term benefits, by type - 1990-1999	116
5.4 - Distribution of social security benefits, by benefit nature - 1980/1999	118
5.5 - Distribution of the number of retirees and expenditures for social security retirement pensions, by type - 1999	119
 - Education	
6.1 - Illiteracy rates of the population 15 years old and over - 1900/2001 .	127
6.2 - School enrollment rates of persons 5 to 17 years old, by age groups - 1981/1998	129
6.3 - Total expenditure with education as percent of gross national product, by selected countries - 1997	133
 - Labor	
7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, during the reference week, by number of weekly hours in primary job - 1999	146
7.2 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by classes of work income - 1999	146
7.3 - Labor force participation rate of persons 10 years old and over, by sex - 1999	147
7.4 - Open unemployment rate of persons 15 years old and over - 1991-1999	147

7.5 - Employment indicators of persons 15 years old and over - 1991-1999	148
7.6 - Annual percent change of real average income by selected categories - 1991-1999	148
 <i>Political Participation</i>	
8.1 - Number of voters, by level of instruction and sex - 1998	158
8.2 - Vote cast for president, by political parties - 1998	158
8.3 - Governors elected, by political parties - 1998	159
8.4 - Senators elected, by political parties - 1998	159
 <i>Prices</i>	
9.1 - Monthly change of the Extended Consumer Price Index - IPCA - 1999	171
9.2 - Mean and median of monthly changes of Extended Consumer Price Index - IPCA - 1998-1999	171
9.3 - Monthly change of costs in construction - 1999	172
9.4 - Consumer Price Indexes - IPC, by selected countries - 1998	173
 <i>National Accounts</i>	
10.1 - Annual percent change of gross domestic product - GDP - and of value added at basic prices, by industry - 1997-1999	185
10.2 - Gross domestic product - GDP - composition, considering incomes - 1997-1999	186
10.3 - Real growth rate of gross domestic product - GDP - 1999	191
 <i>Agriculture</i>	
11.1 - Evolution of the production of cereals, legumes and oilseeds - 1991-2000	202
11.2 - Production of cereals, legumes and oilseeds by main producing states - 1999 Harvest	202
11.3 - Total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1999	202
11.4 - Percent change of total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1999	203
11.5 - Use of fertilizers, by selected countries - 1997	210
 <i>Industry</i>	
12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing production, by categories of use - 1996-1999	218
12.2 - Mining and manufacturing indicators - 1989-1999	219
12.3 - Production of motor vehicles, by selected countries - 1997-1998	221
12.4 - Production of steel, by selected countries - 1999	221

Energy	
13.1 - Primary energy production - 1991-1999	232
13.2 - Domestic supply of energy - 1991-1999	232
13.3 - Final energy consumption, by source - 1991-1999	233
13.4 - Final energy consumption, by sector - 1992-1999	233
13.5 - Dependence on foreign energy - 1991-1999	234
13.6 - Final energy consumption in relation to the gross domestic product - GDP - of the sector - 1991-1999	234
Trade	
14.1 - Participation of segments in wholesale trade receipts - 1997	249
14.2 - Participation of retail segments in sale receipts - 1997	249
14.3 - Total receipt by number by persons employed - 1997	250
Transportation	
15.1 - National fleet of vehicles - 1990-1998	263
15.2 - Brazilian air traffic - 1992-1998	265
15.2 - Brazilian air traffic - 1992-1998	265
15.4 - Inhabitants per vehicle in selected countries - 1986/1997	267
Tourism	
16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1989-1999	280
16.2 - Foreign currency expenditure on tourism - 1995-1999	281
16.3 - Passengers disembarked from domestic flights - 1994-1999	281
16.4 - Cities most visited by foreign tourists in Brazil - 1999	282
16.5 - Receipt of the balance of payments of the tourism account - 1989-1999	283
16.6 - Tourists admitted, in selected countries - 1996/1998	283
Communications	
17.1 - Telephone lines in service - 1996-1999	293
17.2 - Conventional telephone lines, by selected countries - 1997	293
Finances	
18.1 - Basic interest rate - SELIC - 1996-1999	301
18.2 - National Treasury major revenues - 1999	307
18.3 - National Treasury major expenditures - 1999	307
18.4 - Financial system loans - 1999	308
18.5 - Nominal income of financial investments - 1999	308
18.6 - Monetary base daily average - 1999	309
18.7 - Money supply at the end of period - 1999	309
18.8 - Savings deposits balances - 1999	310
Foreign Trade	
19.1 - Foreign trade - 1997-1999	324

19.2 - International reserves of the Country - 1993-1999	327
19.3 - World trade, by selected countries - 1998	327
19.4 - International reserves, by selected countries - 1997-1998	328

Science and Technology

20.1 - Number of researchers - 1993/2000	343
20.2 - Number of papers published in indexed international scientific periodicals - 1990-1997	343
20.3 - Patent applications - 1990-1999	344

Government

21.1 - Expenditures with Union personnel in relation to the gross domestic product - GDP - 1988-1999	362
21.2 - Evolution of the expenditure of the Union - 1995-1998	362

Figure

Political Participation

8.1 - Political parties with votes - 1998	162
---	-----

Symbols used

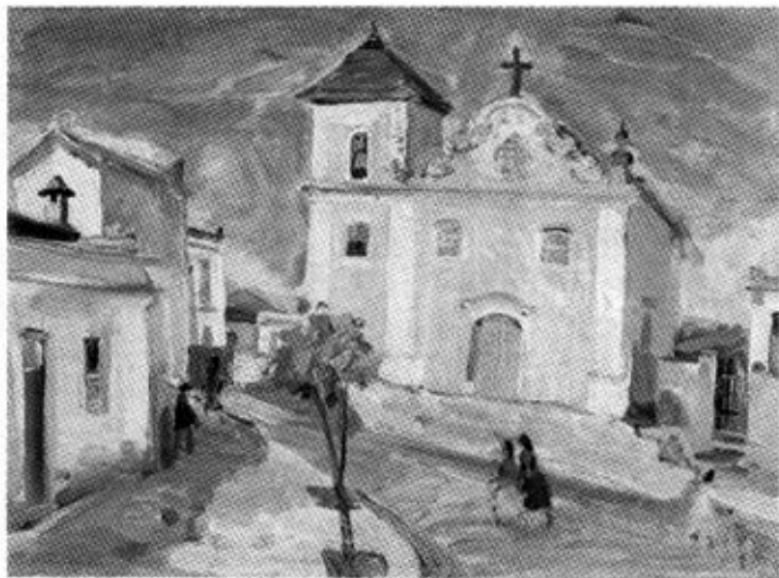
... Figure not available;

.. Not applicable;

- Zero not resulting from rounding;

0; 0, 0 Originally positive numerical data rounded to zero.

Uma Breve História do Brasil



Igreja de São Vicente, 1940
Mário Zanini

A Brief History of Brazil

Um Breve História do Brasil

O "achamento" do Brasil, em abril de 1500, decorreu da busca, pela esquadra de Pedro Alvares Cabral, de uma nova rota para as Índias, no marco da expansão marítima portuguesa, iniciada ainda no Século XV. Aqui desembarcando, os europeus encontraram uma população ameríndia estimada em alguns milhões de almas, distribuídas principalmente ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná-Paraguai.

Após 500 anos, restam pouco mais de 300 mil desses habitantes originais, embora sua herança genética e cultural esteja solidamente presente entre os brasileiros. Através dos séculos, a eles se somaram africanos, espanhóis, italianos, alemães, japoneses, sírios, libaneses, judeus, representantes das diversas "nações" que imprimiram suas particularidades na formação nacional e ajudaram a construir o Brasil moderno. A unidade da língua e a manutenção da integridade territorial, marcos definidores do Brasil, foram forjados ao longo dos três grandes períodos em que tradicionalmente se divide a história do País.

O Brasil Colônia

Travado o contato com as populações nativas, e não encontrando as riquezas minerais que abundavam nas áreas conquistadas pelos espanhóis, os portugueses logo se lançaram à exploração do pau-brasil, cobiçado por sua madeira nobre e pelo corante obtido a partir de seu cerne. Em troca de quinquilharias e instrumentos de ferro fornecidos por portugueses e franceses, os nativos cortavam e carregavam as toras de madeira até próximo das praias, de onde eram levadas para a Europa. Contudo, a ameaça francesa – envolvendo-se no comércio do pau-brasil e praticando a pirataria ao longo da extensa costa brasileira – imprimiu mudança de rumo nas relações de Portugal com suas terras no Novo Mundo, que passaram a ser objeto de um esforço efetivo de colonização.

A fim de incentivar a ocupação do território brasileiro, a Coroa concedeu o uso das terras a membros da pequena nobreza, burocratas e comerciantes. Na repartição da colônia em 15 capitania hereditárias, posteriormente subdivididas em sesmarias, tem origem um dos pilares que caracterizariam a sociedade brasileira – o latifúndio. O outro

alicerce socioeconômico do Brasil até fins do Século XIX – a escravidão – foi-lhe o complemento lógico, numa situação de terras abundantes e mão-de-obra escassa. Inicialmente indígena, a escravidão rapidamente toma-se negra, abrindo-se caminho para a importação de cerca de 4 milhões de africanos, em mais de três séculos de tráfico humano. Embora longe de ser a única forma de produção econômica no período colonial, a monocultura exportadora termina por simbolizá-la, integrando-se ao binômio escravidão-latifúndio. Inicialmente concentrada na região litorânea, onde se desenvolve a indústria açucareira, a atividade econômica se interioriza durante o chamado "ciclo" do ouro, cujo apogeu se dá em meados do Século XVIII. Ao mesmo tempo, a colônia se expande, a partir do avanço sobre territórios pertencentes à América espanhola, a oeste do meridiano de Tordesilhas.

O Império

No início do Século XIX ganha impulso o produto que iria se tornar sinônimo do Brasil até recentemente – o café. Originário da África, o café entrou na colônia através do Pará, mas foi na região do Vale do Paraíba que viveu seu primeiro apogeu. Se teve o dom de arrancar a economia de três quartos de século de letargia, a expansão cafeeira também teve o seu lado pouco nobre, ao conferir novo alento à escravidão negra, e na intensificação do processo de devastação da Mata Atlântica. Na esfera política, assistiu-se à mudança de regime. De colônia portuguesa – e, brevemente, Reino Unido - o Brasil passa a reino independente em setembro de 1822. Em um dos inúmeros casos na nossa história de mudança sem ruptura, sucedem-se no trono brasileiro os herdeiros da família real portuguesa, Pedro I (1822-1831) e Pedro II (1840-1889), separados por um conturbado período regencial.

Durante a Regência (1831-1840) viria à tona, de forma muitas vezes violenta, um antagonismo que iria acompanhar a vida política brasileira até os dias de hoje, colocando frente a frente as forças centrífugas (a favor da centralização) e centrípetas (representando o poder local). A vitória do primeiro grupo foi assegurada no início do longo reinado de Pedro II, período caracterizado por crescimento econômico e paz interna, mas abalado indelevelmente pela Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). A partir do conflito paraguaio surgem as primeiras fissuras no edifício monárquico, na forma de descontentamento militar e de setores urbanos emergentes, bem como no debate sobre a questão servil. O desfecho viria 20 anos mais tarde, com a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889).

A República

Os primeiros governos republicanos se empenhariam em apagar os vestígios do regime deposto. A centralização monárquica deu lugar ao federalismo presidencialista, como rezava a Constituição de 1891, inspirada no modelo norte-americano, e que vigoraria até o fim da chamada "República Velha", em 1930. Essas quatro décadas testemunharam o apogeu do poder político das oligarquias cafeeiras paulistas que, ainda assim, se deparavam com interesses antagônicos, oriundos ora de setores da própria oligarquia rural, ora de um meio urbano cada vez mais complexo.

O País industrializava-se. Café e manufaturas não se opunham; ao contrário, complementavam-se. Uma população crescente, reforçada por ondas de imigração europeia, possibilitava a diversificação das atividades industriais. O Brasil se beneficiaria, ainda, do ingresso de investimentos externos, sobretudo britânicos, direcionados às ferrovias, eletrificação, transportes e iluminação urbana. A partir da Primeira Guerra, e ao longo da década de 20, toma corpo a contestação ao *status quo*, através de ações políticas, culturais e revoltas armadas.

A Revolução de 30 pôs fim à "República dos Coronéis" e inaugurou um longo período dominado pela figura de Getúlio Vargas. Em mais uma reviravolta, retoma-se a centralização político-administrativa, mantendo-se, contudo, o poder das oligarquias nos estados. Em consonância com o que se passava no resto do mundo, a Era Vargas também foi marcada pelo dirigismo econômico, com reflexos sobre o desenvolvimento industrial. Duas características adicionais do período foram a atuação social, concedendo certa proteção aos trabalhadores urbanos, ao mesmo tempo que se lhes incorporava numa aliança de classes, e o reforço do papel das Forças Armadas como mantenedoras da ordem interna.

O modelo econômico com fortes componentes de dirigismo estatal e protecionismo perdurou até a década de 90. Inicialmente um subproduto da escassez de divisas que se seguiu à Segunda Guerra, a seletividade na alocação de crédito e, sobretudo, de câmbio foi percebida como instrumento capaz de induzir à substituição de importações e ao desenvolvimento industrial. Foram dois os principais momentos desse Estado empreendedor: o primeiro, durante o interregno democrático pós-1945 e o segundo, em pleno regime militar, na década de 70.

O Programa de Metas, lançado em 1956, está indissoluvelmente ligado à pessoa de Juscelino Kubitschek e seus dois grandes feitos: a implantação da indústria automobilística no País e a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Através de uma combinação de controles cambiais, tarifas aduaneiras e concessão seletiva de crédito, internalizou-se uma gama de setores produtores de bens de consumo duráveis. Do ponto de vista cultural, a arquitetura modernista de Niemeyer e Lucio Costa e o paisagismo de Roberto Burle-Marx se inseriam num período de grande otimismo nacional, embalado ao som da Bossa Nova e reforçado pela conquista, pela seleção brasileira, do primeiro título mundial de futebol, na Suécia, em 1958.

Já o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi uma resposta direta à primeira crise do petróleo, que mudou violentamente os termos de troca em detrimento de países importadores daquela commodity. Desta feita, aos investimentos privados (nacionais e estrangeiros) somaram-se os efetuados por grandes empresas estatais, sobretudo na área de insumos industriais e infra-estrutura econômica. Ao cabo de mais de 30 anos de crescimento econômico ininterrupto, o Brasil tornara-se, ao final da década de 70, um País preponderantemente urbano, ostentando um parque industrial diversificado. Porém, este processo não se deu sem maiores consequências. O crescimento explosivo da dívida externa coincidiu com o início do descontrole inflacionário. Ao mesmo tempo, a redemocratização trouxe para o centro do debate político o quadro dramático de desigualdades interpessoais e inter-regionais de renda, que o rápido crescimento anterior foi incapaz de corrigir.

Ao longo de quase 15 anos o País tentou dar um fim à inflação crônica, sabidamente inimiga dos mais pobres e do crescimento econômico. Somente em 1994, com o lançamento do Real, teve êxito um plano de estabilização. Seu sucesso até aqui, longe de convidar à complacênci, permite que se enxergue com mais clareza os enormes desafios pela frente. Desafios que, politicamente, só serão superados dentro do marco democrático e, no plano econômico, a partir de um consenso em torno da importância de se manter a inflação sob controle. Parece fácil, mas não é. Não foram poucos os momentos na história republicana em que prevaleceu o Estado de Exceção. Também subsiste a idéia – errônea – de que o Estado tudo pode na esfera econômica. A inflação é a prova cabal desta falácia.

Uma vez que as condições macroeconômicas propiciem o reencontro com o desenvolvimento, é possível afirmar que seguem presentes as condições básicas estruturais para o crescimento econômico sustentado – força de trabalho eficiente e criativa, terras e riquezas minerais abundantes, capacidade empresarial e tecnológica crescentemente integrada à economia mundial globalizada. Não custa repetir, porém, que crescimento econômico com estabilidade da moeda não são fins em si mesmos, mas caminho necessário – ainda que não suficiente – para reverter o presente quadro de desigualdade na distribuição de renda e de elevados níveis de pobreza no Brasil. Nesse contexto, o esforço em andamento para se elevar a escolaridade da população surge como melhor forma de se conciliar eficiência e eqüidade.

Para se construir um futuro mais equânime e assegurar o exercício de uma cidadania plena - consciente dos direitos e cumpridora dos deveres perante a sociedade – é indispensável conhecer o Brasil em termos de quantidade, seus números, saber como ele é e como gostaríamos que fosse. Conhecer, enfim, seus dados, seus desdobramentos e implicações.

André Arruda Villela

Professor do Mestrado em Economia Empresarial da
Universidade Cândido Mendes

A Brief History of Brazil

A Brief History of Brazil

The "finding" of Brazil, in April 1500, originated from the search, by the flotilla of Pedro Álvares Cabral, of a new route to the Indies, on the mark of the Portuguese maritime expansion, started still in the fifteenth century. When debarking here, the Europeans found an Amerindian population estimated at a few million souls, distributed mostly along the coast and on the basin of the Paraná and Paraguay rivers.

After five hundred years, a little over 300 thousand of these original inhabitants remain, although their genetic and cultural heritage is strongly present among Brazilians. Throughout the centuries, they have been joined by Africans, Spaniards, Italians, Germans, Japanese, Syrians, Lebanese, Jews, representatives of the various "nations" that imprinted their particularities on the national formation and helped build modern Brazil. The unity of language and the maintenance of territorial integrity, marks that define Brazil, have been forged in the course of the three major periods into which the country's history is traditionally divided.

Colonial Brazil

After connecting with the native populations, and not having found the mineral wealth abundant in the areas conquered by the Spaniards, the Portuguese soon started the exploitation of brazilwood, coveted by its noble wood and the dye obtained from its core. In exchange for trifles and iron tools furnished by Portuguese and Frenchmen, the natives chopped and carried the logs to the closest beaches from where they were taken to Europe. However, the French menace - getting involved in the trade of brazilwood and practicing piracy along the extensive Brazilian coast - caused a change of course in the relations between Portugal and its lands in the New World, which became the object of an effective colonization effort.

In order to encourage the occupation of the Brazilian territory, the Crown granted the use of the land to members of the lower nobility, bureaucrats and traders. The partition of the colony into 15

hereditary captaincies, later subdivided into "sesmarias", has given origin to one of the pillars that would characterize Brazilian society - the latifundium. Another socioeconomic foundation of Brazil until the end of the nineteenth century - slavery - was the logical complement in a situation of abundant land and scarce labor. Initially indigenous, slavery quickly became black, opening the way to the importation of roughly four million Africans, during over three centuries of human traffic. Although far from being the only form of economic production in the colonial period, the exporting monoculture ended by symbolizing it, integrating it to the slavery-latifundium binomial. Initially concentrated on the coastal region, where the sugar industry developed, economic activity spread inland during the so-called gold "cycle", whose apogee took place during the mid-eighteenth century. At the same time, the colony expanded, seizing the territory belonging to Spanish America, to the west of the Tordesillas line.

The Empire

At the beginning of the nineteenth century the product that would come to be the synonym of Brazil until recently - coffee - gained ground. Original from Africa, coffee entered the colony through Pará, but the valley of the river Paraíba was the area where it had its first apogee. If on the one hand it was able to pull the economy from three centuries of lethargy, on the other the coffee expansion also had its downside by granting a new breath to black slavery, as well as intensifying the process of devastation of the Atlantic Forest. In the political sphere, the coffee boom is accompanied by a change of regime. From a Portuguese colony - and for a short time, united kingdom - Brazil becomes an independent realm in September 1822. In one of the many cases in our history of change without rupture, the heirs to the Portuguese royal family, Pedro I (1822-1831) and Pedro II (1840-1889), succeed each other on the Brazilian throne, separated by a troubled period of regency.

During the Regency (1831-1840) an antagonism would surface, often in a violent way, which would follow Brazilian political life until the present day, placing face to face centrifugal forces (in favor of centralization) and centripetal forces (representing local power). The victory of the first group was ensured at the beginning of the long reign of Pedro II, a period characterized by economic growth and domestic peace, but indelibly shaken by the War of the Triple Alliance (1864-1870). Starting with the Paraguayan conflict the first cracks

in the monarchical edifice appeared, taking the form of discontent on the part of the military and emergent urban sectors, as well as the debate around the issue of slavery. The outcome would arrive twenty years later, with the Abolition (1888) and the Proclamation of the Republic (1889).

The Republic

The first republican governments would endeavor to erase the remains of the deposed regime. Monarchical centralization gave way to presidential federalism, as determined by the 1891 Constitution, inspired in the North-American model, which would be in force until the end of the so-called "Old Republic", in 1930. These four decades witnessed the apogee of the political power of São Paulo's coffee oligarchies that, even then, faced antagonistic interests originated sometimes in the rural oligarchy itself, sometimes in the increasingly complex urban environment.

The country became industrialized. Coffee and manufactures did not clash, but rather complemented each other. A growing population, strengthened by waves of European immigrants, made possible the diversification of industrial activities. Brazil would benefit also from the inflow of foreign investments, mostly British, directed towards railways, electrification, transports and urban illumination. Starting with the First World War and during the twenties, contestation of the status quo gathers force, through political and cultural actions and armed uprisings.

The Revolution of 1930 ended the "Republic of Colonels" and inaugurated a long period dominated by the figure of Getúlio Vargas. In yet another turn of events, politico-administrative centralization returned, although oligarchic power remained in the States. In line with the rest of the world, the Vargas Age was also marked by economic dirigisme, with reflections on industrial development. Two additional characteristics of the period were social action, granting a certain protection to urban workers and at the same time incorporating them into a class alliance, and the strengthening of the role of the armed forces as keepers of internal order.

The economic model with strong components of state dirigisme and protectionism persisted until the nineties. Initially a subproduct of the shortage of foreign exchange that followed the Second World War, the selectiveness in the allocation of credit and, mostly, of foreign exchange was perceived as a tool capable of inducing import

substitution and industrial development. There were two main moments of this entrepreneurial State: the first one, during the democratic interregnum post-1945; the other, during the military regime, in the seventies.

The Program of Goals, launched in 1956, is permanently linked to the character of Juscelino Kubitschek and his two great feats: the establishment of the automotive industry in the country and the move of the federal capital from Rio de Janeiro to Brasília. Through a combination of exchange controls, customs duties and selective credit grants, a range of sectors producing durable consumer goods was thus created. From a cultural viewpoint, the modernistic architecture of Niemeyer and Lucio Costa and the landscaping of Roberto Burle-Marx fitted into a context of great national optimism, swinging to the sound of Bossa Nova and bolstered by the first world soccer championship conquered by the Brazilian team in Sweden, in 1958.

The Second National Development Plan was a direct answer to the first oil crisis, which changed forcefully the terms of trade to the disadvantage of countries that imported that commodity. This time, to domestic or foreign private investments were added those made by large state-owned companies, especially in the area of industrial inputs and economic infrastructure. At the end of more than 30 years of uninterrupted economic growth, Brazil had become at the end of the seventies a preponderantly urban country, displaying a diversified industrial sector. However, this process did not happen without major consequences. The explosive growth of the foreign debt coincided with the beginning of the inflationary spiral. At the same time, redemocratization brought to the center of the political debate the dramatic scenario of interpersonal and interregional income inequalities that the previous period of swift growth had been unable to correct.

In the course of close to 15 years the country tried to put and end to chronic inflation, the well-known enemy of the poorest and of economic growth. Only in 1994, with the launching of the new currency, the Real, a stabilization plan finally succeeded. Its success up to now, far from inviting complacency, allows one to see more clearly the huge challenges ahead. Challenges that, politically, will be overcome only in the context of democracy, and, in the economic sphere, by a consensus around the importance of keeping inflation under control. This seems easy, but it is not. The moments in republican history when the State of Exception prevailed were not few. Also subsisting

is the erroneous idea that the State is all-powerful in the economic sphere. Inflation is clear proof of such a fallacy.

Once macroeconomic conditions allow the resumption of economic development, it is possible to affirm that the basic structural conditions for sustainable economic growth are still present - they include a creative and efficient labor force, abundant land and mineral wealth, business and technological capability increasingly linked to the globalized world economy. It must be said again, though, that economic growth with monetary stabilization is not an end in itself, but a necessary path - although still not enough - to reverse the present scenario of inequality in income distribution and high levels of poverty in Brazil. In this context, the current effort to increase the population's level of schooling appears as the best way to harmonize efficiency and equity.

In order to build a more equitable future and ensure the exercise of a full citizenship - conscious of its rights and keeper of duties before society - it is indispensable to know Brazil in terms of quantity, its figures, to understand how it actually is and how we would like it to be. To know, in short, its data, their developments and implications.

André Arruda Villela

Professor, Mestrado em Economia Empresarial,
Universidade Cândido Mendes

Território



Um Azul Profundo, Ilimitado..., 1965
Anna Bella Geiger

Territory

Parte do território brasileiro já se encontrava reservado para Portugal, antes mesmo dos descobrimentos de 1500, pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, assinado por Espanha e Portugal, sob a influência do papa Alexandre VI. No entanto, desde os primeiros tempos da colonização, as "entradas" e "bandeiras" ignoraram a linha de Tordesilhas e, penetrando fundo no continente sul-americano, geraram, em seus aspectos mais gerais, o formato e a dimensão atual do Brasil. Vencida esta primeira tensão de uma linha de fronteira, o que ampliou o espaço colonial português, uma outra tensão seria vencida pela população em movimento: a que separava o sentimento de uma nova identidade, "brasileira", da identidade original portuguesa. O sentimento de "brasilidade" começou a brotar do deslocamento de populações sobre o território, que as afastava dos centros de controle do poder português, concentrados na faixa oriental do País. Deste modo, o território exercia os "efeitos de superfície" mencionados por Gilles Deleuze, sua força de contingência nos processos sociais.

Ter produzido este imenso território, arrancado à natureza e às relativamente poucas populações nativas, primitivas, hoje com 8 547 403,5 km², cerca de 47% da América do Sul, passou a ser uma fonte de afirmação da capacidade de realização do povo brasileiro, expressa no hino do País, já independente, "Gigante pela própria natureza...". Lidar com projetos gigantescos de engenharia, parelhos ao tamanho do País, passou a ser uma especialização brasileira, como a construção de enormes plantas hidrelétricas, ou a produção do petróleo em grandes profundidades marinhas. Ao mesmo tempo, porém, o Brasil ainda mantém "a identidade de fronteira, na unidade territorial e lingüística, na desigualdade social... mas, país gigante, dinâmico, em constante transformação e sujeito a sucessivos e intermitentes mudanças", diz Bertha Becker.

A dimensão territorial assumida pelo Estado/ Nação Brasil permitiu que o País estabelecesse fronteiras terrestres com nove dos outros 11 países que compõem a América do Sul, e também com o Estado francês, pois que a Guiana Francesa é atualmente parte daquele

país. São 17 735 km de fronteiras terrestres, que conferem ao Brasil predicado político único e fazem-no compartilhar, com os seus vizinhos, de diversas regiões geográficas e de seus problemas regionais. Quanto ao litoral, mede 7 367 km e dispõe, na Região Sudeste, dos melhores ancoradouros no Atlântico Sul, sobressaindo a profundidade do porto de Sepetiba, capaz de se tornar um *hub*, no futuro.

O Brasil tem formato triangular, estreitando-se para o sul, do que resulta maior área equatorial/ tropical e menor área temperada. Acompanha o formato do continente, onde a Bacia Amazônica se estende no sentido oeste-leste, e a do Paraná/ Paraguai, no sentido norte-sul. Há quem veja a influência histórica do domínio da foz destas bacias para o formato territorial do Brasil. Os portugueses dominaram a Bacia Amazônica, e os espanhóis, a do Prata. Ao norte, com o Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, o Brasil convive com os problemas da Floresta Amazônica, das savanas e das populações indígenas remanescentes; e a oeste, ainda com a Bolívia, com o Paraguai e a Argentina, participa da depressão do rio Paraguai e do planalto da bacia do Paraná, o que conduziu a associações com estes países para construir Itaipu e um sistema de gasodutos. Nestas áreas, mais desenvolvidas que as da fronteira norte, é maior a circulação e trocas de população, como no Sul, onde a Campanha Gaúcha, com o seu clima temperado, apresenta paisagens e gêneros de vida comuns às regiões limítrofes do Uruguai e Argentina.

Assim, apesar de situado numa província geológica e com uma geografia física de grandes espaços homogêneos, ainda assim a vastidão do território confere apreciável diversidade ecológica ao Brasil. Por outro lado, permite que o País se apresente como um elo capaz de, na atualidade, integrar o Mercosul com os países andinos do Norte, o que lhe impõe importante papel para a implantação de sistemas integradores de infra-estrutura para a América do Sul.

Pedro Pinchas Geiger

Geógrafo, aposentado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Pesquisador associado ao Laboratório de Gestão do Território - LAGET -,
do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Territory

Part of the Brazilian territory was assigned to Portugal even before the 1500 discovery. It happened by the treaty of Tordesillas, signed in 1494 by Spain and Portugal, under the influence of Pope Alexander VI. From the beginning of the colonization, however, exploratory expeditions known as "entradas" and "bandeiras" ignored the limits imposed by the treaty and penetrated deep into the South-American continent. They originated in general lines Brazil's current shape and dimensions.

After overcoming the tension of the Tordesillas line and thus expanding the Portuguese colonial space, that driving population conquered a second source of tension: the one emanating from the feeling of a new identity, the Brazilian, against the original Portuguese one. This feeling of "Brazilianism" started to arise from the movement of the population over the territory, a movement that removed the people from the Portuguese sphere of control, concentrated on the Eastern part of the country. Therefore the territory was exercising the "surface effects" referred to by Gilles Deleuze, or its strength of contingency on the social process.

Production of such an immense territory, currently with 8,547,403.5 square kilometers, about 47% of all South America, torn away from nature and from relatively few and weak native populations, became a source of assertiveness for the Brazilian people, its capacity for achievements, expressed in the country's anthem, "A giant by its own nature". To deal with huge engineering projects, comparable to the size of the country, turned out to be a Brazilian specialty, such as the construction of giant hydroelectric dams or production of oil from very deep marine waters. At the same time, however, Brazil still maintains a kind of "frontier identity, with its territorial and linguistic unity together with its deep social inequalities... but as a dynamic giant country, in constant transformation, subject to succeeding and intermittent changes", says Bertha Becker.

The territorial dimension assumed by the State/Nation Brazil allowed the country to establish land boundaries with nine of the 11 independent countries of South America and also with the French State, as French Guiana is currently a part of the French State.

These boundaries, with a length of 17,735 kilometers, represent a special, unique political attribute of Brazil. The country partakes with its neighbors diverse geographical regions and regional problems.

The Atlantic shoreline measures 7,367 kilometers and presents, in the Brazilian Southeast region, some of the best places of anchorage in the South Atlantic, in particular the port of Sepetiba, with its very deep waters, which will probably become a hub in the future.

Brazil has a triangular shape, narrowing to the South. As a result the country presents a larger Equatorial/Tropical Zone and a smaller Temperate Zone. This shape follows the form of the continent, where the Amazon basin runs from west to east, the Paraguay/Paraná basin from north to south. Some consider Brazil larger at the north because the Portuguese dominated the Amazon estuary, while the Spanish ruled the mouth of La Plata.

At the north, with Suriname, Guyana, Venezuela, Colombia, Peru and Bolivia, Brazil shares the problems concerning the Amazon forest, the savanna grasslands, and the remainder of Indian populations. At the west, with Bolivia, Paraguay and Argentina, Brazil covers parts of the Paraguay depression and the Paraná plateau. Partnerships with these countries were established to build the huge hydroelectric plant of Itaipu and a large gas pipeline system. In this area, more developed than the northern boundaries, circulation and exchanges in the populations are greater. As it is in the southern boundaries, where the Campanha gaúcha, with its temperate climate, presents landscapes and ways of life common to the neighboring regions of Uruguay and Argentina.

Although being located in a geological and physical geographical province of large homogeneous spaces, the Brazilian territory offers remarkable environmental diversity. On the other hand, it allows the country to play the role of a link capable in the current political and economic situation of integrating Mercosul with the Andean countries of northern South America. It also presents Brazil with an important role in providing infrastructure for the integration of the South-American continent.

Pedro Pinchas Geiger

Geographer, retired, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE .
Associate Researcher, Laboratório de Gestão do Território - LAGET -, Departamento de
Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 1.1 - Pontos extremos do País - 1999
Table 1.1 - Extreme points of Brazil - 1999

Extremo/ Extreme points	Coordenadas geográficas/ Geographical coordinates		Localização/ Location
	Latitude/ Latitude	Longitude/ Longitude	
Norte/North	+05° 16'20"	-60° 12'43"	Nascente do rio Alia (RR) Source of Alia river (RR)
Sul/South	-33° 45'03"	-53° 23'48"	Arroio Chuí (RS) Chuí brook (RS)
Leste/East	-07° 09'28"	-34° 47'30"	Ponta do Seixas (Cabo Branco) (PB) Point of Seixas (Cape Branco) (PB)
Oeste/West	-07° 33'13"	-73° 59'32"	Nascente do rio Moa (AC) Source of Moa river (AC)

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Cadastro de Pontos Extremos.

Tabela 1.2 - Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1999

Table 1.2 - Extent of the border line, by neighboring countries and the Atlantic Ocean - 1999

Países limítrofes e Oceano Atlântico/ Neighboring countries and Atlantic Ocean	Extensão/ Extent	
	Absoluta (km)/ Absolute (km)	Relativa (%)/ Relative (%)
Total/ Total	23 102	100,00
Países limítrofes/Neighboring countries	15 735	68,11
Guiana/Guyana	1 298	5,62
Venezuela/Venezuela	1 819	7,87
Suriname/Suriname	593	2,56
Guiana Francesa/French Guiana	655	2,84
Uruguai/Uruguay	1 003	4,34
Argentina/Argentina	1 263	5,47
Paraguai/Paraguay	1 339	5,80
Bolívia/Bolivia	3 126	13,53
Peru/Peru	2 995	12,96
Colômbia/ Colombia	1 644	7,12
Oceano Atlântico/Atlantic Ocean	7 367	31,89

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

Tabela 1.3 - Área total do País - 1999
 Table 1.3 - Total area of Brazil - 1999

(continua/continues)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Área total/ Total area		
	Absoluta (km ²)/ <i>Absolute</i> (km ²)	Relativa (%)/ Relative (%)	
		Brasil/ Brazil	Regiões/ Regions
Brasil/Brazil (2)	8 547 403,5	100,00	
Norte/North	3 869 637,9	45,27	100,00
Rondônia	238 512,8	2,80	6,16
Acre	153 149,9	1,79	3,96
Amazonas	1 577 820,2	18,45	40,77
Roraima	225 116,1	2,64	5,81
Pará	1 253 164,5	14,65	32,38
Amapá	143 453,7	1,67	3,70
Tocantins	278 420,7	3,26	7,20
Nordeste/Northeast	1 561 177,8	18,27	100,00
Maranhão	333 365,6	3,90	21,35
Piauí	252 378,6	2,95	16,16
Região em litígio - Piauí-Ceará/ <i>Piaui-Ceará litigation</i>	2 977,4	0,03	0,19
Ceará	146 348,3	1,71	9,37
Rio Grande do Norte	53 306,8	0,62	3,41
Paraíba	56 584,6	0,66	3,62
Pernambuco (1)	98 937,8	1,16	6,33
Alagoas	27 933,1	0,32	1,79
Sergipe	22 050,3	0,26	1,41
Bahia	567 295,3	6,64	36,34

Tabela 1.3 - Área total do País - 1999*Table 1.3 - Total area of Brazil - 1999*

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Área total/ <i>Total area</i>		
	Absoluta (km ²)/ <i>Absolute</i> (km ²)	Relativa (%)/ <i>Relative (%)</i>	Regiões/ <i>Regions</i>
Sudeste/Southeast	927 286,2	10,85	100,00
Minas Gerais	588 383,6	6,89	63,45
Espirito Santo (2)	46 184,1	0,54	4,98
Rio de Janeiro	43 909,7	0,51	4,73
São Paulo	248 808,8	2,91	26,83
Sul/South	577 214,0	6,76	100,00
Paraná	199 709,1	2,34	34,61
Santa Catarina	95 442,9	1,12	16,53
Rio Grande do Sul	282 062,0	3,30	48,86
Centro-Oeste/Central West	1 612 077,2	18,86	100,00
Mato Grosso do Sul	358 158,7	4,19	22,22
Mato Grosso	906 806,9	10,60	56,25
Goiás	341 289,5	3,99	21,17
Distrito Federal/Federal District	5 822,1	0,07	0,36

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

Nota: Leitura de cartas topográficas e cálculos geodésicos de áreas. /

Note: Topographic charts reading and geodetic measurement of areas.

(1) Inclui a área do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (18,4 km²). (2) Inclui as áreas das ilhas da Trindade (10,1 km²) e Martin Vaz (0,3 km²). *(1) Includes the area of State District of Fernando de Noronha (18,4 km²). (2) Includes the area of the islands of Trindade (10,1 km²) and Martin Vaz (0,3 km²).*

Tabela 1.4 - Evolução político-administrativa do País - 1940/1997
 Table 1.4 - Administrative evolution of Brazil - 1940/1997

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Municípios criados e instalados (Até 01.09)/ Municipalities created and installed (Until Sept. 1st)						
	1940 (1)	1950	1960	1970	1980	1990	1997
Brasil/Brazil	1 574	1 889	2 766	3 952	3 974	4 491	5 507
Norte/North	88	99	120	143	153	298	449
Rondônia	-	2	2	2	7	23	52
Acre	7	7	7	7	12	12.	22
Amazonas	28	25	44	44	44	62	62
Roraima	-	2	2	2	2	8	15
Pará	53	59	60	83	83	105	143
Amapá	-	4	5	5	5	9	16
Tocantins	-	-	-	-	-	79	139
Nordeste/Northeast	584	609	903	1 376	1 375	1 509	1 787
Maranhão	65	72	91	130	130	136	217
Piauí	47	49	71	114	114	118	221
Ceará	79	79	142	142	141	178	184
Rio Grande do Norte	42	48	83	150	150	152	166
Paraíba	41	41	88	171	171	171	223
Pernambuco	85	91	103	165	165	(2) 168	(2) 185
Alagoas	33	37	69	94	94	97	101
Sergipe	42	42	62	74	74	74	75
Bahia	150	150	194	336	336	415	415
Sudeste/Southeast	641	845	1 085	1 410	1 410	1 432	1 666
Minas Gerais	288	386	483	722	722	723	853
Espírito Santo	32	33	37	53	53	67	77
Rio de Janeiro	51	57	62	64	64	70	91
São Paulo	270	369	503	571	571	572	645
Sul/South	181	224	414	717	719	873	1 159
Paraná	49	80	162	288	290	323	399
Santa Catarina	44	52	102	197	197	217	293
Rio Grande do Sul	88	92	150	232	232	333	467
Centro-Oeste/Central West	80	112	244	306	317	379	446
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	55	72	77
Mato Grosso	28	35	64	84	38	95	126
Goiás	52	77	179	221	223	211	242
Distrito Federal/Federal District	-	-	1	1	1	1	1

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Estruturas Territoriais, Banco de Estruturas Territoriais.

(1) Unidades administrativas em 01.07. (2) Inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.
 (1) Administrative units on July 1st. (2) Includes the State District of Fernando de Noronha.

Tabela 1.5 - Pontos mais altos do País - 1999*Table 1.5 - Highest points in Brazil - 1999*

Topônimos/ Toponyms	Unidades da Federação/ Federative Units	Localização/ Location	Altitude (m) (1)/ Altitude (m) (1)
Pico da Neblina/ <i>Neblina Peak</i>	Amazonas	Serra Imeri/ <i>Imeri Range</i>	3 014,1
Pico 31 de Março/ <i>31 de Março Peak</i>	Amazonas (2)	Serra Imeri/ <i>Imeri Range</i>	2 992,4
Pico da Bandeira/ <i>Bandeira Peak</i>	Minas Gerais/Espírito Santo	Serra do Caparaó/ <i>Caparaó Range</i>	2 889,8
Pico das Agulhas Negras/ <i>Agulhas Negras Peak</i>	Minas Gerais/Rio de Janeiro	Serra do Itatiaia/ <i>Itatiaia Range</i>	2 787,0
Pico do Cristal/ <i>Cristal Peak</i>	Minas Gerais	Serra do Caparaó/ <i>Caparaó Range</i>	2 780,0
Pedra da Mina/ <i>Mina Rock</i>	Minas Gerais/São Paulo	Serra da Mantiqueira/ <i>Mantiqueira Range</i>	2 770,0
Monte Roraima/ <i>Roraima Mount</i>	Roraima (2) (3)	Serra do Pacaraima/ <i>Pacaraima Range</i>	2 739,3
Morro do Couto/ <i>Couto Mount</i>	Rio de Janeiro	Serra das Prateleiras/ <i>Prateleiras Range</i>	2 680,0
Pedra do Sino de Itatiaia/ <i>Sino de Itatiaia Rock</i>	Minas Gerais	Serra da Mantiqueira/ <i>Mantiqueira Range</i>	2 670,0
Pico Três Estados/ <i>Três Estados Peak</i>	São Paulo/Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira/ <i>Mantiqueira Range</i>	2 665,0
Pedra do Altar/ <i>Altar Rock</i>	Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira/ <i>Mantiqueira Range</i>	2 665,0

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Cadastro de Pontos mais Altos do Brasil.

Notas: 1. Foram considerados os pontos com altitude superior a 2 500 metros.

2. As informações constantes na tabela estão sujeitas a adequações decorrentes de atualização do mapeamento./

1. Only the points over 2,500 meters were included.

2. Information in the table is subject to correction due to mapping update.

(1) As altitudes ao decímetro correspondem às medições de campo e, as demais, à leitura de cartas topográficas. (2) Fronteira com a Venezuela. (3) Fronteira com a Guiana. / (1) Altitudes including decimeters correspond to field measurements and the other altitudes to topographic chart readings.

(2) Venezuela border. (3) Guyana border.

Tabela 1.6 - Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1999

Table 1.6 - Area and hydroelectric potential, by hydrographic basins - 1999

Bacias hidrográficas/ Hydrographic basins	Área (km ²)/ Area (km ²)	Total/ Total	Potencial hidrelétrico (energia firme-GWh)/ Hydroelectric potential (capability-GWh)		
			Em operação e/ou em construção/ In operation and/or under construction	Inventário da viabilidade do potencial básico/ Inventory of basic potential viability	Estimado/ Estimated
Total/Total	8 547 374,7	1 138 288,0	291 640,4	406 527,5	440 120,1
Amazônica/Amazon	3 904 392,8	485 426,8	2 234,0	159 366,2	323 826,5
Tocantins/Tocantins	813 674,1	130 817,8	29 614,4	88 033,6	13 169,8
Atlântico Sul/South Atlantic					
Trecho Norte/Nordeste (1)/ North/Northeastern section (1)	990 229,1	14 207,8	1 486,6	1 079,2	11 642,0
Trecho Leste (2)/ Eastern section (2)	572 295,8	61 943,7	9 900,1	41 044,7	10 998,9
Trecho Sudeste (3)/ Southeastern section (3)	223 810,2	29 869,4	8 774,1	9 370,2	11 725,1
São Francisco/São Francisco	645 067,2	92 522,8	54 713,8	26 811,2	10 997,8
Paraná/Paraná	1 220 411,7	270 168,0	176 740,7	46 580,5	46 846,8
Uruguai/Uruguay	177 493,8	53 331,7	8 176,7	34 241,8	10 913,2

Fonte/Source: Ministério de Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica - SIESI.

Notas: 1. Energia firme é a produção anual garantida.

2. Exclui as áreas referentes às ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e da Trindade e Martin Vaz.

3. Dados sujeitos a retificação. /

Notes: 1. Capability is the annual guaranteed output.

2. Excludes the area of the ocean islands of Fernando de Noronha and of Trindade and Martin Vaz.

3. Data subject to correction.

(1) Compreende as bacias dos rios que desaguam no Oceano Atlântico, ao norte da bacia Amazônica e entre a foz do rio Tocantins e a do rio São Francisco. (2) Compreende as bacias dos rios que desaguam no Oceano Atlântico entre a foz do rio São Francisco e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. (3) Compreende as bacias dos rios que desaguam no Oceano Atlântico ao sul da divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. / (1) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean, to the north of the Amazon Basin and between the mouths of the Tocantins and São Francisco rivers. (2) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean between the mouth of the São Francisco river and the boundary of the States of Rio de Janeiro and São Paulo. (3) Includes the basins of the rivers flowing into the Atlantic Ocean to the south of the boundary of the States of Rio de Janeiro and São Paulo.

**Tabela 1.7 - Unidades de conservação federais,
por Grandes Regiões - 1999**
**Table 1.7 - Federal conservation units,
by Major Regions - 1999**

Unidades de conservação/ Conservation units	Brasil/ Brazil	Grandes Regiões/Major Regions				
		Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro-Oeste/ Central West
Total/ Total	454	102	106	129	62	62
Parques/ <i>Parks</i>	43	10	(1) 12	(1) 10	(1) 9	(1) 6
Reservas biológicas/ <i>Biological reservations</i>	26	8	8	8	1	1
Florestas/ <i>Forests</i>	48	31	2	6	9	-
Estações ecológicas/ <i>Ecological stations</i>	29	10	7	5	4	3
Parques Ecológicos <i>Ecological parks</i>	1	-	-	1	-	-
Reservas Ecológicas <i>Ecological reservations</i>	6	4	1	-	1	-
Reservas extrativistas <i>Extractive reservations</i>	14	8	3	1	1	1
Reservas florestais <i>Forest reservations</i>	9	7	-	-	-	2
Áreas de preservação permanente <i>Permanent preservation areas</i>	5	-	4	1	-	-
Áreas de preservação ambiental <i>Environmental preservation areas</i>	25	(1) 3	(1) 9	8	(1) 4	(1) 4
Áreas de relevante interesse ecológico <i>Areas of special ecological interest</i>	18	2	4	8	3	1
Reservas particulares do patrimônio natural <i>Natural private patrimony reservations</i>	(2) 230	19	56	81	30	44

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas; Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Nota: Dados de dezembro 1999./

Note: Data for December 1999.

(1) Inclui unidade de conservação que abrange mais de uma Grande Região. (2) Dados de novembro de 1999./ (1) Includes conservation unit that occupies more than one Major Region. (2) Data for November 1999.

Tabela 1.8 - Terras indígenas, por situação de demarcação - 1999
 Table 1.8 - Indian lands, with boundaries established or not - 1999

Grandes Regiões/ Major Regions	Situação de demarcação/ Indian land boundaries	
	Não-demarcada/ Not established	Demarcada/ Established
Brasil/Brazil	209	354
Norte/North	122	168
Nordeste/Northeast	25	42
Sudeste/Southeast	5	23
Sul/South	28	36
Centro-Oeste/Central West	29	85

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Cadastro de Unidades de Conservação e Terras Indígenas; Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Superintendência de Assuntos Fundiários; Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

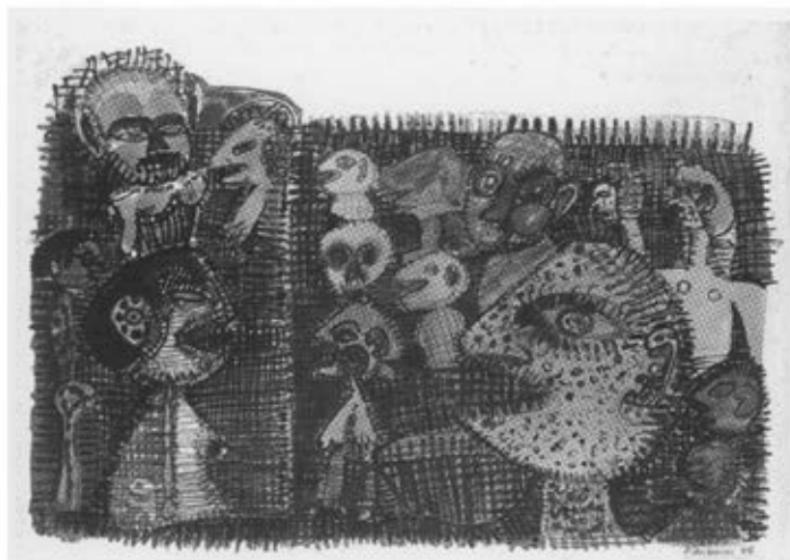
Notas: 1. As terras indígenas que ocupam mais de uma região foram consideradas em uma única, para não haver duplicidade.

2. Dados de dezembro de 1999./

Notes: 1. The Indian lands occupying more than one area have been considered as being in just one to prevent duplication.

2. Data for December 1999.

População



Os Habitantes III, 1964
Rubens Gerchman

Population

População

Os dados demográficos recentes revelam uma profunda transformação na dinâmica demográfica brasileira. Os resultados dos Censos Demográficos 1991 e de 2000 confirmaram a rápida desaceleração no crescimento da população em todo o Território Nacional. A taxa de crescimento da população brasileira, que entre 1950 e 1980 foi de 2,8% ao ano, diminuiu para 1,9% no período 1980-1991 e para 1,6% de 1991 a 2000.

A dinâmica demográfica brasileira recente tem um caráter radicalmente novo: não somente a fecundidade caiu a níveis sem precedentes em nossa história, mas também os outros componentes da dinâmica demográfica - a mortalidade e a migração - não atuam mais como no passado. As transformações na estrutura etária, resultantes destas tendências, revelam um processo irreversível de envelhecimento populacional.

A projeção da população brasileira indica que será alcançado um volume de 207,6 milhões de habitantes no ano de 2020, com uma proporção menor de pessoas jovens e uma proporção maior de idosos. Estes resultados refletem, além da diminuição significativa do ritmo de crescimento, principalmente a interação dos componentes demográficos: fecundidade e mortalidade.

Com relação à fecundidade, a queda de seus níveis, intensificada na década de 80, tem-se mostrado efetiva nos anos recentes. O declínio da fecundidade ficou evidente com os resultados do Censo de 1980, que, entre as novidades mais significativas, apontava uma redução na taxa de crescimento anual da população brasileira no período de 1970-1980. Os primeiros resultados do Censo de 1991 confirmaram a continuidade da queda e causaram surpresa pela intensidade do fenômeno. De fato, as estimativas do nível da fecundidade para o Brasil e suas regiões demonstram uma queda generalizada no período de 1970-1990. De um total de 5,7 filhos por mulher, em 1970, a taxa de fecundidade caiu para 4,0, em 1980, e para 2,7, em 1990, ou seja, o número médio de filhos por mulher reduziu-se a menos da metade em cerca de 20 anos.

A intensidade da queda foi significativa em todas as regiões do País e com certeza atingiu todas as classes sociais e setores da população. A título de exemplo, um estudo realizado pela Fundação Seade, sobre a evolução da fecundidade na década de 80, segundo classes de rendimento familiar, indicou que a maior queda da fecundidade (30,9%) ocorreu na classe de menor renda (até dois salários mínimos), cuja redução foi de 4,17 filhos por mulher, em 1980, para 2,88, em 1986. Para as mulheres com maior rendimento familiar (superior a dez salários mínimos), a queda foi de 4,4%, passando de 2,29 para 2,19 filhos.

Uma redução tão rápida da fecundidade pressupõe elevados níveis de prevalência da anticoncepção e a utilização de métodos de alta eficácia no controle da fecundidade. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 1986, revelaram que 70% das mulheres casadas ou unidas, na faixa etária de 15 a 54 anos, usavam meios anticoncepcionais. A esterilização e a pílula apareceram como os métodos de maior prevalência, perfazendo juntos 85% das mulheres usuárias.

As esterilizações cirúrgicas são realizadas, em sua grande maioria, por ocasião de uma cesárea. A elevada proporção de cesáreas no Brasil contribui, por sua vez, para delimitar o número máximo de filhos por mulher.

É pouco provável que ocorra uma reversão nesta tendência nas próximas décadas, principalmente em função das alterações observadas no padrão etário da fecundidade: concentração nas idades mais jovens do período reprodutivo e sua rápida interrupção em decorrência da grande utilização de métodos anticoncepcionais, sobretudo da esterilização. As projeções consideraram que a taxa de fecundidade continuará diminuindo até atingir o nível de, aproximadamente, dois filhos por mulher, em 2020.

Quanto à mortalidade, considera-se que seus níveis continuarão diminuindo, já que uma proporção significativa dos óbitos ocorridos no País é evitável através de medidas preventivas de saúde pública. Todas as grandes regiões do Brasil conheceram um declínio importante da mortalidade e, consequentemente, um aumento rápido da esperança de vida ao nascer. Durante o período de 1960-1991, a esperança de vida no Brasil passou de 52,67 anos para 66,03, o que significa um aumento de mais de dois anos de vida, em média, a cada cinco anos.

Esta evolução está associada a mudanças importantes no perfil de causas de morte, tendo ocorrido uma redução significativa da participação das doenças infecciosas e parasitárias na mortalidade brasileira.

As doenças do aparelho circulatório, as causas externas (acidentes, envenenamentos e violências) e as neoplasias passaram a uma posição de maior destaque no conjunto de todas as causas. Este processo tem ocorrido de forma segmentada (social e espacial), em que perfis antigos de mortalidade convivem com os novos, com freqüência dentro de uma mesma área geográfica, gerando uma espécie de duplo ou mesmo múltiplo padrão epidemiológico.

O aumento da esperança de vida no Brasil deve-se também, em grande parte, à redução dos níveis de mortalidade infantil. O rápido decréscimo da mortalidade infantil decorre, principalmente, do controle das causas exógenas, relacionadas diretamente com a qualidade do meio ambiente. As doenças infecciosas e parasitárias que predominavam neste grupo de causas relacionava-se, em grande parte, com as doenças diarréicas que provocam a morte por desidratação.

As projeções consideram que a esperança de vida ao nascer continuará aumentando e atingirá o nível de 75,50 anos, em 2020.

A tendência de queda da fecundidade, associada ao aumento da esperança de vida, alimenta um processo rápido de envelhecimento populacional, acompanhado de uma desaceleração importante das taxas de crescimento da população brasileira.

O aumento da proporção de pessoas idosas no total da população determina uma mudança no perfil da demanda por serviços sociais. O que a sociedade poderá fazer para encarar as demandas mais específicas de seus cidadãos mais idosos? Quais são, por exemplo, as consequências do envelhecimento populacional sobre pensões, atenção à saúde, lazer, etc.?

A projeção da população, até o ano de 2020, coloca em evidência o fato de que a população idosa aumentará a uma taxa média superior à da população em idade economicamente ativa. Isto significa que a relação entre população idosa e população em idade ativa aumentará sensivelmente. Estas mudanças pressupõem uma forte pressão demográfica sobre os mecanismos de financiamento do sistema de previdência social.

A saúde pública sofre igualmente o impacto imediato do processo de envelhecimento da população. As transformações da estrutura etária da população brasileira implicam modificações importantes no perfil da morbidade. As doenças crônicas ou degenerativas adquirem maior peso, demandam mais leitos hospitalares, períodos mais longos de hospitalização e tratamentos que requerem tecnologias mais complexas e mais onerosas.

Na educação, por outro lado, a redução do ritmo de nascimentos pode significar um momento adequado para investir na qualidade do ensino fundamental.

Esta nova realidade demográfica coloca todo um conjunto de questões à sociedade brasileira e, particularmente, ao governo, no que concerne à reavaliação das políticas sociais.

Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira

Pesquisador da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Population

Recent demographic data show a profound transformation in Brazilian demographic dynamics. The results of the Demographic Censuses of 1991 and of 2000 confirm the rapid deceleration in population growth nationwide. The growth rate for the population of Brazil - 2.8% in the period between 1950 and 1980 - fell to 1.9% in the period 1980-1991 and to 1.6% in the period 1991-2000.

The recent Brazilian demographic dynamics have a radically new character: not only has fertility fallen to low levels that are unprecedented in the history of Brazil, but the other components of demographic dynamism - mortality and migration - no longer operate as in the past. The resulting transformations in the age structure show an irreversible process of populational ageing.

Projection of the Brazilian population indicates that it will reach 207.6 million inhabitants in 2020, with a lower proportion of young people and an even higher proportion of elderly. These results reflect, above all, the interaction of the demographic components fertility and mortality, as well as a marked fall in the growth rate.

With regard to fertility, the sharp fall in its level that occurred in the 1980s has continued into recent years. The fall in fertility was clearly shown in the Census results of 1980, which, among other more significant novelties, showed a decrease in the annual growth rate of the Brazilian population from 1970-1980. The first results of the Census of 1991 confirmed the continuity of the fall as well as its surprising intensity. Indeed, fertility level estimates for Brazil and its regions showed a widespread fall in the period 1970-1990. Of a total 5.7 children per woman in 1970, the fertility rate fell to 4.0 in 1980 and 2.7 in 1990. In other words, the average number of children per woman fell to less than half in roughly 20 years.

The intensity of the fall was significant in all regions of Brazil and definitely affected all social classes and sectors of the population. By way of an example, a SEADE Foundation study of changes in fertility in the 1980s by family income class, showed that the greatest drop in fertility (30.9%) occurred in the lowest-income groups (those earning up to 2 minimum wages), whose reduction was from 4.17 children

per woman in 1980 to 2.88 in 1986. For women in the high family-income group (above 10 minimum wages), the fall was only 4.4%, from 2.29 to 2.19 children.

Such a rapid fall in fertility presupposes high levels of contraceptive prevalence and the use of highly-effective methods in the control of fertility. Data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (National Household Sample Survey) of 1986 show that 70% of women in the 15 to 54-year-old age group, who were married or cohabiting, used contraceptive methods. Sterilization and the pill were the most prevalent methods, together accounting for 85% of female users.

Surgical sterilizations are mostly carried out when a cesarean is performed. In turn, the high rate of cesareans in Brazil helps delimit the maximum number of children per woman.

There is unlikely to be a reversal of this trend in forthcoming decades, mainly as a result of the changes observed in the age-range pattern of fertility: concentration at the younger end of the reproductive period and a rapid interruption due to the widespread use of contraceptive methods, especially sterilization. Projections assume that the fertility rate will continue to decline until reaching the level of approximately two children per woman in 2020.

As regards mortality, levels are expected to continue falling, since many deaths in Brazil are avoidable by means of preventive public health measures. All major regions of Brazil experienced a marked decline in mortality, and consequently a rapid rise in life expectancy at birth. In the period 1960-1991 life expectancy in Brazil increased from 52.67 years to 66.03, an increase of over 2 years of life, on average, every five years. This change is associated with important changes in the cause-of-death profile, in which there has been a significant reduction in the importance of infectious and parasitic diseases in Brazilian mortality.

Diseases of the circulatory system, external causes (accidents, poisonings and violence) and neoplasms now occupy a more important position in the set of all causes. This process has occurred in segments (social and spatial), where older mortality profiles coexist with newer ones, often within the same geographical area, to create a kind of double or even multiple epidemiological pattern.

The rise in life expectancy in Brazil is also largely due to a reduction in infant mortality levels. The sharp fall in infant mortality results mainly from the control of exogenous causes related directly to the

quality of the environment. Infectious and parasitic diseases predominate among the group of causes of child death; most are related to diarrheal disease that lead to death from dehydration.

Projections assume that life expectancy at birth will continue to rise, reaching 75.50 years in 2020.

The falling trend in fertility, associated with the rising trend in life expectancy, is fueling a rapid ageing process in the population, in conjunction with a marked deceleration in the Brazilian population growth rate.

The increased proportion of elderly people in the total population leads to a change in the demand profile for social services. What can society do to face the specific demands of its older citizens? What are, for example, the consequences of an ageing population for pensions, health care, leisure, and so on?

The population projection to 2020 highlights the fact that the elderly population will be increasing at a faster rate than that of the economically active population. This means that the ratio of the elderly population to the economically active population will rise markedly. These changes will lead to strong demographic pressure on the financing mechanisms of the social welfare system.

Public health is also suffering the immediate impacts of the population ageing process. Transformations in the age structure of the Brazilian population will lead to major changes in the morbidity profile. Chronic or degenerative diseases will acquire greater weight, requiring more hospital beds, longer hospital stays and more technologically complex and financially burdensome treatments.

However, in education, the reduction in the birth rate may indicate a suitable moment for investment in the quality of primary education.

This new demographic reality poses a whole set of questions for Brazilian society and in particular the government, with regard to the reassessment of social policies.

Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira

Researcher, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Gráfico 2.1 - População residente total, por sexo e grupos de idade - 1980/1996

Graph 2.1 - Total resident population, by sex and group of age - 1980/1996

80 anos e mais / 80 years and over

70 a 74 anos / 70 to 74 years old

60 a 64 anos / 60 to 64 years old

50 a 54 anos / 50 to 54 years old

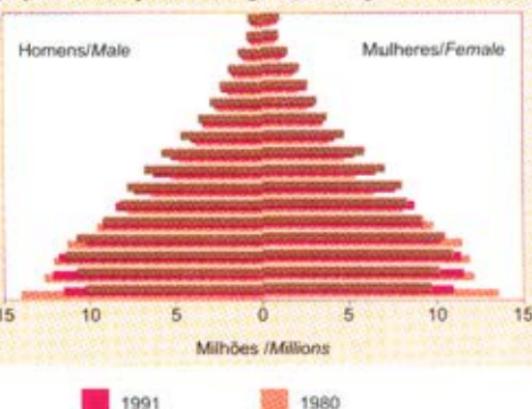
40 a 44 anos / 40 to 44 years old

30 a 34 anos / 30 to 34 years old

20 a 24 anos / 20 to 24 years old

10 a 14 anos / 10 to 14 years old

0 a 4 anos / 0 to 4 years old



Fontes/Sources: Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 4, n. 1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996; Contagem da População 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

Gráfico 2.2 - Projeção preliminar da população - 2000/2020

Graph 2.2 - Preliminary population projections - 2000/2020

80 anos e mais / 80 years and over

75 a 79 anos / 75 to 79 years old

70 a 74 anos / 70 to 74 years old

65 a 69 anos / 65 to 69 years old

60 a 64 anos / 60 to 64 years old

55 a 59 anos / 55 to 59 years old

50 a 54 anos / 50 to 54 years old

45 a 49 anos / 45 to 49 years old

40 a 44 anos / 40 to 44 years old

35 a 39 anos / 35 to 39 years old

30 a 34 anos / 30 to 34 years old

25 a 29 anos / 25 to 29 years old

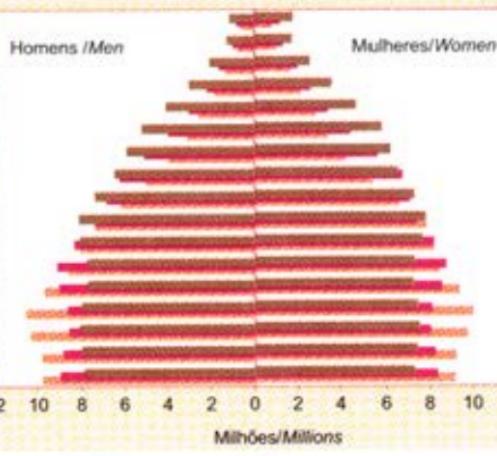
20 a 24 anos / 20 to 24 years old

15 a 19 anos / 15 to 19 years old

10 a 14 anos / 10 to 14 years old

5 a 9 anos / 5 to 9 years old

0 a 4 anos / 0 to 4 years old



Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.

Tabela 2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 2000
 Table 2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 2000

(continua/continues)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Situação do domicílio/ Residence		Sexo/ Sex	
		Urbana/ Urban	Rural/ Rural	Homens/ Male	Mulheres/ . Female
Brasil/ Brazil	169 544 443	137 697 439	31 847 004	83 423 553	86 120 890
Norte/ North	12 919 949	9 005 797	3 914 152	6 537 416	6 382 533
Rondônia	1 377 792	883 048	494 744	706 816	670 976
Acre	557 337	369 796	187 541	280 647	276 690
Amazonas	2 840 889	2 108 478	732 411	1 427 031	1 413 858
Roraima	324 152	246 732	77 420	165 830	158 322
Pará	6 188 685	4 115 774	2 072 911	3 127 760	3 060 925
Amapá	475 843	423 581	52 262	238 821	237 022
Tocantins	1 155 251	858 388	296 863	590 511	564 740
Nordeste/ Northeast	47 679 381	32 919 667	14 759 714	23 368 946	24 310 435
Maranhão	5 638 381	3 355 577	2 282 804	2 803 528	2 834 853
Piauí	2 840 969	1 787 047	1 053 922	1 396 179	1 444 790
Ceará	7 417 402	5 303 741	2 113 661	3 620 263	3 797 139
Rio Grande do Norte	2 770 730	2 030 585	740 145	1 355 994	1 414 736
Paraíba	3 436 718	2 441 633	995 085	1 667 731	1 768 987
Pernambuco	7 910 992	6 052 142	1 858 850	3 821 442	4 089 550
Alagoas	2 817 903	1 917 388	900 515	1 375 869	1 442 034
Sergipe	1 779 522	1 270 429	509 093	871 594	907 928
Bahia	13 066 764	8 761 125	4 305 639	6 456 346	6 610 418

Tabela 2.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo - 2000

Table 2.1 - Resident population, by urban/rural residence and sex - 2000

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Total/ Total	Situação do domicílio/ <i>Residence</i>		Sexo/ <i>sex</i>	
		Urbana/ <i>Urban</i>	Rural/ <i>Rural</i>	Homens/ <i>Male</i>	Mulheres/ <i>Female</i>
Sudeste/ <i>Southeast</i>	72 262 411	65 410 765	6 851 646	35 346 223	36 916 188
Minas Gerais	17 835 488	14 623 990	3 211 498	8 821 977	9 013 511
Espírito Santo	3 093 171	2 459 464	633 707	1 532 347	1 560 824
Rio de Janeiro	14 367 225	13 798 169	569 056	6 887 203	7 480 022
São Paulo	36 966 527	34 529 142	2 437 385	18 104 696	18 861 831
Sul/ <i>South</i>	25 071 211	20 290 287	4 780 924	12 383 407	12 687 804
Paraná	9 558 126	7 782 005	1 776 121	4 735 030	4 823 096
Santa Catarina	5 333 284	4 197 287	1 135 997	2 657 663	2 675 621
Rio Grande do Sul	10 179 801	8 310 995	1 868 806	4 990 714	5 189 087
Centro-Oeste/ <i>Central West</i>	11 611 491	10 070 923	1 540 568	5 787 561	5 823 930
Mato Grosso do Sul	2 075 275	1 744 404	330 871	1 038 398	1 036 877
Mato Grosso	2 498 150	1 982 969	515 181	1 283 568	1 214 582
Goiás	4 994 897	4 389 108	605 789	2 487 814	2 507 083
Distrito Federal/ <i>Federal District</i>	2 043 169	1 954 442	88 727	977 781	1 065 388

Fonte/SOURCE: Censo demográfico 2000: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, p. 4, 2000.

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos - 1991/2000

Table 2.2 - Demographic indicators - 1991/2000

(continua/continues)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Taxa de urbanização (%) / Urbanization rate (%)	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/1996/ Mean geometric rate of annual increase	Densidade demográfica (hab./km ²) / Demographic density (inhab./km ²)	Coeficiente de masculinidade/ Ratio of males to females
Brasil/ Brazil	81,22	1,63	19,84	96,87
Norte/ North	69,70	2,88	3,34	102,43
Rondônia	64,09	2,22	5,78	105,34
Acre	66,35	3,29	3,64	101,43
Amazonas	74,22	3,43	1,80	100,93
Roraima	76,12	4,57	1,44	104,74
Pará	66,50	2,54	4,94	102,18
Amapá	89,02	5,74	3,32	100,76
Tocantins	74,30	2,59	4,15	104,56
Nordeste/ Northeast	69,04	1,30	30,54	96,13
Maranhão	59,51	1,52	16,91	98,90
Piauí	62,90	1,08	11,26	96,64
Ceará	71,50	1,73	50,68	95,34
Rio Grande do Norte	73,29	1,55	51,98	95,85
Paraíba	71,05	0,80	60,74	94,28
Pernambuco	76,50	1,18	79,96	93,44
Alagoas	68,04	1,29	100,88	95,41
Sergipe	71,39	2,00	80,70	96,00
Bahia	67,05	1,09	23,03	97,67

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos - 1991/2000

Table 2.2 - Demographic indicators - 1991/2000

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Taxa de urbanização (%) / <i>Urbanization rate (%)</i>	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/1996/ <i>Mean geometric rate of annual increase</i>	Densidade demográfica (hab./km ²) / <i>Demographic density (inhab./km²)</i>	Coeficiente de masculinidade/ <i>Ratio of males to females</i>
Sudeste/ Southeast	90,52	1,60	77,93	95,75
Minas Gerais	81,99	1,41	30,31	97,88
Espírito Santo	79,51	1,96	66,97	98,18
Rio de Janeiro	96,04	1,30	327,20	92,07
São Paulo	93,41	1,78	148,57	95,99
Sul/ South	80,93	1,41	43,43	97,60
Paraná	81,42	1,39	47,86	98,17
Santa Catarina	78,70	1,82	55,88	99,33
Rio Grande do Sul	81,64	1,22	36,09	96,18
Centro-Oeste/ Central West	86,73	2,36	7,20	99,38
Mato Grosso do Sul	84,06	1,73	5,79	100,15
Mato Grosso	79,38	2,37	2,75	105,68
Goiás	87,87	2,47	14,64	99,23
Distrito Federal/ Federal District	95,66	2,77	350,93	91,78

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.

Tabela 2.3 - Projeções preliminares de população e taxas - 1998-2020**Table 2.3 - Preliminary population projections and rates - 1998-2020**

Ano/ Year	População/ Population	Taxa bruta de natalidade (por 1 000hab.) <i>Crude live birth rate (per 1,000inhab.)</i>	Taxa bruta de natalidade (por 1 000hab.) <i>Crude death rate (per 1,000inhab.)</i>	Esperança de vida ao nascer/ Expectation of life at birth	Taxa de mortalidade infantil (1) <i>Infant mortality rate (1)</i>	Taxa de fecundidade total/ <i>Total fertility rate</i>
1998	161 790 311	20,30	6,75	68,02	39,35	2,25
1999	163 947 554	20,10	6,72	68,32	38,38	2,22
2000	166 112 518	19,97	6,70	68,62	37,41	2,20
2001	168 288 748	19,81	6,67	68,92	36,43	2,18
2002	170 472 971	19,64	6,65	69,23	35,45	2,16
2003	172 660 461	19,43	6,63	69,54	34,48	2,14
2004	174 850 798	19,27	6,61	69,85	33,50	2,13
2005	177 043 039	19,06	6,59	70,17	32,51	2,12
2006	179 231 290	18,84	6,57	70,49	31,53	2,11
2007	181 409 923	18,59	6,56	70,82	30,55	2,10
2008	183 579 662	18,38	6,54	71,15	29,56	2,10
2009	185 734 517	18,08	6,52	71,48	28,57	2,09
2010	187 862 137	17,75	6,50	71,82	27,58	2,08
2011	189 964 445	17,49	6,48	72,17	26,59	2,08
2012	192 044 884	17,23	6,46	72,52	25,60	2,08
2013	194 094 332	16,90	6,44	72,87	24,60	2,07
2014	196 112 097	16,65	6,43	73,23	23,61	2,07
2015	198 105 420	16,41	6,41	73,59	22,61	2,07
2016	200 075 147	16,19	6,40	73,96	21,61	2,07
2017	202 014 758	15,91	6,40	74,34	20,61	2,06
2018	203 925 784	15,72	6,39	74,72	19,61	2,06
2019	205 818 683	15,55	6,39	75,11	18,60	2,06
2020	207 696 505	15,39	6,39	75,50	17,60	2,06

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.

(1) Calculada para cada mil nascidos vivos. /(1) *Estimated per 1,000 live births*.

Gráfico 2.3 - Esperança de vida ao nascer - 1930/2000
 Graph 2.3 - Expectation of life at birth - 1930/2000

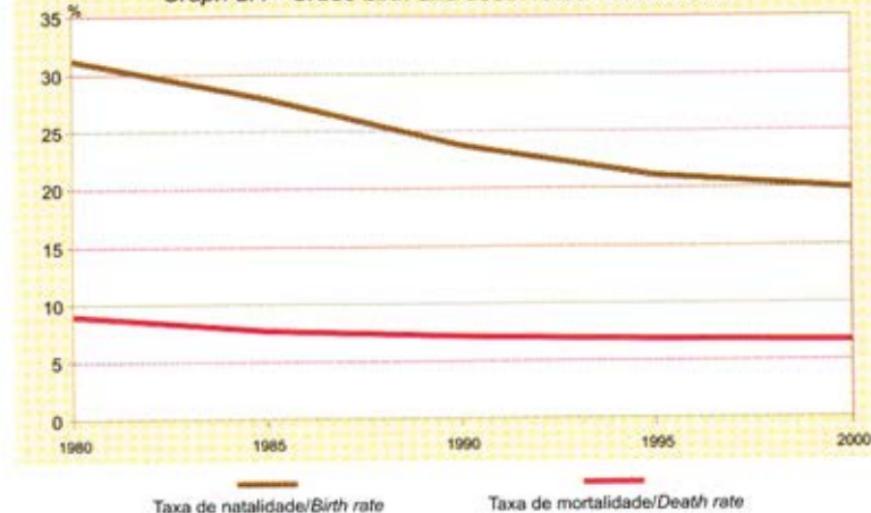


Fontes/Sources: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988.2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Mendes, Márcia M.S. et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. (Textos para discussão, n. 73); Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08), Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos.

Nota: Indicadores implícitos na projeção preliminar da população brasileira, pelo método das componentes, para o período de 1980/2000.

Note: Indicators implicit in the preliminary projection of the Brazilian population, by the method of components, for the 1980/2000 period.

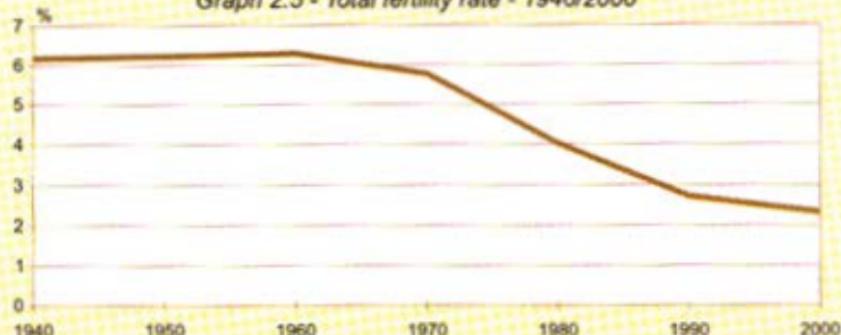
Gráfico 2.4 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade - 1980/2000
 Graph 2.4 - Crude birth and death rates - 1980/2000



Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais.

Gráfico 2.5 - Taxa de fecundidade total - 1940/2000

Graph 2.5 - Total fertility rate - 1940/2000



Fontes/Sources: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1968/2, ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Mendes, Marcia M.S. et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. (Textos para discussão, n. 73); Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA/BRASIL (BRA/98/P06), Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos.

Nota: Indicadores implícitos na projeção preliminar da população brasileira, pelo método das componentes, para o período de 1980/2000.

Note: Indicators implicit in the preliminary projection of the Brazilian population, by the method of components, for the 1980/2000 period.

Tabela 2.4 - Indicadores demográficos, por países selecionados - 1999

Table 2.4 - Demographic indicators, by selected countries - 1999

Países selecionados/ Selected countries	Taxa de urbanização (%)/ Urbanization rate (%)	Taxa de fecundidade total (%)/ Total fertility rate (%)
Alemanha/Germany	86	1,3
Canadá /Canada	77	1,5
Estados Unidos/United States	75	2,0
França/France	74	1,7
Japão/Japan	79	1,4
Itália /Italy	90	1,2
Reino Unido/United Kingdom	89	1,7
Argentina/Argentina	89	2,6
Brasil /Brazil	(1) 81	(1) 2,2
Chile /Chile	85	2,4
Paraguai /Paraguay	52	4,4
Uruguai /Uruguay	91	2,4

Fonte/Source: Cuadro de la población mundial 1999. Washington, D.C.: Population Reference Bureau, 1999.

(1) Indicador calculado a partir do Censo Demográfico 2000. / (1) Indicator calculated on the basis of the 2000 Demographic Census.

Habitação



Estudo para Estamperia nº 17, 1920
Antônio Gomide

Housing

Habitacão

O crescimento populacional no Brasil nas últimas décadas vem acompanhado de um rápido processo de urbanização. De 1940 a 1999 a população total quadruplicou, passando de pouco mais de 41 milhões para mais de 164 milhões de habitantes. Ao mesmo tempo, a população urbana que representava pouco mais de 30% da população total em 1940, com menos de 13 milhões de habitantes, passou a representar, em 1999, mais de 80% da população total, com mais de 131 milhões de habitantes, o que representa um crescimento de mais de 10 vezes. Esse processo, ocorrido ao longo dos últimos 60 anos, aliado ao baixo poder aquisitivo de parcela considerável da população, definiu as atuais condições de habitabilidade e de salubridade das cidades brasileiras, configurando-se no grande desafio para o poder público no que se refere ao provimento de infra-estrutura urbana e de moradias adequadas para aquele segmento menos favorecido da população.

O processo de adensamento nas áreas urbanas, provocado predominantemente pelos estratos populacionais de baixa renda, trouxe ainda como consequência a proliferação de assentamentos humanos informais em grande parte das cidades.

A análise da evolução do número de domicílios particulares permanentes evidencia o dinamismo do processo de urbanização do País. Em 1960, o País possuía cerca de 13,5 milhões de domicílios particulares permanentes, sendo que 6,3 milhões (47,4%) estavam localizados nas áreas urbanas e 7,1 milhões (52,6%) nas áreas rurais. Em 1999, ou seja, quase 40 anos depois, os domicílios rurais passaram para 7,9 milhões representando um incremento de apenas 11%, enquanto os domicílios urbanos passaram para 34,9 milhões, representando um incremento acima de 400%.

A partir de 1964, quando o número de domicílios urbanos era de 7,7 milhões, os financiamentos com recursos do FGTS e das caderetas de poupança progressivamente se incorporaram ao processo de produção habitacional, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Daquele ano até 1999, o incremento ao estoque habitacional urbano total foi de 27,1 milhões de domicílios, dos quais 7,2 milhões

foram financiados com a utilização das aludidas fontes de recursos, o que representa uma contribuição da ordem de 27% ao incremento dos domicílios urbanos.

Deve-se ressaltar que, em relação ao mencionado incremento do estoque habitacional brasileiro, o qual é predominantemente urbano, há uma forte tendência em favor da aquisição do imóvel em detrimento do aluguel, diferentemente de outros países, onde uma clara política de locação incentiva o investimento em imóveis, como uma forma de poupança a ser usufruída na fase de aposentadoria. Os dados de 1999 revelam que 74,2% dos domicílios são próprios, 11,6% são cedidos, enquanto apenas 13,7% são alugados, indicando uma nítida necessidade de se fortalecer uma política de locação no Brasil. Nesse sentido, em 1999, o Governo Federal deu um importante passo ao criar e implantar o Programa de Arrendamento Residencial - PAR -, operado pela CAIXA, que tem como filosofia básica proporcionar o acesso à moradia pelas populações com renda situada na faixa de até 6 salários mínimos, através de contrato de arrendamento residencial com prazo de até 180 meses, e com opção de compra ao final do prazo contratual, mediante o pagamento de uma taxa de arrendamento equivalente a 0,7% do valor do imóvel, normalmente bastante inferior ao valor de mercado de locação residencial nas diferentes regiões do País.

No entanto, as precárias condições de habitabilidade e de insalubridade de muitos domicílios, inclusive com elevada densidade domiciliar, permanecem como o mais grave fenômeno e o maior desafio no meio urbano.

A continuada redução da taxa de crescimento populacional implicaria, em tese, uma queda do ritmo de crescimento do déficit habitacional. Entretanto, a redução da densidade domiciliar média (3,94 pessoas, em 1996, para 3,64, em 1999), como resultado das tendências estruturais de diminuição do tamanho das famílias e de aumento dos domicílios com ocupação unipessoal tem como consequência uma maior necessidade de incremento do número de domicílios. A análise do déficit habitacional continua indicando a coabitação familiar como a razão preponderante de sua magnitude elevada.

No que se refere aos serviços de saneamento ambiental, a presença do Estado tem sido marcante, tanto na prestação direta dos serviços quanto na viabilização dos recursos financeiros. A prolongada crise fiscal por que vem passando o País, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80, provocou um forte impacto nos investimentos nesses serviços essenciais, cujos níveis de cobertura apresentam-

tam-se de forma bastante heterogênea: 79,8% dos domicílios urbanos e rurais dispõem de abastecimento de água tratada, 64,6% de coleta de esgoto (rede geral ou fossa séptica). A região de melhores índices de cobertura é a Região Sudeste, onde 88,9% dos domicílios possuem rede geral de água e 84,2% coleta de esgotos, enquanto a Região Nordeste apresenta o pior índice de cobertura com 66,8% de domicílios com rede geral de água e 36,3% de coleta de esgoto. A proporção dos domicílios com coleta de lixo tem crescido na última década. Em 1992, 66,5% dos domicílios possuíam esse serviço, enquanto em 1999 essa percentagem havia se elevado para 79,9% dos domicílios. Permanecem ainda muito baixos os níveis de tratamento dos esgotos sanitários e de disposição final adequada dos resíduos sólidos.

O quadro de crescente degradação do meio ambiente, aliado ao fato de que o déficit dos serviços de saneamento básico concentra-se nos segmentos de baixa renda, coloca esta questão como um dos maiores desafios, em termos de políticas públicas voltadas para saúde e preservação ambiental, no início do novo século que se avizinha. O progressivo esgotamento da capacidade de financiamento do setor público fez com que as taxas anuais médias de investimentos no saneamento básico (água e esgoto) apresentassem uma evolução fortemente declinante, passando de 0,34% do PIB nos anos 70, para menos de 0,12% do PIB na década de 90.

O processo de urbanização aliado à estabilidade econômica, com o impacto favorável desta sobre a população de mais baixa renda, em termos da distribuição da renda nacional, tem trazido como consequência uma inserção daquela população nos hábitos de consumo da vida contemporânea, tanto na área urbana como na área rural, como atesta a evolução dos domicílios particulares permanentes com energia elétrica, passando de 88,8%, em 1992, para 94,8%, em 1999. Da mesma forma, é crescente a existência nos domicílios urbanos e rurais de todos os bens duráveis analisados, tais como: fogão, geladeira, televisão e rádio. Em 1992, 83,1% dos domicílios urbanos e 37,4% dos domicílios rurais possuíam televisão. Esses números, em 1999, correspondiam a 87,7% e 63,8%, respectivamente. Tais indicadores revelam as transformações que estão ocorrendo nos hábitos de consumo das famílias brasileiras no limiar do novo século.

Emílio Carazzai
Presidente da Caixa Econômica Federal

The population growth in Brazil in the last decades has been followed by a fast urbanization process. From 1940 to 1999 the total population has quadrupled, from a little over 41 million to more than 164 million inhabitants. At the same time, the urban population that represented slightly over 30% of the total population in 1940, with less than 13 million inhabitants, in 1999 went up to more than 80% of the total population, with over 131 million inhabitants, increasing more than ten times. This process, which has been occurring in the course of the last 60 years, allied to the low purchasing power of a substantial share of the population, defined the present conditions of habitability and salubriousness of Brazilian cities. It poses a great challenge to the public power when it comes to providing that less favored segment of the population with urban infrastructure and adequate housing.

The increasing density in urban areas, induced predominantly by low-income population strata, carried also as a consequence the proliferation of informal human settlements in great part of most cities.

The analysis of the evolution of the number of permanent privately owned housing units evinces the dynamism of the urbanization process in the country. In 1960, the country held about 13.5 million permanent privately owned housing units. Of those, 6.3 million units (47.4%) were located in urban areas and 7.1 million units (52.6%) in rural areas. In 1999, that is, almost 40 years later, rural units were 7.9 million, an increment of just 11%, while urban units were 34.9 million, an increase of over 400%.

Starting in 1964, when the number of urban housing units was 7.7 million, financing with funds from the FGTS and savings accounts became progressively incorporated to the process of housing production, with the creation of the National Housing System-SFH. From that year until 1999, the increment to the urban housing inventory was of 27.1 million units, of which 7.2 million were financed by the mentioned sources of funds, representing a contribution of 27% to the increment of urban housing units.

It should be stressed that, regarding the mentioned increment in the Brazilian housing inventory, which is predominantly urban, there is a strong tendency in favor of acquiring the property instead of leasing it, differently from other countries where a clear policy regarding leases encourages investment in real estate as form of savings to be used at retirement time. Data for 1999 reveal that 74.2% of housing units are owner-occupied, 11.6% are lent to others, while just 13.7% are rented, indicating a clear need to strengthen a leasing policy in Brazil. Towards this goal, the Federal Government took a significant step when it created and implemented the Residential Renting Program-PAR, operated by the Federal Savings Bank-CAIXA. Its basic philosophy is providing the population with income up to six minimum wages access to housing, through residential leasing contracts with a maximum term of 180 months and an option to buy the property at the end of the contractual term, by means of payment of a leasing rate equivalent to 0.7% of the real estate value. It is usually quite below the market value of residential leasing in the different regions of the country.

However, precarious conditions of habitability and salubriousness of many housing units, including the high occupant density, continue to be the most serious phenomenon and the greatest challenge in the urban milieu.

The continuing reduction of the population growth rate would imply, at least in theory, a fall in the rhythm of growth of the housing deficit. However, reduction of the average occupant density (3.94 persons in 1996 to 3.64 persons in 1999), as a result of structural trends of decline in family size and increase of one-person units, has as a consequence a greater need of increment in the number of units. Analysis of the housing deficit continues to indicate family cohabitation as the preponderant reason of its high magnitude.

Regarding environmental sanitation services, the presence of the State has been significant, both in directly rendered services and funds made available. The protracted fiscal crisis the country has been going through, particularly from the second half of the eighties on, caused a strong impact in investments on these essential services. Their coverage levels are quite heterogeneous: 79.8% of urban and rural housing units have treated water supply, 64.6% have sewage disposal (public system or septic tank). The region with the best coverage indexes is the Southeast Region, where 88.9% of housing

units are connected to public water supply system and 84.2% to sewage disposal system, while the Northeast Region presents the worst coverage index, with 66.8% of housing units with water supply and 36.3% with sewage disposal. The proportion of housing units with refuse disposal has been growing in the last decade. In 1992, 66.5% of housing units had that service, while in 1999 the percentage had increased to 79.9% of units. Levels of sewage treatment and adequate final disposal of solid residues are still very low.

The increasing scenario of environmental degradation, allied to the fact that the deficit of sanitation services is concentrated in the low-income segments, poses this issue as one of the greatest challenges in terms of public policies towards health and environmental preservation, at the beginning of the new century. The progressive depletion of the public sector's financing capacity made the annual average rates of investment on basic sanitation (water and sewerage) present a sharply declining evolution, from 0.34% of the GDP in the seventies to less than 0.12% of the GDP in the nineties.

The urbanization process allied to economic stability, with the latter favorable impact on the lower-income population, in terms of income distribution, has brought as a consequence the insertion of that population in consumer habits of the contemporary life, both in urban and rural areas. This is shown by the evolution of permanent privately owned housing units with electricity, from 88.8% in 1992 to 94.8% in 1999. Similarly, the presence is growing in housing units, both urban and rural, of all durable goods analyzed, such as stoves, refrigerators, television and radio sets. In 1992, 83.1% of urban units and 37.4% of rural units had TV sets. These figures, in 1999, went up to 87.7% and 63.8%, respectively. These indicators reveal the transformations that are taking place in consumer habits of Brazilian families at the threshold of the new century.

Emílio Carazzai
President, Caixa Econômica Federal

Tabela 3.1 - Domicílios particulares permanentes e média de moradores por domicílio, com indicação da situação do domicílio - 1999

Table 3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1999

(continua/continues)

Unidades da Federação/ Federative Units	Domicílios particulares permanentes/ Permanent private housing units			Média de moradores por domicílio/ Average number of residents		
	Total/ Total	Urbano/ Urban	Rural/ Rural	Total/ Total	Urbano/ Urban	Rural/ Rural
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Brasil/Brazil	42 851 326	34 870 828	7 980 498	3,72	3,64	4,07
Rondônia	(3) 216 340	216 340	...	3,84	3,84	...
Acre	(3) 87 915	87 915	...	4,01	4,01	...
Amazonas	(3) 426 359	426 359	...	4,54	4,54	...
Roraima	(3) 48 242	48 242	...	4,08	4,08	...
Pará	(3) 703 032	703 032	...	4,51	4,51	...
Amapá	(3) 82 469	82 469	...	4,81	4,81	...
Tocantins	282 912	182 560	100 352	3,98	3,94	4,05
Maranhão	1 224 964	557 704	667 260	4,41	4,22	4,57
Piauí	643 777	378 089	265 688	4,23	4,12	4,38
Ceará	1 698 863	1 165 070	533 793	4,16	4,05	4,40
Rio Grande do Norte	630 991	428 547	202 444	4,20	4,04	4,52
Paraíba	847 201	588 151	259 050	3,95	3,75	4,40
Pernambuco	1 895 952	1 484 928	411 024	3,99	3,89	4,38
Alagoas	652 400	436 251	216 149	4,15	4,04	4,37
Sergipe	431 097	306 733	124 364	3,97	3,91	4,13
Bahia	3 235 841	2 038 781	1 197 060	4,00	3,90	4,17

Tabela 3.1 - Domicílios particulares permanentes e média de moradores por domicílio, com indicação da situação do domicílio - 1999

Table 3.1 - Permanent privately owned housing units and average number of residents, by urban or rural situation - 1999

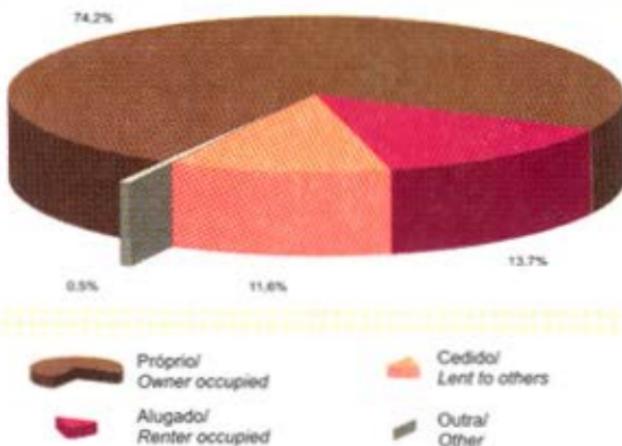
(conclusão/concluded)

Unidades da Federação/ Federative Units	Domicílios particulares permanentes/ Permanent private housing units			Média de moradores por domicílio/ Average number of residents		
	Total/ Total	Urbano/ Urban	Rural/ Rural	Total/ Total	Urbano/ Urban	Rural/ Rural
Minas Gerais	4 605 324	3 617 704	987 620	3,75	3,67	4,02
Espírito Santo	804 119	615 334	188 785	3,66	3,61	3,82
Rio de Janeiro	4 184 468	3 993 633	190 835	3,30	3,28	3,67
São Paulo	10 001 344	9 354 890	646 454	3,58	3,56	3,88
Paraná	2 626 502	2 132 624	493 878	3,56	3,49	3,86
Santa Catarina	1 424 425	1 077 170	347 255	3,57	3,46	3,89
Rio Grande do Sul	2 989 917	2 410 881	579 036	3,32	3,28	3,50
Mato Grosso do Sul	550 015	461 605	88 410	3,67	3,65	3,76
Mato Grosso	646 806	475 663	171 143	3,67	3,70	3,58
Goiás	1 380 239	1 113 456	266 783	3,51	3,53	3,43
Distrito Federal/ Federal District	529 812	486 697	43 115	3,69	3,65	4,09

Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2000.

(1) Exclui os domicílios da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui os domicílios de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclui os domicílios da zona rural./ (1) Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá. (2) Excludes housing units of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá. (3) Excludes housing units in the rural area.

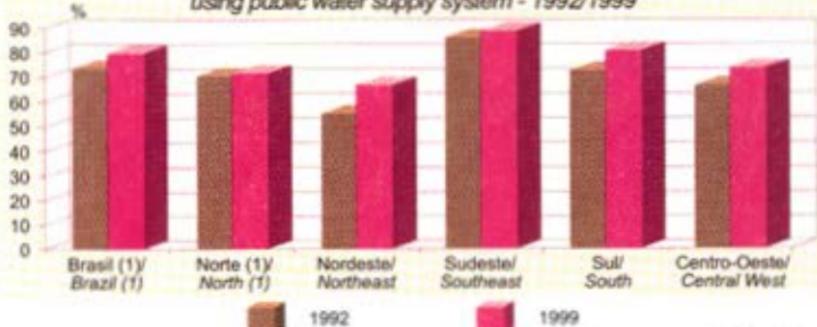
Gráfico 3.1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação - 1999
 Graph 3.1 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by tenure - 1999



Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 139.

Nota: Exclui os domicílios da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. / Note: Excludes data for the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 3.2 - Proporção dos domicílios particulares permanentes, com rede geral de abastecimento de água - 1992/1999
 Graph 3.2 - Ratio of permanent privately owned housing units, using public water supply system - 1992/1999

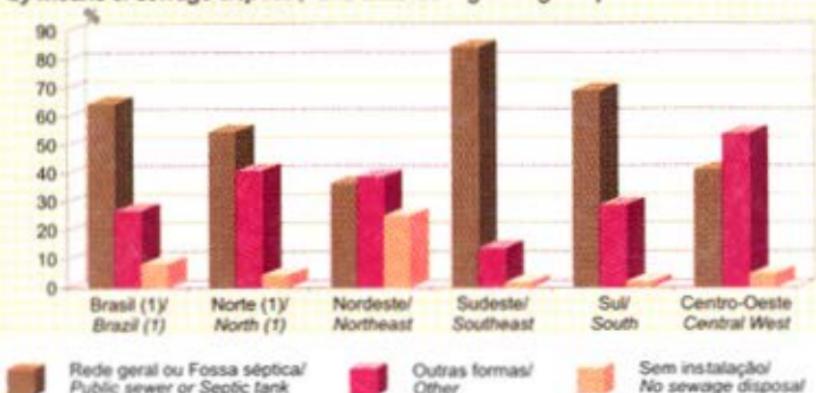


Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n.1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 133.

(1) Exclui os domicílios da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. / (1) Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 3.3 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por forma de esgotamento sanitário - 1999

Graph 3.3 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by means of sewage disposal, and units lacking sewage disposal facilities - 1999

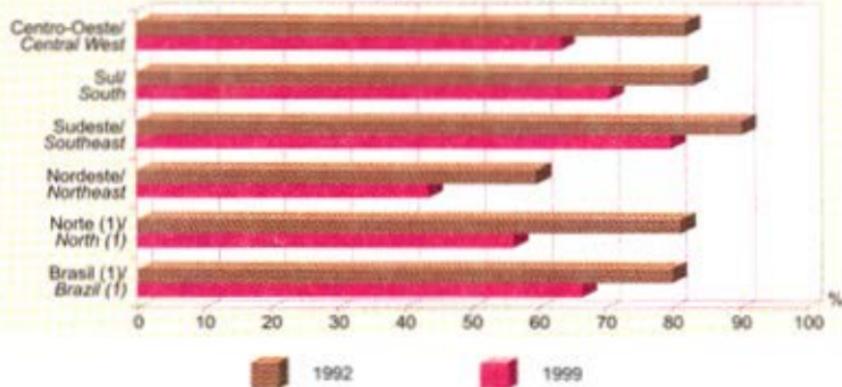


Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 133.

(1) Exclui os domicílios da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /
(1) Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 3.4 - Proporção dos domicílios particulares permanentes, com coleta de lixo - 1992/1999

Graph 3.4 - Ratio of permanent privately owned housing units with refuse disposal - 1992/1999



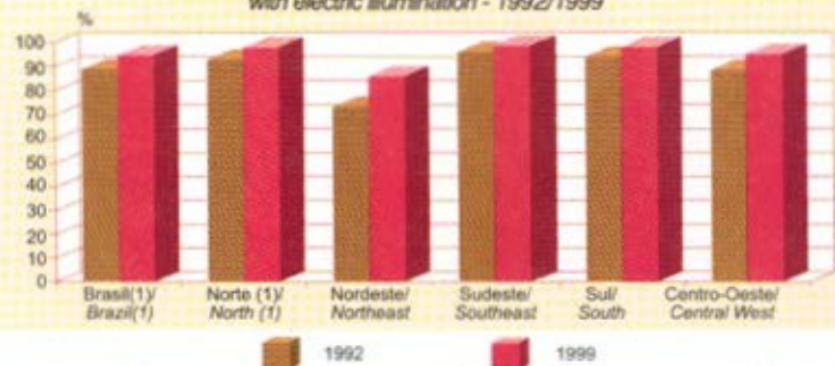
Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n.1, 1997. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 133.

(1) Exclui os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /
(1) Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 3.5 - Proporção dos domicílios particulares permanentes

com iluminação elétrica - 1992/1999

**Graph 3.5 - Ratio of permanent privately owned housing units
with electric illumination - 1992/1999**



Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 133.

(1) Exclui os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /

(1) Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 3.2 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de alguns bens duráveis - 1992/1999

Table 3.2 - Percent distribution of permanent privately owned housing units, by urban/rural situation and presence of some durable goods - 1992/1999

Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%) /
Distribution of privately owned housing units (%)

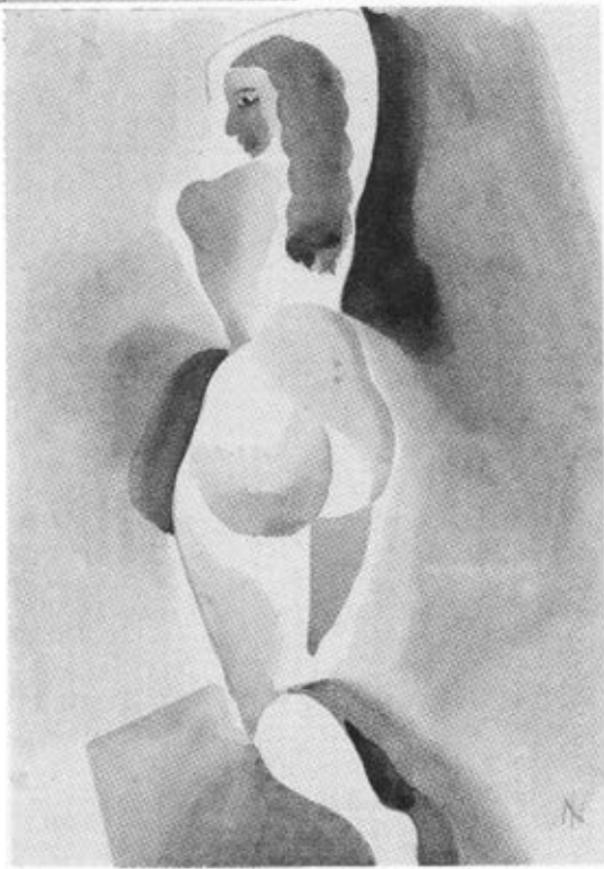
Bens duráveis/ Durable goods	Total/ Total		Urbana/ Urban		Rural/ Rural	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Total/ Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fogão/Stove	94,8	97,4	97,1	98,6	85,3	92,2
Filtro de água/Water filter	57,0	55,6	61,5	58,5	39,4	42,9
Geladeira/Refrigerator	71,5	82,8	80,9	89,7	34,4	52,5
Freezer/Freezer	12,3	19,6	13,1	20,8	9,2	14,5
Máquina de lavar roupa/Clothes washer	24,0	32,8	28,2	38,0	7,5	10,0
Rádio/Radio	84,9	89,9	87,3	91,3	75,5	83,7
Televisão/Television set	73,9	87,7	83,1	93,2	37,4	63,8

Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 133.

Nota: Exclui os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /

Note: Excludes housing units in the rural area of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Saúde



Nu, sd
Ismael Nery

Health

O quadro de saúde dos brasileiros evidencia, por um lado, progressos importantes em algumas frentes, mas por outro lado revela os paradoxos e contradições de nosso País. Os dados apresentados neste capítulo testemunham nossas profundas desigualdades sociais e regionais.

Em termos das causas de mortalidade (Tabela 4.1), aparecem em primeiro lugar as doenças do aparelho cardiovascular, características de sociedades relativamente desenvolvidas, onde as doenças infecciosas e parasitárias já não representam uma das principais causas de morte. Mas já em segundo lugar aparecem os óbitos por causas maldefinidas, isto é, em que não houve assistência médica ou - se a houve - esta foi tão precária que não permitiu elucidar a causa da morte. Assim, lado a lado temos as doenças do desenvolvimento e aquelas que nem mesmo chegaram a ser diagnosticadas.

Excluídas as causas maldefinidas, surge em segundo lugar a chocante epidemia da violência: 16% das mortes, ou uma em cada seis, são devidas a acidentes, homicídios e suicídios. A não ser em situação de guerra, não se espera que mais de 5% das mortes sejam devidas à violência. O combate a estas mortes desnecessárias, que via de regra atingem homens jovens, deve ser uma prioridade nacional. A violência é também em grande parte responsável pela menor expectativa de vida dos homens brasileiros, relativamente às mulheres. Para cada morte de uma mulher brasileira, morrem 1,41 homens, uma taxa bastante elevada se comparada com outros países.

Em relação à mortalidade infantil, salientam-se as causas perinatais, oriundas de problemas ocorridos durante a gestação e o parto. Por um lado, isto é um sinal de progresso - já que as mortes infantis por doenças infecciosas como a diarréia e a pneumonia estão sendo paulatinamente reduzidas. Por outro lado, estas mortes evidenciam a necessidade de melhorias no atendimento pré-natal e ao parto.

Os dados de mortalidade refletem a presença de um dos maiores inimigos da saúde dos brasileiros - o fumo. O Prof. Aloysio Achutti (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), baseado nos dados

da Tabela 4.1, estima que mais de 8% dos óbitos no Brasil sejam devidos diretamente ao tabagismo, que aumenta marcadamente o risco de morrer por câncer e doenças cardiovasculares.

O Gráfico 4.1 mostra que, embora já não sejam uma das principais causas de mortalidade, as doenças transmissíveis continuam causando morbidade importante. A tuberculose, particularmente relacionada com a epidemia de AIDS, a hanseníase e a leishmaniose continuam afetando dezenas de milhares de pessoas. Deve-se notar que estas doenças são plenamente evitáveis e curáveis. Os dados sobre meningite e sarampo são mais difíceis de interpretar devido à existência de flutuações cíclicas, com anos epidêmicos intercalados por períodos de baixa incidência. O sarampo, quase completamente erradicado no início da década de 90, recrudesceu em 1997 mas foi novamente controlado em 1998. Vale a pena salientar que o sarampo - que pode ser fatal para uma criança desnutrida - poderia ser completamente erradicado de nosso País através de programas continuados de vacinação.

O quadro da AIDS (Gráfico 4.2), a grande epidemia da virada do milênio, é alentador. Confirmou-se em 1998 a tendência decrescente observada a partir de 1997. Campanhas educacionais com ampla cobertura da mídia, esforços educativos e o tratamento gratuito dos portadores são possíveis explicações para o sucesso obtido. Este, no entanto, não deve ser motivo para complacência. Esforços adicionais são necessários para controlar a epidemia, particularmente tendo em vista que o progresso obtido entre as mulheres foi menos marcado do que para os homens - em 1990, havia 5,54 homens para cada mulher doente, enquanto que em 1998 esta razão é de 2,05.

Os dados sobre as hospitalizações (Tabela 4.2) devem ser interpretados com alguma cautela, pois se restringem àquelas financiadas pelo Sistema Único de Saúde. Existe ainda a possibilidade de distorção nas causas de hospitalização, pois alguns diagnósticos geram maior retorno financeiro para os hospitais conveniados. As gestantes representam cerca de um quarto de todas as internações, mas vêm decrescendo devido à redução de fecundidade. As doenças respiratórias e circulatórias encontram-se em segundo e terceiro lugares. Vale notar que as doenças mentais, embora representem apenas 3,6% de todas as internações, levam a internações com duração média de 47,9 dias e portanto ocupam 27,2% do total de leitos disponíveis. Isto indica a necessidade de progressos no manejo comunitário dos doentes mentais, evitando assim as prolongadas hospitalizações.

O coeficiente de letalidade hospitalar representa o percentual dos pacientes que morrem durante a internação. As doenças neurológicas, cardiovasculares e os tumores malignos lideram nesse aspecto.

O Gráfico 4.3 mostra a distribuição dos leitos hospitalares conveniados com o Sistema Único de Saúde. Mesmo sem incluir os leitos não conveniados, a relação leito/habitante é de cerca de 3,1 por mil, um índice bastante razoável.

Neste ano, o Brasil em números mostra ainda resultados bastante interessantes, oriundos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 1998. O Gráfico 4.4 mostra que quatro em cada cinco brasileiros consideram o seu estado de saúde "bom" ou "muito bom". Embora esta auto-avaliação tenha um componente subjetivo importante, esses resultados são consistentes, como mostra a Tabela 4.3. As Regiões Sudeste e Sul, que apresentam os menores índices de mortalidade, têm também os maiores percentuais de habitantes satisfeitos com seu estado de saúde. Os homens, como acontece na maioria dos estudos, sentem-se mais saudáveis do que as mulheres, embora, como já mostramos, tenham mortalidade muito superior. E, em todas as regiões, os pobres sentem-se menos saudáveis do que os ricos.

Finalmente, a PNAD 1998 traz na Tabela 4.4 fortes evidências sobre a importância dos planos privados de saúde no País. Um de cada quatro brasileiros está coberto por tais planos, particularmente nas Regiões Sudeste e Sul, que concentram a população de mais alta renda.

O quadro da saúde no Brasil evidencia progresso em várias frentes, mas revela ainda as importantes desigualdades regionais entre as classes sociais. O Brasil constitui um dos melhores exemplos do que se convencionou chamar de "lei do cuidado inverso": quem mais necessita de cuidados adequados de saúde é justamente quem a esses menor acesso tem. Mudanças fundamentais nas políticas de saúde são essenciais para reverter esta situação.

Cesar Victora

Professor do Curso de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas

The health situation of the Brazilians evinces, on one side, important progress in some fronts but on the other reveals our country's paradoxes and contradictions. Data presented in this chapter attest our deep social and regional inequalities.

In terms of causes of death (table 4.1), we have in the first place diseases of cardiovascular system, characteristic of relatively developed societies, where infectious and parasitic diseases are no longer a major cause of death. But in the second place we have deaths caused by ill-defined conditions, that is, where there was no medical care or - if there was - it was so inadequate that it was not possible to elucidate the cause of death. So, side by side we have diseases of development and those that were not even diagnosed.

Excluding ill-defined causes, we have in the second place the shocking epidemic of violence: 16% of deaths, or one in six, are due to accidents, homicides and suicides. Excepting in a war situation, deaths caused by violence are not expected to be more than 5%. The fight against those unnecessary deaths, which usually strike younger males, should be a national priority. Violence is also partly answerable for the Brazilian males' lower expectation of life, relatively to the females'. For each Brazilian female death we have a rate of 1.41 for males, quite high when compared with other countries.

Regarding infant mortality, perinatal conditions originating in pregnancy and childbirth stand out. On one hand this is a sign of progress - since child deaths caused by infectious diseases such as diarrhea and pneumonia are being slowly reduced. On the other hand, those deaths evince the need of improvement in prenatal and childbirth care.

Mortality data reflect the presence of one of the major enemies in the Brazilians' health - tobacco. Professor Aloysio Achutti (from the Federal University of Rio Grande do Sul), based on data from table 4.1, estimates that over 8% of deaths in Brazil are directly caused by cigarette smoking, which increases considerably the risk of dying of cancer and cardiovascular diseases.

Graph 4.1 shows that, although they are not any longer one of the main causes of death, transmissible diseases continue to cause a significant rate of morbidity. Tuberculosis, particularly AIDS-related TB, leprosy and leishmaniasis continue to affect tens of thousands of people. We must observe that these diseases are entirely preventable and curable. Data on meningitis and measles are more difficult to interpret due to cyclical fluctuations, with epidemic years intercalating low-incidence periods. Measles, nearly completely eradicated at the beginning of the nineties, recrudesced in 1997 but was controlled again in 1998. We must point out that measles - which may be fatal to an undernourished child - could be completely eradicated in our country by ongoing vaccination programs.

The situation of AIDS (graph 4.2), the major epidemic at the turn of the millennium, is encouraging. In 1998 the trend of decline observed since 1998 was confirmed. Educational campaigns widely covered by the media, educational efforts and free care for HIV-infected people are the possible explanations of the success attained. This, however, should not be a motive for complacency. Additional efforts are required to control the epidemic, particularly considering that the progress achieved among women has been less noticeable than among men - in 1990 there were 5.54 sick males to one female, while in 1998 this ratio was 2.05.

Data on hospitalizations (table 4.2) should be interpreted with some caution for they refer to those funded by the National Health System. There is also the possibility of distortion in the causes of hospitalization since some diagnoses generate a larger financial return to accredited hospitals. Pregnant women represent about one fourth of all hospital stays, but this has been decreasing due to the fertility reduction. Respiratory and circulatory diseases have the second and the third places. We must note that mental diseases, although representing just 3.6% of all hospitalizations, lead to hospital stays with an average duration of 47.9 days and thus fill 27.2% of the total available beds. This indicates the need for progress in community management of mental patients, to avoid prolonged hospital stays.

The coefficient of hospital lethality represents the percentage of patients who die during their stay. Neurological and cardiovascular diseases and malignant tumors are the leading causes of death during hospitalization.

Graph 4.3 shows the distribution of beds in hospitals accredited by the National Health System. Even not including non-accredited beds, the ratio of bed/inhabitant is close to 3.1 per one thousand, a fairly good index.

This year, Brazil in Figures shows also quite interesting results from the 1998 National Household Sample Survey-PNAD. Graph 4.4 shows that four among every five Brazilians consider their health to "good" or "very good". Although this self-evaluation has an important subjective component, these results are consistent as shown in table 4.3. The Southeast and South Regions, which present the lowest mortality indexes, also have the highest percentages of inhabitants satisfied about the state of their health. Males, as happens in most studies, feel healthier than females, although presenting a far greater mortality rate, as we have shown. And in all regions, the poor feel less healthy than the rich do.

Lastly, the 1998 PNAD has, in table 4.4, strong evidence of the importance of private health insurance in the country. One among every four Brazilians is covered by such insurance, particularly in the Southeast and South Regions, which concentrate the higher-income population.

The situation of health in Brazil evinces progress in various fronts but reveals still significant inequalities among regions and social classes. Brazil represents one of the best examples of what is called the "law of the inverse care": those who need more adequate health care are exactly the ones with less access to it. Fundamental changes in health policies are essential to reverse this situation.

Cesar Victora

Professor, Curso de Pós-Graduação em Epidemiologia,
Universidade Federal de Pelotas

Tabela 4.1 - Principais causas de óbitos, por sexo - 1997

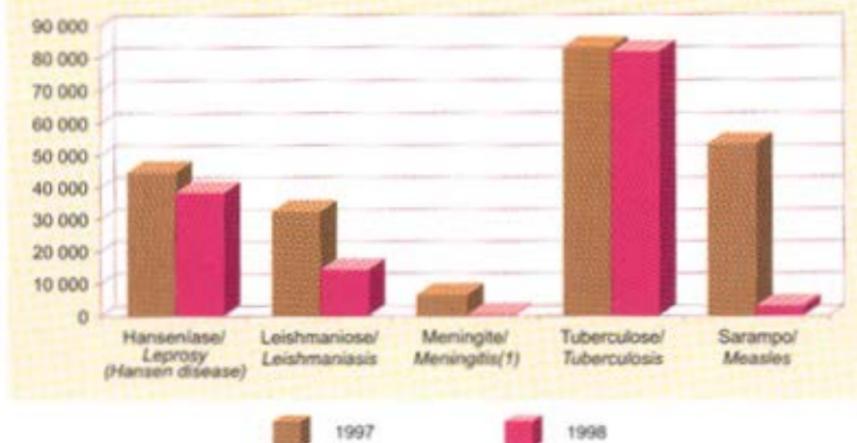
Table 4.1 - Main causes of death, by sex - 1997

Causas de óbitos/ Cause of death	Total (1)/ Total (1)	Homens/ Male	Mulheres/ Female
Total de óbitos/ Total of deaths	903 116	528 552	373 714
Doenças do aparelho circulatório/ <i>Diseases of circulatory system</i>	249 639	131 217	118 248
Sintomas, sinais e afecções maldefinidas/ <i>Symptoms, signs and ill-defined conditions</i>	132 926	73 305	59 380
Causas externas/ <i>External causes</i>	119 150	99 464	19 988
Neoplasmas/ <i>Neoplasms</i>	106 990	57 943	49 004
Doenças do aparelho respiratório/ <i>Diseases of respiratory system</i>	84 084	46 911	37 108
Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo <i>Diseases of endocrine glands, nutrition and metabolism</i>	38 083	16 881	21 165
Doenças infecciosas e parasitárias/ <i>Infectious and parasitic diseases</i>	47 936	29 669	18 193
Algumas afecções originadas no período perinatal/ <i>Other conditions originating in the perinatal period</i>	37 684	21 359	15 914
Doenças do aparelho digestivo/ <i>Diseases of digestive system</i>	39 843	26 531	13 283
Doenças do aparelho geniturinário/ <i>Diseases of genitourinary system</i>	12 635	6 892	5 738
Demais causas/ <i>All other causes</i>	34 146	18 380	15 693

Fonte/Source: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Coordenação de Informação de Saúde, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

(1) Inclui sexo ignorado./ (1) Includes unknown sex.

Gráfico 4.1 - Casos notificados de algumas doenças transmissíveis - 1997-1998
 Graph 4.1 - Reported cases of some transmissible diseases - 1997-1998



Fonte/Source: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Centro Nacional de Epidemiologia.
 (1) Em 1998, dados preliminares./ (1) 1998 - Preliminary data.

Gráfico 4.2 - Casos notificados de Aids - 1990-1998
 Graph 4.2 - Aids cases reported - 1990-1998



Fonte/Source: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids.

Tabela 4.2 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1998

Table 4.2 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1998

(continua/continues)

Causas das internações/ <i>Cause of hospitalization</i>	Internações/ Number of patients	Coeficiente de letalidade/ Death coefficient	Média de permanência (dias)/ Average length of stay (days)
Total/ Total	11 714 756	2,63	6,4
Doenças infecciosas e parasitárias/ <i>Infectious and parasitic diseases</i>	874 949	3,85	6,3
Neoplasmas/ <i>Neoplasms</i>	342 550	6,99	7,2
Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição, do metabolismo e transtornos imunitários/ <i>Diseases of endocrine glands, nutrition, metabolism and immune system conditions</i>	286 423	5,59	6,3
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos/ <i>Diseases of blood and hematopoietic organs</i>	65 295	3,71	6,2
Transtornos mentais/ <i>Mental health conditions</i>	426 602	0,35	47,9
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos/ <i>Diseases of nervous system and sense organs</i>	193 436	7,68	10,4
Doenças do aparelho circulatório/ <i>Diseases of circulatory system</i>	1 014 922	7,32	6,9
Doenças do aparelho respiratório/ <i>Diseases of respiratory system</i>	1 934 711	2,83	5,1
Doenças do aparelho digestivo/ <i>Diseases of digestive system</i>	927 098	2,73	4,6
Doenças do aparelho genitourinário/ <i>Diseases of genitourinary system</i>	752 960	1,00	4,0
Complicações da gravidez, do parto e do puerpério/ <i>Complications of pregnancy, childbirth and puerperium</i>	2 925 596	0,04	2,2

Tabela 4.2 - Hospitalizações pagas pelo Sistema Único de Saúde - SUS - 1998

Table 4.2 - Hospitalizations paid by the National Health System - SUS - 1998

(conclusão/concluded)

Causas das internações/ <i>Cause of hospitalization</i>	Internações/ <i>Number of patients</i>	Coeficiente de letalidade/ <i>Death coefficient</i>	Média de permanência (dias)/ <i>Average length of stay (days)</i>
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo/ <i>Diseases of skin and subcutaneous cellular tissue</i>	121 213	1,02	6,0
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo/ <i>Diseases of osteomuscular system and conjunctive tissue</i>	202 528	0,67	6,2
Anomalias congênitas/ <i>Congenital anomalies</i>	81 661	2,44	5,3
Algumas afecções originadas no período perinatal/ <i>Other conditions originating in the perinatal period</i>	217 919	6,45	8,3
Sintomas, sinais e afecções maldefinidas/ <i>Symptoms, signs and ill-defined conditions</i>	515 511	2,85	5,6
Lesões e envenenamentos/ <i>Injuries and poisoning</i>	532 440	2,6 3	5,3
Fatores que exercem influências sobre o estado de saúde e oportunidades de contato com serviços de saúde/ <i>Factors influencing health and opportunities to contact health services</i>	93 596	3,41	6,7
Doenças do olho e anexos/ <i>Diseases of eye and annexes</i>	112 741	0,03	1,5
Doenças do ouvido e apófise/ <i>Diseases of ear and apophysis</i>	16 776	0,08	2,3
Causas externas de morbidade e de mortalidade/ <i>Morbidity and death external causes</i>	75 829	2,94	5,4

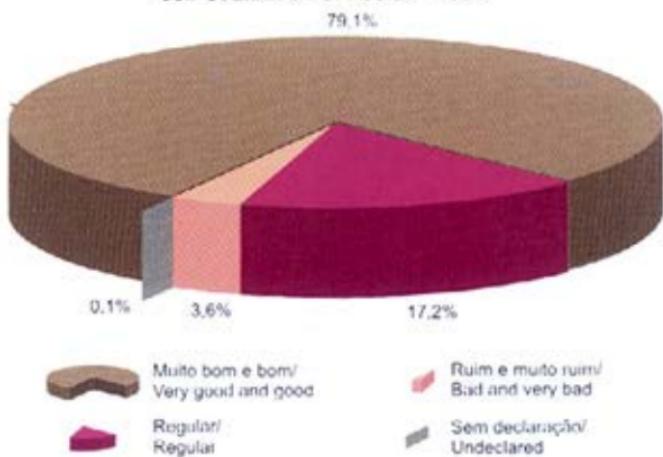
Fonte/Source : Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Coordenação de Informação de Saúde.

Gráfico 4.3 - Estabelecimentos e leitos hospitalares, segundo o Sistema Único de Saúde - SUS - 1998
 Graph 4.3 - Hospitals and beds according to the National Health System - SUS - 1998



Fonte/Source: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Coordenação de Informação do Saúde.

Gráfico 4.4 - Distribuição percentual da população residente, segundo a auto-avaliação do estado de saúde - 1998
 Graph 4.4 - Percent distribution of the resident population according to self-evaluation of health - 1998



Fonte/Source: Acesso e utilização de serviços de saúde 1998. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE 2000.

Tabela 4.3 - População residente, que auto-avaliou seu estado de saúde como muito bom e bom - 1998

Table 4.3 - Resident population with very good or good health according to self-evaluation - 1998

Sexo e classes de rendimento mensal familiar/ Sex and class of monthly family income	População residente/ Resident population					
	Brasil/ Brazil	Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro-Oeste/ Central West
Total/ Total	79,1	74,5	76,7	81,4	78,8	78,1
Homens/ <i>Male</i>	81,8	77,4	79,7	84,1	81,3	80,7
Mulheres/ <i>Female</i>	76,4	71,7	73,9	78,8	76,3	75,6
Classes de rendimento mensal familiar (1)/ <i>Class of monthly family income(1)</i>	79,0	74,4	76,7	81,4	78,8	78,1
Até 1 salário mínimo/ <i>Up to 1 minimum wage</i>	72,5	71,4	75,6	67,7	69,3	67,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos/ <i>More than 1 to 2 minimum wages</i>	74,6	69,9	75,7	74,9	72,1	74,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos/ <i>More than 2 to 3 minimum wages</i>	75,2	71,0	74,3	77,5	74,2	73,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos/ <i>More than 3 to 5 minimum wages</i>	78,3	73,8	76,7	80,1	77,3	77,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos/ <i>More than 5 to 10 minimum wages</i>	81,7	76,9	78,3	83,3	81,1	80,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos/ <i>More than 10 to 20 minimum wages</i>	85,0	80,0	81,8	85,5	86,4	86,1
Mais de 20 salários mínimos/ <i>More than 20 minimum wages</i>	90,1	86,5	88,1	90,7	90,6	90,0

Fonte/Source: Acesso e utilização de serviços de saúde 1998: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

(1) Exclusiva as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico./ (1) Excludes people whose situation in the family was pensioner, domestic employee and relative of domestic employee.

Tabela 4.4 - População residente, por cobertura de plano de saúde - 1998

Table 4.4 - Resident population by coverage of health insurance - 1998

Grandes Regiões/ Major Regions	População residente/ Resident population	
	Cobertos (1)/Covered(1)	Não-cobertos/Not covered
Brasil/Brazil	24,5	75,5
Norte/North	17,5	82,5
Nordeste/Northeast	12,4	87,6
Sudeste/Southeast	33,4	66,6
Sul/South	25,4	74,6
Centro-Oeste/Central West	22,5	77,5

Fonte/Source: Acesso e utilização de serviços de serviços de saúde 1998: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

(1) Inclusive as pessoas que não declararam a situação do titular ou dependente no plano de saúde principal./ (1) Includes people whose situation as head or dependent in the main health insurance was undeclared.

Previdência Social



Congoceiros, 1951
Aldemir Martins

Social Security

Previdência Social

É forçoso reconhecer que a reforma da previdência social não resolveu todos os graves problemas estruturais que ao longo do tempo culminaram na sua mais dramática participação nas contas públicas. No entanto, ela atenuou significativamente o agravamento da situação, proporcionando os instrumentos e meios para contornar as dificuldades crescentes, superar o mau uso do dinheiro público e buscar o equilíbrio entre receita e despesa.

A Tabela 5.1 demonstra de maneira inequívoca que as receitas e despesas da Previdência Social, no período de 1994-1998, apresentaram um perfeito equilíbrio, pouco significativo é verdade, mas tranqüilizador. É verdade que as contribuições ainda não são suficientes para atender o total dos gastos com benefícios e que a diferença tem sido coberta por outras fontes de receita. Este problema somente será resolvido por uma política econômica que incentive os investimentos reprodutivos, geradores de novos empregos, melhores salários e, ao mesmo tempo, que incorpore a massa que compõe o segmento da informalidade, ao sistema produtivo formal, garantidor de direitos e obrigações previdenciárias.

Os gastos com os Benefícios previdenciários, como percentual do Produto Interno Bruto - PIB -, no período considerado, vêm aumentando paulatinamente, conforme os dados revelados no Gráfico 5.2. Esse escasso crescimento revela, em parte, o fato mais grave da economia brasileira, o desemprego, forjando uma legião de excluídos que não contribuem para a Previdência Social e, consequentemente, não participam de seus benefícios.

O fato mais revelador dos graves problemas estruturais da Previdência Social pode ser percebido na análise da Tabela 5.2, pertinente à distribuição dos benefícios em manutenção urbanos e rurais: dos 19 204 032 benefícios mantidos em 1999, 6 813 026 destinavam-se ao meio rural, cujos beneficiários não contribuíram para a Previdência Social e que são custeados pela área urbana.

A análise da Tabela 5.3 revela que as aposentadorias por idade quase se equivalem às adquiridas por tempo de serviço e invalidez. Das 11 milhões de aposentadorias registradas em 1999, nada menos do que 2 213 995 constavam como sendo originadas por invalidez e 101 297 por acidente de trabalho, estas duas últimas formas de aposentadoria indicam grave deficiência nos sistemas de saúde e de segurança do trabalho.

A Previdência Social patrocinada pelo Estado é obrigatória e ela está limitada pelas condições socioeconómicas que determinam o modelo previdencial exigido e possível. Surge nestas circunstâncias um forte e inovador aliado para minorar o infortúnio: a previdência complementar.

Paulo Teixeira Brandão

Presidente do

Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada - SINDAPP

Social Security

It is necessary to acknowledge that the reform of Social Security did not solve all the grave structural problems that in the course of time peaked in its most dramatic participation in public accounts. Nevertheless, it softened significantly the worsening situation, providing the tools and means to overcome growing difficulties, surmount the bad use of public funds and seek the balance between revenue and expenditure.

Table 5.1 demonstrates unequivocally that Social Security's revenue and expenditure in the period from 1994 to 1998 presented a perfect balance, not very significant, it is true, but tranquilizing. It is true that contributions are still not sufficient to cover the expenses with benefits and that the difference has been covered by other sources of revenue. This problem will be solved only by an economic policy stimulating reproductive investments, generating new jobs, better wages and at the same time incorporating the contingent that composes the informal economy segment to the formal production system, which guarantees social welfare rights and obligations.

The expenditure with social welfare benefits as a percentage of the gross domestic product-GDP, during the period under consideration, has been increasing by degrees, according to data revealed in graph 5.2. Such scant growth reveals partly the single most serious fact in the Brazilian economy, unemployment, producing a legion of excluded who do not contribute to Social Security and consequently do not participate in its benefits.

The most revealing fact regarding the serious structural problems of Social Security may be observed in table 5.2, which concerns the distribution of urban and rural benefits maintained: among the 19,204,032 benefits maintained in 1999, 6,813,026 were destined for rural areas. Their recipients do not contribute to Social Security and are thus supported by those in urban areas.

Analysis of table 5.3 reveals that age retirements are almost equivalent to those by length of service and disability. Among the 11

million retirements recorded in 1999, no less than 2,213,995 figured as being originated by disability and 101,297 by occupational injuries. These last two forms of retirement indicate a grave deficiency in health and job safety systems.

Social Security sponsored by the State is mandatory and is limited by socioeconomic conditions that determine the welfare model required and possible. A strong and innovative ally appears in these circumstances to lessen the misfortune: complementary pension plans.

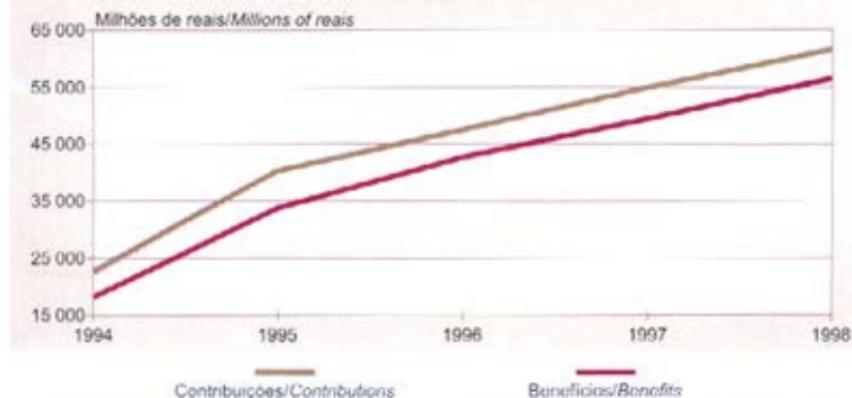
Paulo Teixeira Brandão

President, Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada -
SINDAPP

Tabela 5.1 - Receitas e despesas da Previdência Social no País - 1994-1998*Table 5.1 - Brazilian social security revenues and expenditures - 1994-1998*

Ano/ Year	Receitas (1 000 000 R\$) / Revenues (1,000,000 R\$)			Gastos com benefícios (1 000 000 R\$) Expenditures on benefits (1,000,000 R\$)
	Total/ Total	De contribuições/ From contributions	Outras/ Others	
1994	21 468	16 819	4 649	17 008
1995	39 139	31 609	7 530	32 555
1996	46 277	40 575	5 702	41 487
1997	53 735	43 913	9 822	48 235
1998	60 432	44 964	15 468	55 329

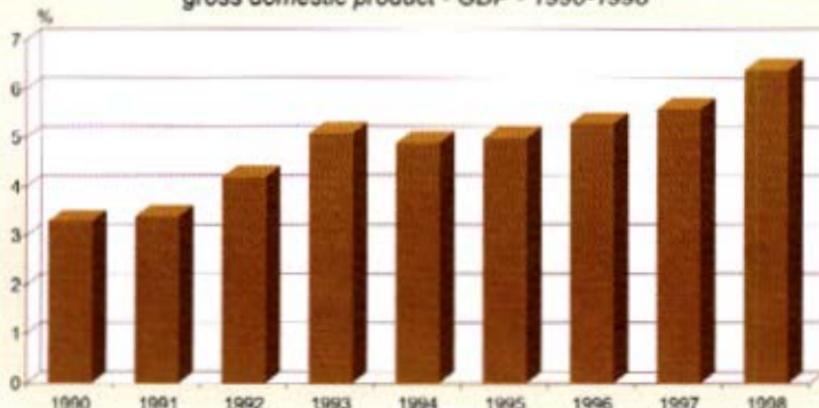
Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.1, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1995. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.4, 1996; Anuário estatístico da previdência social 1996. Brasília: Ministério da Previdência Social, v. 7, 1999.

**Gráfico 5.1 - Receita de contribuições e despesa com benefícios
1994-1998***Graph 5.1 - Revenues from contributions and expenditures on benefits
1994-1998*

Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.1, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1995. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 4, 1996; Anuário estatístico da previdência social 1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999.

Gráfico 5.2 - Gastos com benefícios previdenciários como percentual do produto interno bruto - PIB - 1990-1998

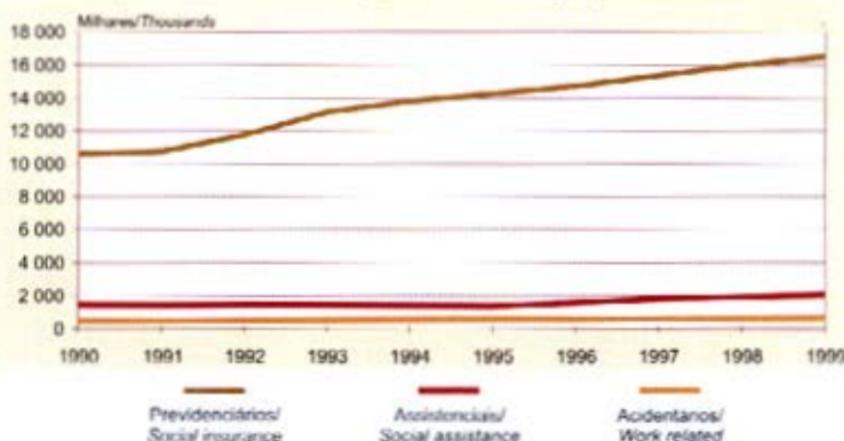
Graph 5.2 - Expenditures on social security benefits as a percentage of the gross domestic product - GDP - 1990-1998



Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.1, p. 67-71, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1998. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7, 1999; Conjuntura econômica. Rio de Janeiro: FGV, v. 53, n. 3, p. xviii, mar. 1999.

Gráfico 5.3- Evolução dos benefícios de prestação continuada em manutenção, por tipo - 1990-1999

Graph 5.3 - Evolution of long term benefits, by type - 1990-1999



Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1999. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 8, 2000.

Tabela 5.2 - Distribuição dos benefícios em manutenção, urbanos e rurais - 1980/1999

Table 5.2 - Distribution of urban and rural benefits - 1980/1999

Benefícios/ Benefits	1980	1985	1990	1995	1999
Total/ Total	7 783 899	10 700 212	12 473 738	16 176 587	19 204 032
Urbano/ Urban	5 392 646	7 041 501	8 144 393	9 773 846	12 391 007
Previdenciários/ Social insurance	4 291 479	5 794 164	6 883 104	8 527 737	10 222 533
Aposentadorias/ Retirement pension	2 108 266	3 092 208	3 776 003	5 159 408	6 503 983
Pensões por morte/ Survivor pension	1 345 689	1 825 289	2 377 062	2 898 525	3 321 295
Auxílios/ Cash aid	700 786	763 861	557 855	444 831	379 287
Assistenciais/ Social assistance	921 570	915 271	825 646	702 222	1 550 935
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income	921 523	915 104	825 139	688 104	500 406
Outros/ Others	47	167	507	14 118	17 968
Acidentários/ Work related	179 597	332 066	435 643	543 887	617 539
Aposentadorias/ Retirement pension	24 290	49 095	65 615	75 708	92 966
Pensões/ Pension	50 824	74 876	98 968	114 547	123 197
Auxílios/ Cash aid	104 483	208 095	271 060	353 632	401 376
Rural/ Rural	2 391 253	3 658 711	4 329 345	6 402 741	6 813 025
Previdenciários/ Social insurance	2 065 340	3 134 785	3 688 513	5 741 161	6 287 799
Aposentadorias/ Retirement pension	1 616 277	2 312 222	2 542 240	4 263 917	4 590 973
Pensões por morte/ Survivor pension	449 063	822 563	1 133 875	1 424 496	1 632 654
Auxílios/ Cash aid	-	-	12 398	50 090	51 283
Assistenciais/ Social assistance	324 209	518 464	626 375	644 930	503 980
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income	324 209	518 464	626 375	644 930	503 980
Outros/ Others	-	-	-	-	-
Acidentários/ Work related	1 704	5 462	14 457	16 650	21 246
Aposentadorias/ Retirement pension	1 099	3 629	5 992	7 096	8 331
Pensões/ Pension	605	1 833	3 097	3 884	4 481
Auxílios/ Cash aid	-	-	5 368	5 670	8 434

Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1999. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 8, 2000.

Tabela 5.3 - Distribuição das aposentadorias em manutenção, por tipo - 1991-1999

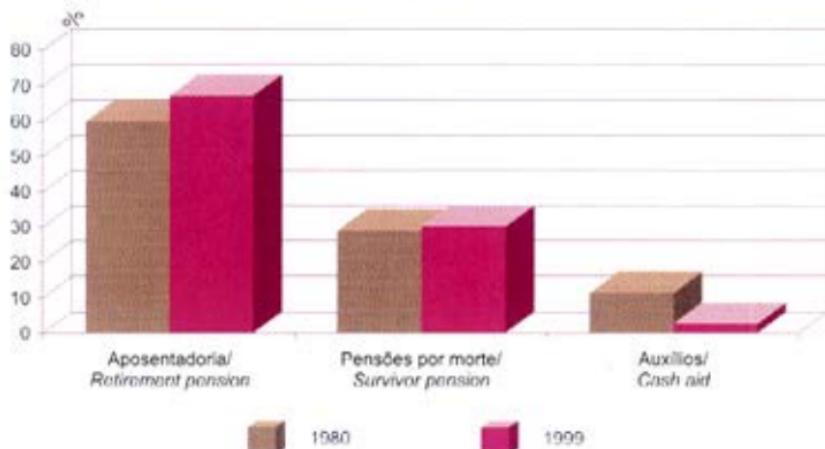
Table 5.3 - Distribution of retirement pensions, by type - 1991-1999

Ano/ Year	Total/ Total	Tempo de serviço/ Length of service	Idade/ Age	Invalidez/ Disability	Acidente de trabalho/ Occupational injuries
1991	6 489 187	1 517 414	2 842 888	2 053 149	75 736
1992	7 346 404	1 662 830	3 566 854	2 040 294	76 426
1993	8 611 208	1 867 446	4 628 784	2 036 461	78 517
1994	9 188 021	2 021 955	5 043 041	2 042 899	80 126
1995	9 506 129	2 271 376	5 101 356	2 050 593	82 804
1996	9 825 083	2 542 621	5 144 422	2 051 916	86 124
1997	10 307 673	2 891 046	5 242 976	2 082 241	91 410
1998	10 789 832	3 126 386	5 439 435	2 128 165	95 846
1999	11 196 253	3 222 555	5 658 406	2 213 995	101 297

Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997; Anuário estatístico da previdência social 1999. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v.8, 2000.

Gráfico 5.4 - Distribuição percentual dos benefícios previdenciários em manutenção, por natureza do benefício - 1980/1999

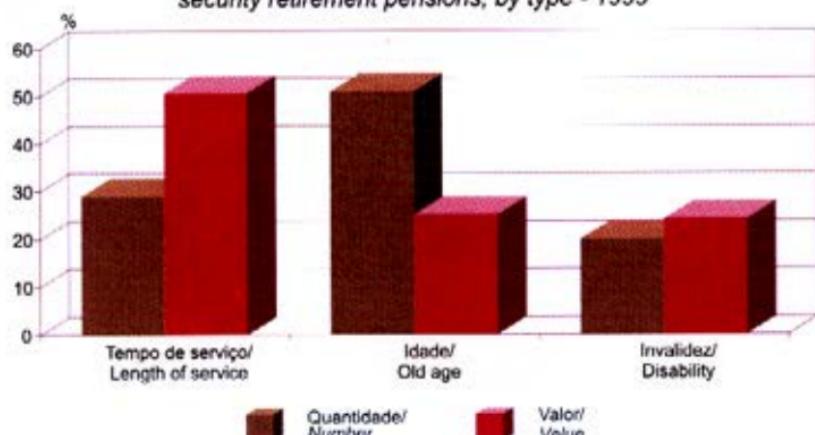
Graph 5.4 - Distribution of social security benefits, by benefit nature - 1980/1999



Fontes/Sources: Anuário estatístico da previdência social. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997. Anuário estatístico da previdência social 1999. Brasília : Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 8, 2000.

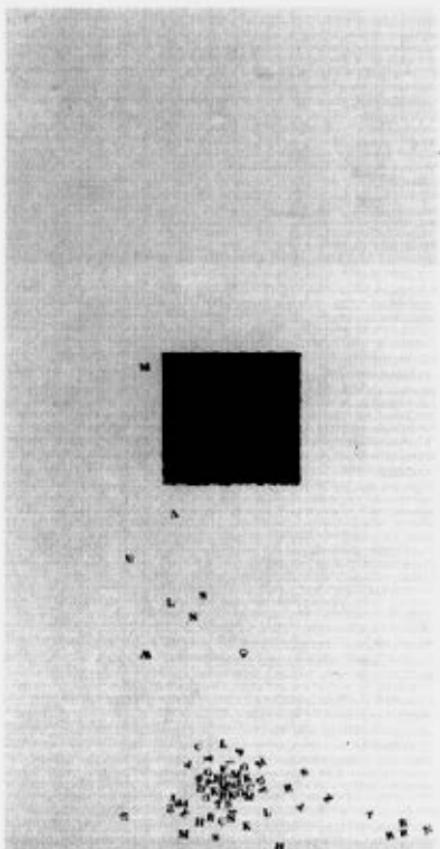
Gráfico 5.5 - Distribuição percentual do estoque e gasto com aposentadorias previdenciárias em manutenção, por tipo - 1999

Graph 5.5 - Distribution of the number of retirees and expenditures for social security retirement pensions, by type - 1999



Fonte/Source: Anuário estatístico da previdência social 1999. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 8, 2000.

Educação



Desenho 71-2, 1972
Mira Schendel

Education

A evolução da educação brasileira, ao longo do Século XX, apresentou padrões que permitiram arrancar de patamares muito incipientes no que concerne ao que hoje se conhece como ensino fundamental e médio no início do período e chegar praticamente à universalização do acesso a este nível de ensino no seu final. O Brasil tomou parte, portanto, de um movimento de natureza universal que difundiu o ensino básico em grande áreas do globo terrestre mantendo notável unidade curricular e que, tendo caminhado com alguma rapidez na primeira metade do século, transformou-se em verdadeira revolução educacional na sua segunda metade. Esta difusão quantitativa, que se estabilizou em bases elevadas de crescimento precisou, no entanto, ser maior do que o volume da população brasileira de 7 a 14 anos, justificada devido aos elevados níveis de reprovação e repetência e, portanto, de retenção de alunos com idade superior àquela estabelecida para a escolaridade obrigatória.

Assim, nos umbrais do Século XXI, deparamo-nos com o desafio de reduzir os níveis de repetência e retenção escolar, corrigindo o fluxo dos alunos, ao mesmo tempo em que elevamos a qualidade do ensino impartido pelo sistema de ensino básico. Estudos do fluxo e medidas visando a modificar a qualidade do ensino foram estimulados nas duas últimas décadas, tendo algumas destas medidas começado a serem implementadas desde as reformas iniciadas nos estados desde 1983 e no plano federal desde 1985. O resultado do conjunto destas medidas, que se intensificaram nos anos 90, vem mostrando frutos desiguais para o País como um todo, mas positivos se tomados como um todo.

Como conseqüência deste movimento, um contingente maior de jovens termina o ensino básico e procura cursos de nível secundário. Este movimento, que podemos caracterizar como uma "pressão intra-sistêmica" fortalecida pela crescente consciência da necessidade do diploma de ensino secundário para a obtenção de postos de trabalho num mercado formal cada vez mais segmentado, desregulamentado e tendencialmente restrito, era esperado como

decorrência natural do fenômeno acima descrito. Vale lembrar que o ensino médio no Brasil sempre se constituiu num funil social importante e que a sua difusão pública a partir dos anos 60 não adquiriu amplitude significativa. Neste momento em que a demanda se amplia, ela se faz sentir especialmente nos cursos noturnos e supletivos, para os quais se dirigem contingentes importantes da população pobre. Esta ampliação, portanto, vem ocorrendo em bases qualitativas precárias e com ainda muito restrita adaptação a padrões de conteúdo compatíveis com as necessidades do mundo moderno. Ela terminará, porém, por manifestar-se na forma de crescimento da demanda por educação superior.

No que concerne ao ensino superior, porém, o Brasil deixou escapar – em especial ao longo dos anos 80 e parte dos anos 90 – algumas conquistas quantitativas realizadas nas décadas anteriores, perdendo posições relativas se comparado hoje aos países desenvolvidos e mesmo aos novos países industrializados. Isto indica a necessidade de um especial esforço neste nível nos próximos anos. Do mesmo modo, a modificação dos padrões de qualidade de seus cursos de graduação – tanto públicos quanto (e especialmente) privados – tem mostrado mais resistências que o esperado. Em compensação, desenvolveu sistemas de pós-graduação de alta qualidade e centros de pesquisa de reputação internacional.

Nos últimos anos, grande ênfase tem sido posta na avaliação dos diferentes níveis de ensino. Isto corresponde a tendências internacionais que refletem não apenas a hegemonia de certas formas de pensamento científico que enfatizam a pesquisa quantitativa ou interesses diversos na montagem de instituições destinadas à avaliação, mas também a antecipação de necessidades objetivas como a da comparabilidade internacional de cursos e instituições. Faz parte deste mesmo movimento, o aprimoramento de nossas informações educacionais, as quais elevaram sua qualidade nos últimos anos.

Vanilda Paiva

Educadora, Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, Rio de Janeiro

Education

The evolution of education in Brazil during the course of the 20th century presented patterns that allowed it to rise from a very incipient stage regarding elementary and secondary education, at the beginning of the period, and reach a virtual universalization of access to that level of schooling at its end. Brazil was thus part of a movement, universal by its nature, which disseminated elementary teaching in large areas of the globe while maintaining a remarkable curricular uniformity and which, having marched with some swiftness in the first half of the century, became a truly educational revolution in its second half. This quantitative diffusion, which stabilized itself at a high stage of growth, needed nevertheless to be greater than the volume of the Brazilian population aged 7 to 14 would require on account of the high rates of failure and grade repetition and thus of retained students older than the mandatory schooling age.

Therefore, at the threshold of the 21st century, we face the challenge of reducing the levels of grade repetition and school retention, correcting the flow of students at the same time that we raise the quality of teaching imparted by the elementary education system. Flow studies and measures targeting change in the quality of education have been encouraged in the last two decades, with some of those measures starting to be implemented after the reforms initiated in 1983 in the states and in 1985 at federal level. The result of that set of measures, which have been heightened in the nineties, has been showing unequal results for the country as a whole, although they may be considered as positive if seen in their entirety.

As a consequence of that movement, a larger contingent of young people now completes elementary school and seeks secondary level courses. This movement, which we may characterize as an "inter-system pressure" strengthened by the increasing awareness of the need of a secondary education diploma to have access to jobs in a formal market increasingly segmented, deregulated and tendentiously restricted, was expected as a natural consequence of the phenomenon described above. We must note that secondary education in Brazil

has always been an important social funnel and that its public diffusion starting in the sixties did not acquire significant amplitude. At this moment when demand expands, it becomes especially felt in night courses and adult education, sought by important contingents of the poorest population. Such expansion, thus, has been occurring in precarious qualitative bases and with a very restricted adaptation to standards of content compatible with the requirements of the modern world. However, it will end by manifesting itself in the way the demand for higher education will grow.

Regarding college education, however, Brazil has let escape, particularly during the eighties and part of the nineties, some quantitative conquests attained in the previous decades, losing relative positions if compared today with developed countries and even to newly industrialized countries. This indicates the need for a special effort towards this level in the next years. In the same way, the modification of quality standards in graduation courses - both public and, especially, private - has been facing more resistance than could be expected. To compensate for this, it has developed high-quality post-graduation programs and research centers with international reputation.

In the last years a great emphasis has been given to the evaluation of the different levels of schooling. This corresponds to international trends that reflect not only the hegemony of certain types of scientific thinking that emphasize quantitative research or diverse interests in establishing institutions to evaluate, but also the anticipation of actual needs such as the international comparability of courses and institutions. The improvement of our educational information, which in recent years has raised its quality, is part of this same movement.

Vanilda Paiva

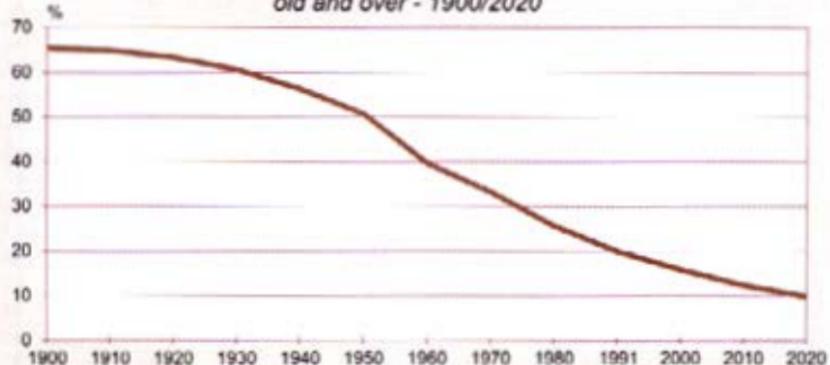
Educator, President, Conselho Diretor, Instituto de
Estudos da Cultura e Educação Continuada, Rio de Janeiro

**Tabela 6.1 - Estabelecimentos de ensino, docentes e matrículas,
por níveis de ensino - 1998**
Table 6.1 - General data of schools - 1998

Especificação/ Item	Pré-Escolar/ Preprimary school	Fundamental/ Elementary	Médio/ Secondary	Superior / Higher education
Estabelecimentos/Schools	78 106	187 493	17 602	973
Público/Public	58 260	109 949	11 826	209
Privado/Private	19 846	17 544	5 776	784
Funções docentes/Teachers	219 593	1 439 064	365 874	174 289
Público/Public	146 717	1 222 667	257 299	90 093
Privado/Private	72 876	216 397	108 575	84 196
Matrículas/Enrollment	4 111 120	35 792 554	6 968 531	2 125 958
Público/Public	3 123 406	32 409 205	5 741 890	804 729
Privado/Private	987 824	3 383 349	1 226 641	1 321 229

Fontes/Sources: Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 98. Brasília, DF: INEP, 1999; Sinopse estatística do ensino superior: graduação 98. Brasília, DF: INEP, 1999.

**Gráfico 6.1 - Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou
mais de Idade - 1900/2020**
**Graph 6.1 - Illiteracy rates of the population 15 years
old and over - 1900/2020**



Fonte/Source: Censo demográfico 1900-1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística 1910-1940; Censo Demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997.

Notas : 1. As taxas de 1910 e 1930 são interpoladas.

2. Os dados entre 1992 e 2020 são estimativas projetadas./

Notes : 1. 1910 and 1930 rates are interpolated.

2. Projected estimates for the period between 1992 and 2020.

Tabela 6.2 - Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio - 1998
**Table 6.2 - Illiteracy rates of persons 15 years old and over,
by urban/rural residence - 1998**

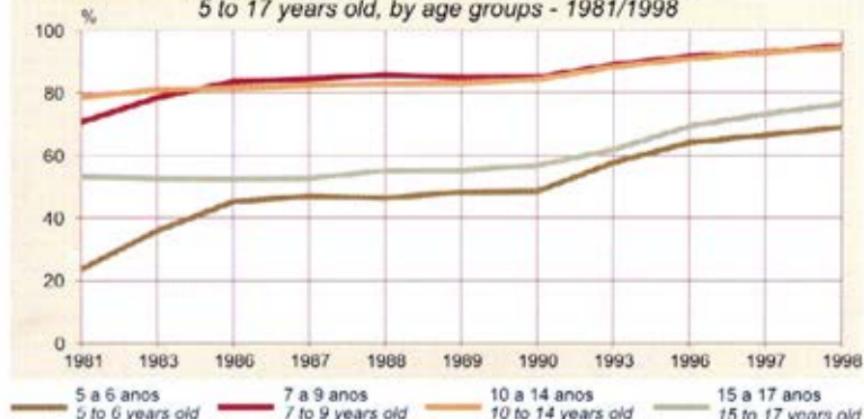
Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Total/ <i>Total</i>	Urbano/ <i>Urban</i>	Rural/ <i>Rural</i>
Brasil /Brazil	13,8	10,0	30,2
Norte/North	11,8	11,8	-
Rondônia	7,6	7,6	-
Acre	14,4	14,4	-
Amazonas	8,5	8,5	-
Roraima	8,3	8,3	-
Pará	13,6	13,6	-
Amapá	9,1	9,1	-
Tocantins	22,0	17,5	30,9
Nordeste/Northeast	27,5	19,4	42,9
Maranhão	29,6	21,4	36,2
Piauí	34,2	23,3	51,1
Ceará	29,6	21,2	48,9
Rio Grande do Norte	26,6	21,0	38,4
Paraíba	28,7	20,6	45,8
Pernambuco	24,4	19,2	43,0
Alagoas	34,7	25,4	53,4
Sergipe	24,0	16,0	44,7
Bahia	24,9	15,9	40,4
Sudeste/Southeast	8,1	6,7	20,0
Minas Gerais	12,6	9,3	24,0
Espírito Santo	12,0	9,5	20,3
Rio de Janeiro	5,9	5,2	21,3
São Paulo	6,6	6,1	13,3
Sul/South	8,1	6,8	12,9
Paraná	10,4	8,8	17,0
Santa Catarina	6,4	4,9	10,9
Rio Grande do Sul	6,8	5,9	10,5
Centro-Oeste/Central West	11,1	9,2	20,0
Mato Grosso do Sul	11,8	10,2	20,2
Mato Grosso	11,2	9,0	18,3
Goiás	13,0	10,6	23,5
Distrito Federal/Federal District	5,6	5,1	10,0

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4). p. 59-61.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /
Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 6.2 - Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 1981/1998

*Graph 6.2 - School enrollment rates of persons
5 to 17 years old, by age groups - 1981/1998*



Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1998: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.3. Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, por quintos de renda domiciliar per capita - 1998

Table 6.3 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old, by fifths of per capita household income - 1998

Grandes Regiões/ Major Regions	1º quintil/ 1st fifth	2º quintil/ 2nd fifth	3º quintil/ 3rd fifth	4º quintil/ 4th fifth	5º quintil/ 5th fifth
Brasil / Brazil	90,3	92,2	95,0	97,4	98,9
Norte / North	89,9	94,5	94,0	96,6	97,8
Nordeste/Northeast	89,5	89,5	91,0	94,1	97,8
Sudeste/Southeast	91,8	94,9	97,0	98,2	99,1
Sul/South	92,4	94,4	95,7	97,5	99,1
Centro-Oeste/Central West	93,1	93,3	96,2	96,9	99,1

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4), p. 71.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.4 - Crianças de 4 a 6 anos de idade, total, freqüentando escola e taxa de freqüência escolar - 1998

Table 6.4 - Children 4 to 6 years old, total, attending school and attendance rate - 1998

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Freqüentando escola/ Attending school	Taxa de freqüência (%)/ Attendance rate (%)
Brasil/Brazil	9 180 713	5 319 516	57,9
Norte (1)/North (1)			
Rondônia	528 346	297 037	56,2
Acre	52 037	26 022	50,0
Amazonas	24 395	12 890	52,8
Roraima	136 646	74 538	54,5
Pará	13 649	8 794	64,4
Amapá	221 710	133 078	60,0
Tocantins	31 234	13 846	44,3
	74 998	35 506	47,3
Nordeste/Northeast	3 108 524	1 989 387	64,0
Maranhão	415 150	253 517	61,1
Piauí	180 300	122 789	68,1
Ceará	512 224	366 120	71,5
Rio Grande do Norte	185 997	126 339	67,9
Paraíba	190 317	132 113	69,4
Pernambuco	466 366	302 031	64,8
Alagoas	186 271	105 710	56,8
Sergipe	112 247	80 687	71,9
Bahia	859 652	500 081	58,2
Sudeste/Southeast	3 510 303	2 040 284	58,1
Minas Gerais	967 788	518 231	53,5
Espírito Santo	166 378	75 717	45,5
Rio de Janeiro	646 768	450 055	69,6
São Paulo	1 729 369	996 281	57,6
Sul/South	1 354 485	662 261	48,9
Paraná	539 321	251 730	46,7
Santa Catarina	273 653	175 136	64,0
Rio Grande do Sul	541 511	235 395	43,5
Centro-Oeste/Central West	652 732	322 910	49,5
Mato Grosso do Sul	124 660	56 119	45,0
Mato Grosso	145 116	63 778	43,9
Goiás	278 626	141 433	50,8
Distrito Federal/Federal District	104 330	61 580	59,0

Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1998: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

**Tabela 6.5 - Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos,
por situação do domicílio - 1998**

*Table 6.5 - School enrollment rates of persons 7 to 14 years old
by urban/rural residence - 1998*

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Urbano/ Urban	Rural/ Rural
Brasil /Brazil	94,7	95,8	91,2
Norte (1)/North (1)	94,5	94,5	-
Rondônia	97,0	97,0	-
Acre	89,7	89,7	-
Amazonas	94,1	94,1	-
Roraima	98,3	98,3	-
Pará	93,7	93,7	-
Amapá	96,5	96,5	-
Tocantins	95,1	96,5	92,6
Nordeste/Northeast	92,3	93,6	90,4
Maranhão	92,7	95,1	91,1
Piauí	93,6	95,8	90,8
Ceará	94,3	94,2	94,4
Rio Grande do Norte	92,7	93,8	91,1
Paraíba	94,4	94,9	93,5
Pernambuco	91,5	92,5	88,9
Alagoas	84,6	90,1	76,4
Sergipe	94,0	94,3	93,2
Bahia	91,8	93,1	90,1
Sudeste/Southeast	96,2	96,8	92,4
Minas Gerais	95,2	96,5	92,0
Espírito Santo	92,7	94,5	87,8
Rio de Janeiro	95,3	95,5	93,2
São Paulo	97,3	97,6	94,4
Sul/South	95,8	97,0	91,9
Paraná	95,2	96,7	90,2
Santa Catarina	96,0	97,4	92,5
Rio Grande do Sul	96,4	97,2	93,2
Centro-Oeste/Central West	95,7	96,5	92,2
Mato Grosso do Sul	94,6	95,6	89,0
Mato Grosso	95,6	96,4	92,6
Goiás	95,6	96,6	91,2
Distrito Federal	97,7	97,6	98,1

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4). p. 67-69.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /

(1) Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Tabela 6.6 - Percentual de defasagem idade/série dos estudantes**de 7 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - 1998****Table 6.6 - Age/grade lagging distribution among students****7 to 14 years old, by Major Regions - 1998**

Estudantes/ Students	Brasil/ Brazil	Norte/ North	Nordeste/ Northeast	Sudeste/ Southeast	Sul/ South	Centro-Oeste/ Central West
7 anos/ 7 years old	19,5	24,5	28,7	18,7	5,2	11,8
8 anos/ 8 years old	39,9	48,6	57,0	32,7	23,9	31,7
9 anos/ 9 years old	45,3	59,3	68,1	33,1	24,7	40,3
10 anos/ 10 years old	53,5	68,2	75,4	41,0	37,0	49,9
11 anos/ 11 years old	58,9	73,1	79,3	48,2	40,7	53,1
12 anos/ 12 years old	67,7	79,2	84,8	58,6	49,3	63,8
13 anos/ 13 years old	89,9	78,6	86,3	61,1	52,7	70,1
14 anos/ 14 years old	75,8	84,3	88,9	68,4	64,6	75,8

Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4). p. 72.

**Tabela 6.7 - Média de anos de estudo da população
de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1998****Table 6.7 - Average of years of school completed of the population
10 years old and over, by sex - 1998**

Grandes Regiões/ Major Regions	Total/ Total	Homens/ Male	Mulheres/ Female
Brasil/ Brazil	5,6	5,5	5,7
Norte /North	5,5	5,3	5,6
Nordeste/Northeast	4,2	3,8	4,5
Sudeste/Southeast	6,3	6,3	6,4
Sul/South	6,1	6,0	6,1
Centro-Oeste/Central West	5,8	5,6	6,0

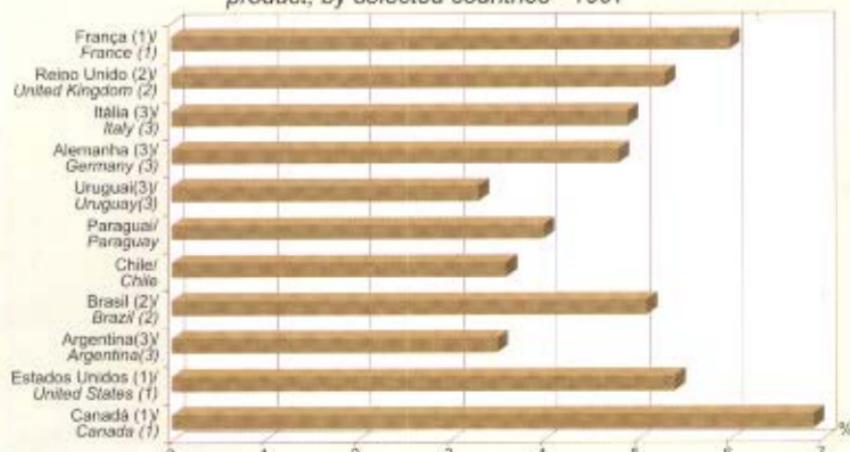
Fonte/Source: Síntese de indicadores sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4). p.75.

Nota: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. /

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 6.3 - Gastos totais com educação como percentual do produto nacional bruto, por países selecionados - 1997

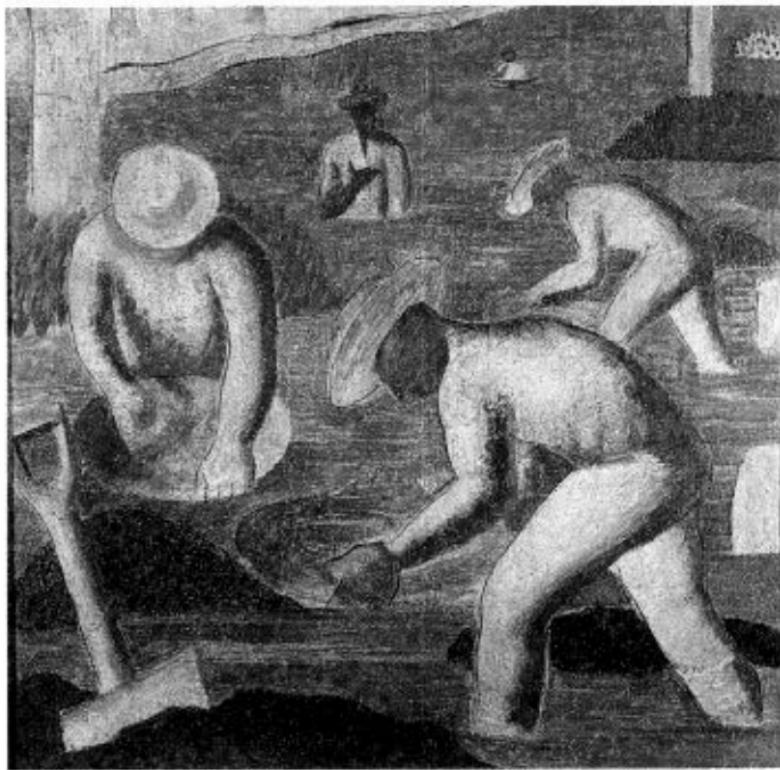
Graph 6.3 - Total expenditure with education as percent of gross national product, by selected countries - 1997



Fonte/Source: Statistical yearbook [of] UNESCO 1999, Paris, 1999.

(1) Dados de 1994. (2) Dados de 1995. (3) Dados de 1996. / (1) Data for 1994. (2) Data for 1995. (3) Data for 1996.

Trabalho



Mineradores, 1941
Cândido Portinari

Labor

Quando se analisa a estrutura do mercado de trabalho no Brasil como um todo a partir das estatísticas da PNAD, algumas tendências ficam bastante evidentes nestes anos 90. Podemos comemorar o notável avanço no grau de escolaridade da nossa mão-de-obra, haja vista que subiu de 30,4% para 40,1% o percentual da população ocupada com mais de 8 anos de estudo; além da tão desejada redução no trabalho infantil, de 5,3% para 3,5%. A terceirização é outro traço marcante do período, às custas sobretudo dos egressos da atividade agrícola e, em segundo lugar, da indústria - hoje 50% da população ocupada no País está nos setores do comércio e dos serviços contra 44,6% em 1992 (Tabela 7.1).

É inquestionável também a mudança ocorrida nas relações de trabalho nesta última década, com o emprego assalariado formal perdendo espaço para o trabalho autônomo. As causas foram (e têm sido) a inserção crescente do País no mundo globalizado, a modernização tecnológica e a reestruturação produtiva que estão a exigir uma mão-de-obra mais flexível e qualificada. No entanto, as estatísticas em nível do Brasil como um todo não nos permitem detectar a magnitude desta mudança, já que o percentual dos empregados na ocupação manteve-se praticamente inalterado, em torno dos 52% (Tabela 7.1), apenas com ligeira elevação dos informais neste grupo, de 16,6% para 17,3%.

Para entender este aparente descompasso entre a realidade e as estatísticas é preciso aprofundar na análise dos dados. Assim, veja que quando não se considera a atividade agrícola, esta redução na participação dos empregados com carteira na população ocupada fica mais visível, de 38,6% para 33,7% entre 1992-1999. Ademais, quando se detém à realidade metropolitana, as evidências do fenômeno tornam-se ainda mais nítidas com a taxa dos empregados com carteira, chegando a cair 12 pontos percentuais nos últimos dez anos, de 58,3% para 44,5%, como mostra a PME.

Interessante observar que, apesar destas mudanças, o percentual da população ocupada que contribui para o sistema público de previdência manteve-se inalterado em 43,3%, entre 1992-1999. Por sua vez,

os sistemas de previdência privada ainda têm caráter irrelevante, e não conseguem atrair mais do que 3% das pessoas ocupadas no País.

O comportamento do desemprego aberto e do rendimento médio nas regiões metropolitanas do País permite identificar três momentos na evolução do mercado de trabalho durante os anos 90 (Gráficos 7.4 e 7.6). De 1990-1992, a abertura "rápida" da economia associada ao processo hiperinflacionário produziram aumento de desemprego e queda nos rendimentos. De 1993-1997, a estabilização dos preços baseada em política cambial rígida conseguiu reverter o desemprego (até 1995) e engendrar clima de relativo otimismo, com elevação de renda sobretudo nos setores não transacionáveis. Já em 1998 e 1999, as crises da Ásia (out. 1997) e da Rússia (ago. 1998) tiveram impacto no Brasil, levando a juros altos e desvalorização – o que fez com que o desemprego médio nestes dois últimos anos ficasse em 7,5%, patamar bastante superior ao dos anos anteriores da década, em que a taxa flutuou ao redor dos 4 e 5%.

Se, por um lado, as estatísticas da PNAD apontam para a deterioração no rendimento médio das pessoas ocupadas no País como um todo (-6,2%) nestes últimos dez anos, por outro lado, pode-se comemorar uma melhora na distribuição destes rendimentos. Isto porque, enquanto os 8 decis mais pobres da população tiveram ganhos de renda, que foram em geral maiores nos decis inferiores, os 2 decis mais ricos sofreram perdas em seus rendimentos. Só para exemplificar, veja que, entre 1989-1999, o rendimento médio do decil inferior da população ocupada subiu 48,4% enquanto o do decil superior teve queda de 16,6%.

Apesar desta evolução, há que se reconhecer que o perfil da renda no País ainda não é satisfatório (Gráfico 7.2). Basta ver que 56,6% da população ocupada recebe renda mensal de até 2 salários-mínimos, sendo que o salário-mínimo no Brasil é sabidamente baixo e nem de longe cumpre a sua função constitucional de garantir as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador e sua família. E apenas 2% das pessoas ocupadas auferem renda acima de 20 salários-mínimos.

Até há bem pouco tempo atrás, situações, como dos últimos anos, de redução do emprego com carteira e no setor industrial eram tidas como não desejáveis. Porém, com a globalização da economia, as mudanças recentes no processo produtivo foram tão grandes que se faz necessária uma nova lógica para se pensar a realidade brasileira do mercado de trabalho. Empreendedorismo,

pequenas empresas, expansão dos setores de serviços e dos agronegócios tornam-se agora condições desejáveis de trabalho, desde que bem articuladas e adaptadas ao novo contexto.

Maria Cecília Prates Rodrigues
Pesquisadora da Fundação Getulio Vargas - FGV

When we analyze the Brazilian labor market structure as a whole through PNAD data, some trends are quite evident in the nineties. We must celebrate the increase in the level of schooling of our workers, as the rate of employed people having completed more than eight years of school grew from 30.4% to 40.1%; and also the so desired decline in child labor, from 5.3 % to 3.5%. Another important fact was the relative increase in the number of people working in trade and services as a consequence of the decline in the number of jobs offered by agriculture and manufacturing – nowadays 50% of the employed people in this country are in those sectors against 44.6% in 1992 (table 7.1).

No doubt changes in labor relations also took place in Brazil in the last decade, as employees with formal contracts lost space to self-employed workers. The reasons were (and still are) related to globalization, technological modernization and production restructuring that all together demand a more flexible and qualified worker. Nevertheless, in the statistics regarding Brazil as a whole, we are unable to perceive these changes in its entire dimension, since the employment rate barely changed, remaining around 52% (table 7.1), with only a slight increase in employees without a formal contract, from 16.6% to 17.3%.

To understand this apparent imbalance between reality and statistics, it is necessary to deepen data analysis. So when we leave out people in agricultural activities, this reduction in the rate of formally hired employees becomes more visible, from 38.6% to 33.7% between 1992-1999. And when we evaluate only the metropolitan areas, the evidences of the phenomenon are still clearer since that rate shows a decrease of 12 percentage points in the last ten years, from 58,3% to 44,5%, according to PME data.

It is interesting to observe that, despite these changes, the rate of persons who contribute to social security funds did not change between 1992 and 1999, remaining at 43.3%. In what concerns private security funds, their participation is still irrelevant, and they do not attract more than 3% of employed people in Brazil.

The behavior of the open unemployment rate and average income in the main metropolitan areas shows three moments of labor market evolution in this country in the course of the nineties (graphs 7.4 and 7.6). From 1990 to 1992, the swift opening of the economy together with the hyperinflation process resulted in unemployment increasing and income decreasing. From 1993 to 1997, a price stabilization policy based upon a rigid exchange rate strategy succeeded in reversing unemployment (until 1995) and promoting a relatively optimistic environment, resulting in income gains mainly to nontradeable sectors. In 1998 and 1999, the Asian (October 1997) and Russian (August 1998) crises had an impact on Brazil, causing high interests and devolution. The consequence was a raise in the unemployment rate to an average around 7.5%, much higher than the level observed in the previous years of the decade, around 4% or 5%.

If PNAD statistics point out to an average income reduction in the country in the last ten years (-6.2%), on the other hand we must celebrate the improvement in income distribution. Thus, while the eight poorest deciles in the employed population had their income increased - and the lowest the decile, the greater the gain - the two richest deciles had their income diminished. As an example, we can see that the average income of the lowest decile in the employed population grew by 48.4% whereas that of the top decile was reduced by 16.6%.

Despite this evolution, it is important to recognize that the income pattern in Brazil is still not good (graph 7.2). We can see that 56.6% of the employed population earn less than two minimum wages, and we all know that our minimum wage is not enough to accomplish its Constitutional role, which is to guarantee to the worker and his family the minimal conditions to survive. Only 2% of the employed people earn more than 20 minimum wages.

A short time ago, the reduction in formally hired workers and manufacturing jobs, as occurred in the last years, was considered as not desirable. Nevertheless, with the globalization of the economy, the recent changes in the production process were so great that we need a new way of thinking the Brazilian labor market reality. Entrepreneurship, small businesses, services and agribusiness are now desirable conditions of work, if they are well integrated and adapted to the new context.

Maria Cecília Prates Rodrigues
Researcher, Fundação Getulio Vargas - FGV

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1999

Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1999

(continua/continues)

Características/ Characteristics	Total/ Total		Homens/Male		Mulheres/ Female	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Grupos de idade/ Age groups	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos/ 10 to 14 years old	5,3	3,5	5,8	3,9	4,6	2,9
15 a 17 anos/ 15 to 17 years old	6,6	5,0	6,8	5,4	6,2	4,4
18 a 39 anos/ 18 to 39 years old	55,9	55,2	55,1	54,4	57,4	56,4
40 a 59 anos/ 40 to 59 years old	25,9	29,9	25,6	29,2	26,4	31,0
60 anos ou mais/ 60 years old and over	6,2	6,4	6,7	7,1	5,5	5,4
Idade ignorada/ Unknown age	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Grupos de anos de estudo/ Years of school completed	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano/ No schooling and less than 1 year	17,9	12,8	18,7	14,6	16,5	11,4
1 a 3 anos/ 1 to 3 years	19,5	15,9	20,3	17,6	18,2	14,6
4 a 7 anos/ 4 to 7 years	32,0	30,9	32,8	32,1	30,8	29,2
8 a 10 anos/ 8 to 10 years	12,0	15,2	12,1	14,8	11,9	14,8
11 a 14 anos/ 11 to 14 years	13,3	18,2	11,5	15,5	16,1	22,3
15 anos ou mais/ 15 years and more	5,1	6,7	4,4	5,6	6,2	8,17
Não determinado e sem declaração/ Unspecified and not reported	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1999
 Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1999

(continuação/continues)

Características/ Characteristics	Total / Total		Homens / Male		Mulheres / Female	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Posição na ocupação no trabalho principal/ Class of worker of primary job						
Empregado/ <i>Employee</i>	52,3	51,4	58,4	56,3	42,7	43,9
Trabalhador doméstico/ <i>Private household worker</i>	6,7	7,4	0,6	0,9	16,2	17,2
Conta-própria/ <i>Self-employed</i>	21,7	23,2	25,3	27,9	16,0	16,1
Empregador/ <i>Employer</i>	3,7	4,1	5,0	5,3	1,5	2,2
Não-remunerado/ <i>Unpaid worker</i>	10,5	9,3	8,5	7,3	13,6	12,3
Trabalhador na produção para o próprio consumo/ <i>Worker in production for own consumption</i>	4,9	4,5	1,8	1,9	9,9	8,2
Trabalhador na construção para o próprio uso/ <i>Worker in construction for own use</i>	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1
Sem declaração/ <i>Not reported</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ramos de atividade do trabalho principal/ Activity group of primary job						
Agrícola/ <i>Agriculture</i>	28,3	24,2	30,6	26,8	24,7	20,4
Indústria de transformação/ <i>Manufacturing</i>	12,8	11,6	15,2	13,7	9,1	8,4
Indústria da construção/ <i>Construction</i>	6,2	6,6	9,8	10,6	0,5	0,6
Outras atividades industriais/ <i>Other industrial activities</i>	1,4	1,1	1,9	1,5	0,6	0,4
Comércio de mercadorias/ <i>Trade</i>	12,1	13,4	12,5	13,4	11,5	13,5
Prestação de serviços/ <i>Services</i>	17,7	19,3	10,9	12,5	28,4	29,4

Tabela 7.1 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, com indicação de algumas características - 1992/1999

Table 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by sex and some characteristics - 1992/1999

(conclusão/concluded)

Características/ Characteristics	Total/ Total		Homens/ Male		Mulheres/ Female	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Ramos de atividade do trabalho principal/						
<i>Activity group of primary job</i>						
Serviços auxiliares da atividade econômica/ <i>Auxiliary services of economic activity</i>	2,9	3,9	3,2	4,3	2,5	3,3
Transporte e comunicação/ <i>Transportation and communication</i>	3,5	3,9	5,2	5,9	0,8	1,0
Social/ <i>Social</i>	8,4	9,5	3,4	4,1	16,2	17,4
Administração pública/ <i>Public administration</i>	4,6	4,6	5,1	5,1	3,7	3,9
Outras atividades/ <i>Other activities</i>	2,2	1,9	2,3	2,0	2,0	1,7
Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal/						
<i>Contribution to social security fund in primary job</i>						
Contribuintes/ <i>Participants</i>	43,3	43,3	46,0	44,1	39,1	42,1
Não-contribuintes/ <i>Nonparticipants</i>	56,6	56,7	5,9	55,9	60,9	57,9
Sem declaração/ <i>Not reported</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição para previdência privada/						
<i>Contribution to private security fund</i>						
Contribuintes/ <i>Participants</i>	2,9	2,2	3,2	2,4	2,4	2,0
Não-contribuintes/ <i>Nonparticipants</i>	97,1	97,8	96,8	97,6	97,6	98,0
Sem declaração/ <i>Not reported</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes/Sources: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2000.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 7.1 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por horas semanais trabalhadas no trabalho principal - 1999

Graph 7.1 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, during the reference week, by number of weekly hours in primary job - 1999

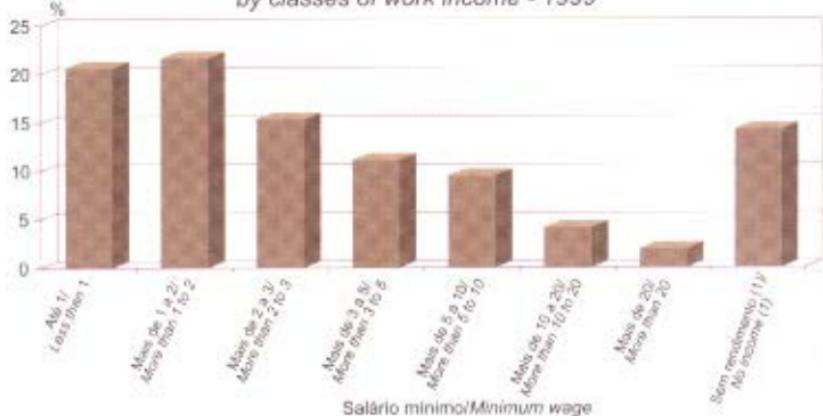


Fonte/SOURCE: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2000.

Nota: Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

Gráfico 7.2 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento de trabalho - 1999

Graph 7.2 - Percent distribution of employed persons 10 years old and over, by classes of work income - 1999



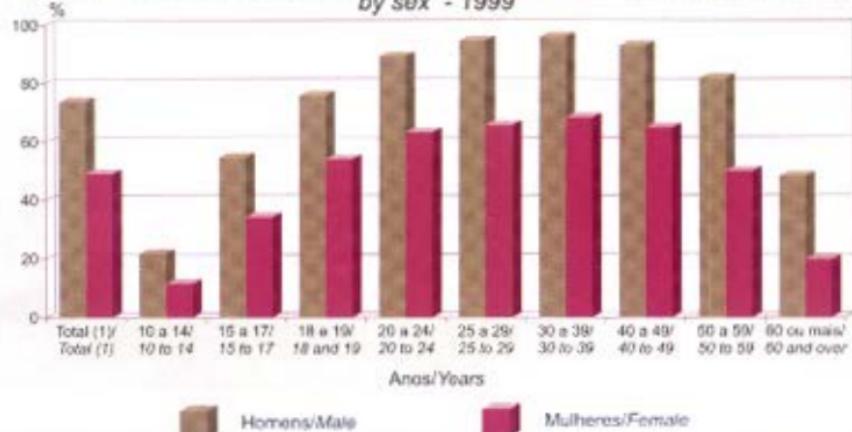
Fonte/SOURCE: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2000.

Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

(1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.
(1) Includes persons who received only benefits.

Gráfico 7.3 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo - 1999

Graph 7.3 - Labor force participation rate of persons 10 years old and over, by sex - 1999



Fonte/Source: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.21, 2000.

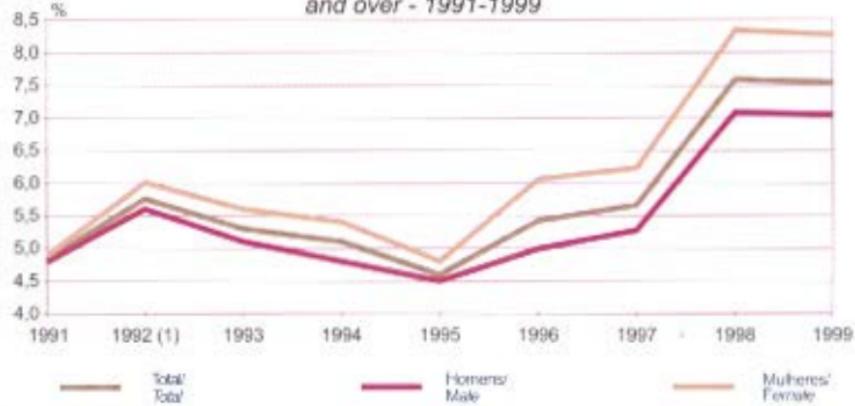
Nota: Exclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá./

Note: Excludes rural population of Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará and Amapá.

(1) Inclui as pessoas com idade ignorada./⁽¹⁾ Includes persons of age unknown.

Gráfico 7.4 - Taxa de desemprego aberto das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1999

Graph 7.4 - Open unemployment rate of persons 15 years old and over - 1991-1999



Fonte/Source: Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego 1991-1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2000.

Notas: 1. Média anual.

2. Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre./

Notes: 1. Annual average.

2. Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre.

(1) Exclui os meses de junho e julho./⁽¹⁾ Excludes the months of June and July.

Gráfico 7.5 - Indicadores de condição de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade - 1991-1999
 Graph 7.5 - Employment indicators of persons 15 years old and over - 1991-1999



Fonte/Source: Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego 1991-1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2000.

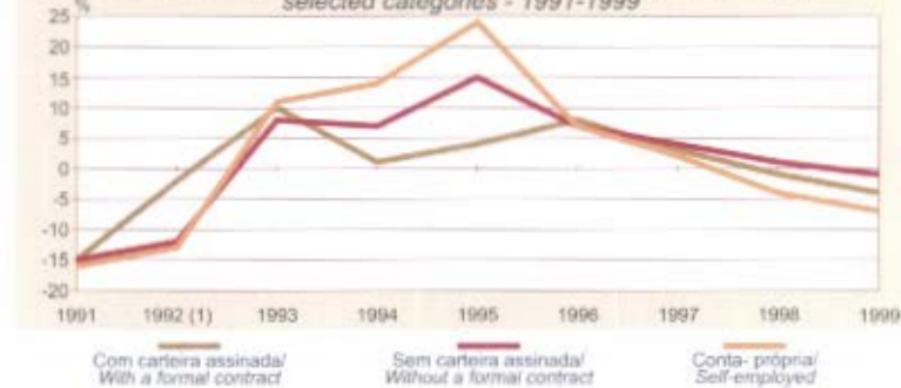
Nota: Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre./

Note: Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre.

(1) Exclui os meses de junho e julho./ (1) Excludes the months of June and July.

Gráfico 7.6 - Variação anual do rendimento médio real de categorias selecionadas - 1991-1999

Graph 7.6 - Annual percent change of real average income by selected categories - 1991-1999



Fonte/Source: Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego 1991-1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2000.

Notas: 1. Rendimento deflacionado pelo INPC.

2. Base: ano anterior.

3. Média das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre./

Notes: 1. Income deflated by INPC.

2. Base: previous year.

3. Mean of Metropolitan Areas of Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre.

(1) Exclui os meses de junho e julho./ (1) Excludes the months of June and July.

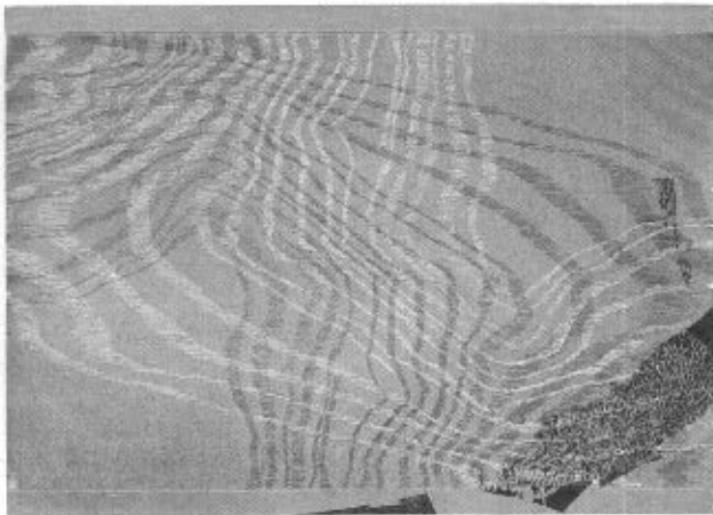
Tabela 7.2 - Taxas de desemprego, por países selecionados - 1996-1998

Table 7.2 - Unemployment rates, by selected countries - 1996-1998

Países selecionados/ Selected countries	1996	1997	1998
Alemanha/Germany	8,8	9,8	9,7
Argentina/Argentina	16,3
Brasil/Brazil	6,9	7,8	9,0
Canadá/Canada	9,7	9,2	8,3
Chile/Chile	5,4	5,3	7,2
Estados Unidos/United States	5,4	4,9	4,5
França/France	12,1	12,3	...
Itália/Italy	12,1	12,3	...
Japão/Japan	3,4	3,4	4,1
Paraguai/Paraguay	8,2
Reino Unido/United Kingdom	7,6	5,7	4,7
Uruguai/Uruguay	10,1

Fontes/Sources: Yearbook of labour statistics 1999. Genève: International Labour Office, p. 453-469; Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. p. 77.

Participação Política



7113, 1971
Fayga Ostrander

Political Participation

Participação Política

As eleições de outubro de 1998 iniciaram mais uma jornada da jovem e imensa democracia brasileira. Um pouco mais de 106 milhões de eleitores inscritos, quase metade dos quais (algo em torno de 47 milhões de eleitores) concentrados na Região Sudeste do País, foram conclamados a participar da escolha de seus governantes. O eleitorado brasileiro demonstrou equilíbrio no que diz respeito à distribuição por sexo: homens e mulheres têm dividido em partes quase que idênticas o universo de votantes. Entretanto, o mesmo não ocorreu no que tange à escolaridade, na medida em que se observa alta concentração na faixa relativa a ensino fundamental incompleto e a de semi-alfabetizado.

O que dizer das taxas de abstenção? Esta alcançou a marca de 21,49%. Contudo, qualquer ilação a partir deste dado é necessariamente precária, uma vez que, desde 1986, a Justiça Eleitoral não atualiza o registro dos eleitores que continuam vivos e votando no mesmo domicílio eleitoral. Por isso, inúmeros supostos eleitores são, na verdade, falecidos ou indivíduos que emigraram da região onde originalmente estavam inscritos, o que resulta na super estimação da taxa de abstenção.

Quanto ao número de votos brancos e nulos, notou-se expressiva redução se o compararmos com o que ocorreu em eleições anteriores. Desta vez, a informação é fidedigna e sua explicação, óbvia: a adoção da urna eletrônica em 60% das seções eleitorais do País. Se considerarmos que mais da metade dos eleitores possui apenas o primário completo e que a antiga cédula exigia do votante a redação do nome ou número de seu candidato, é fácil concluir que as taxas de votos nulos e brancos em votações anteriores se deviam à dificuldade de grande parte dos eleitores em processar seu voto. Com a introdução do voto eletrônico esta dificuldade foi reduzida, permitindo aos de baixa instrução votar com mais eficiência.

Os resultados das eleições indicam a consolidação do quadro partidário que vem se desenvolvendo desde a redemocratização. Nas eleições presenciais, o candidato da coligação PSDB/ PFL/PMDB/ PPB/PTB foi reeleito no primeiro turno com 53% dos votos válidos. O principal candidato de oposição, do PT, alcançou 31,7% de apoio.

No que concerne às eleições para governadores de estado e para o Senado Federal, verificou-se crescimento do PT, ao eleger três governadores e ao elevar seu número de cadeiras no Senado de três para seis. Na Câmara dos Deputados, os cinco maiores partidos, PMDB, PFL, PSDB, PT e PPB conquistaram 80% das cadeiras. De fato, os concorrentes com reais chances de vitória, seja para presidência, governo de estado, Senado ou Câmara dependeram de estruturas partidárias sólidas e, o que é mais importante, o voto do eleitor foi estruturado e organizado por tais agremiações. Sem dúvida, estamos diante de uma democracia de massas em vias de consolidação.

Fabiano Santos

Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

Political Participation

The October 1998 elections started once again the course of the young and immense Brazilian democracy. A little over 106 million voters, almost half of them (about 47 million) concentrated in the country's Southeast Region, were exhorted to participate in the choice of their government. The Brazilian electorate evinced balance in what concerns distribution by sex: men and women have been sharing in almost identical portions the total number of voters. However, the same is not true about educational attainment, with the electorate presenting a high concentration of semiliterate individuals and people who did not complete elementary school.

What can be said about the abstention rate? It reached 21,49%. Nonetheless, any inference from this information is necessarily dubious for, since 1986, the register of voters who are still alive or voting at the same electoral district has not been updated. Hence, a number of individuals supposed to be voters were, in fact, deceased or had left the district where they were originally listed, resulting in an overestimated abstention rate.

Regarding the number of blank and void votes, a significant reduction occurred by comparison with previous election results. The information is reliable this time, and its explanation, rather obvious: the adoption of electronic polls in 60% of the country's electoral sections. Considering that more than half the voters are poorly educated and, furthermore, that the old ballot required them to write the name or number of the chosen candidate, it is only fair to presume that the blank and void vote rates in previous elections were caused by the difficulty felt by a significant share of voters in processing their ballot. This difficulty was lessened by the introduction of the electronic poll, allowing those poorly educated to vote more efficiently.

Election results indicate the consolidation of the party system that has been emerging since the redemocratization. In the presidential elections, the PSDB/PFL/PMDB/PPB/PTB coalition candidate was reelected at the first round with 53% of the valid votes. The main opposition represented by PT (the Workers' Party), attained 31,7%

support. Concerning the elections for State Governor and for the Senate, PT exhibited growth, electing three governors and raising the number of seats in the Senate from three to six. In the Chamber of Deputies, the five major parties (PMDB, PFL, PSDB, PT and PPB) won 80% of the seats. Indeed, the candidates with real chances of being elected, either for president, state governor, senator or deputy, relied on consistent party structures and, what is more important, voter choice was structured and organized by these parties. Beyond doubt, we are nowadays facing a mass democracy about to be consolidated.

Fabiano Santos

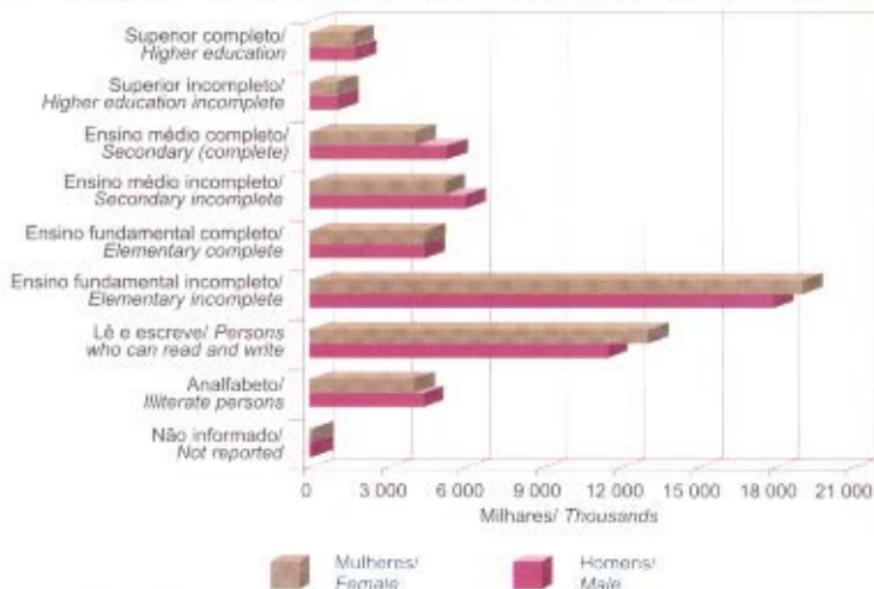
Professor, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

Tabela 8.1 - Zonas, seções e eleitores existentes por municípios - 1998
 Table 8.1 - Polling sections, zones and voters by municipalities - 1998

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Zonas/ Zones	Seções/ Polling sections	Eleitores existentes por municípios/ Voters by municipalities	
			Das capitais/ Capital cities	Do interior/ Interior
Brasil /Brazil	2 854	307 730	25 829 516	80 271 551
Norte/North	243	22 131	2 187 149	4 565 100
Rondônia	31	2 646	196 112	640 067
Acre	10	948	150 424	168 531
Amazonas	67	3 871	744 602	623 482
Roraima	4	542	109 893	60 727
Pará	86	11 049	796 759	2 424 019
Amapá	11	616	129 262	84 027
Tocantins	34	2 459	60 097	564 247
Nordeste/Northeast	877	95 712	5 591 807	22 946 806
Maranhão	91	10 469	467 621	2 519 612
Piauí	97	6 199	369 428	1 411 722
Ceará	111	16 612	1 163 088	3 138 842
Rio Grande do Norte	68	5 591	378 913	1 350 062
Paraíba	76	7 924	321 773	1 901 486
Pernambuco	145	15 079	949 644	4 169 456
Alagoas	53	4 506	340 252	1 043 348
Sergipe	35	3 263	275 673	805 465
Bahia	201	26 069	1 325 415	6 606 813
Sudeste/Southeast	995	112 588	13 250 470	33 774 461
Minas Gerais	316	36 092	1 565 365	10 249 818
Espírito Santo	55	6 028	206 790	1 710 094
Rio de Janeiro	241	25 620	4 346 973	5 624 857
São Paulo	383	44 848	7 131 342	16 189 692
Sul/South	481	55 797	2 212 100	14 534 998
Paraná	206	19 950	1 034 818	5 349 392
Santa Catarina	102	12 471	222 577	3 294 234
Rio Grande do Sul	173	23 376	954 705	5 891 372
Centro-Oeste/Central West	247	21 288	2 587 990	4 402 225
Mato Grosso do Sul	52	3 918	382 598	874 309
Mato Grosso	58	4 817	283 307	1 233 144
Goiás	123	9 473	654 160	2 294 772
Distrito Federal/Federal District	14	3 080	1 267 925	-

Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

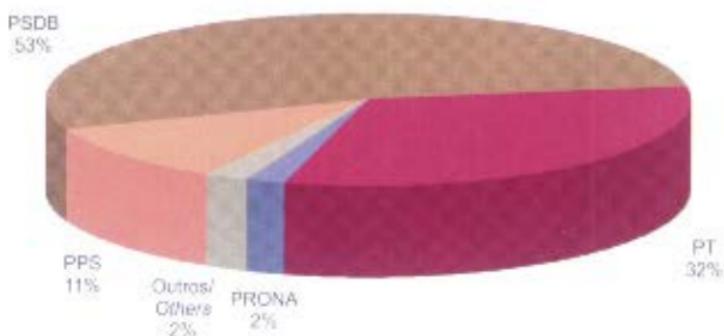
Gráfico 8.1 - Quantidade de eleitores, por grau de instrução e sexo - 1998
 Graph 8.1 - Number of voters, by level of instruction and sex - 1998



Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

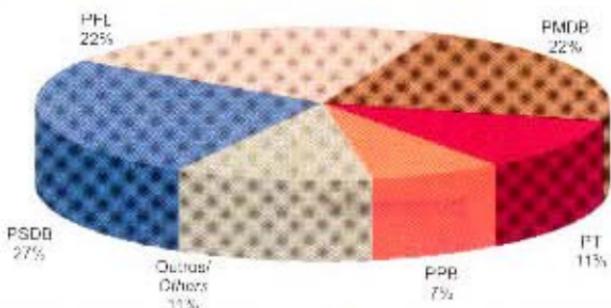
Nota: Exclui sexo não informado / Note: Excludes sex not informed.

Gráfico 8.2 - Votação, por partidos políticos, para presidente - 1998
 Graph 8.2 - Vote cast for president, by political parties - 1998



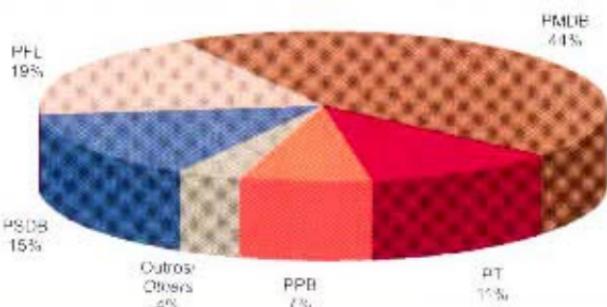
Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Gráfico 8.3 - Governadores eleitos, por partido político - 1998
 Graph 8.3 - Governors elected, by political parties - 1998



Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Gráfico 8.4 - Senadores eleitos, por partido político - 1998
 Graph 8.4 - Senators elected, by political parties - 1998



Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Tabela 8.2 - Resultados da apuração para presidente - 1998

Table 8.2 - Vote cast for president - 1998

Unidades da Federação/ Federative Units	Votos válidos/ Valid votes	Abstenções/ Abstentions	Votantes/ Voter turnout	Votos brancos/ Blank votes	Votos nulos/ Void votes
Em percentual (%) / Percent (%)					
Rondônia	0,46	0,24	0,55	0,04	0,05
Acre	0,18	0,07	0,23	0,02	0,03
Amazonas	0,78	0,38	0,91	0,05	0,09
Roraima	0,11	0,03	0,13	0,00	0,01
Pará	1,69	1,01	2,02	0,14	0,19
Amapá	0,15	0,03	0,17	0,00	0,02
Tocantins	0,38	0,12	0,47	0,04	0,05
Maranhão	1,43	0,87	1,94	0,27	0,25
Piauí	0,95	0,41	1,27	0,18	0,15
Ceará	2,50	0,94	3,11	0,26	0,35
Rio Grande do Norte	0,98	0,31	1,32	0,19	0,15
Paraíba	1,13	0,52	1,58	0,21	0,24
Pernambuco	2,70	1,23	3,59	0,39	0,51
Alagoas	0,68	0,37	0,94	0,06	0,20
Sergipe	0,59	0,22	0,80	0,11	0,10
Bahia	3,66	2,38	5,10	0,72	0,71
Minas Gerais	7,15	2,21	8,92	0,84	0,93
Espírito Santo	1,19	0,39	1,41	0,10	0,13
Rio de Janeiro	6,35	1,90	7,50	0,25	0,90
São Paulo	15,32	3,63	18,35	1,16	1,87
Paraná	3,97	1,27	4,75	0,34	0,44
Santa Catarina	2,39	0,54	2,77	0,18	0,20
Rio Grande do Sul	4,73	0,96	5,49	0,38	0,38
Mato Grosso do Sul	0,80	0,24	0,94	0,05	0,08
Mato Grosso	0,86	0,41	1,01	0,08	0,08
Goiás	1,78	0,57	2,21	0,22	0,20
Distrito Federal/Federal District	0,91	0,19	1,01	0,02	0,08
Exterior/Abroad	0,02	0,02	0,02	0,00	0,00

Fonte/SOURCE: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Tabela 8.3 - Candidatos eleitos, por partido político - 1998
 Table 8.3 - Candidates elected by political parties - 1998

Partido político/ Political party	Senador/ Senator	Governador/ Governor	Deputado Federal/ Representative (Federal)	Deputado Estadual/ Representative (State)	Deputado Distrital/ Representative (District)
PC do B	-	-	9	10	-
PDT	-	1	25	71	1
PFL	5	6	105	168	2
PL	-	-	12	42	2
PMDB	12	6	83	171	5
PMN	-	-	2	11	-
PPB	2	2	61	106	1
PPS	-	-	3	20	1
PRONA	-	-	1	4	-
PRP	-	-	-	3	-
PRTB	-	-	-	2	-
PSB	1	2	18	46	1
PSC	-	-	2	16	1
PSD	-	-	2	23	1
PSDB	4	7	98	151	2
PSDC	-	-	-	3	-
PSL	-	-	1	10	-
PSN	-	-	-	1	-
PST	-	-	-	4	-
PT	3	3	59	85	5
PT do B	-	-	-	5	-
PTB	-	-	31	79	2
PV	-	-	1	4	-

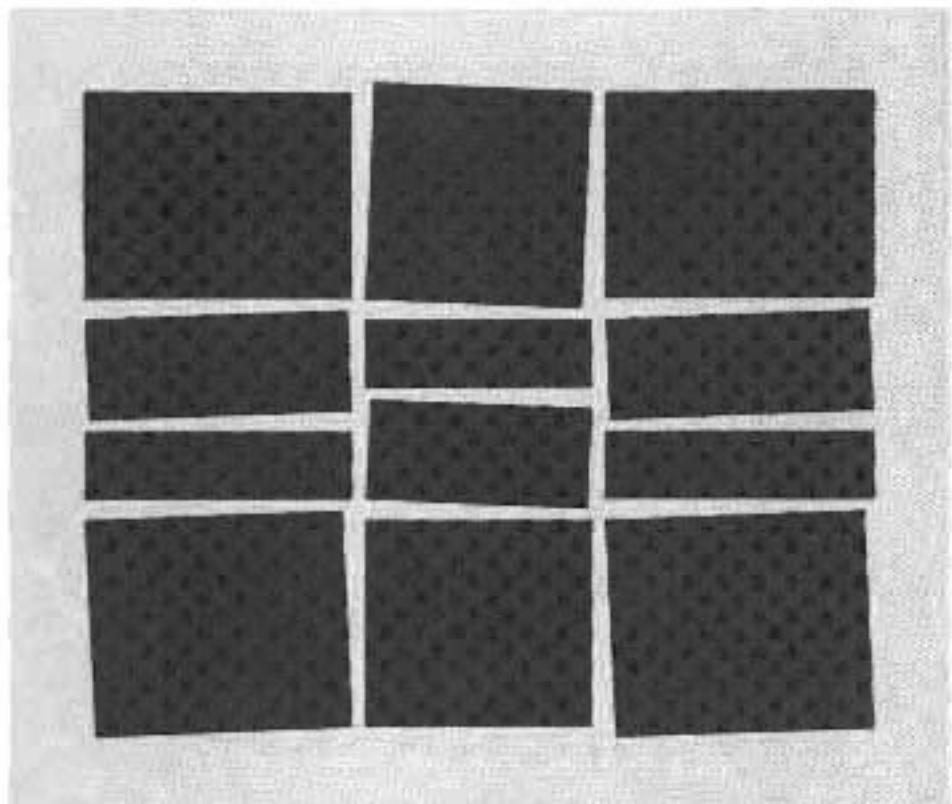
Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral, Sistema de Estatística do Eleitorado.

Quadro 8.1 - Partidos políticos com votação - 1998*Figure 8.1 - Political parties with votes - 1998*

PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRONA	Partido Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSN	Partido Solidarista Nacional
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

Fonte/Source: Tribunal Superior Eleitoral, Seção de Estatística Eleitoral.

Preços



Meloesquema II, 1958
Hélio Oiticica

Prices

Preços

O ano de 1999 foi, particularmente, importante no que se refere ao comportamento da taxa de inflação: a queda vertiginosa, que teve início com o Plano Real, em 1994, alcançou seu ponto mínimo em 1998. Os aumentos dos preços ao consumidor em 1999 (8,94%) apresentaram significativa mudança de patamar em relação ao ano anterior (1,65%), o mesmo acontecendo com o custo da construção civil, que aumentou 7,87% em 1999 contra 1,56% em 1998.

A principal responsável por essa mudança de trajetória foi a forte desvalorização do real, como consequência da adoção do câmbio flexível, em janeiro de 1999. A partir de então foi içada a chamada âncora cambial que, tendo mantido sob controle os aumentos do dólar, garantia que os produtores nacionais sofressem a concorrência dos baixos preços dos artigos importados e, consequentemente, se sentissem desestimulados a aumentar os preços no mercado interno.

Lançada a economia ao mar, era grande a expectativa sobre o patamar em que se estabilizaria a inflação sob o novo sistema cambial. Os dois meses seguintes apresentaram altas de preços em quase todos os mercados, o que resultou em taxas muito altas, superiores a 1% em fevereiro e março.

Por outro lado, o governo aumentava a taxa de juros de modo a conter a inflação através da redução da demanda, e a estratégia foi bem-sucedida, tendo a taxa de inflação declinado até junho.

Em julho, outro susto: novamente a taxa ultrapassava a 1%. Mas dessa vez os aumentos não foram generalizados, ficaram concentrados em alguns produtos que têm alta participação na ponderação do IPCA, ou seja, embora signifique efetivo aumento do custo da cesta de produtos adquirida pelos consumidores, esse tipo de aumento não deve ser levado em conta quando se pensa na trajetória futura da inflação. Neste sentido, convém usar uma medida que seja robusta às variações de preços atípicas, tanto para cima quanto para baixo. A mediana, que é o valor que divide a série ordenada ao meio, é uma dessas medidas.

Exemplificando: suponhamos que os preços dos produtos arroz, feijão, carne, café e automóvel tenham apresentado os seguintes aumentos em determinado mês: 1%, 3%, 5%, 7% e 9%. A média entre eles é 5% e a mediana também é 5%, pois existem dois valores abaixo de 5% e dois acima de 5%. Se os aumentos tivessem sido de 1%, 3%, 5%, 7% e 99% a média subiria para 23%, mas a mediana continuaria sendo 5%. Neste sentido, diz-se que a mediana é robusta, não-contaminável pelos valores extremos.

No Gráfico 9.2 vemos que a trajetória da mediana (calculada para o conjunto de itens do IPCA) apresenta discrepâncias em relação ao IPCA apenas nos três meses referidos anteriormente. A análise dessas duas séries revela que, se por um lado o IPCA deixou para trás o patamar de 2% ao ano, por outro lado, o nível de 1999, em torno de 9%, parece exagerado. Assim, tudo indica que a inflação deve se estabilizar em um patamar entre 5% e 6% nos próximos anos.

Ricardo Braule Pinto
Consultor de Institutos de Pesquisa e de Empresas

The year 1999 was particularly important regarding the behavior of the inflation rate: the vertiginous fall, which started with the Real Plan in 1994, reached its lower point in 1998. Consumer price raises in 1999 (8.94%) presented a significant change of level by comparison with the previous year (1.65%), the same happening with the cost of construction, which increased 7.87% in 1999 against 1.56% in 1998.

The currency devaluation, a consequence of a new flexibility in the exchange rate after January 1999, was the major factor responsible for this change of course. From then on, the so-called exchange anchor was raised, after maintaining under control the dollar increases and compelling Brazilian producers to suffer the competition of low prices for imported goods, which consequently discouraged them to increase prices in the domestic market.

After casting the economy to sea, the expectation was great about the stage at which the inflation would be stabilized under the new exchange system. The two following months presented price raises in roughly all markets, resulting in very high rates, over 1% in February and March.

On the other hand, the government increased the interest rate in order to contain inflation through reduction of demand. The strategy succeeded, and the inflation rate declined until June.

In July, another scare: again the rate surpassed 1%. But this time price raises were not generalized, concentrating in some goods with a high participation in the IPCA weight structure. That is, although meaning an effective cost increase for those consumer products in the market basket, this type of increase should not be taken into account when considering the future course of inflation. In fact, it is suitable to use a measure that is robust to atypical price changes, both up and down. The median, which is the value that divides the ordained series in the middle, is one of these measures. For example: suppose that prices of products such as rice, beans, meat, coffee and automobiles had increases of 1%, 3%, 5%, 7% and 9% in a

given month. The resulting mean is 5% and the median is also 5%, since there are two values below 5% and two values above 5%. If the increases had been 1%, 3%, 5%, 7% and 99%, the mean would increase to 23%, but the median would still be 5%. So, the median is said to be robust, uncontaminated by the extreme values.

Graph 9.2 shows that the course of the median (calculated for the set of items of IPCA) presents discrepancies towards IPCA only in the three months previously referred to. Analysis of these two series reveals that, if on one hand IPCA left behind the level of 2% a year, on the other, the level in 1999, around 9%, seems exaggerated. Thus, everything indicates that inflation should become stable at a level between 5% and 6% in the next few years.

Ricardo Braule Pinto
Consultant, Survey Institutes and Companies

Tabela 9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 1999
 Table 9.1 - Extended Consumer Price Index - IPCA - 1999

(continua/continues.)

Mês/ Month	IPCA/ IPCA	Variação mensal, por grupos de produtos (%) Monthly change by groups of products (%)			
		Alimentação e bebidas/ <i>Food and beverages</i>	Habitação/ <i>Housing</i>	Artigos de residência/ <i>Household furnishings</i>	Vestuário/ <i>Apparel</i>
Janeiro/January	0,70	0,90	0,06	0,27	(-) 0,25
Fevereiro/February	1,05	2,71	0,41	1,50	(-) 1,23
Março/March	1,10	2,01	0,79	1,63	(-) 0,07
Abril/April	0,56	(-) 0,23	0,66	1,13	1,12
Maio/May	0,30	(-) 0,95	0,18	0,68	0,76
Junho/June	0,19	(-) 1,28	0,75	0,45	0,74
Julho/July	1,09	(-) 0,24	1,21	0,08	0,47
Agosto/August	0,56	0,13	0,84	0,08	(-) 0,12
Setembro/September	0,31	0,34	0,20	0,13	0,35
Outubro/October	1,19	1,77	0,02	0,34	1,04
Novembro/November	0,95	1,35	0,43	0,91	0,61
Dezembro/December	0,60	1,41	0,41	0,62	0,69
Acumulado no ano/ <i>Accumulated in the year</i>	8,94	8,14	6,11	8,10	4,18

Tabela 9.1 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 1999
 Table 9.1 - Extended Consumer Price Index - IPCA - 1999

(conclusão/concluded.)

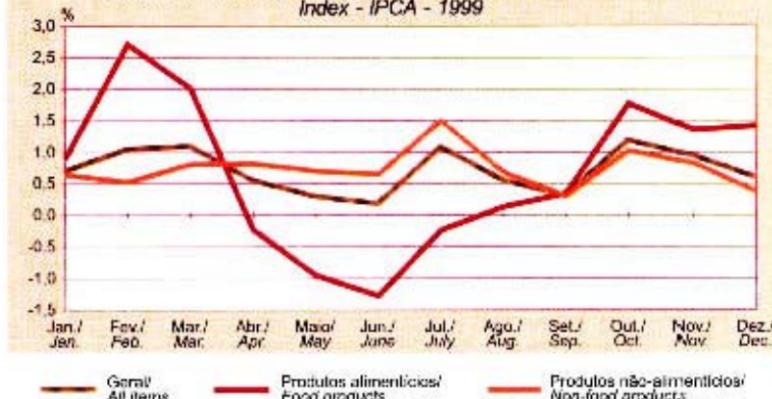
Mês/ Month	Variação mensal, por grupos de produtos (%)/ Monthly change by groups of products (%)				
	Transportes/ Transportation	Saúde e Cui- dados pessoais/ Health and personal care	Despesas pessoais/ Personal expenses	Educação/ Education	Comunicação/ Communication
Janeiro/January	1,03	0,43	1,63	3,79	0,58
Fevereiro/February	2,17	0,48	(-) 0,57	(-) 3,18	0,26
Março/March	0,98	1,32	0,55	1,21	0,01
Abril/April	1,13	1,48	0,02	0,44	(-) 0,16
Maio/May	1,23	1,27	0,33	(-) 0,04	0,00
Junho/June	0,80	0,50	0,31	0,25	2,23
Julho/July	3,91	0,42	0,16	0,47	6,52
Agosto/August	1,41	0,93	(-) 0,13	0,40	0,00
Setembro/September	0,55	0,69	(-) 0,09	0,07	(-) 0,24
Outubro/October	3,24	0,40	0,18	0,00	(-) 0,06
Novembro/November	2,15	0,29	0,04	0,16	(-) 0,07
Dezembro/December	0,33	0,15	0,33	0,46	(-) 0,04
Acumulado no ano/ Accumulated in the year	20,59	8,67	2,78	3,96	9,23

Fonte/Source: Indicadores IBGE: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em /Available from: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/cited May 2000 .

Gráfico 9.1 - Variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo - IPCA - 1999

Graph 9.1 - Monthly change of the Extended Consumer Price Index - IPCA - 1999

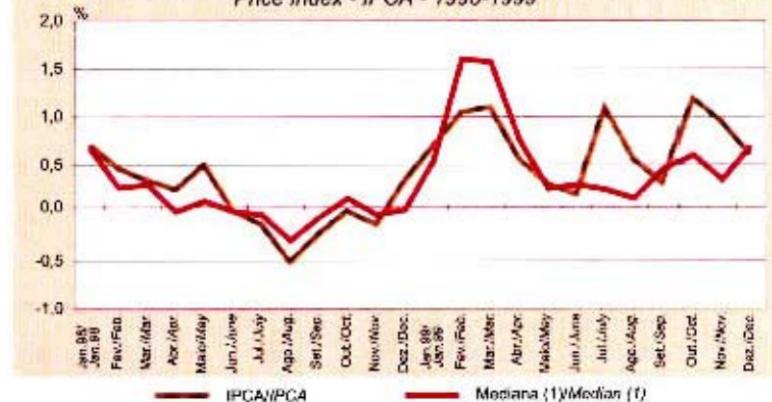


Fonte/Source: Indicadores IBGE: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1999. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Disponível em: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/edited May 2000.

Gráfico 9.2 - Média e mediana das variações mensais do Índice de Preços

ao Consumidor Amplo - IPCA - 1998-1999

Graph 9.2 - Mean and median of monthly changes of Extended Consumer Price Index - IPCA - 1998-1999



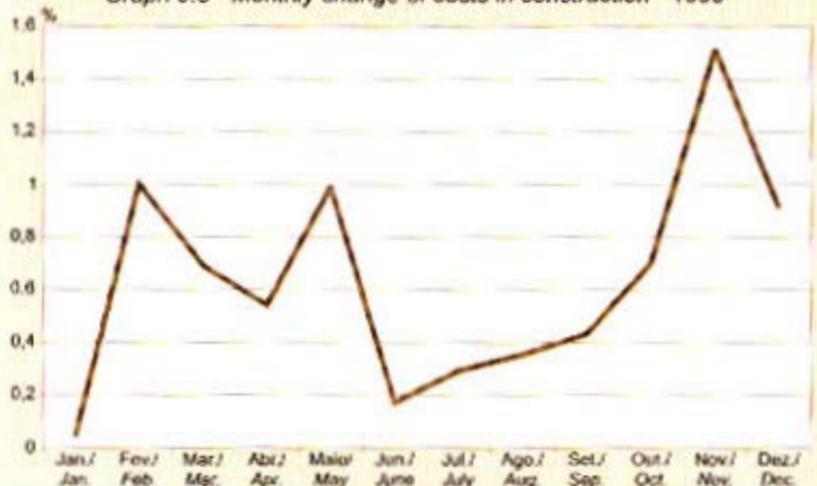
Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índice de Preços.

(1) Obtidas a partir das variações mensais de preços dos itens que compõem o IPCA. (1) Obtained from monthly price changes of items that compose IPCA.

Tabela 9.2 - Variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - 1990-1999**Table 9.2 - Accumulated annual change of the Extended Consumer Price Index - IPCA - 1990-1999**

Ano/ Year	Variação acumulada no ano/ Accumulated annual change	Ano/ Year	Variação acumulada no ano/ Accumulated annual change
1990	1 620,97	1995	22,41
1991	472,70	1996	9,56
1992	1 119,10	1997	5,22
1993	2 477,15	1998	1,65
1994	916,46	1999	8,94

Fontes/Sources: Indicadores IBGE: Rio de Janeiro: IBGE, v. 7-9, 1988-1990; Indicadores IBGE: Índices de preços ao consumidor 1991-1992. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1993; Indicadores IBGE: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1993-1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. [1-3], 1994-1998; Indicadores IBGE: Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1996-1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em /Available from: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/cited May 2000.

Gráfico 9.3 - Variação mensal de custos para a construção civil - 1999**Graph 9.3 - Monthly change of costs in construction - 1999**

Fonte/Source: Indicadores IBGE: Sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em /Available from: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/cited May 2000.

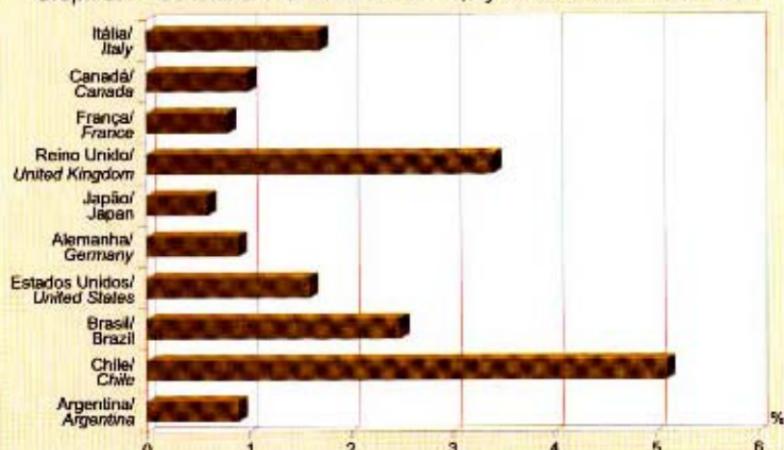
**Tabela 9.3 - Custo médio do metro quadrado
na construção civil - Dez. 1999**

Table 9.3 - Average cost per square meter of construction - Dec. 1999

Grandes Regiões/ Major Regions	Custo (R\$/m ²)/Cost (R\$/m ²)
Brasil/Brazil	305,10
Norte/North	300,14
Nordeste/Northeast	272,65
Sudeste/Southeast	327,14
Sul/South	318,16
Centro-Oeste/Central West	286,84

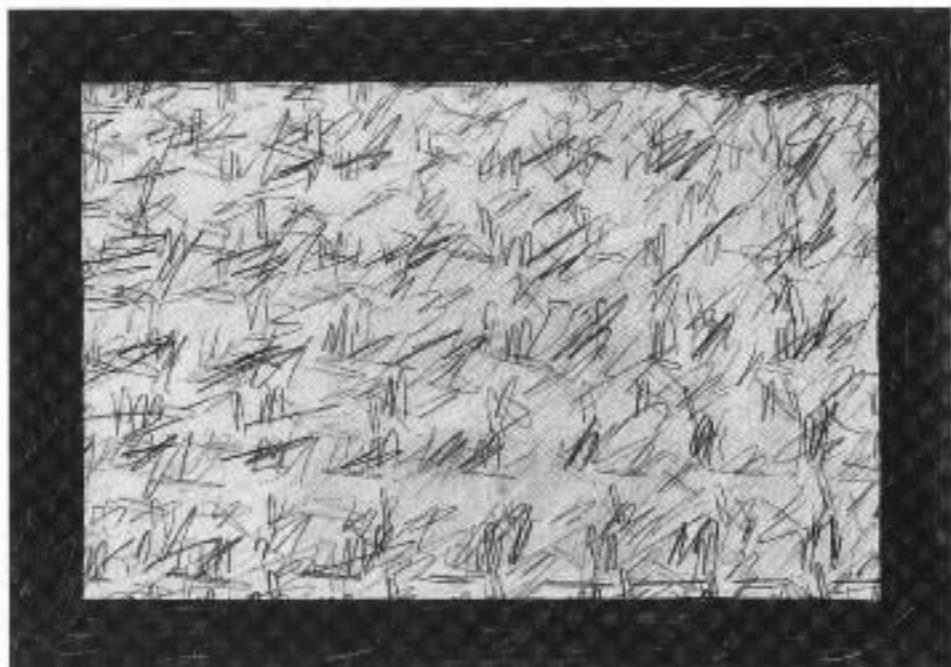
Fonte/Source: Indicadores IBGE: Sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em/Available from: <ftp://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em/mayo 2000/cited May 2000]

**Gráfico 9.4 - Índices de Preços ao Consumidor - IPC-, por países
selecionados - 1998**
Graph 9.4 - Consumer Price Indexes - IPC, by selected countries - 1998



Fonte/Source: Indicadores da economia mundial 1999. Brasília: Ministério do Orçamento e Gestão, n. 10. (2000).

Contas Nacionais



Sem Título, 1974
Ivoldi Granato

National Accounts

Contas Nacionais

As tabelas que se seguem apresentam uma síntese do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, elaborado pelo Departamento de Contas Nacionais do IBGE, para retratar os mais diversos aspectos da atividade econômica no País. Em nível nacional, o DECNA produz estimativas anuais, detalhadas e consistentes, da produção de bens e serviços no País; da renda apropriada por seus residentes na forma de salários, lucros, juros e aluguéis; e do dispêndio total em bens de consumo, produtos intermediários, bens de capital, importações e exportações. A partir de 1999, teve início a publicação anual de estimativas do PIB em nível estadual. Planos para o futuro incluem completar o Sistema de Contas Nacionais com estimativas de dispêndio e renda em bases trimestrais, bem como detalhar as contas em nível estadual.

A Tabela 10.1 mostra que, em 1999, o Produto Interno Bruto - PIB - ou seja, o valor da produção dos bens finais de consumo e do investimento bruto no País atingiram 960 bilhões de reais. Em termos per capita, isso significou 5,9 mil reais de produto ou renda per capita. Os valores da tabela estão expressos em termos nominais e, portanto, para se fazer comparações em relação ao tempo deve-se descontar os efeitos da inflação dos preços. Assim, em 1999, o aumento nominal de 31 reais significou, em termos reais, uma queda de 0,5% do PIB per capita.

A Renda Nacional subtrai do PIB o valor das remessas de lucros e juros ao exterior. Em 1999, essas remessas representaram 3,6% do PIB, que se compara com 2,0%, em 1997. Esse aumento explica-se pelo crescimento nos estoques de dívida e capital estrangeiro, no período, pelo aumento das taxas de juros internacionais e, também, pelos efeitos meramente contábeis da desvalorização do real, em 1999.

A poupança, como porcentagem do PIB, caiu de 17,4% para 15,9%, no período analisado, que se explica em parte pelo aumento de consumo induzido pela valorização da taxa de câmbio do real antes de 1999. Nesse período, o País poupou menos do que investiu, gerando Necessidades de Financiamento anuais da ordem de 4% do PIB que foram supridas por empréstimos e investimentos externos.

A Tabela 10.2 desagrega o produto, segundo as principais classes de atividade, mostrando a importância dos serviços na economia brasileira. Desconsiderando-se pequenas flutuações anuais, aproximadamente, 62% do PIB é gerado nas atividades de serviços, 35% na Indústria (inclusive Construção, Eletricidade e Água) e apenas 8% na Agropecuária. A importância dos serviços reflete, por um lado, tendências econômicas e tecnológicas do mundo contemporâneo e, por outro, a absorção da mão-de-obra pelo setor ao longo de duas décadas de baixo crescimento de empregos formais. Na tabela, a soma das parcelas excede 100% devido à dupla contagem das atividades financeiras, que se explica pelas dificuldades de se imputar valores por essas atividades em cada setor, implicando, portanto, na necessidade de se introduzir uma correção no agregado.

O Gráfico 10.1 mostra o desempenho de crescimento da economia no triênio 1997-1999. As crises internacionais associadas às políticas macroeconômicas restritivas acarretaram a recessão de 1998. A desvalorização do real, no início de 1999, inaugura a retomada do crescimento. Em termos setoriais, destaca-se a queda na atividade industrial que lidera a recessão, o pujante crescimento da agropecuária, em 1999, após dois anos de desempenho medíocre e o papel "amortecedor" da recessão desempenhado pelo setor de serviços.

A Tabela 10.3 desagrega o dispêndio mostrando que o consumo final (que inclui as despesas correntes do governo) representa, aproximadamente, 81% do PIB. A taxa de investimento, que mede a parcela do produto que é destinada ao crescimento da capacidade produtiva, manteve-se próxima de 21% do PIB, relativamente baixa por padrões históricos e internacionais, sobretudo tendo-se em conta os requisitos de geração de emprego da economia brasileira. A poupança externa, materializada em valores de importações maiores que de exportações, financiou o excesso de dispêndio em relação ao produto.

A Tabela 10.4 apresenta importantes relações macroeconômicas derivadas das Contas Nacionais. Calculada a preços constantes do ano anterior para anular possíveis distorções devido a mudanças de preços relativos entre os bens de capital e de consumo, a taxa de investimento situa-se em patamar ainda mais baixo do que na tabela anterior (que é calculada a preços correntes) e mostra uma retração em 1999. A carga tributária, em 1999, atinge nível recorde devido à tendência de recuperação da capacidade de taxação propiciada pela estabilização de preços e ao esforço de ajuste fiscal no ano.

Por fim, constata-se um aumento significativo do grau de abertura da economia, medido pela soma dos valores das exportações e importações em porcentagem do PIB, como reflexo dos efeitos contábeis e reais da desvalorização cambial.

O Gráfico 10.2 mostra a distribuição da renda nacional entre salários, rendimento de autônomos, o excedente operacional bruto das empresas (que inclui lucros, juros e aluguéis) e impostos líquidos (excluindo subsídios). No período analisado, destacam-se pequenas retracções nas participações do excedente operacional e dos rendimentos de autônomos que são compensadas por pequenos aumentos na fatia dos impostos líquidos. A participação dos salários mantém-se praticamente constante em torno de 37% do PIB que, mesmo acrescentando-se os 6% de rendimentos dos autônomos, representa uma cifra muito baixa comparada com os patamares internacionais que se situam acima de 60%.

Por fim, o Gráfico 10.3 compara o desempenho de crescimento dos países do Mercosul e das sete maiores economias da OECD, no ano de 1999. As sucessivas crises internacionais, culminando com a própria desvalorização brasileira, afetaram exclusivamente os países do Mercosul e a já combalida economia japonesa que mostraram taxas de crescimento pífias, comparadas à pujança dos anglo-saxônicos e à moderação da Europa Continental. No Mercosul, a economia brasileira se sobressai pelo crescimento positivo. Entre outros fatores porque a desvalorização do real em 1999, ao aumentar a competitividade e reduzir a vulnerabilidade externa do País, trouxe repercussões negativas sobre as demais economias dos países do Mercosul.

A Tabela 10.5 apresenta as novas estimativas de PIB e PIB per capita, em nível estadual, para o ano de 1997. Os números exigem cautela, pois em nível estadual as diferenças entre renda e produto adquirem maior importância, na medida em que nem sempre a renda gerada na produção destina-se aos residentes do estado. Apesar disso, os números mostram as fortes desigualdades regionais, com a renda per capita de São Paulo sendo 6,3 maior que a do Maranhão, em 1997. Mais grave ainda a tabela mostra que o crescimento recente praticamente nada contribuiu para reduzir as desigualdades nos níveis de renda per capita entre os estados e regiões do País.

A Tabela 10.6 mostra a concentração da atividade econômica na Região Sudeste, especialmente em São Paulo onde se gera mais de um terço do PIB brasileiro. Em termos de tendência, mostram que

a desconcentração que ocorreu entre 1985 e 1994 foi parcialmente revertida nos últimos anos, sendo a Região Sul a mais prejudicada em ambos os períodos. Pode-se especular que essas oscilações refletem os efeitos da liberalização comercial, na primeira metade, dos anos 90 e da integração econômica com o Mercosul, na segunda metade.

A Tabela 10.7 apresenta o desempenho de crescimento dos diversos estados, no período de 1985-1997, quando a economia brasileira cresceu, em termos reais, à taxas médias de 2,7% ao ano, com um período recessivo no começo dos anos 90. Regionalmente, o Centro-Oeste e o Norte do País foram, de fato, fronteiras de crescimento, apresentando, ao longo de todo o período, taxas 1,5 a 2 vezes maior que a média nacional. O Nordeste acompanha *pari passu* o padrão de crescimento da economia nacional. O Sudeste apresenta menor dinamismo relativo, no período até 1994, igualando-se à média nacional, posteriormente. O Sul inverte esse padrão, com maior dinamismo relativo, até 1994 e, menor dinamismo, posteriormente. Naturalmente, dentro de cada região, constata-se diferenças significativas no desempenho de crescimento dos estados.

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Macroeconômicos do
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

National Accounts

The following tables present a synthesis of the System of National Accounts of Brazil, elaborated by the Department of National Accounts of IBGE to portray the various features of economic activity in the country. At national level, DECNA produces detailed and consistent annual estimates of production of goods and services in the country; of the income appropriated by its residents by way of wages, profits, interest and rents; and of the total expenditure on consumer goods, intermediate products, capital goods, imports and exports. In 1999, annual publication of GDP estimates at state level was started. Future plans include complementing the System of National Accounts with quarterly estimates of expenditure and income and also detailing the accounts at state level.

Table 10.1 shows that, in 1999, the Gross Domestic Product (GDP) - that is, the production value of final consumer goods and gross investment in the country - has attained R\$ 960 billion. Per capita, that amount corresponds to R\$ 5.9 thousand of product or income. The amounts in the table are expressed in nominal terms and therefore, when making comparisons at different times, the effects of price inflation must be accounted for. Thus, in 1999, the nominal increase of R\$ 31 meant, in real terms, a fall of 0.5% of the GDP per capita.

The National Income subtracts from the GDP the value of remittances of profits and interest abroad. In 1999, those remittances represented 3.6% of the GDP, as compared to 2.0% in 1997. Such increase is explained by the growth in debt and foreign capital stocks, in the period, by the increase in foreign interest rates and also simply by accounting effects of the currency devaluation in 1999.

Savings, as a percentage of the GDP, fell from 17.4% to 15.9%, during the period analyzed. This is partly explained by the increase in consumption induced by the favorable exchange rate before 1999. During that period, the country saved less than invested, generating annual Net Borrowing around 4% of the GDP, which was supplied by foreign loans and investments.

Table 10.2 breaks down the product according to the main industries, showing the importance of services in the Brazilian economy. Not taking into account slight annual fluctuations, approximately 62% of the GDP are generated by service activities, 35% by Manufacturing, Mining and Quarrying (including Construction and Public Utilities), and just 8% by Agriculture. The importance of services reflects, on one hand, economic and technological trends in the contemporary world and, on the other, the absorption of labor by the sector during two decades of low increase in formal jobs. In this table, individual figures do not add up to 100% due to double accounting of financial activities, which may be explained by the difficulty of imputing values to these activities in each sector and therefore implying the need of introducing correction in the aggregate.

Graph 10.1 shows the performance growth in the economy during the 1997-1999 triennium. International crises, associated to restrictive macroeconomic policies, caused the 1998 recession. The currency devaluation, at the beginning of 1999, inaugurates the retaking of growth. By sectors, the highlights are the fall of industrial activity that leads to recession, the powerful growth of agriculture, in 1999, after two years of mediocre performance and the role performed by services as a recession "buffer".

Table 10.3 breaks down the expenditure showing that final consumption (which includes government current expenditures) represents approximately 81% of the GDP. The investment rate, which measures the share of the product destined to increasing the production capability, was close to 21% of the GDP, relatively low by historical and international standards, particularly if the Brazilian economy's employment generation requirements are taken into account. Foreign savings, materialized as values of imports greater than exports, financed the excess expenditure as regards the product.

Table 10.4 presents important macroeconomic relationships derived from National Accounts. Calculated at constant prices of previous year to annual possible distortions due to relative price changes among capital goods and consumer goods, the investment rate is established at a level even lower than in the previous table (which has been calculated at current prices) and shows retraction in 1999. The tax burden, in 1999, attained a record level due to the tendency of recovery of the taxation capacity furthered by price stabilization and the fiscal adjustment effort during the year. Lastly, a significant

increase in the degree of opening of the economy may be observed, measured by the *sum total* of the values of exports and imports as percentage of the GDP, as a consequence of accounting and real effects of the currency devaluation.

Graph 10.2 shows the distribution of the national income among wages, mixed income, gross operating surplus of companies (which includes profits, interest and rents) and taxes (less subsidies). During the period analyzed, slight retractions in the participation of operating surplus and mixed income stand out, which are compensated for by small increases in the share of taxes. The participation of wages continues virtually stable around 37% of the GDP, which even if we add the 6% of mixed income represents a very low figure when compared to international levels, situated above 60%.

Lastly, graph 10.3 compares the performance of growth in the Mercosul countries and the seven largest economies of OECD in 1999. Successive international crises, climaxing at the Brazilian devaluation itself, affected exclusively the Mercosul countries and the already weakened Japanese economy, resulting in paltry growth rates when compared to the vigor of the Anglo-Saxons and the moderation of Continental Europe. In the Mercosul, the Brazilian economy stands out due to its positive growth. Among other factors, because the currency devaluation in 1999, by increasing competitiveness and reducing the country's foreign vulnerability, brought about negative repercussions on the remaining economies of Mercosul countries.

Table 10.5 presents new estimates of GDP and GDP per capita, at state level, for the year 1997. The figures demand caution, since at state level the differences between income and product gain a greater importance, since the income generated in production is not always destined to state residents. However, the figures show the strong regional inequalities, with the income per capita in São Paulo being 6.3 greater than the one in Maranhão, in 1997. Even more serious, the table shows that the recent growth has contributed virtually nothing to reduce inequalities in the levels of income per capita among the country's states and regions.

Table 10.6 shows the concentration of economic activity in the Southeast Region, especially in São Paulo, where over one third of the Brazilian GDO is generated. In terms of tendency, the data show that the dispersal that took place between 1985 and 1994 was partially reverted in the last years, with the South Region being the one that

suffered most in both periods. One may speculate that these oscillations reflect the effects of trade liberalization, in the first half of the nineties, and of economic integration with Mercosul in the second.

Table 10.7 presents the performance of growth in the various states, during the 1985-1997 period, when the Brazilian economy increased, in real terms, at average rates of 2.7 yearly, with a recessive period at the beginning of the nineties. Regionally, the Central West and the North Regions of the country were in fact frontiers of growth, presenting, during the whole period, rates 1.5 to 2 times higher than the national average. The Northeast follows pari passu the national economy pattern of growth. The Southeast presents a lower relative dynamism in the period until 1994, matching the national average afterwards. The South inverts this pattern, with a greater relative dynamism until 1994 and a lower one later on. Naturally, inside each region, one may find out significant differences in the growth performance of each state.

Eustáquio José Reis

Director of Macroeconomic Studies,
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Tabela 10.1 - Principais agregados macroeconômicos - 1997-1999

Table 10.1 - Main macroeconomic aggregates - 1997-1999

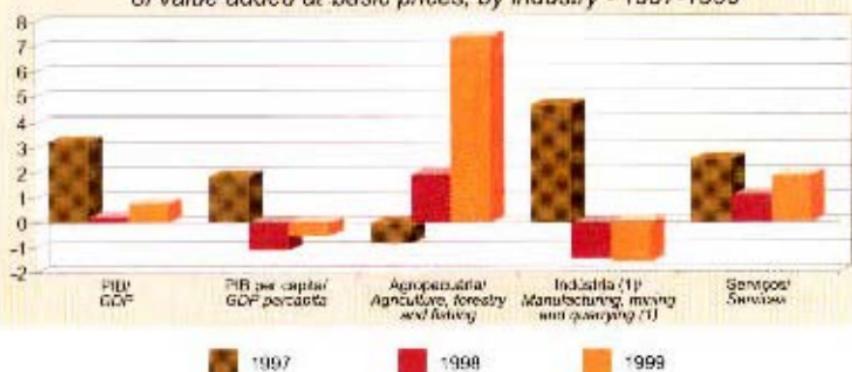
Principais agregados/ Main aggregates	Valor (1 000 000 R\$)/ Value (1,000,000RS)	1997	1998	1999
Produto interno bruto/ Gross domestic product		870 743	913 735	960 858
Renda nacional bruta/ Gross national income		863 307	891 390	926 035
Renda disponível bruta (1)/ Gross disposable income (1)		855 016	882 955	928 261
Poupança bruta (1)/ Gross saving (1)		151 116	154 208	153 163
Capacidade (+) ou necessidade (-) de finan- ciamento/ Net lending (+) or net borrowing (-)		(-) 36 070	(-) 39 181	(-) 43 266
Produto interno bruto per capita/ Gross domestic product per capita		5.46	5.65	5.86

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais; Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: Tabela de recursos e usos 1995-1999.

(1) Inclui as transferências de capital por impossibilidade de identificá-las até o momento. / (1) includes capital transfers due to the impossibility of identifying them up to now.

Gráfico 10.1 - Variação anual do produto interno bruto - PIB - e do valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1997-1999

Graph 10.1 - Annual percent change of gross domestic product - GDP - and of value added at basic prices, by industry - 1997-1999



Fonte/Source: Sistema de contas nacionais; Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v.1: Tabela de recursos e usos 1995-1999.

(1) Inclui eletricidade, gás, água e construção. / (1) includes electricity, gas, water and construction.

Tabela 10.2 - Participação percentual no valor adicionado a preços básicos, por classes de atividade - 1997-1999

Table 10.2 - Percent participation in the value added at basic prices, by industry - 1997-1999

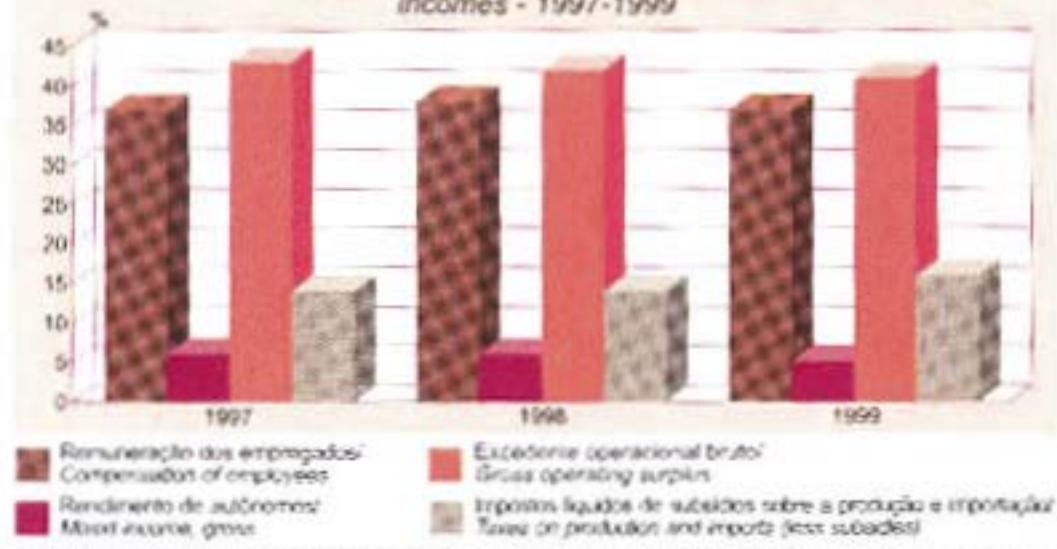
Econometriação/ item	Participação percentual (%) / Percent participation (%)		
	1997	1998	1999
Classes de atividade/ industry	105,09	105,12	104,81
Agropecuária/ Agriculture, forestry and fishing	7,96	6,28	8,26
Indústria (1) Manufacturing, mining and quarrying (1)	35,21	34,56	35,47
Serviços/ Services	61,92	62,25	61,07
Dummy Financeiros Financial Dummy	(-) 5,09	(-) 5,12	(-) 4,81
Valor adicionado a preços básicos (1) Value added at basic prices (1)	100,00	100,00	100,00

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1. Tabela de recursos e usos. 1995-1999.

(1) Indústria fabricante: p.m. 8005 c/ constituição / (1) Inclui: eletricidade, gás, água e construção

Gráfico 10.2 - Composição do produto interno bruto - PIB -, pela ótica da renda - 1997-1999

Graph 10.2 - Gross domestic product - GDP - composition, considering incomes - 1997-1999



Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1. Tabela de recursos e usos. 1995-1999.

Tabela 10.3 - Composição do produto interno bruto - PIB -, sob a ótica da despesa - 1997-1999

Table 10.3 - Gross domestic product - GDP - composition, considering expenditures - 1997-1999

Composição/ Composition	Valor (1 000 000 R\$) / Value (1,000,000 R\$)			Percentual do PIB (%) / Percent of GDP (%)		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Produto interno bruto/ <i>Gross domestic product</i>	870 743	913 735	960 858	100,00	100,00	100,00
Consumo final/ <i>Final consumption</i>	704 200	738 747	775 098	80,87	80,85	80,67
Formação bruta de capital/ <i>Gross capital formation</i>	187 187	193 436	196 452	21,50	21,17	20,45
Exportação de bens e serviços/ <i>Exports of goods and services</i>	65 356	69 727	101 809	7,51	7,63	10,60
Importação de bens e serviços (-) <i>Imports of goods and services (-)</i>	86 000	88 174	112 501	9,88	9,65	11,71

Fonte/Source: Sistema de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: Tabela de recursos e usos 1995-1999.

Tabela 10.4 - Principais relações macroeconômicas - 1997-1999

Table 10.4 - Main macroeconomic relationships - 1997-1999

Principais relações/ Main relationships	Em percentual (%) / Percent (%)		
	1997	1998	1999
Taxa de investimento/ <i>Investment rate</i>	19,86	19,64	18,92
Carga tributária/ <i>Tax burden</i>	28,58	29,33	31,67
Grau de abertura da economia/ <i>Degree of opening of the economy</i>	17,38	17,28	22,30

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

**Tabela 10.5 - Produto interno bruto - PIB -, do Brasil
total e per capita - 1994/1997**

*Table 10.5 - Gross domestic product - GDP -, of Brazil,
total and per capita - 1994/1997*

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Total (Em 1 000 000 R\$)/ <i>Total (In 1,000,000 R\$)</i>	Per capita (R\$)/ <i>Per capita (R\$)</i>		
	1994	1997	1994	1997
Brasil/Brazil	349 205	864 112	2 280	5 413
Norte/North	17 762	38 217	1 644	3 293
Rondônia	1 524	4 165	1 277	3 317
Acre	548	1 303	1 196	2 605
Amazonas	5 878	14 311	2 579	5 816
Roraima	238	617	1 011	2 423
Pará	8 286	14 600	1 565	2 584
Amapá	625	1 514	1 811	3 767
Tocantins	663	1 707	663	1 580
Nordeste/Northeast	44 949	113 067	1 024	2 494
Maranhão	2 861	7 353	560	1 389
Piauí	1 615	4 193	612	1 555
Ceará	6 584	17 454	992	2 522
Rio Grande do Norte	2 613	6 618	1 044	2 551
Paraíba	2 836	6 936	868	2 082
Pernambuco	9 039	23 261	1 239	3 115
Alagoas	2 386	5 711	922	2 145
Sergipe	2 042	4 805	1 298	2 900
Bahia	14 972	36 735	1 219	2 890
Sudeste/Southeast	199 984	506 131	3 059	7 436
Minas Gerais	34 751	86 527	2 130	5 118
Espírito Santo	6 369	16 088	2 337	5 639
Rio de Janeiro	39 611	96 947	3 006	7 152
São Paulo	119 253	306 569	3 597	8 822
Sul/South	65 213	152 761	2 837	6 402
Paraná	21 304	52 438	2 423	5 736
Santa Catarina	12 780	31 634	2 692	6 380
Rio Grande do Sul	31 129	68 689	3 295	7 036
Centro-Oeste/Central West	21 297	53 935	2 111	5 008
Mato Grosso do Sul	3 848	9 219	2 056	4 693
Mato Grosso	3 861	9 086	1 791	3 972
Goiás	6 810	15 906	1 575	3 428
Distrito Federal/Federal District	6 778	19 723	3 902	10 508

Fonte/Source: Contas regionais do Brasil: 1985-1997. Rio de Janeiro: IBGE, p. 49, 51, 1999. (Contas Nacionais, n. 3).

**Tabela 10.6 - Participação no produto interno bruto - PIB -,
do Brasil - 1985/1997**

*Table 10.6 - Participation in the gross domestic product - GDP -,
of Brazil - 1985/1997*

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Participação no PIB / Participation in the GDP			
	1985	1990	1994	1997
Brasil/Brazil	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte/North	3,84	4,94	5,09	4,42
Rondônia	0,48	0,49	0,44	0,48
Acre	0,13	0,14	0,16	0,15
Amazonas	1,52	1,82	1,68	1,66
Roraima	0,07	0,11	0,07	0,07
Pará	1,52	2,06	2,37	1,69
Amapá	0,12	0,16	0,18	0,18
Tocantins	...	0,16	0,19	0,20
Nordeste/Northeast	14,10	12,86	12,87	13,08
Maranhão	0,74	0,80	0,82	0,85
Piauí	0,39	0,45	0,46	0,49
Ceará	1,72	1,62	1,89	2,02
Rio Grande do Norte	0,78	0,72	0,75	0,77
Paraíba	0,72	0,85	0,81	0,80
Pernambuco	2,62	2,66	2,59	2,69
Alagoas	0,86	0,71	0,68	0,66
Sergipe	0,92	0,57	0,58	0,56
Bahia	5,35	4,49	4,29	4,25
Sudeste/Southeast	60,15	58,83	57,27	58,57
Minas Gerais	9,61	9,29	9,95	10,01
Espírito Santo	1,72	1,66	1,82	1,86
Rio de Janeiro	12,70	10,86	11,34	11,22
São Paulo	36,12	37,02	34,15	35,48
Sul/South	17,10	18,21	18,67	17,68
Paraná	5,92	6,35	6,10	6,07
Santa Catarina	3,30	3,73	3,66	3,66
Rio Grande do Sul	7,88	8,13	8,91	7,95
Centro-Oeste/Central West	4,81	5,16	6,10	6,24
Mato Grosso do Sul	0,95	0,96	1,10	1,07
Mato Grosso	0,69	0,83	1,11	1,05
Goiás	1,80	1,75	1,95	1,84
Distrito Federal/Federal District	1,37	1,61	1,94	2,28

Fonte/Source: Contas regionais do Brasil: 1985-1997. Rio de Janeiro: IBGE, p. 54, 51, 1999. (Contas Nacionais, n. 3).

Nota: A preços de mercado corrente./ Note: At current market prices.

Tabela 10.7 - Evolução do volume do valor adicionado a preços básicos, acumulado, por período - 1985-1997

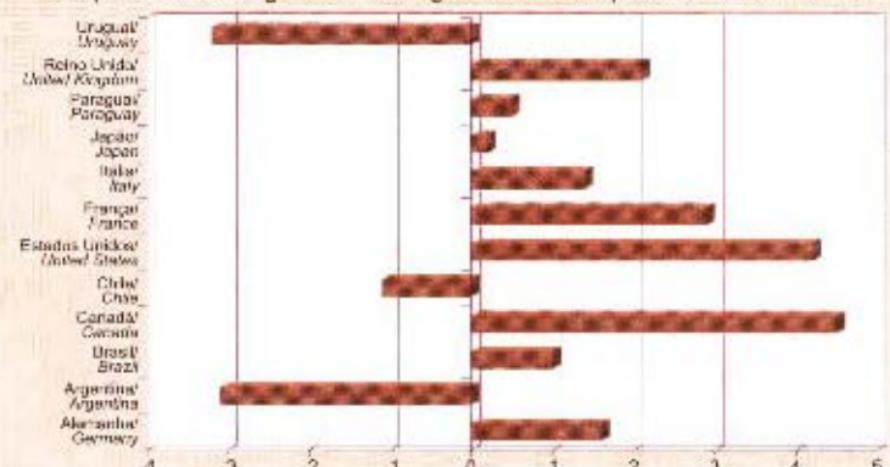
Table 10.7 - Evolution of the volume of value added at basic prices, accumulated, by period - 1985-1997

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federative Units</i>	Em percentual (%)/ <i>Percent (%)</i>			
	1985-1997	1985-1989	1990-1993	1994-1997
Brasil/Brazil	37	14	3	16
Norte/North	92	28	13	33
Rondônia	55	16	13	18
Acre	36	6	16	11
Amazonas	172	27	11	93
Roraima	96	40	20	17
Pará	57	35	14	2
Amapá	78	15	28	22
Tocantins	22	...	6	15
Nordeste/Northeast	37	14	4	15
Maranhão	60	36	6	11
Piauí	51	20	8	16
Ceará	56	19	13	16
Rio Grande do Norte	59	23	2	26
Paraíba	42	14	—	25
Pernambuco	23	9	—	13
Alagoas	35	10	10	12
Sergipe	44	17	7	16
Bahia	29	9	3	14
Sudeste/Southeast	28	12	(-) 2	16
Minas Gerais	38	13	2	19
Espírito Santo	37	8	9	16
Rio de Janeiro	17	13	(-) 4	8
São Paulo	29	12	(-) 2	18
Sul/South	45	18	10	12
Paraná	61	26	10	16
Santa Catarina	56	19	10	20
Rio Grande do Sul	30	11	10	6
Centro-Oeste/Central West	60	21	14	16
Mato Grosso do Sul	69	23	17	17
Mato Grosso	145	50	30	25
Goiás	47	16	11	14
Distrito Federal/Federal District	47	16	11	14

Fonte/Source: Contas regionais do Brasil: 1985-1997. Rio de Janeiro: IBGE, p. 71, 1999. (Contas Nacionais, n. 3).

Gráfico 10.3 - Taxa real de crescimento do produto interno bruto - PIB - 1999

Graph 10.3 - Real growth rate of gross domestic product - GDP - 1999



Fontes/Sources: Sistema de contas nacionais; Brasil 1999, Rio de Janeiro, IBGE, 2000, v. 1, Tabela de recursos e usos 1995-1998; World economic outlook, Washington, D.C.: International Monetary Fund, Set. 2000. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: out.2000 / out. Oct. 2000. Latin american consensus forecast [online: Consensus economics INC, Aug. 2000. Disponível em: <<http://www.consensus-economics.com>>. Acesso em: out. 2000/out. Oct. 2000].

Agropecuária



A Bohn, 1915/1916
Anita Malfatti

Agriculture

Agropecuária

O desempenho da agropecuária no ano agrícola de 1999/2000 (dados coletados até março) seguiu as tendências previstas pelo Brasil em números (1999). Confirmou-se um novo recorde histórico na produção agrícola: crescimento de 9,8% (1999/1998) para cereais, leguminosas e oleaginosas (Gráfico 11.1). Para o ano 2000, o crescimento apurado (até março) é de cerca de 2,37%. Este resultado, porém, é ainda incerto devido às condições climáticas desfavoráveis no Centro-sul (especialmente a seca). Caso se confirme, poderá significar um novo patamar para a produção agrícola, agora suportado por tendências e condições econômicas mais duradouras: melhoria das condições dos mercados internacionais; generalização do plantio direto; aumento da produtividade dentro da porteira associada à logística e infra-estrutura de transporte mais eficientes; e uma possível ampliação do mercado interno a partir do esperado crescimento do emprego e da renda. Todos estes fatores, entretanto, esbarram com um passivo de endividamento agrícola de difícil equacionamento que pode vir a arrefecer as tendências positivas.

Tudo indica que o mercado internacional está mais favorável. A saída do epicentro da crise asiática, com a superação da sucessão de turbulências aí verificadas, permitiu a recuperação da demanda de alguns produtos relevantes, notadamente do açúcar, da carne bovina, do frango e da soja. Por outro lado, a regulação dos mercados europeus, consolidada nas medidas aprovadas em Berlim para a Reforma da Política Agrícola Comum (em março de 2000 até 2006) permitem, em princípio, a sustentação de uma certa recuperação dos preços internacionais. Assim, a melhor remuneração das exportações poderia ser explicada pela existência de um fator permanente interno - a mudança dos preços relativos a favor das *commodities* exportáveis advinda da correção cambial ocorrida no Brasil - e de um fator até então conjuntural, a melhoria dos preços internacionais.

No plano interno, os fatores que ampliam a competitividade da agricultura brasileira, "dentro da porteira", são: a generalização do plantio direto, que aumenta a segurança das safras; e as mudanças

nas condições de logística, resultantes dos investimentos em infra-estrutura de transportes que, por sua vez, favorecem a ampliação da área cultivada nos eixos de desenvolvimento noroeste, centro-norte e sudoeste. Mais adiante, e confirmadas as expectativas de crescimento da renda brasileira, o mercado interno poderá oferecer condições de sustentação da demanda por produtos agrícolas. Todavia, o rendimento do trabalho ainda se encontra abaixo de 1997, mas já começa a recuperar-se através do emprego (e não do salário médio). Está sendo previsto um modesto aumento do salário médio que provavelmente será combinado com algum incremento do emprego.

Visto pelo ângulo da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (principais estados produtores na safra de 1999 – Gráfico 11.2), e comparando esses resultados com os obtidos para a safra de 1998 (publicados no Brasil em números anterior), verifica-se crescimento nos estados de PR, MT, GO, SP, MS, BA. A produção de RS, MG e SC, porém, mantém-se relativamente estagnada, e o estado do PA é substituído pelo estado do MA como produtor relevante. Estes resultados podem estar refletindo a confirmação do mapa produtivo regional, agora impactado pela melhoria da infra-estrutura de transportes.

Os resultados que se observam nos Gráficos 11.3 e 11.4 (Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas – 1990-1999, e Variação percentual da área colhida, respectivamente) devem ser, uma vez mais, comparados com os dados publicados em 1999. O declínio de 8,48% da área colhida, ocorrido em 1998/1997, é praticamente compensado pela ampliação de 6,19% em 1999/1998.

As Tabelas 11.1 e 11.2 - área colhida, quantidade produzida e rendimento médio - dos principais produtos de lavouras permanentes e de lavouras temporárias no ano de 1997 assumem especial significado quando comparadas com as mesmas tabelas do ano anterior (e publicadas pela mesma fonte em 1999)¹. O crescimento da área colhida das lavouras permanentes incluídas na tabela (1997/1996) foi da ordem de 4,4 %, enquanto o da área colhida das lavouras temporárias foi de 3,7% (1997/1996). Comparando-se as tabelas entre os anos, é expressivo o aumento da área colhida com banana, cacau, café, limão, mamão e tangerina. O crescimento do

¹ A tabela 11.1 não corresponde aos produtos computados em cereais, leguminosas e oleaginosas, referindo-se a café e frutas cujo valor da produção esteja acima de R\$140 milhões.

rendimento médio dessas lavouras é também expressivo, especialmente para os produtos laranja, maçã, mamão, tangerina e uva. Mas é na comparação entre o rendimento médio dos produtos das lavouras temporárias (1997/1996) onde são encontrados os resultados mais surpreendentes: algodão herbáceo (+3,52%); batata-inglesa (+3,51); cana-de-açúcar (+3,19); feijão (+13,16); fumo (+17,35); mandioca (+9,02); milho (+5,77); e tomate (+11,92). O único produto cujo rendimento médio reduziu-se foi o trigo (-11%), mas as explicações de seu desempenho (área colhida, quantidade produzida e rendimento médio) são complexas e não serão aqui discutidas.

Por fim, é importante ressaltar que, após um longo período de declínio e estagnação dos preços médios reais das lavouras (Tabela 11.3), o ano de 1999 assinala uma expressiva recuperação dos preços agrícolas (algodão em caroço, milho, soja e trigo), confirmando a previsão expressa no Brasil em números de 1999: "passada a fase atual de dificuldades, os termos de troca vão acabar alterando-se em favor da agricultura, gerando um novo ciclo de expansão do setor". O que aqui se sugere é que o novo patamar da produção agrícola poderá estar amparado, daqui para a frente, por tendências internacionais e condições econômicas internas mais favoráveis.

Ana Célia Castro

Chefe do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade –
DDAS da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Agriculture

The performance of agriculture in the 1999/2000 agricultural year (data collected until March) followed the trends forecast in Brazil in figures (1999). A new historical record for agricultural production was confirmed: growth of 9.8% for cereals, legumes, and oilseeds (graph 11.1). For the year 2000, the growth measured (until March) is around 2.37%. This result, however, is still uncertain due to unfavorable climatic conditions (especially drought) in the Central-South area. However, if confirmed, it could mean a new level for agricultural production, now supported by longer-lasting economic trends and conditions: improvement of international market conditions; generalization of direct planting; productivity increase on the farm, associated with logistics and infrastructure of more efficient transport; and a possible expansion of the domestic market through the expected growth of employment and income. All these factors, however, are confronted with the liability of hard-to-deal-with agricultural debt, which can negate the positive trends.

Everything indicates that the international market is more favorable. The ending of the worst period of the Asian crisis, leaving behind the cycle of succeeding upheavals, has permitted the recuperation of demand for several relevant products, notably sugar, beef, chicken, and soybeans. Furthermore, the regulation of European markets, consolidated in the measures approved in Berlin for the Reform of the Common Agricultural Policy (from March 2000 until 2006) allows, in principle, a sustainable recovery of international prices. Therefore, increased earnings from exports can be explained by the existence of a permanent internal factor - the change of relative prices in favor of exportable commodities coming from the currency adjustment which happened in Brazil - and a factor that until then had been circumstantial, the improvement of international prices.

On the domestic plane, the factors which have increased the competitiveness of Brazilian agriculture "on the farm" are: the generalization of direct planting, which increases the safety of harvests; and changes in logistic conditions, resulting from investments in the

transport infrastructure which, in turn, favors the expansion of the cultivated area in the axes of development in the Northeast, the center of the North, and the Southeast. In the future, when the expectations for the growth of Brazilian income have been confirmed, the domestic market may offer sustainable conditions of demand for agricultural products. Nevertheless, labor earnings are still lower than they were in 1997, but have begun to recover in terms of employment (though not of average wages). A modest increment in average wages is being forecast, which will probably be combined with an increase in employment.

Seen from the angle of the production of cereals, legumes and oilseeds (main producing states in the 1999 harvest - see graph 11.2), and comparing these results with those obtained from the 1998 harvest (published in the previous Brazil in figures), growth in the states of Paraná, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, and Bahia can be confirmed. Production in Rio Grande do Sul, Minas Gerais and Santa Catarina, however, is relatively stagnant, and Maranhão has replaced the state of Pará as a relevant producer. These results may reflect the confirmation of the regional productive map, now affected by the improvement of the transport infrastructure.

The results observed in graphs 11.3 and 11.4 (Area harvested: total, cereals, legumes, and oilseeds - 1990-1999, and Percent change of total area harvested, respectively) should be, once again, compared with the data published in 1999. The decline of 8.48% in the harvested area, which occurred in 1998/1997, has practically been compensated by the expansion of 6.19% in 1999/1998.

Graphs 11.1 and 11.2 - area harvested, total production and mean yield -, of the main products of permanent and temporary crops in 1997, assume a special significance when compared with the same tables from the previous year (and published by the same source in 1999)¹. / The growth of the harvested area of permanent crops included in the table (1997/1996) was around 4.4%, while that of temporary crops was 3.7% (1997/1996). Comparing the tables of the different years, the increase in the harvested area of bananas, cacao, coffee, lemons, papayas and tangerines is significant. The growth of the mean yield from these types of crops is also significant,

¹Table 11.1 does not correspond to the products calculated in terms of cereals, legumes and oilseeds, instead, it refers to coffee and fruits whose production value is above R\$ 140 million.

especially for oranges, apples, papayas, tangerines and grapes. However, the most surprising results can be found in the comparison of the mean yield from temporary crops products (1997/1996): herbaceous cotton (+3.52%); potatoes (+3.51); sugar cane (+3.19); beans (+13.16); tobacco (+17.35); cassava (+9.02); corn (+5.77); and tomatoes (+11.92). The only product whose mean yield was reduced was wheat (-11%), but the explanations for its performance (area harvested, total production and mean yield) are complex and will not be discussed here.

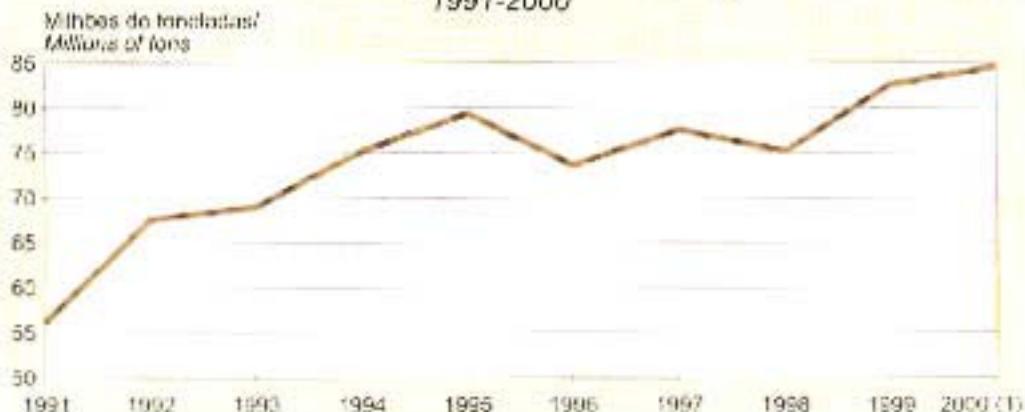
Finally, it is important to emphasize that, after a long period of decline and stagnation of average real prices of crops (Table 11.3), 1999 marks a significant recovery of agricultural prices (cotton, corn, soybeans and wheat), confirming the forecast made in the 1999 Brazil in figures: "having passed the actual period of difficulties, the terms of trade will change in favor of agriculture, creating a new cycle of expansion in the sector." It is being suggested here that the new level of agricultural production can be sustained in the future by international trends and by more favorable domestic economic conditions.

Ana Célia Castro

Head, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade –
DDAS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Gráfico 11.1 - Evolução da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1991-2000

*Graph 11.1 - Evolution of the production of cereals, legumes and oilseeds
1991-2000*



Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agrícola 1991-2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3-12, 1991-2000.

Nota: Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão. (Note: Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnut), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain). (1) Dados até março. / (1) Data collected until March.

Gráfico 11.2 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos principais estados produtores - Safra 1999

Graph 11.2 - Production of cereals, legumes and oilseeds by main producing states - 1999 Harvest

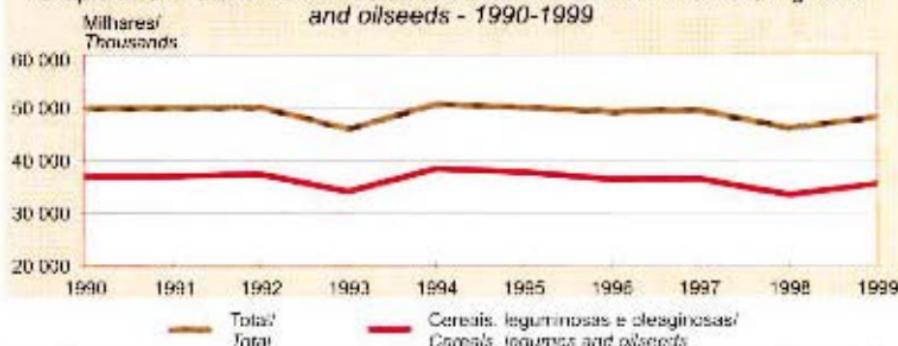


Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agrícola 1999. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1999-2000.

Notas: 1. Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão. 2. A produção dos estados selecionados corresponde a 96% da safra total de cereais, leguminosas e oleaginosas. / Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnut), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain). 2. The production of the states selected corresponds to 96% from the total harvest of cereals, legumes and oilseeds.

Gráfico 11.3 - Área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas 1990-1999

Graph 11.3 - Total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1999



Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agrícola 1990-1999. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2-11, 1990-2000.

Notas: 1. Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo em grão. 2. O total da área colhida é referente aos 35 produtos acompanhados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola./Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain). 2. The total area harvested refers to the 35 products surveyed by the Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Gráfico 11.4- Variação percentual da área colhida total e de cereais, leguminosas e oleaginosas - 1990-1999

Graph 11.4 - Percent change of total area harvested and area harvested of cereals, legumes and oilseeds - 1990-1999



Fonte/Source: Levantamento sistemático da produção agrícola 1990-1999. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2-11, 1990-2000.

Notas: 1. Compreende a produção de algodão arbóreo (em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim em casca, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, cevada em grão, feijão em grão, mamona, milho em grão, soja em grão, sorgo em grão e trigo. 2. O total da área colhida é referente aos 35 produtos acompanhados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola./Notes: 1. Comprises the production of seed cotton (arboreous), seed cotton (herbaceous), peanuts (groundnuts), rice (in the husk), oat (grain), rye (grain), barley (grain), beans (grain), castor beans, corn (grain), soybeans (grain), sorghum (grain) and wheat (grain). 2. The total area harvested refers to the 35 products surveyed by the Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Tabela 11.1 - Principais produtos das lavouras permanentes - 1997
Table 11.1 - Main products of permanent crops -1997

Principais produtos/ Main products	Área colhida (ha)/ Area harvested (ha)	Quanti- dade produ- zida (1 000 t)/ Total production (1,000 tons)	Rendi- mento médio (kg/ha)/ Mean yield (kg/ha)	Principal produtor/ Major producer	
				Unidades da Federação/ Federative Unit	Produção obtida (1 000 t)/ Production (1,000 tons)
Banana(1)/ <i>Bananas(1)</i>	532 745	541	1 015	Bahia	62
Cacau (em amêndoas)/ <i>Cacao beans</i>	715 671	278	388	Bahia	225
Café (em coco)/ <i>Coffee beans</i>	1 988 186	2 457	1 235	Minas Gerais	1 132
Coco-da-baía (2)/ <i>Coconut (2)</i>	231 039	967	4 186	Bahia	320
Laranja (2)/ <i>Oranges (2)</i>	985 521	115 234	116 926	São Paulo	94 880
Limão (2)/ <i>Lemons (2)</i>	43 898	7 265	165 493	São Paulo	5 841
Maçã (2)/ <i>Apples (2)</i>	26 418	3 968	150 197	Santa Catarina	2 230
Mamão (2)/ <i>Papayas (2)</i>	39 323	1 531	38 934	Bahia	870
Manga (2)/ <i>Mangoes</i>	64 726	2 033	31 415	São Paulo	488
Maracujá (2)/ <i>Passion fruits (2)</i>	38 343	2 986	77 869	Bahia	656
Tangerina (2)/ <i>Tangerines (2)</i>	53 989	5 216	96 614	São Paulo	2 429
Uva/ <i>Grapes</i>	56 682	891	15 714	Rio Grande do Sul	456

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 1997.

Nota: Selecionados os produtos com valor de produção acima de 140 milhões de reais. /
Note: Includes only those products with production value above R\$140 million.

(1) Quantidade obtida em milhões de cachos e rendimento médio em cachos por hectare. (2) Quantidade obtida em milhões de frutos e rendimento médio em frutos por hectare./ (1) Production expressed in million bunches and mean yield in bunches per hectare. (2) Production expressed in million fruits and mean yield in fruits per hectare.

Tabela 11.2 - Principais produtos das lavouras temporárias - 1997
 Table 11.2 - Main products of temporary crops - 1997

Principais produtos/ Main products	Área colhida (ha)/ Area harvested (ha)	Quanti-	Rendi- mento médio (kg/ha)/ Mean yield (kg/ha)	Principal produtor/ Major producer	
		dade produ- zida (1 000 t)/ Total production (1,000 tons)		Unidades da Federação/ Federative Unit	Produção obtida (1 000 t)/ Production (1,000 tons)
Algodão herbáceo (caroço)/ <i>Seed cotton (herbaceous)</i>	620 417	821	1 323	Goiás	190
Arroz (em casca)/ <i>Rice (in the husk)</i>	3 058 127	8 352	2 730	Rio Grande do Sul	4 083
Batata-inglesa/ <i>Potatoes</i>	174 830	2 670	15 274	Minas Gerais	777
Cana-de-açúcar/ <i>Sugar cane</i>	4 814 084	331 613	68 883	São Paulo	194 025
Feijão (em grão)/ <i>Beans (grain)</i>	4 401 770	2 840	645	Paraná	475
Fumo (em folha)/ <i>Tobacco (leaves)</i>	338 059	597	1 765	Rio Grande do Sul	274
Mandioca/ <i>Cassava</i>	1 551 971	19 896	12 819	Pará	3 870
Milho (em grão)/ <i>Corn (grain)</i>	12 562 130	32 948	2 622	Paraná	7 752
Soja (em grão)/ <i>Soybeans (grain)</i>	11 486 478	26 391	2 297	Paraná	6 582
Tomate/ <i>Tomatoes</i>	65 052	2 718	41 781	São Paulo	642
Trigo/ <i>Wheat</i>	1 521 545	2 489	1 635	Paraná	1 747

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 1997.

Nota: Selecionados os produtos com valor de produção superior a 330 milhões de reais. /

Note: Includes only those products with production value above R\$330 million.

Tabela 11.3 - Preços médios reais das lavouras - 1993-1999
 Table 11.3 - Average real prices of the crops - 1993-1999

Produtos (kg)/ Products (kg)	Valor (R\$)/ Value (R\$)						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Algodão em caroço/ Seed cotton	0,73	0,73	0,64	0,67	0,72	0,61	0,63
Amendoim em cascal/ Peanuts (groundnuts)	0,64	0,58	0,52	0,53	0,63	0,49	0,64
Arroz em casca/Rice (in the husk)	0,34	0,33	0,27	0,28	0,29	0,35	0,31
Feijão/Beans	1,06	1,28	0,76	0,83	0,75	1,27	0,83
Milho/Corn	0,24	0,21	0,17	0,20	0,16	0,17	0,19
Soya/Soybeans	0,37	0,33	0,25	0,31	0,34	0,27	0,29
Trigo em grão/Wheat (grain)	0,26	0,22	0,22	0,27	0,19	0,19	0,22

Fonte/Source : Agroanalysis. Rio de Janeiro: FGV, v. 20, n. 4, p. 57-58, abr. 2000.

Tabela 11.4 - Número de estabelecimentos e capacidade útil das unidades armazenadoras - 1º semestre de 1999

Table 11.4 - Number of establishments and capacity of storage units - 1st semester 1999

Tipos de propriedade da empresa/ Type of owner	Número de estabele- cimentos/ Number of establishments	Armazéns		Armazéns graneleiros e granelizados (t)/ Grain and bulk warehouses (tons)	Silos (t)/ Silos (tons)
		convencionais, estruturais e infláveis (m³) Conventional, structural and inflatable warehouses (cubic meters)			
Total/ Total	9 139	85 849 260	35 994 216	23 386 688	
Governo/ Government owned	381	8 726 789	1 578 510	1 026 034	
Iniciativa privada/ Private	7 133	59 843 628	22 393 647	15 308 005	
Cooperativa/ Co-operative association	1 459	13 005 242	10 764 159	5 981 112	
Economia mista/ Government and private co-ownership	166	4 273 601	1 257 900	1 071 537	

Fonte/Source: Pesquisa de estoques 1. sem. 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em/
 Available from: <ftp://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em: maio 2000 /cited May 2000.

Tabela 11.5 - Efetivo dos rebanhos e das aves - 1997
Table 11.5 - Number of livestock and poultry on farms - 1997

Tipos/ Type	Efetivo (1 000 cabeças)/ Number (1,000 heads)
Bovinos/ <i>Cattle</i>	161 416
Bubalinos/ <i>Buffaloes</i>	978
Eqüinos/ <i>Horses</i>	5 831
Asininos/ <i>Asses</i>	1 248
Muares/ <i>Mules</i>	1 294
Caprinos/ <i>Goats</i>	7 968
Ovinos/ <i>Sheep</i>	14 534
Suínos/ <i>Hogs and pigs</i>	29 637
Coelhos/ <i>Rabbits</i>	330
Galinhas/ <i>Hens</i>	179 629
Galos, frangos (as), pintos de 1 dia/ <i>Roosters, pullets, one-day old chicks</i>	580 993
Codornas/ <i>Quails</i>	4 303

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Produção da Pecuária Municipal 1997.

Tabela 11.6 - Variação percentual do número de cabeças abatidas e do peso das carcaças - período 1998-1999

Table 11.6 - Percent change of the number of animals slaughtered and carcass weight - 1998-1999 period

Mês/ Month	Bovinos /Cattle (%)		Suínos /Hogs and pigs (%)		Frangos /Pullets (%)	
	Cabeças abatidas/ Animals slaughtered	Peso das carcaças/ Carcass weight	Cabeças abatidas/ Animals slaughtered	Peso das carcaças/ Carcass weight	Cabeças abatidas/ Animals slaughtered	Peso das carcaças/ Carcass weight
Janeiro/ January	0,48	1,06	4,12	5,12	2,59	5,36
Fevereiro/ February	9,87	9,31	5,87	6,76	12,31	14,04
Março/ March	8,13	8,60	9,32	11,02	17,56	17,69
Abril/ April	9,55	9,56	5,53	8,99	10,70	11,44
Maio/ May	12,91	13,20	8,75	12,66	15,61	15,81
Junho/ June	16,80	16,61	5,36	10,14	12,70	12,79
Julho/ July	13,72	13,20	(-4,08	(-0,48	7,13	7,67
Agosto/ August	23,74	23,04	14,24	20,82	18,94	20,54
Setembro/ September	12,98	12,29	6,85	11,12	9,43	7,90
Outubro/ October	11,54	9,34	0,68	6,81	8,20	5,79
Novembro/ November	14,06	11,81	4,39	12,08	10,64	10,32
Dezembro/ December	11,34	9,72	12,98	21,34	12,09	11,01

Fonte/Source : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais 1998-1999.

Nota: Dados preliminares./ Note: Preliminary data.

Tabela 11.7 - Variação percentual da produção de leite e ovos de galinha - período 1998-1999
Table 11.7 - Percent change of production of milk and hen's eggs - 1998-1999 period

Mês/ Month	Variação percentual (%)/ Percent change (%)	
	Leite (1)/ Milk (1)	Ovos/ Eggs
Janeiro/ January	(-) 0,13	0,86
Fevereiro/ February	1,37	1,05
Março/ March	3,88	2,23
Abril/ April	6,65	(-) 0,08
Maio/ May	5,68	1,04
Junho/ June	2,70	1,58
Julho/ July	4,63	0,40
Agosto/ August	0,90	(-) 1,19
Setembro/ September	(-) 2,64	(-) 0,89
Outubro/ October	(-) 5,90	3,76
Novembro/ November	(-) 5,28	2,90
Dezembro/ December	(-) 0,66	2,62

Fontes/Sources : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Leite 1998-1999, Produção de Ovos de Galinha 1998-1999.

(1) Dados preliminares./ (1) Preliminary data.

Tabela 11.8 - Preços médios reais dos produtos animais e derivados - 1993-1999
Table 11.8 - Average real prices of animal products - 1993-1999

Produtos/ Products	Unidade/ Unit	Valor (R\$)/ Value (R\$)						
		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Boi gordo/Beef cattle	15 kg/15 kg	44,60	43,29	35,21	29,98	30,33	31,73	33,72
Suíno/Hogs and pigs	15 kg/15 kg	26,49	24,37	22,09	17,91	20,40	18,82	18,88
Frango/Pullets	kg/kg	1,57	1,49	1,22	1,14	1,06	1,07	1,05
Leite/Milk	Litro/Liter	0,44	0,40	0,41	0,37	0,32	0,30	0,29
Ovos/Eggs	Dúzia/Dozen	1,22	1,14	0,93	1,02	0,99	0,94	0,89
Boi magro/Steers	Cabeça/Head	371,21	415,17	366,43	297,83	287,23	286,07	293,94

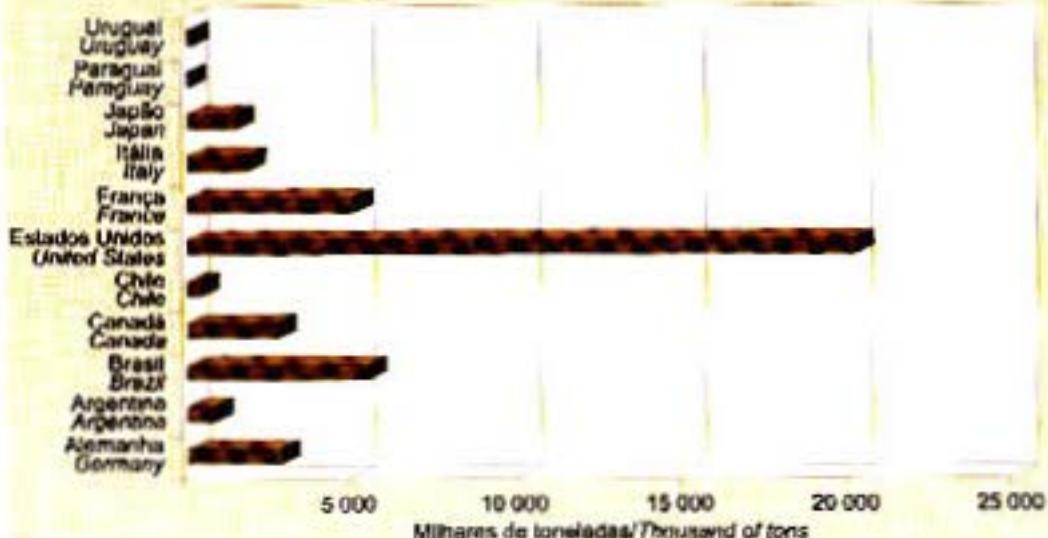
Fonte/Source: Agroanalysis. Rio de Janeiro: FGV, v. 20, n. 4, p. 60, abr. 2000.

Tabela 11.9 - Produção das principais espécies florestais - 1995-1997
 Table 11.9 - Production of the main forest species - 1995-1997

Produtos/ Products	Quantidade obtida/ Total production		
	1995	1996	1997
Borracha (t)/ <i>Rubber (tons)</i>	14 386	7 581	6 699
Gomas não-elásticas (t)/ <i>Non-elastic gums (tons)</i>	170	54	58
Ceras (t)/ <i>Waxes (tons)</i>	17 392	10 374	10 143
Fibras (t)/ <i>Fibers (tons)</i>	87 554	96 704	98 343
Tanantes (t)/ <i>Tanning products (tons)</i>	595	485	455
Oleaginosos (t)/ <i>Oilseeds (tons)</i>	124 728	138 752	135 211
Alimentícios (t)/ <i>Food products (tons)</i>	396 693	341 753	372 351
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (t)/ <i>Aromatic, medicinal, toxic and dyeing products (tons)</i>	4 634	3 184	3 485
Carvão vegetal (t)/ <i>Charcoal (cubic meters)</i>	1 805 151	1 461 536	1 650 835
Lenha (m³)/ <i>Firewood (cubic meters)</i>	84 795 387	67 377 486	62 461 750
Madeira em tora (m³)/ <i>Roundwood (cubic meters)</i>	61 588 270	49 855 821	26 303 849
Nó-de-pinho (m³)/ <i>Pine-knots (cubic meters)</i>	70 850	349 944	19 846

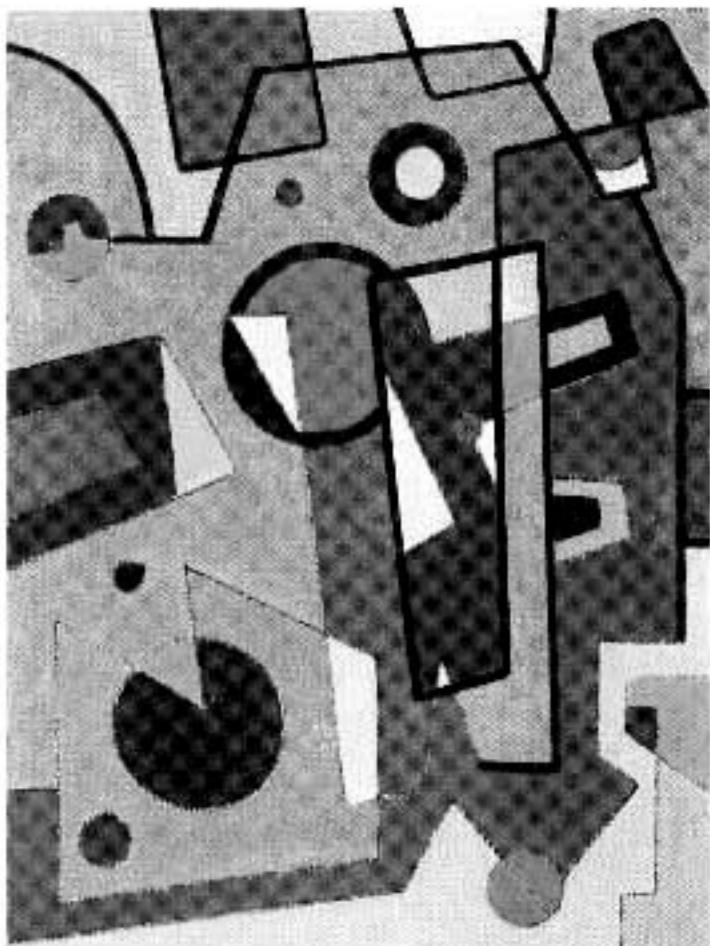
Fonte/Source: Produção da extração vegetal e da silvicultura 1995-1997. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10-12, 1997-2000.

Gráfico 11.5 - Consumo de fertilizantes, por países selecionados - 1997
Graph 11.5 - Use of fertilizers, by selected countries - 1997



Fonte/Source: FAO Statistics Database, 2000. Disponível em/Available from:
<http://apps.fao.org/lm500/nph-wrap.pl?Fertilizers&Domain=LUI&servlet=1>. Acesso em: maio 2000/Accessed May 2000.

Indústria



Sem Titulo, 1952
Rubem Valentim

Industry

As informações relativas ao ano de 1999, além de caracterizarem a evolução da indústria após a mudança no regime cambial, servem também para completar o balanço do setor nos anos 90. Este balanço mostra que a indústria brasileira vivenciou um período de grande oscilação e que o setor passou por um significativo processo de transformação estrutural em reação a mudanças externas e internas à economia brasileira.

O aumento do grau de interdependência entre as economias nacionais, a prevalência do sistema de mercado sobre o dirigismo econômico e as oscilações de um grupo de países emergentes no cenário internacional são características marcantes que moldaram o ambiente externo no qual a economia brasileira gradativamente aumentou sua inserção. Esta maior inserção veio em resposta à abertura comercial e financeira, o que determinou um aumento no grau de competição no próprio mercado brasileiro e intensa adaptação tecnológica por parte das empresas. Simultaneamente, a estabilização econômica e o processo de privatização também afetaram sobremaneira os padrões do mercado industrial.

A resultante de todas estas mudanças atingiu profundamente o setor. A indústria ficou relativamente menor, pois sua taxa média de crescimento (1,4% ao ano) foi inferior à da economia como um todo, porém tornou-se mais eficiente. O baixo ritmo de crescimento exprime os anos recessivos do início e do fim da década, estes devido aos impactos da crise financeira dos países emergentes. Mas, de todo modo, a média anual dos cinco anos de expansão é de modestos 4,5%. As restrições ao crescimento podem ser identificadas fundamentalmente nos juros elevados e no baixo dinamismo das exportações. Por outro lado, a adaptação a maior concorrência levou as empresas à busca da eficiência, tendo a produtividade aumentado à taxa média anual de 8,7%.

No mercado de trabalho industrial, a consequência do baixo crescimento e do forte aumento da produtividade foi uma drástica redução no emprego. Todo o período de 1991-1999 foi dominado por taxas

negativas, com diminuição total de quase 45% do efetivo empregado, uma taxa média anual de 6,4%. Reestruturação produtiva, atualização tecnológica e adoção de novas práticas gerenciais determinaram esta redução no uso da mão-de-obra no setor. Ao mesmo tempo, o salário médio real registrou aumento de 42,3%. O ganho médio anual foi de 4,0%, mas o ritmo decresceu nos anos recentes, tendo sido observada queda de 2,9% em 1999, após sete anos de aumento contínuo. A alta da inflação com a desvalorização explica, em parte, a queda.

Os dados de 1999 mostram um segundo ano consecutivo de retração para a indústria brasileira. A produção física (*quantum*) diminuiu em 0,7%, taxa menor que no ano anterior. Ainda assim, a queda de 7,3% no emprego foi muito expressiva, sendo verificada sem exceção em todos os gêneros industriais. O aspecto positivo permaneceu sendo a produtividade, que neste ano aumentou 7,5%.

O desempenho produtivo afinal foi melhor que as expectativas de forte queda vigentes ao início do ano, evidenciando uma reação positiva do setor à desvalorização cambial, que se tornou mais visível no segundo semestre do ano. Os bens intermediários foram a única categoria de uso a mostrar crescimento, refletindo o bom desempenho da extrativa mineral e o aumento das exportações das *commodities* industriais. As quedas mais expressivas ocorreram entre os bens de consumo duráveis e bens de capital, devido à predominância de condições financeiras adversas e incertezas. A evolução negativa dos bens não-duráveis se explica pela queda do rendimento médio e do emprego.

O padrão setorial foi bastante heterogêneo no ano, com a maioria dos gêneros industriais registrando queda de produção. Material elétrico e de comunicações, mecânica, fumo e matérias plásticas sobressaem entre aqueles com maior recuo. Alguns gêneros lograram expansão, com destaque para a extrativa mineral, com forte contribuição do petróleo, além de perfumaria, madeira, papel e papelão e borracha.

Flávio Castelo Branco

Coordenador da Unidade de Política Econômica da
Confederação Nacional da Indústria

Information regarding the year 1999, besides characterizing the evolution of the mining and manufacturing sector after the change in the exchange-rate regime, is also useful to complete the balance of the sector in the nineties. This balance shows that Brazilian industries have lived through a period of great oscillation and that the sector has undergone a significant structural transformation in response to external and internal changes in the Brazilian economy.

The increase of interdependence between national economies, the prevalence of the market system in the economy, and the oscillation of a group of emerging countries in the international scenario are striking characteristics that have shaped the external environment in which the Brazilian economy has gradually increased its presence. This bigger presence came as an answer to the commercial and financial opening-up, and has determined an increase in the degree of competition in the Brazilian market itself and an intense technological adaptation on the part of companies. Simultaneously, economic stabilization and privatization have also extremely influenced the standards of the industrial market.

The results of all these changes have deeply affected the sector. Industry became relatively smaller because its average rate of increase (1.4% per year) was below that of the economy as a whole, but it became more efficient. The slow growth rate indicates the recession years at the beginning and the end of the decade, in the latest period due to the impacts of the financial crises of emerging countries. However, the annual average for the five years of expansion is a modest 4.5%. Restrictions to growth may be identified basically in the high interest rates and the low dynamism of exports. On the other hand, adaptation to greater competition has lead companies to look for efficiency, and productivity has increased at an average annual rate of 8.7%.

In the industrial labor market, a consequence of low growth and high increase in productivity was a drastic reduction of employment. The 1991-1999 period was dominated by negative rates, with a

total drop of almost 45% of people employed, an annual average rate of 6.4%. Productive restructuring, technological updating and adoption of new managing practices have determined this reduction in the use of labor by the sector. At the same time, real average wages have registered an increase of 42.3%. The average annual gain was 4.0%, but the rate has decreased in recent years, and a fall of 2.9% was observed in 1999, after seven years of continuous increase. High inflation together with devaluation partially explains the fall.

The 1999 data show a second consecutive year of retraction for Brazilian industries. Physical production (quantum) has diminished 0.7%, a lower rate than the previous year. Even so, the fall of 7.3% in employment was very large, and was observed without exception in all industrial sectors. The positive aspect has been productivity, which increased 7.5% this year.

After all, industrial performance was better than anticipated, since at the beginning of the year a large drop in production was expected, showing a positive reaction of the sector to exchange rate devaluation, which became more visible in the second semester of the year. Intermediate goods were the only category of use that has showed growth, reflecting the good performance of mining and the increased exports of industrial commodities. The largest falls have occurred among durable consumer goods and capital goods, due to the predominance of uncertainty and adverse financial conditions. The negative evolution of nondurable goods is explained by the fall of average yield and employment.

The sectorial scenario was fairly heterogeneous in the year, and the majority of industrial goods have registered a fall in production. Electric and communication equipment, machinery, tobacco and plastic products stand out among those with the largest drops. Some goods have managed expansion, especially mining, with a strong contribution of petroleum, besides toilet preparations, soap and candles, wood products, paper and paperboard, and rubber.

Flávio Castelo Branco

Coordinator, Unidade de Política Econômica,
Confederação Nacional da Indústria

Tabela 12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1999**Table 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1999**

(continua/continues)

Classes e gêneros de indústria/ Classes and groups of industry	Produção física/ Physical production	Emprego/ Employment	Salário médio real/Real average wages	Produtividade/ Productivity
Geral/ General	(-) 0,71	(-) 7,34	(-) 2,87	7,50
Indústria extrativa mineral/ Mining and quarrying	9,09	(-) 4,76	(-) 1,25	13,35
Indústria de transformação/ Manufacturing	(-) 1,67	(-) 7,37	(-) 2,92	6,52
Produtos de minerais não-metálicos/ <i>Nonmetallic mineral products</i>	(-) 3,13	(-) 4,07	(-) 0,71	1,82
Metalúrgica/ <i>Metal products</i>	(-) 1,09	(-) 11,85	(-) 1,62	11,04
Mecânica/ <i>Machinery</i>	(-) 7,17	(-) 12,39	(-) 1,85	7,14
Material elétrico e de comunicações/ <i>Electric and communication equipment</i>	(-) 11,43	(-) 11,44	(-) 1,12	1,10
Material de transporte/ <i>Transportation equipment</i>	(-) 5,11	(-) 11,06	(-) 1,55	9,56
Madeira/ <i>Wood products</i>	6,95	(-) 10,52	(-) 2,86	16,26
Mobiliário/ <i>Furniture</i>	(-) 2,97	(-) 6,55	(-) 1,14	6,67
Papel e papelão/ <i>Paper and paperboard</i>	5,15	(-) 6,61	(-) 2,46	13,90
Borracha/ <i>Rubber products</i>	4,47	(-) 5,66	(-) 4,74	12,14
Couros e peles/ <i>Leather, hides and skins</i>	(-) 3,58	(-) 1,79	(-) 4,80	(-) 0,71
Química/ <i>Chemicals</i>	0,90	(-) 4,47	(-) 2,39	6,43
Produtos farmacêuticos e veterinários/ <i>Pharmaceutical and veterinary products</i>	(-) 0,39	(-) 1,61	2,79	0,48
Perfumaria, sabões e velas/ <i>Toilet preparations, soap and candles</i>	7,18	(-) 3,77	3,46	10,38
Produtos de matérias plásticas/ <i>Plastic products</i>	(-) 6,16	(-) 6,83	(-) 2,00	0,39
Têxtil/ <i>Textiles</i>	2,14	(-) 6,91	(-) 3,25	8,02

Tabela 12.1 - Taxas anuais de crescimento na indústria - 1999

Table 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing - 1999

(conclusão/concluded)

Classes e gêneros de indústria/ Classes and groups of industry	Produção física/ Physical production	Emprego/ Employment	Salário médio real/Real average wages	Produtividade/ Productivity
Vestuário, calçados e artesfatos de tecido/ <i>Apparel, footwear and textile products</i>	(-) 3,40	(-) 7,85	(-) 2,43	5,34
Produtos alimentares/ <i>Food products</i>	3,06	(+) 0,02	(-) 3,02	4,50
Bebidas/ <i>Rewrances</i>	0,10	(+) 8,93	(+) 4,58	11,29
Fumo/ <i>Tobacco</i>	(-) 7,48	(-) 16,18	(+) 2,31	10,13
Editorial e gráfica/ <i>Printing and publishing</i>	-	(+) 9,32	(-) 1,30	-
Diversas/ <i>Other</i>	-	(-) 2,79	(+) 3,24	-

Fonte/Sources: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Brasil 1999; Pesquisa Industrial Mensal: Dados Gerais 1999.

Nota: Base: ano anterior = 100. /Note: Base: previous year = 100.

**Gráfico 12.1 - Taxas anuais de crescimento da produção industrial,
por categoria de uso - 1996-1999**

**Graph 12.1 - Annual growth rates of mining and manufacturing production,
by categories of use - 1996-1999**



Fonte/Source: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Brasil 1996-1999.

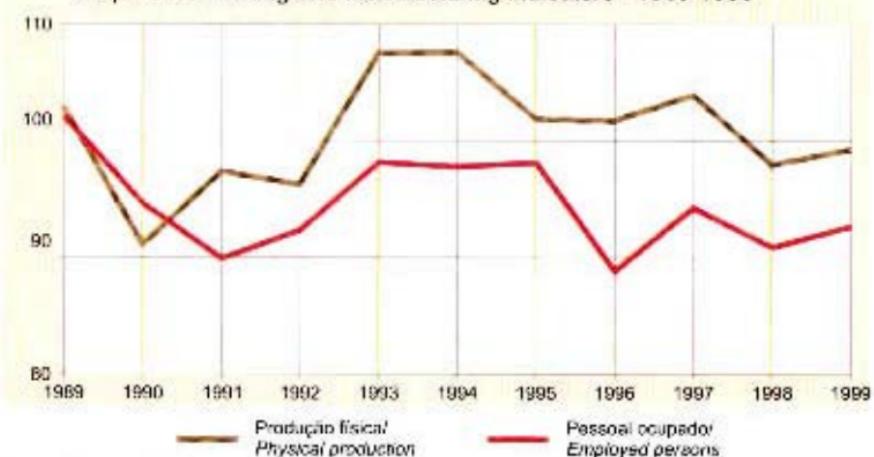
Tabela 12.2 - Taxa de crescimento industrial - 1991-1999
Table 12.2 - Mining and manufacturing growth rate - 1991-1999

Ano/ Year	Produção física/ Physical production	Pessoal ocupado/ Employed persons	Horas pegas/ Hours paid	Produtividade/ Productivity	Salário médio real/ Real average wages
1991	(-) 2,6	(-) 10,1	(+) 10,1	8,3	(-) 10,2
1992	(-) 3,7	(-) 7,7	(-) 8,0	4,6	11,5
1993	7,5	(-) 1,9	(-) 1,9	9,5	6,9
1994	7,6	(-) 2,2	(-) 2,9	10,8	5,7
1995	1,8	(-) 1,9	(-) 2,3	4,3	8,7
1996	1,7	(-) 11,2	(-) 11,5	14,9	3,7
1997	3,9	(-) 5,8	(-) 6,2	10,7	1,5
1998	(-) 2,0	(-) 9,1	(-) 9,6	8,4	2,0
1999	(-) 0,7	(-) 7,3	(-) 7,6	7,5	(-) 2,9
1999/1991	13,5	(-) 44,9	(-) 46,6	112,6	42,3

Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Brasil 1981-1999; Pesquisa Industrial Mensal: Emprego, Salário e Valor da Produção 1991-1999.

Nota: Base: ano anterior = 100. / Note: Base: previous year = 100.

Gráfico 12.2 - Indicadores da Indústria - 1989-1999
Graph 12.2 - Mining and manufacturing indicators - 1989-1999



Fontes/Sources: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Brasil 1989-1999; Pesquisa Industrial Mensal: Emprego, Salário e Valor da Produção 1989-1999.

Nota: Base: ano anterior = 100. / Note: Base: previous year = 100.

Tabela 12.3 - Produção industrial - 1997-1998
Table 12.3 - Mining and manufacturing production - 1997-1998

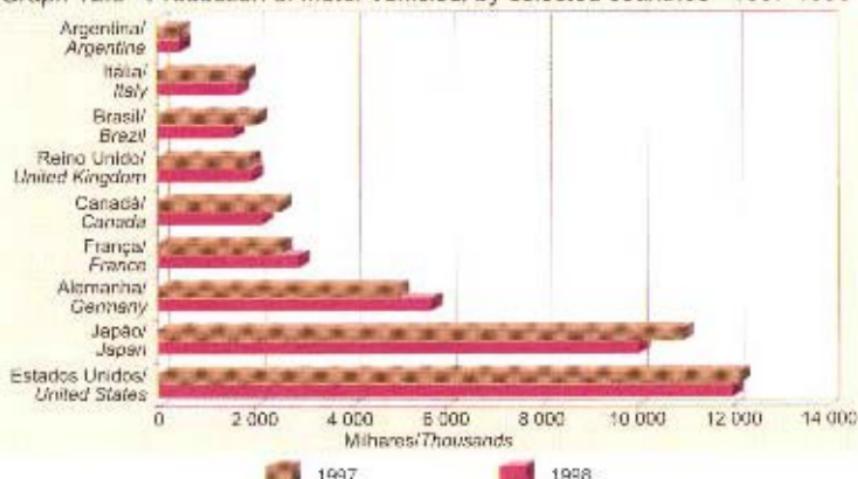
Produtos selecionados/ <i>Selected products</i>	Unidade de medida/ <i>Unit</i>	1997	1998
Aço bruto/ <i>Crude steel</i>	1 000 t <i>1,000 tons</i>	26 153	25 760
Ferroligas/ <i>Ferroalloys</i>	1 000 t <i>1,000 tons</i>	843	727
Produtos químicos/ <i>Chemicals</i>	1 000 t <i>1,000 tons</i>	29 818	28 474
Petróleo/ <i>Petroleum</i>	1 000 m³ <i>1,000 cu.meters</i>	49 032	46 585
Gás natural/ <i>Natural gas</i>	1 000 m³ <i>1,000 cu.meters</i>	9 825	10 787
Máquinas agrícolas automotrizes/ <i>Self-propelled agricultural machines</i>	Unidade <i>Unit</i>	31 657	33 412
Automóveis/ <i>Automobiles</i>	Unidade <i>Unit</i>	1 677 858	1 254 016
Papel/ <i>Paper</i>	1 000 t <i>1,000 tons</i>	6 518	6 589
Cimento/ <i>Cement</i>	1 000 t <i>1,000 tons</i>	38 096	35 349
TV em cores (1)/ <i>Color television sets (1)</i>	1 000 unidades <i>1,000 units</i>	7 836	5 836
Refrigeradores (1)/ <i>Refrigerators (1)</i>	1 000 unidades <i>1,000 units</i>	3 720	1 456
Sistemas de som (1)/ <i>Sound equipment (1)</i>	1 000 unidades <i>1,000 units</i>	2 889	1 957

Fontes/Sources: Anuário estatístico do Brasil 1999. Rio de Janeiro: IBGE, v. 59, 2000; Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos: Eletros; Associação Brasileira da Indústria Química, Departamento de Assuntos Econômicos.

(1) Dados relativos a vendas industriais. // (1) Industrial sales data.

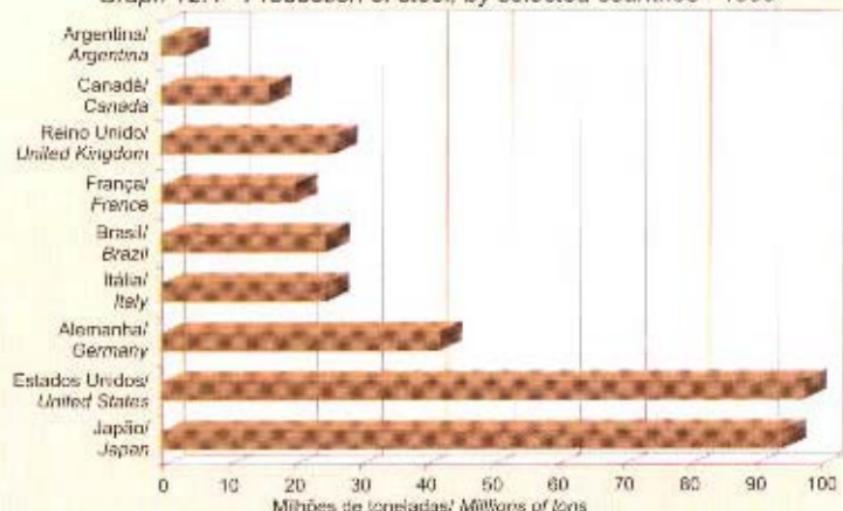
**Gráfico 12.3 - Produção de automóveis,
por países selecionados 1997-1998**

Graph 12.3 - Production of motor vehicles, by selected countries - 1997-1998



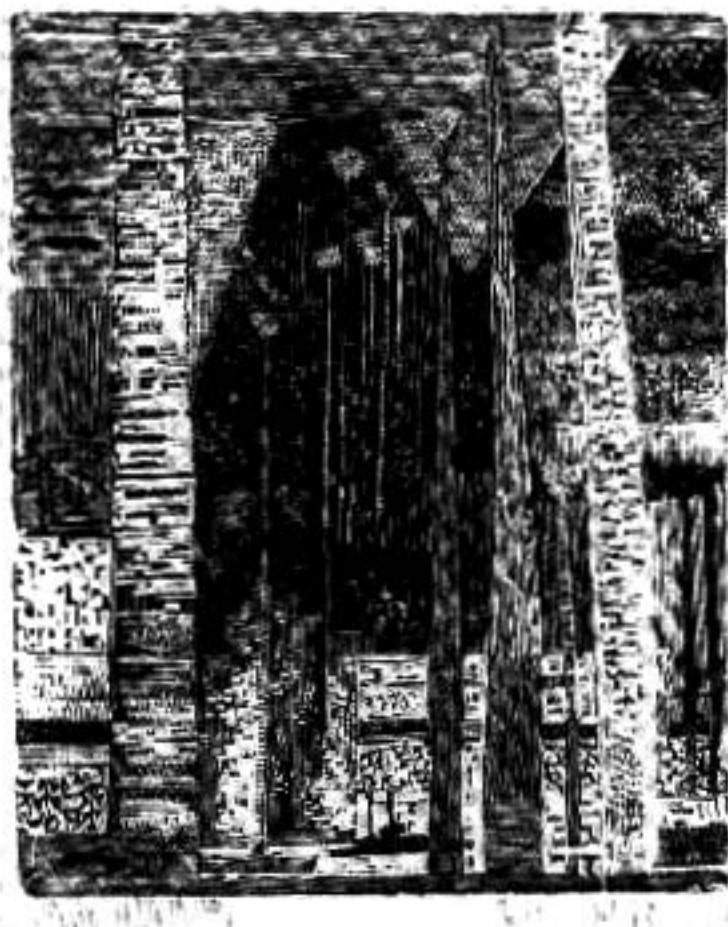
Fonte/Source: Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira 1997-1998, São Paulo; Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1999.

Gráfico 12.4 - Produção de aço, por países selecionados - 1999
Graph 12.4 - Production of steel, by selected countries - 1999



Fonte/Source: A Siderurgia em números [do] Instituto Brasileiro de Siderurgia 2000, Rio de Janeiro, p. 7, 2000.
Nota: Dados preliminares./Note: Preliminary figures.

Energio



Rio, 1953
Lívio Abramo

Energy

Após vários anos de reestruturação, o setor de energia no Brasil passa atualmente por uma fase de consolidação das novas regras e de expectativa de rápido crescimento para a próxima década. O importante trabalho de regulamentação e fiscalização desempenhado pelas agências reguladoras federais, ANP (petróleo e gás) e ANEEL (energia elétrica), vem garantindo condições ao mercado para se ajustar ao novo ambiente concorrencial, através da desverticalização da estrutura produtiva, da garantia de acesso à infra-estrutura e da abertura ao capital privado.

Os Gráficos 13.1 e 13.2 mostram o crescimento bastante significativo da produção de energia primária e da oferta interna de energia ao longo dos anos 90. Importantes investimentos foram realizados na produção de energia primária, com destaque para os setores de petróleo e gás natural. Especialmente a partir de meados da última década, a produção doméstica de petróleo e gás passa a apresentar um ritmo de crescimento bastante expressivo.

Conforme mostra a Tabela 13.1, no ano de 1999, a produção de petróleo cresceu 12,7% em relação a 1998, alcançando a marca de 1,126 milhões de barris/dia. O importante resultado foi uma queda da importação total de energia de 13,6%.

Contudo, o rápido crescimento da demanda por energia, apresentado nos Gráficos 13.3 e 13.4, aponta para a necessidade de consolidação do processo de reorganização da base produtiva, de forma a impulsionar a dinâmica de ampliação da capacidade de oferta, principalmente no que se refere à energia elétrica.

Neste sentido, o Programa Prioritário de Termoelectricidade, lançado em fevereiro de 2000 pelo Governo Federal, estabeleceu as condições básicas para o investimento em 49 plantas de geração de energia termelétrica, das quais 45 movidas a gás natural. A entrada em operação, no segundo semestre de 1999, do gasoduto Bolívia-Brasil constituiu um marco para a viabilização deste projeto de rápida ampliação do parque gerador brasileiro, de incremento

do uso do gás natural e de diversificação da matriz energética nacional, conforme os princípios e objetivos constantes da Lei nº 9.478/97.

Em relação à evolução da dependência externa de energia, apresentada no Gráfico 13.5, verifica-se que tanto o carvão mineral quanto a eletricidade mantiveram relativamente constante a participação das importações no consumo doméstico, ou seja, cerca de 100% e de 11%, respectivamente. Quanto ao petróleo, observa-se uma redução de 45,7% para 40,1% entre os anos de 1997 e 1998. Espera-se que esta tendência se acentue nos próximos anos, uma vez que, a partir de 1999, novos operadores tenham entrado nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás, através dos leilões de áreas exploratórias promovidos pela ANP, bem como das parcerias realizadas com a Petrobras.

Deve-se ressaltar que o ano de 1999 foi marcado por forte instabilidade monetária e pelo aprofundamento do processo de retração do crescimento econômico devido às crises financeiras internacionais e à posição cautelosa dos investidores em relação ao Brasil. No entanto, mesmo com o Produto Interno Bruto mantendo-se praticamente estável, o consumo final de energia cresceu cerca de 1,3%, puxado principalmente pelo crescimento do consumo de energia elétrica dos setores comercial e residencial, mas também pelo consumo ainda relativamente baixo, mas crescente, do gás natural.

Da Tabela 13.2, o consumo dos derivados de petróleo manteve-se relativamente estável, com ligeiro destaque para o crescimento do consumo de óleo diesel. Todavia, merece maior destaque o resultado negativo no consumo do querosene de aviação, que caiu cerca de 7,5% em 1999, rompendo a trajetória de rápido crescimento dos anos anteriores. Ressalta-se que apesar do baixo crescimento do consumo de derivados de petróleo em 1999, vê-se, pela Tabela 13.3, que o consumo per capita de petróleo no Brasil ainda é consideravelmente menor que nos países industrializados, ficando inclusive abaixo do consumo per capita de países como Chile e Argentina.

O consumo de energia elétrica continuou crescendo a taxas consideravelmente acima do desempenho econômico do País em 1999, conforme a Tabela 13.2, subindo 2,6% em relação a 1998 e alcançando a marca de 315 TWh. Além disso, especial atenção deve ser voltada ao gás natural, que mantém a performance esperada e cresce cerca de 15,2%, em 1999. É grande a expectativa com relação ao salto esperado

no consumo de gás natural para os próximos dois ou três anos, uma vez que se prevê a entrada em operação das primeiras plantas de geração termelétrica, contempladas no Programa Prioritário do Governo Federal.

Em relação ao consumo de energia por setor, este tem mantido relativamente estável seu perfil de crescimento, de acordo com o apresentado no Gráfico 13.4, com exceção do setor de transportes. No setor industrial, incluído o setor produtor de energia, o consumo de energia em 1999 cresceu 2,2% em relação ao ano anterior, puxado pelo aumento no consumo de energia elétrica de 2,5%. Nos setores residencial e comercial, o consumo de energia segue com taxas de crescimento acima da média, com um aumento de 3,3%. Já no setor de transportes, o consumo em 1999 caiu cerca de 1,6% em relação a 1998, em resposta ao aumento de preços dos combustíveis.

Finalmente, o crescimento da produção primária e da oferta interna de energia no Brasil tem sido bastante expressivo, como mostram os Gráficos 13.1 e 13.2. Contudo, o crescimento da demanda de energia nos últimos anos e a expectativa de retomada do crescimento econômico para os próximos reafirmam o enorme desafio de desenvolver o setor produtor de energia no Brasil, dentro do novo ambiente institucional proposto, sustentado na iniciativa privada e na livre concorrência.

Eloi Fernández y Fernández
Professor da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro-PUC-RJ
Diretor da Agência Nacional do Petróleo-ANP

After many years of restructuring, the Brazilian energy sector is undergoing the consolidation of new rules and expects a swift growth in the next decade. The important work of regulation and control accomplished by federal regulating agencies, ANP (petroleum and gas) and ANEEL (electricity) has been ensuring the required market conditions to adjust to a new competitive environment. They consist of making the production structure no longer vertical, guaranteeing access to infrastructure and opening it to private capital.

Graphs 13.1 and 13.2 show the significant growth of primary energy production and the domestic supply of energy during the nineties. Important investments have been made on primary energy production, particularly in the sectors of petroleum and natural gas. Especially after the middle of the last decade, domestic petroleum and gas production started to present a very expressive growth.

Table 13.1 shows that, in the year 1999, petroleum production increased 12.7% by comparison with 1998, attaining the mark of 1.126 millions of barrels/day. The important result was a decrease of 13.6% in total energy imports.

However, the increasing demand for energy, presented in graphs 13.3 and 13.4, indicates the need for consolidation in the process of reorganizing of the production base, in order to help the dynamics of supply expansion, particularly electricity.

Towards this goal, the Priority Program of Thermoelectricity, launched in February 2000 by the Federal Government, established basic conditions for investment on 49 plants to generate thermoelectricity, 45 of which powered by natural gas. The Bolivia-Brazil gas pipeline, which started operating in the second semester of 1999, represented a mark in the implementation of this project aiming at a fast expansion of the Brazilian energy sector. It incremented the use of natural gas and diversified the national energy model, according to principles and objectives stated in Law 9478/97.

Regarding the evolving dependence on foreign energy sources presented in graph 13.5, both mineral coal and electricity maintained relatively constant the participation of imports in domestic consumption. The rates were around 100% and 11%, respectively. As to petroleum, there was reduction from 45.7% to 40.1% between the years 1997 and 1998. It is expected that this trend will increase in the next years, since after 1999 new operators have joined in exploiting and producing oil and gas after ANP auctioned exploitation areas, besides those entering partnerships with Petrobras.

We must emphasize that the year 1999 has been characterized by strong monetary instability and deepening of the process of retraction in economic growth due to international financial crises and the cautious position of investors towards Brazil. However, even with the virtual stability of Gross Domestic Product, final energy consumption expanded by roughly 1.3%, mostly on account of increased electricity consumption by residential and commercial sectors. And there is also the relatively low but steadily growing consumption of natural gas.

Table 13.2 shows that petroleum derivative consumption remained relatively stable, with a special emphasis on the growth of diesel oil consumption. However, deserving more notice is the negative result in aviation fuel consumption, with fall of about 7.5% in 1999, interrupting the course of rapid growth in previous years. We must note that despite the low increase in petroleum derivative growth in 1999, table 13.3 shows that per capita consumption of petroleum in Brazil is still considerably lower than in industrialized countries, lower even than per capita consumption in countries such as Chile and Argentina.

Electricity consumption continued to grow at rates considerably higher than the country's economic performance in 1999, going up by 2.6% vis-à-vis 1998 and reaching the mark of 315 TWh. Furthermore, special attention should be given to natural gas, which kept up the expected performance and increased about 15.2% in 1999. It is great the anticipation regarding the expected leap in natural gas consumption for the next two or three years, when the first plants of thermoelectric generation contemplated in the Federal Government Priority Program will start operations.

Regarding consumption of energy by sector, its growth profile has been relatively stable, according to graph 13.4, excepting the transports sector. The industrial sector, including power plants, had an increase of 2.2% in energy consumption in 1999 by comparison with the previous

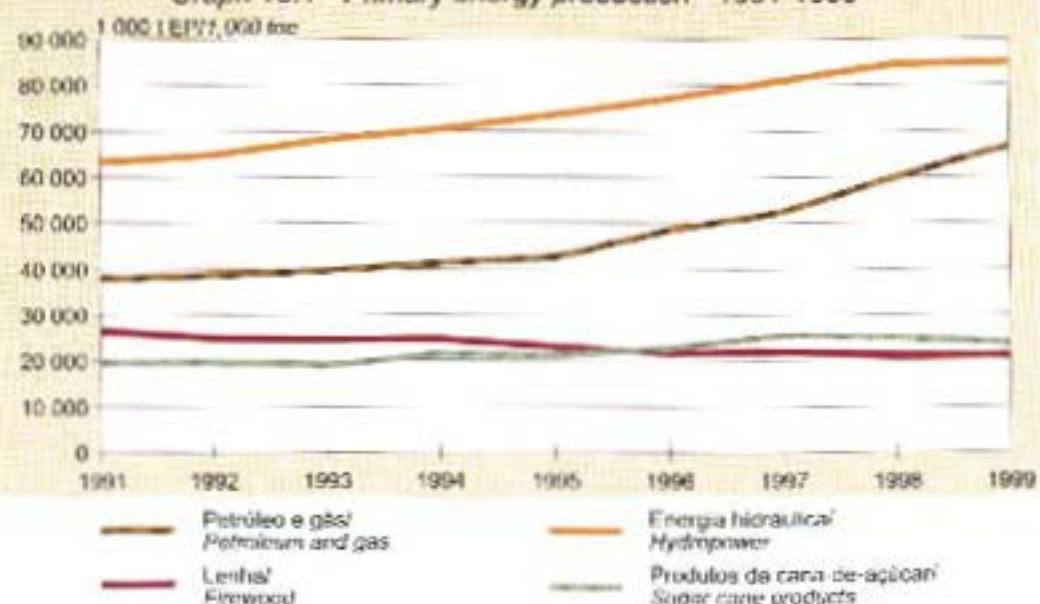
year, influenced by the increment of 2.5% in electricity consumption. In the residential and commercial sectors energy consumption continues to present growth rates above average, with an increase of 3.3%. The transports sector, however, saw consumption fall about 1.6% in 1999 against 1998, on account of price raises for fuels.

Lastly, the growth in primary production and domestic supply in Brazil has been quite expressive, as shown in graphs 13.1 and 13.2. However, the growth in energy demand in the last few years and the expectation of recovery in economic growth for the next years reassert the huge challenge posed by developing the energy-producing sector in Brazil, according to the new institutional environment proposed, sustained by private initiative and free competition.

Eloi Fernández y Fernández

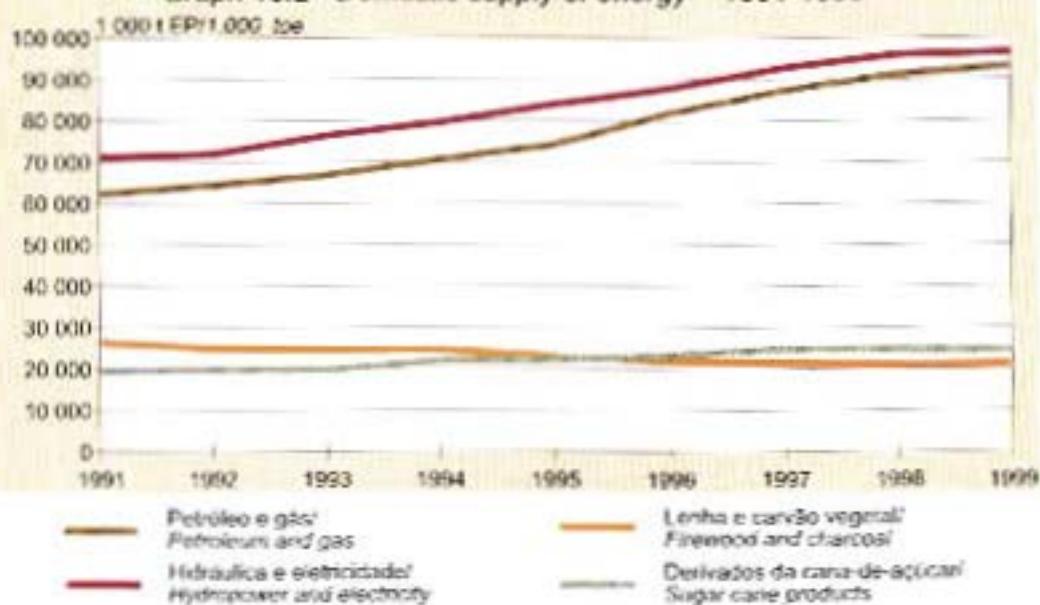
Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RJ
Director, Agência Nacional do Petróleo-ANP

Gráfico 13.1 - Produção de energia primária - 1991-1999
 Graph 13.1 - Primary energy production - 1991-1999



Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000, Brasília, DF - Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

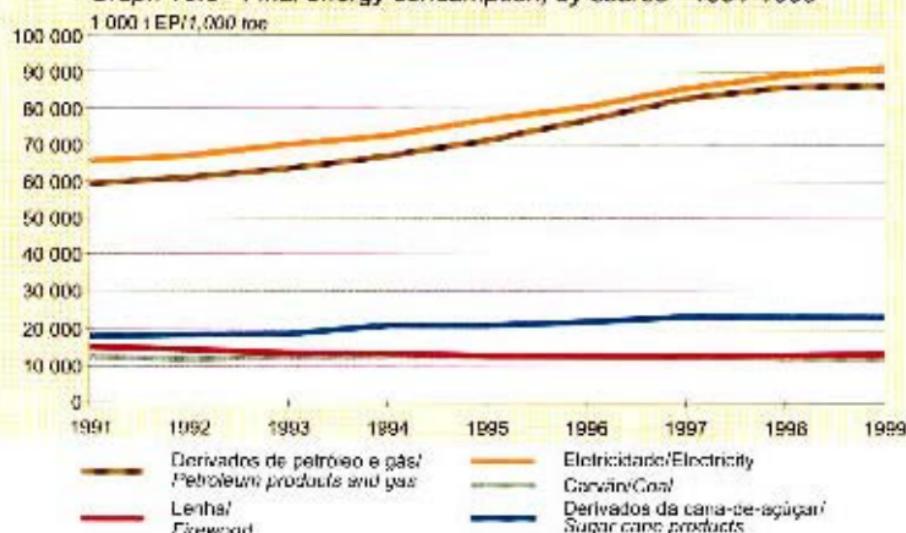
Gráfico 13.2 - Evolução da oferta interna de energia - 1991-1999
 Graph 13.2 - Domestic supply of energy - 1991-1999



Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000, Brasília, DF - Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

Gráfico 13.3 - Evolução do consumo final de energia, por fonte - 1991-1999

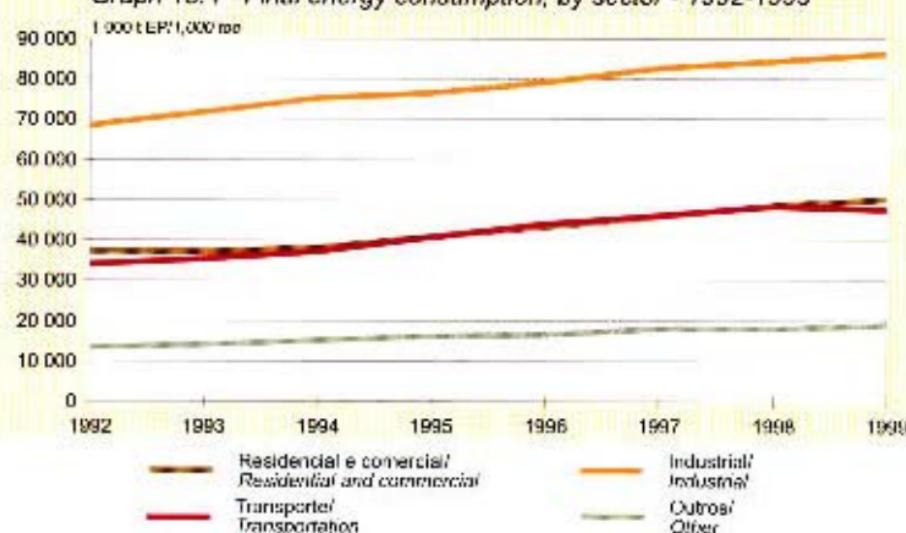
Graph 13.3 - Final energy consumption, by source - 1991-1999



Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

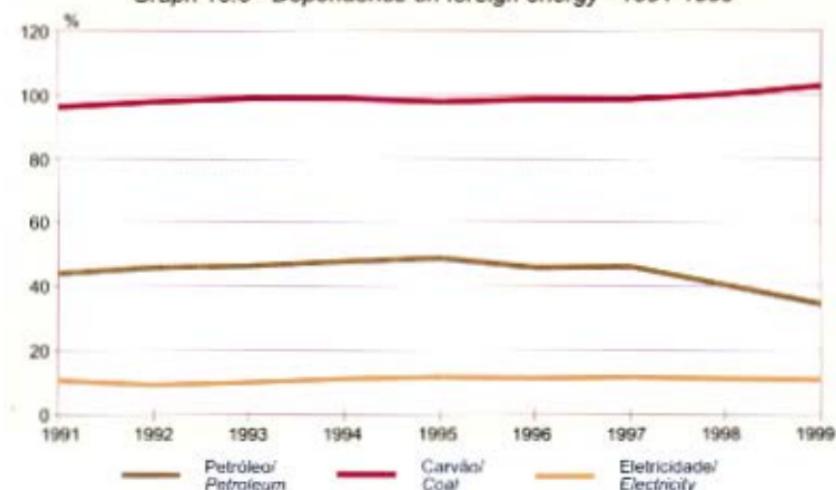
Gráfico 13.4 - Evolução do consumo final de energia, por setor - 1992-1999

Graph 13.4 - Final energy consumption, by sector - 1992-1999



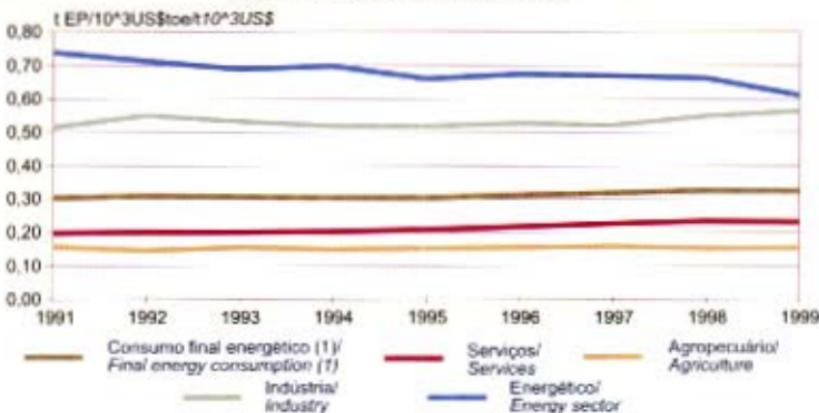
Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

Gráfico 13.5 - Dependência externa de energia - 1991-1999
 Graph 13.5 - Dependence on foreign energy - 1991-1999



Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000. Brasília, DF. Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

Gráfico 13.6 - Evolução do consumo final de energia em relação ao produto interno bruto - PIB - do setor - 1991-1999
 Graph 13.6 - Final energy consumption in relation to the gross domestic product GDP - of the sector - 1991-1999



Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000. Brasília, DF. Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

Nota: Dólar constante de 1996./Note: Constant dollar of 1996.

(1) Exclui consumo residencial./ (1) Excludes residential consumption.

Tabela 13.1 - Dados gerais de energia - 1998-1999
 Table 13.1 - General data of energy - 1998-1999

Especificação/ Item	Unidade/ Unit	1998	1999
Oferta interna de energia/ <i>Domestic energy supply</i>	$10^6\text{tep}/$ 10^6toe	250,10	253,00
Per capita/ <i>Per capita/</i>	tep/ toe	1,55	1,55
Por PIB/ <i>Per GDP</i>	tep/1 000 US\$ (1)/ <i>toe/1,000 US\$ (1)</i>	0,45	0,33
Consumo final de energia/ <i>Final energy consumption</i>	$10^6\text{tep}/$ 10^6toe	228	231
Oferta de eletricidade/ <i>Electricity supply</i>	TWh/ TWh	361	372
Geração de eletricidade/ <i>Electricity generation</i>	TWh/ TWh	322	332
Produção de petróleo/ <i>Petroleum production</i>	$10^3\text{b/d} /$ 10^3b/d	999	1 126
Importação total de energia/ <i>Total energy imports</i>	$10^3\text{bep/d} /$ 10^3boe/d	1 382	1 194
Exportação total de energia/ <i>Total energy exports</i>	$10^3\text{bep/d} /$ 10^3boe/d	135	136
Reserva total de petróleo + Gás natural/ <i>Total petroleum reserves + Natural gas</i>	10^9bep/ 10^9boe	17,3	17,1

Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2000.
 Ano-base 1999.

(1)Taxas de câmbio médias de 1998 e 1999./ (1) 1998 and 1999 average exchange rates.

Tabela 13.2 - Consumo total de energia - 1998-1999
 Table 13.2 - Total consumption of energy - 1998-1999

Especificação/ Item	Unidade/ Unit	1998	1999
Derivados de petróleo/ <i>Petroleum derivatives</i>	$10^3\text{bep/d} /$ 10^3boe/d	1 697	1 725
Gasolina e álcool/ <i>Gasoline and alcohol</i>	$10^3\text{b/d} /$ 10^3b/d	551	535
Óleo diesel/ <i>Diesel oil</i>	$10^3\text{b/d} /$ 10^3b/d	600	611
Óleo combustível/ <i>Fuel oil</i>	$10^3\text{b/d} /$ 10^3b/d	236	223
Querosene de aviação/ <i>Aviation fuel</i>	$10^3\text{b/d} /$ 10^3b/d	66	61
Eletricidade total (1)/ <i>Total electricity (1)</i>	TWh / <i>TWh</i>	307	315
Industrial/ <i>Industrial</i>	TWh / <i>TWh</i>	136	138
Residencial/ <i>Residential</i>	TWh / <i>TWh</i>	79	81
Comercial/ <i>Commercial</i>	TWh / <i>TWh</i>	42	44
Gás natural/ <i>Natural gas</i>	$10^6\text{m}^3/\text{d} /$ $10^6\text{m}^3/\text{d}$	18,4	21,2

Fonte/Source: Balanço energético nacional 2000. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2000.
 Ano-base 1999.

(1) Inclui outros./ (1) Includes others.

**Tabela 13.3 - Produção e consumo total e per capita de petróleo,
por países selecionados - 1996**

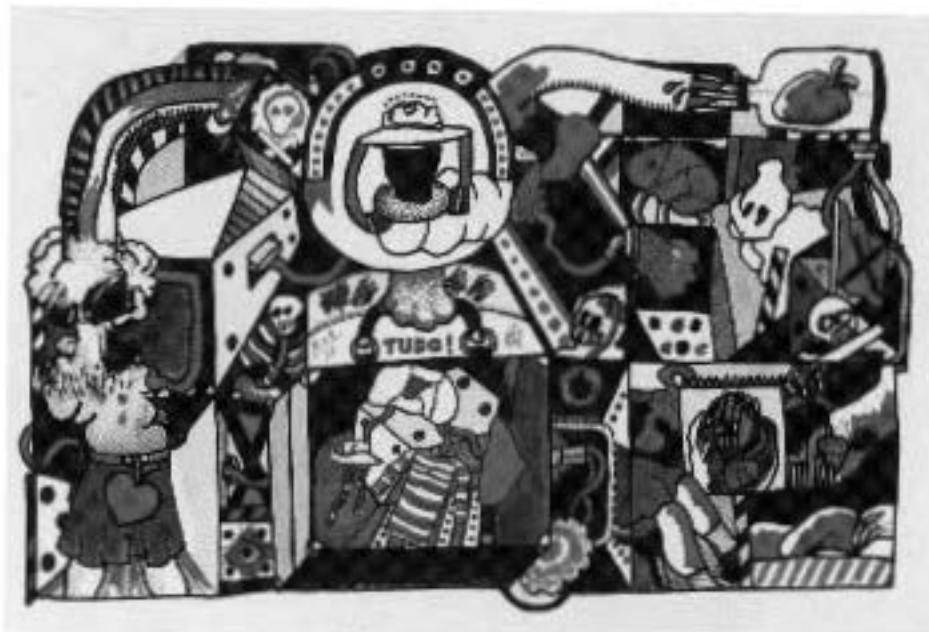
**Table 13.3 - Total production and total and per capita consumption of
petroleum, by selected countries - 1996**

Países selecionados/ <i>Selected countries</i>	Produção (1)/ <i>Production (1)</i>	Consumo/ <i>Consumption</i>	
		Total (1)/ <i>Total (1)</i>	Per capita (2)/ <i>Per capita (2)</i>
Alemanha/Germany	2 874	104 567	1 276
Argentina/Argentina	40 311	24 445	694
Brasil/Brazil	39 401	66 778	415
Canadá/Canada	80 031	65 698	2 214
Chile/Chile	459	8 390	582
Estados Unidos/United States	319 733	727 565	2 700
França/France (1)	2 107	84 941	1 455
Itália/Italy (1)	5 430	80 278	1 402
Japão/Japan	518	220 572	1 760
Reino Unido/United Kingdom	121 774	87 221	1 494

Fonte/Source: Energy statistics yearbook 1996, p. 170. New York: United Nations, 1998.

(1) Inclui Mônaco. (2) Inclui San Marino./ (1) Includes Monaco. (2) Includes San Marino.

Comércio



Tudo!, 1965
Antônio Dias

Trade

O comércio já aparecia como uma atividade relevante na literatura econômica desde o Século XVII. Um economista precursor, o inglês William Petty (1691), afirmava que esta atividade era importante porque proporcionava lucros e, portanto, contribuía para o crescimento da renda nacional. Trezentos anos depois esta observação ainda permanece válida. O comércio é a forma mais antiga assumida pela distribuição dos bens e serviços na sociedade mercantil. A partir dos anos 70 do Século XX, economistas e sociólogos passaram a se interessar cada vez mais em analisar a mudança estrutural ocorrida nas economias desenvolvidas e periféricas; dessa maneira, na literatura econômica proliferaram os estudos sobre os serviços. Mas o tradicional comércio passa, no momento, por grandes transformações provocadas pela revolução microeletrônica que penetra rapidamente no circuito comercial, embora a avaliação do seu impacto seja ainda embrionária. A crise que ronda a economia brasileira nas últimas décadas também está presente no setor comercial brasileiro e se expressa na redução de sua taxa de participação no PIB nacional. Em 1970, a taxa de participação do comércio significava aproximadamente 35% do PIB de Serviços, e em 1995 esta participação atingiu cerca de 12% (Melo et al., 1998); esse mau desempenho pode ser explicado tanto pela subestimação na forma de cálculo dessas atividades em geral, como pela expansão do comércio informal, este sim captado com pouca eficiência ainda pelas Contas Nacionais/IBGE.

A Pesquisa Anual do Comércio - PAC - para o ano de 1997, divulgada pelo IBGE, representa um retrato das atividades mercantis na economia brasileira. A PAC produz informações sobre as empresas comerciais registradas no Cadastro Geral dos Contribuintes - CGC -, ou seja, no setor formal da economia. No ano de 1997, havia 1 042 581 empresas atuando no ramo comercial e 1 112 363 estabelecimentos mercantis instalados em todo o Território Nacional (Tabela 14.1). O primeiro dado significativo dessa tabela refere-se a que tipo de comércio se dedicam essas empresas: aproximadamente 93% são varejistas e 7% atacadistas. As primeiras abrangem as atividades destinadas ao consumo final, tais como: o comércio de ali-

mentos, inclusive o feito pelos super/hipermercados, mercearias, vestuário, tecidos, calçados, eletrodomésticos, produtos farmacêuticos, material de construção, combustíveis, entre outros. O comércio atacadista é uma atividade mercantil intermediária entre o produtor e o consumo final e engloba alimentos, máquinas e equipamentos, farmacêuticos, combustíveis (a grande distribuidora), agropecuários, etc. Assim, os números acima retratam a rede de distribuição das mercadorias brasileiras e demonstram a predominância das pequenas empresas de varejo. Praticamente, uma empresa varejista é um estabelecimento comercial; as empresas representam 94% dos estabelecimentos varejistas, portanto apenas 6% destas possuem mais de um estabelecimento comercial varejista. Fazendo esta relação para o comércio atacadista, observa-se que estas têm maior porte, pois apresentam uma menor taxa de participação entre o número de empresas e de estabelecimentos, mesmo assim esta taxa é de 88,9% para as mesmas. **O que significa, que praticamente cada empresa é um e só um estabelecimento comercial.**

A segunda informação importante da Tabela 14.1 refere-se ao número de pessoal ocupado por estas atividades; observa-se que a relação pessoal ocupado/número de estabelecimentos é de 4,5 ocupados por estabelecimentos, o que corrobora a afirmação de que são pequenas as empresas comerciais. A ocupação total do setor permanece em torno de cinco milhões de pessoas, o que significa que não houve crescimento da ocupação entre 1996/1997. Há uma maior ocupação masculina no setor e a distribuição do pessoal ocupado é de 85,9% destes no comércio varejista, 14% no atacadista. Estes dois segmentos representam 2/3 da ocupação total das atividades comerciais, mas ela é declinante na década; o grande crescimento ficou com o comércio ambulante que não entra nessas estatísticas. Em 1985, os ambulantes significavam 15,69% da ocupação do comércio e em 1995, esta taxa atingiu 21,18% (Melo et al., 1998). O salário médio do comércio varejista é cerca de 50% do salário médio dos demais ramos mercantis o que rebaixa o salário médio do setor, mas se observa margens de lucro maiores no varejo em relação aos outros setores comerciais. É preciso destacar que, no varejo de combustíveis, os frentistas têm um salário médio que é praticamente o dobro do resto do comércio varejista, e nesta atividade é menor a margem de lucro.

O terceiro dado significativo dessa tabela (14.1) trata da distribuição da receita líquida total das atividades comerciais, nota-se que embora o comércio varejista responda por 94% das empresas do setor, só 64,2% das receitas são geradas por esta atividade; as em-

presas atacadistas com aproximadamente 6% de taxa de participação no setor comercial, respondem por 35,7% das receitas líquidas totais. Estes negócios são em média muito maiores do que os ligados ao varejo, a receita por estabelecimento atacadista é quase nove vezes maior, mesmo que no primeiro esteja incorporado as grandes cadeias de super/hipermercados que nos últimos anos têm dominado o varejo de alimentos nacional. No Gráfico 14.3, o indicador receita total por pessoal ocupado mostra que 57,3% dessas receitas foram geradas nas empresas com mais de 50 trabalhadores; nessa faixa a taxa de participação do varejo e da revenda varejista de combustível é de 57,2%, ficando o atacado com 42,8% dessas empresas. É interessante ressaltar que as empresas com até 19 trabalhadores respondem por 31% da receita total do setor, enquanto as médias com 20 a 49 empregados com apenas 11,7%. Tem-se assim que o setor comércio é dominado pelos extremos: grandes e pequenas empresas com aproximadamente 88% das receitas do setor.

Os Gráficos 14.1 e 14.2 (atacado e varejo) mostram a participação dos segmentos do varejo e do atacado na estrutura do setor comercial. A venda de combustível aparece com um peso significativo em ambas as estruturas, no atacado são as grandes distribuidoras e no varejo, os milhares de postos de gasolina espalhados nacionalmente. No varejo os super/hipermercados representam 23% das receitas de revenda, seguidas de combustíveis. Nos últimos anos tem havido uma reestruturação das grandes cadeias de lojas de departamento (vestuários, eletroeletrônicos das linhas branca e marron) com falências e concentração em um pequeno número de empresas. O comércio atacadista apresenta as maiores participações dos segmentos de alimentos e combustíveis com 51% das receitas totais do atacado.

Hildete Pereira de Melo

Professora Doutora da Faculdade de Economia da
Universidade Federal Fluminense - UFF

Trade had already appeared as a relevant activity in the economic literature since the seventeenth century. A pioneer economist, the Englishman William Petty (1691), stated that this activity was important because it provided profits and thus contributed to the growth of the national income. Three hundred years later this observation still remains valid. Trade is the oldest form assumed by the distribution of goods and services in the mercantile society. After the seventies decade in the 20th century, economists and social scientists started to be increasingly interested in analyzing the structural change that took place in developed and peripheral economies; thus studies of services proliferated in economic literature. But traditional trade is currently undergoing great transformations provoked by the microelectronic revolution that penetrates swiftly the commercial circuit, although the assessment of its impact is still embryonic. The crisis that stalks the Brazilian economy in the last decades is also present in the Brazilian trade sector and expresses itself through the reduction of its participation rate in the national GDP. In 1970 the participation rate of trade meant approximately 35% of the GDP for Services and in 1995 this participation fell to about 12% (Melo et alii, 1998). This poor performance may be explained not only by the subestimation in the form of calculating this activity in general but also through the expansion of informal trade, which is still insufficiently grasped by the National Accounts/IBGE.

The Annual Survey of Trade (PAC) for the year 1997, published by IBGE, represents a portrait of mercantile activities in the Brazilian economy. PAC produces information on commercial companies registered in the General Taxpayers' Register (CGC), which is the formal sector of the economy. In the year 1997 there were 1,042,581 companies in the trade sector and 1,112,363 trade establishments installed all over the national territory (table 14.1). The first significant information in this table refers to the type of trade performed by these companies: 93% are retailers and 7% wholesalers. The first group comprises the kinds of business targeting final consumption such as the sale of food products, including that made by supermarkets and

hypermarkets and groceries, and apparel, textiles, footwear, household appliances, pharmaceuticals, construction materials, fuels, and so on. Wholesale trade is an intermediate mercantile activity between the producer and the consumer and includes food products, machines and equipment, pharmaceuticals, fuels (the large distributor), farm products, etc. Thus the figures above portray the distribution network of Brazilian goods and demonstrate the predominance of small retailing companies. A retailing company is practically a trade establishment; the companies represent 94% of the retailing establishments, thus only 6% of them own more than one retailing establishment. When we transpose this relationship to wholesale trade companies we observe that they are larger because although presenting a lower rate of participation between the number of companies and of establishments, even so this rate is of 88.9% for them. **Which means that virtually every company is one and only one trade establishment.**

The second important information of table 14.1 refers to the number of persons employed in these kinds of business. We observe that the relationship between persons employed and number of establishments is 4.5 employees per establishment, and this corroborates the statement that trade companies are small. The total number of persons employed by the sector is around 5 million persons, which means that there was no growth in employment from 1996 to 1997. The number of males employed by the sector is larger than that of females, and the distribution of persons employed is 85.9% in retail trade and 14% in wholesale trade. These two segments represent two thirds of the total employment in commercial businesses, but it has been declining during the decade. Street peddlers who are not included in these statistics showed the larger growth. In 1985 street peddlers represented 15.69% of employment in trade and in 1995 this rate was 21.18% (Melo et al., 1998). Average wages in retail trade are about 50% of average wages in the other segments of commerce, lowering the sector's average wages, but we observe higher profit margins in retail by comparison with other trade segments. We must emphasize that in fuel retailing, service station employees have average wages that are virtually twice the wages in the remaining retail segments, and the profit margin is lower in this kind of business.

The third significant information in this table (14.1) deals with the distribution of total net sale receipts. We notice that although retail trade answers for 94% of the sector's companies, only 64.2% of the receipts are generated by this activity. Wholesale companies answer

for 35.7% of total net receipts, although their participation in the trade sector is of approximately 6%. These kinds of business are on average much larger than those connected to retail. The receipts per wholesale establishment are close to nine times larger, even though retailing establishments include the large chains of supermarkets that in the last years have been dominating domestic retailing of food products. In graph 14.3 the indicator for total receipts by persons employed shows that 57.3% of these receipts have been generated in the companies with more than 50 employees. In this class that rate of participation of retail and resale of fuel is of 57.2%, while wholesale keeps 42.8% of these companies. It is interesting to highlight that companies with up to 19 workers answer for 31% of the sector's total receipts, while medium-sized companies with 20 to 49 employees retain only 11.7% of the receipts. Therefore, we observe that the trade sector is dominated by the extremes: large and small companies with approximately 88% of the sector's receipts.

Graphs 14.1 and 14.2 (wholesale and retail trade) show the participation of the segments of retail and wholesale trade in the commercial sector structure. Sales of fuel appear with a significant weight in both structures. In wholesale trade we have the large distributors and in retail the thousands of service stations spread all over the country. In retail trade, supermarkets represent 23% of sales receipts, followed by fuel. In the last years the large chain of department stores (wearing apparel, white-line and brown-line household appliances) have been undergoing a restructuring with bankruptcies and concentration in a small number of companies. Wholesale trade presents the largest participation of the food and fuel segments with 51% of total wholesale receipts.

Hildete Pereira de Melo
Professor, Ph.D., Faculdade de Economia,
Universidade Federal Fluminense - UFF

Tabela 14.1 - Dados gerais do comércio - 1997
Table 14.1 - General data of trade -1997

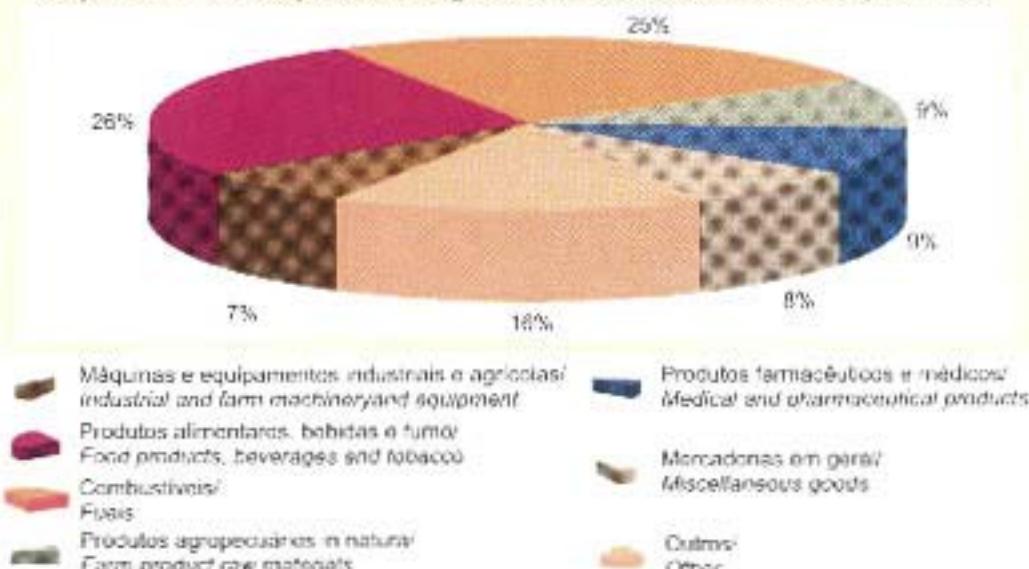
Dados gerais/ General data	Total <i>Total</i>	Comércio/ <i>Trade</i>		
		De veículos e motocicletas e varejista de combustíveis/ Vehicles and motorcycles and retail trade of fuels	Varejista/ <i>Retail</i>	Atacadista/ <i>Wholesale</i>
Número de empresas/ <i>Number of companies</i>	1 042 581	87 240	884 458	70 883
Número de estabelecimentos/ <i>Number of establishments</i>	1 112 363	95 092	937 580	79 691
Receita líquida de revenda (1)/ <i>Net receipt of sales (1)</i>	343 711 458	77 425 072	143 364 756	122 921 630
Pessoal ocupado/ <i>Employed persons</i>	5 048 800	626 091	3 714 315	708 394
Salários e retiradas (1)/ <i>Wages and withdrawals (1)</i>	21 640 079	3 884 795	12 393 487	5 361 797
Salário médio (2)/ <i>Average wage(2)</i>	2,80	4,06	2,18	4,95
Taxa de margem (%)/ <i>Margin Rate (%)</i>	25,14	19,16	31,86	21,75

Fonte/Source: Pesquisa anual de comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em/ Available from:
<http://ftp.ibge.gov.br>. Acesso em: ago. 1999/ cited Aug. 1999.

(1) Valores expressos em mil reais. (2) Em salários mínimos./ (1) Figures in thousands of R\$.
(2) In minimum wages.

Gráfico 14.1 - Participação dos segmentos na receita total do comércio atacadista - 1997

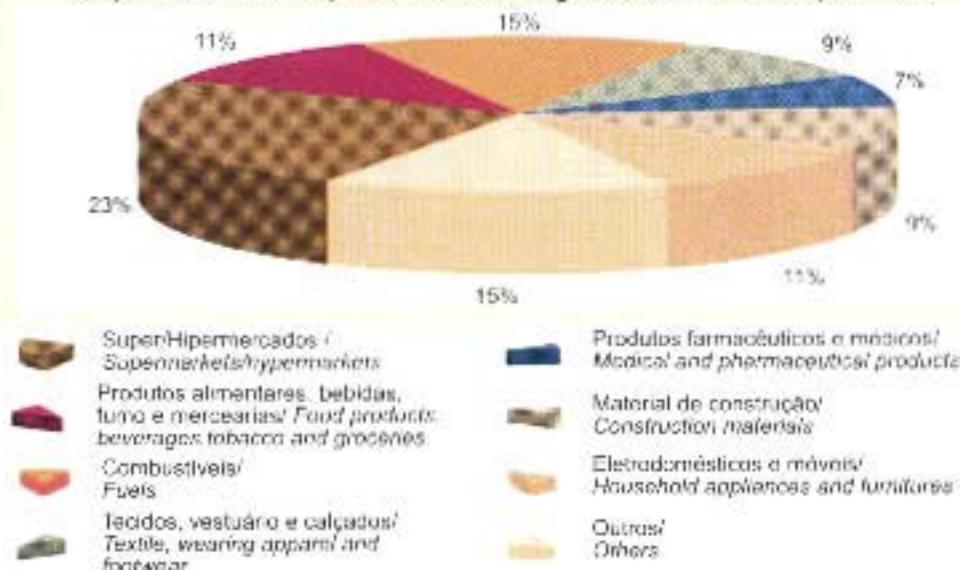
Graph 14.1 - Participation of segments in wholesale trade receipts - 1997



Fonte/Source: Pesquisa anual de comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em/Available from: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 2000/cited Aug. 1999.

Gráfico 14.2 - Participação dos segmentos do varejo, na receita de revenda - 1997

Graph 14.2 - Participation of retail segments in sale receipts - 1997

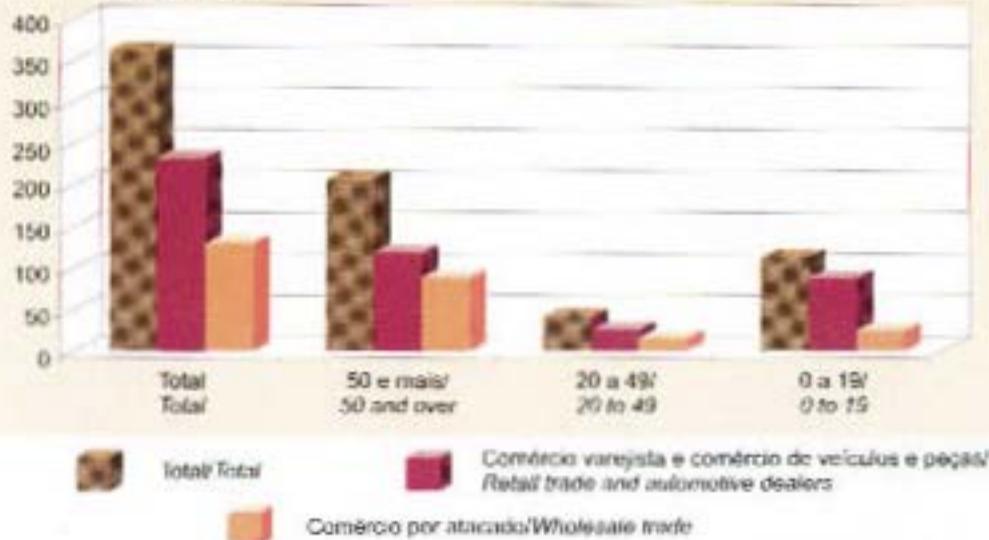


Fonte/Sources: Pesquisa anual de comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em/Available from: <<http://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 1999/cited Aug. 1999.

Gráfico 14.3 - Receita total, por faixas de pessoal ocupado - 1997

Graph 14.3 - Total receipt by number by persons employed - 1997

Bilhões de reais/
Billions of reais



Fonte/Sources: Pesquisa anual de comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em/Available from: <[ftp://ftp.ibge.gov.br](http://ftp.ibge.gov.br)>. Acesso em: ago. 1999/cited Aug. 1999.

Transportes



Barco com Bandeirinhas e Pássaros, 1955
Alfredo Volpi

Transportation

Transportes

O setor de transportes no Brasil passa atualmente por um período de transição, que se iniciou em meados da década de 90. Essa transição visa a adequar o setor às necessidades impostas por um mercado cada vez mais internacionalizado. A necessidade de aumento da eficiência tanto no transporte de passageiros quanto no transporte de cargas induz diferentes agentes a buscar modernização operacional e administrativa, adequação tecnológica e sobretudo, capacitação de pessoal para enfrentar os novos desafios que se impõem ao setor. Neste último aspecto, exercem papel preponderante os centros de pesquisas e as universidades, que trabalham voltadas para a formação de profissionais que sejam capazes de propor soluções inovadoras aos problemas clássicos de transportes. Alguns elementos característicos podem ser identificados neste período de transição do setor com destaque para: a concessão de grande parte da malha ferroviária nacional para empresas e grupos privados dedicados ao transporte de cargas; a operação pela iniciativa privada de algumas rodovias federais e estaduais que, através da cobrança de pedágio visa a garantir a oferta de um adequado nível de serviços para os diversos veículos operando nestas vias; a modernização dos principais portos do País e uma maior competição no setor de transporte aéreo.

É grande a expectativa pelo início das atividades da Agência Nacional de Transportes – ANT. A Agência terá um papel bastante peculiar a desempenhar, pois, além de atuar como órgão regulador das diferentes modalidades, deverá garantir a harmonia necessária na operação da rede nacional de transportes. Será importante que a ANT atue ainda no sentido de incentivar uma maior utilização dos recursos da intermodalidade, aspecto fundamental para a redução de custos de transportes, sobretudo no caso do transporte de cargas, possibilitando assim uma maior integração nacional.

Estudos recentes mostram que os próximos anos deverão presenciar uma mudança significativa na repartição modal do transporte de cargas. Embora o modal rodoviário deverá continuar sendo responsável pelo transporte do maior volume de cargas, os demais

modais (ferroviário, aquaviário, dutoviário e aéreo) deverão aumentar sua participação relativa no mercado. Tal transformação deverá garantir ao País uma condição mais favorável na colocação de produtos nacionais no mercado internacional, bem como facilitar o fluxo de mercadorias nos principais corredores de transportes.

Já no transporte de passageiros, discute-se atualmente a possibilidade de recuperação de ramais ferroviários ociosos e sua utilização para o transporte de passageiros – "Trens Regionais". Alguns trechos ferroviários analisados, localizados em diferentes regiões brasileiras, indicam a viabilidade financeira deste tipo de operação, sem que sejam necessários quaisquer subsídios por parte do estado. Modernas composições ferroviárias poderiam dessa forma, além de oferecer uma nova opção de transportes para diferentes usuários entre alguns pares de municípios, promover desenvolvimento regional sustentável.

Os números apresentados nas tabelas a seguir indicam que a maioria das empresas de transportes instaladas no Brasil estão concentradas no setor de transporte terrestre. Um número relativamente bem inferior de empresas atua nos setores aquaviário, aéreo e dutoviário.

Embora grande parte da malha rodoviária nacional ainda não esteja pavimentada, as importantes vias de integração nacional se encontram, atualmente, em razoável nível de conservação. Comparando-se as diferentes regiões brasileiras verifica-se que o percentual de vias pavimentadas gira em torno de 10%.

O volume de cargas transportadas pela malha ferroviária nacional ainda não reflete o potencial existente neste segmento do setor. É provável que este volume venha a aumentar nos próximos anos, desde que as novas concessionárias cumpram as metas de produção estabelecidas para cada operadora.

O modal aéreo também deverá responder no futuro pelo transporte de maior parcela tanto de cargas, quanto de passageiros nas diferentes ligações nacionais e internacionais. Observa-se que existe ainda significativa ociosidade no setor, quando se comparam tanto os assentos-quilômetros oferecidos e utilizados bem como as toneladas-quilômetros. No caso do transporte de passageiros esta ociosidade está em torno de 40%.

No transporte aquaviário, o movimento de embarcações tanto de longo curso quanto de cabotagem parece estabilizado ao longo dos últimos anos. A expectativa é de crescimento deste movimento nos próximos anos, graças principalmente à modernização da operação dos principais portos nacionais.

O transporte de produtos por dutos cresceu de forma significativa nos últimos anos com destaque para o transporte em gasodutos.

Finalmente observa-se um crescimento acentuado no último período da frota nacional de veículos automotores. Embora a taxa de motorização média nacional seja bem inferior a de países mais desenvolvidos, verifica-se que na maioria das regiões metropolitanas, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, esta taxa de motorização já é semelhante a desses países. Nesses casos é necessário que medidas de gerenciamento da demanda por viagens (gerenciamento da mobilidade) sejam consideradas, visando uma maior racionalização no uso do carro particular. Será necessário um aumento da eficiência e uma melhor estruturação da rede de transportes coletivos urbanos, tornando assim possível a captação de um maior número de usuários para o sistema e consequentemente redução dos congestionamentos de tráfego e dos índices de poluição sonora e atmosférica nesses centros urbanos.

Uma vez priorizada a atividade de planejamento de transportes no País, estados e municípios poderão dispor de ferramentas eficientes para gerenciamento dos seus diferentes sistemas. Planejar o setor de forma estratégica deverá garantir maior competitividade para a indústria nacional e maior qualidade de vida para a população que depende dos diferentes modais de transportes nos seus deslocamentos diários.

Ronaldo Balassiano

Secretário Executivo da Associação Nacional de Pesquisa e

Ensino em Transportes - ANPET

Professor do Núcleo de Planejamento Estratégico de Transportes/

Programa de Engenharia de Transportes -- PET/COPPE/UFRJ

Transportation

The transport sector in Brazil is currently undergoing a transitional period, which had its beginning in the mid-nineties. This transition tries to adapt the sector to requirements posed by an increasingly internationalized market. The need to increase efficiency both in passenger and freight transportation leads different agents to seek operational and managerial modernization, technological adaptation and above all personnel qualification to confront the new challenges presented to the sector. In this last aspect, research centers and universities have a preponderant role, since they work to prepare professionals competent to find innovative solutions to classic transport problems. Some characteristic elements may be identified in this transitional period for the sector, especially the concession of large part of the national railway network to private companies and groups devoted to freight transportation; the operation by private companies of some federal and state highways to ensure an adequate service to all vehicles running in these highways, by charging toll; modernization of the major ports in the country and a greater competition in the air transportation sector.

It is great the expectation for the beginning of the activities of the National Transports Agency - ANT . The agency will have a quite peculiar role since, besides acting as regulating agency for the different types, it shall ensure the necessary harmony to the operation of the national transportation network. It will be important to the ANT acting also to encourage a greater use of intermodal resources, a fundamental aspect to reduce transportation costs, mostly in the case of freight, making possible a greater national integration.

Recent studies show that next year shall witness a significant change in the modal partitioning of freight transportation. Although the highway mode should continue to be responsible for transporting most freight, the other modes (rail, water, pipeline and air) should increase their relative participation in the market. Such transformation shall help the country to more favorable conditions in placing domestic goods in the international market as well as facilitating the flow of goods in the main transport routes.

As to passenger transportation, currently is being discussed the possibility of reclaiming unused railroads and using them to transport passengers - "Regional Trains". Some railroad sections analyzed indicate that this type of operation is financially viable, without the need for any subsidies from the state. Modern rail compositions could thus promote a sustainable regional development, besides offering a new transport option to different commuters between municipalities.

Figures presented in the following tables indicate that most transport companies installed in Brazil are concentrated on the land transportation sector. A relatively lower number of companies work in water, air and pipeline transportation.

Although a large part of the national highway network is still not paved, highways important to national integration are reasonably conserved, at the moment. When comparing different Brazilian regions we observe that the percentage of paved roads is around 10%.

The volume of freight transported by the national railway network does not reflect yet the potential in this segment of the transport sector. It is probable that the present volume will increase in the next years, as long as new concession holders fulfill the production goals established for each operator.

The air mode shall also in the future answer for the transport of a larger share both of freight and passengers in the different national and international routes. We must note that there is still a significant lack of use in the sector, when we compare both seats/kilometers offered and used and tons/kilometers offered and used. In the case of passenger transportation this percentage is around 40%.

In water transportation, both intercoastal and coastwise movements of vessels seem to be stable in the last years. The expectation is one of growth in this movement in the next year, thanks mostly to modernization in the operation of the major national ports.

Transport of goods through pipelines increased significantly in the last years, especially transport by gas pipelines.

Lastly we observe a marked growth of the national automotive vehicle fleet, in the last period. Although the national average rate of motorization is well below more developed countries, we notice that in most metropolitan areas, particularly in Rio de Janeiro and São Paulo, this motorization rate is already similar to those countries. In these

cases it is necessary that management measures for travel demand (mobility management) be considered aiming at a greater rationalization in the use of private automobiles. It will be necessary to increase efficiency and improve urban collective transportation, making possible to attract a larger number of users to the system and therefore reduce traffic jams and noise and air pollution indexes in these urban centers.

Once priority is given to the activity of transportation planning in the country, states and municipalities may have efficient tools to manage their different systems. Planning the sector strategically should ensure a greater competitiveness to the national industry and a better quality of life to the population that depends on different transport modes in its daily commuting.

Ronaldo Balassiano

Executive Secretary, Associação Nacional de Pesquisa e
Ensino em Transportes – ANPET
Professor, Núcleo de Planejamento Estratégico de Transportes/
Programa de Engenharia de Transportes – PET/COPPE/UFRJ

Tabela 15.1 - Número de empresas, pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações, por grupo da classificação de atividades - 1998

Table 15.1 - Number of companies, people employed, wages, withdrawals and other remuneration, by groups of the classification of activities - 1998

(continua/continues)

Grupo da classificação de atividades/ Group of the classification of activities	Número de empresas/ Number of companies	Pessoal ocupado em 31.12/ People employed on Dec. 31	Salários, retiradas e outras remunerações (1 000 R\$)/ Wages, withdrawals and other remuneration (1,000 R\$)
Transporte, armazenagem e comunicações/ Transportation, storage and communication	103 287	1 341 907	9 547 208
Transporte terrestre/ <i>Land transportation</i>	76 236	1 039 951	6 472 715
Transporte ferroviário interurbano/ <i>Intercity railway transportation</i>	9	X	X
Outros transportes terrestres/ <i>Other land transportation</i>	76 226	1 039 951	6 472 715
Transporte dutoviário/ <i>Pipeline transportation</i>	1	X	X
Transporte aquaviário/ <i>Water transportation</i>	925	15 187	167 158
Transporte marítimo de cabotagem e longo curso/ <i>Coastwise and intercoastal maritime transportation</i>	190	6 088	98 288
Outros transportes aquaviários/ <i>Other water transportation</i>	750	9 099	68 870

Tabela 15.1 - Número de empresas, pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações, por grupo da classificação de atividades - 1998
Table 15.1 - Number of companies, people employed, wages, withdrawals and other remuneration, by groups of the classification of activities - 1998

(conclusão/concluded)

Grupo da classificação de atividades/ Group of the classification of activities	Número de empresas/ Number of companies	Pessoal ocupado em 31.12/ People employed on Dec. 31	Salários, retiradas e outras remunerações (1 000 R\$/) Wages, withdrawals and other remuneration (1,000 R\$)
Transporte aéreo/ <i>Air transportation</i>	750	44 785	1 013 561
Transporte aéreo, regular/ <i>Air transportation, regular</i>	296	39 703	945 608
Transporte aéreo, não-regular/ <i>Air transportation, nonregular</i>	454	5 082	67 953
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem/ <i>Transportation connected and auxiliary activities and travel agencies</i>	25 376	223 805	1 619 787
Movimentação e armazenamento de cargas/ <i>Freight moving and storage</i>	2 342	36 985	265 907
Atividades auxiliares aos transportes/ <i>Transportation auxiliary activities</i>	7 870	96 109	859 393
Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem/ <i>Travel agencies and travel organizer activities</i>	12 441	60 946	268 805
Atividades relacionadas à organização do transporte de cargas/ <i>Activities related to organization of freight transportation</i>	2 723	29 765	225 682

Fonte/Source: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência de Cadastro e Classificação, Cadastro Central de Empresas 1998.

Tabela 15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1997
 Table 15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1997

(continua/continues)

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units	Total/ Total	Em tráfego/ In traffic	Não- pavimentada/ Unpaved
Brasil/Brazil	1 658 677	150 836	1 507 841
Norte/North	96 722	9 475	87 247
Rondônia	22 433	1 417	21 016
Acre	2 267	480	1 787
Amazonas	6 034	1 702	4 332
Roraima	4 868	746	4 122
Pará	34 343	3 417	30 926
Amapá	2 012	223	1 789
Tocantins	24 765	1 490	23 275
Nordeste/Northeast	396 860	41 763	355 097
Maranhão	52 686	4 210	48 476
Piauí	52 736	3 578	49 158
Ceará	48 084	6 270	41 814
Rio Grande do Norte	26 921	3 753	23 168
Paraíba	33 190	2 978	30 212
Pernambuco	41 263	5 405	35 858
Alagoas	12 989	2 230	10 759
Sergipe	9 510	1 719	7 791
Bahia	119 481	11 620	107 861
Sudeste/Southeast	479 585	52 574	427 011
Minas Gerais	232 533	19 075	213 458
Espírito Santo	29 957	3 015	26 942
Rio de Janeiro	22 070	5 178	16 892
São Paulo	195 025	25 306	169 719

Tabela 15.2 - Extensão da rede rodoviária nacional em tráfego - 1997*Table 15.2 - Extent of the national highway network in traffic - 1997*

(conclusão/concluded)

Grandes Regiões Major Regions	Em tráfego/in traffic		
	Total/ Total	Pavimentada/ Paved	Não- pavimentada/ Unpaved
Unidades da Federação/ Major Regions and Federative Units			
Sul/South	480 558	29 820	430 738
Paraná	260 634	16 166	245 668
Santa Catarina	61 363	5 397	55 966
Rio Grande do Sul	138 361	9 257	129 104
Centro-Oeste/Central West	224 952	17 204	207 748
Mato Grosso do Sul	53 916	4 651	49 265
Mato Grosso	82 875	3 995	78 880
Goiás	86 699	7 822	78 877
Distrito Federal/ Federal District	1 462	736	726

Fonte/Source: Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Sistema de Tranches Unitários do Plano Nacional de Viação.

Gráfico 15.1 - Frota nacional de veículos - 1990-1998*Graph 15.1 - National fleet of vehicles - 1990-1998*

Milhares/Thousands



Fonte/Source: Ministério da Justiça, Departamento Nacional de Trânsito, Sistema Nacional de Estatística de Trânsito.

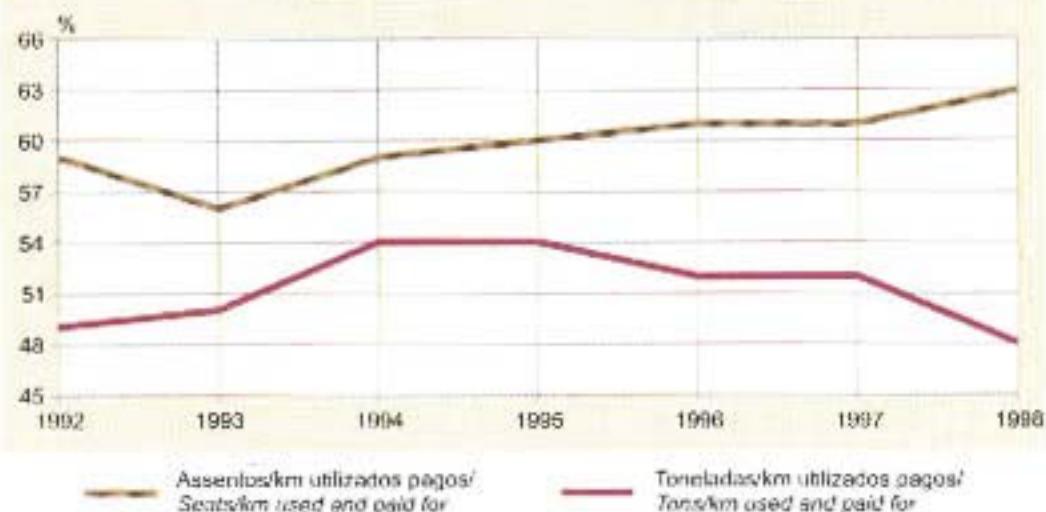
Tabela 15.3 - Dados gerais do transporte ferroviário - 1998
Table 15.3 - General data of railway transportation - 1998

Especificação/ Item	1998
Extensão em tráfego (km)/ <i>Extent in traffic (km)</i>	28 168
Material rodante em tráfego/ <i>Rolling stock in service</i>	
Locomotivas/ <i>Locomotives</i>	1 557
Automotrices/ <i>Railcars</i>	10
Trens unidades/ <i>Trains</i>	345
Carros (todos os tipos)/ <i>Passenger cars (all types)</i>	1 349
Vagões (todos os tipos) (1)/ <i>Freight cars (all types) (1)</i>	57 143
Pessoal empregado em 31.12/ <i>Persons employed on Dec. 31st</i>	29 013
Movimento financeiro (1 000 R\$/) <i>Railway finances (1,000 R\$)</i>	
Receita total/ <i>Total receipts</i>	...
Despesa total/ <i>Total expenses</i>	...
Transporte realizado/ <i>Transportation services</i>	
Passageiros (1 000)/ <i>Passengers carried (1,000)</i>	...
Mercadorias (1 000 t úteis) e outros/ <i>Freight carried (1,000 of net tons) and other</i>	260 217
Consumo de energia/ <i>Energy consumption</i>	
Energia elétrica (MWh)/ <i>Electric energy (MWh)</i>	383 025
Óleo diesel (t)/ <i>Diesel fuel (tons)</i>	727 994

Fonte/Source: Anuário estatístico das ferrovias do Brasil 1999. Brasília: Ministério dos Transportes, Departamento de Transportes Ferroviários, [1998]. Disponível em/Available from: <<http://www.geipot.gov.br/anuario99/index.htm>>. Acesso em: jun. 2000/ cited June 2000.

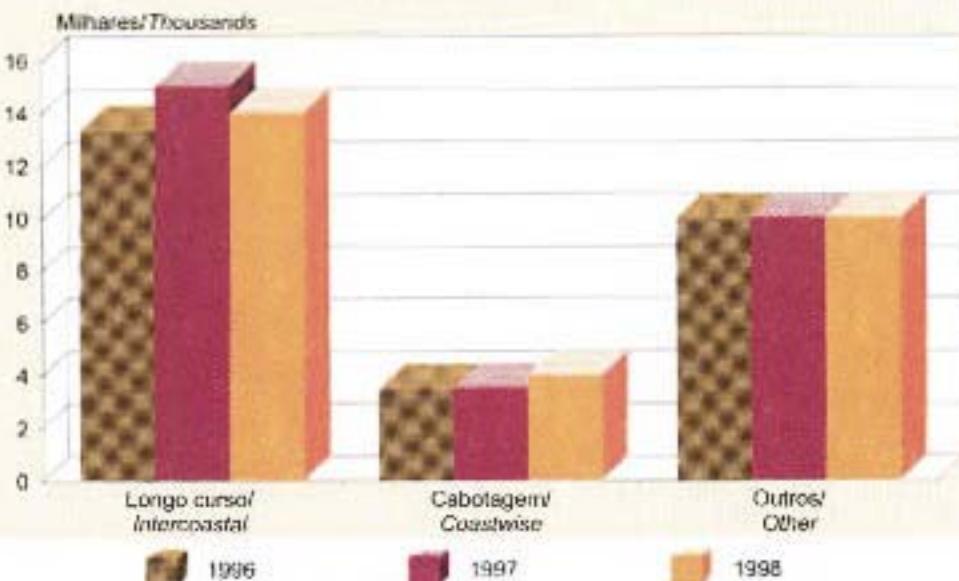
(1) Não inclui os vagões de propriedade particular. / (1) Excludes private cars.

Gráfico 15.2 - Evolução do tráfego aéreo brasileiro - 1992-1998
 Graph 15.2 - Brazilian air traffic - 1992-1998



Fonte/Source: Anuário do transporte aéreo: dados estatísticos 1998. Rio de Janeiro: Departamento de Aviação Civil, 1999.

Gráfico 15.3 - Evolução do movimento de embarcações, por tipo de navegação - 1996-1998
 Graph 15.3 - Movement of vessels, by type of navigation - 1996-1998



Fonte/Source: Ministério dos Transportes, Secretaria de Transporte Aquaviário, Departamento de Portos.

Tabela 15.4 - Tráfego aéreo doméstico e internacional - 1998
 Table 15.4 - Domestic and international air traffic - 1998

Especificação/ Item	Doméstico/ Domestic	Internacional/ International	Regional/ Regional
Horas voadas/ <i>Hours flown</i>	324 755	268 213	490 877
Quilômetros voados (1 000)/ <i>Kilometers flown (1,000)</i>	206 353	208 413	157 649
Velocidade média (km/h)/ <i>Average speed (km/h)</i>	635	777	321
Assentos-quilômetros/ <i>Seats-kilometers</i>			
Oferecidos (1 000)/ <i>Offered (1,000)</i>	26 855 363	44 255 883	10 635 463
Utilizados (1 000)/ <i>Used (1,000)</i>	16 210 682	28 347 847	5 899 395
Toneladas-quilômetros/ <i>Tons-kilometers</i>			
Oferecidos (1 000)/ <i>Offered (1,000)</i>	3 454 271	7 910 777	1 487 754
Utilizados (1 000)/ <i>Used (1,000)</i>	1 598 072	3 832 084	597 561
Passageiros embarcados/ <i>Passengers enplaned</i>			
Total (1 000)/ <i>Total (1,000)</i>	16 461	6 373	15 462
Pago (1 000)/ <i>Paid (1,000)</i>	16 204	6 240	15 210
Consumo de combustível (1 000 l)/ <i>Fuel consumed (1,000 l)</i>	1 290 546	2 115 266	508 478

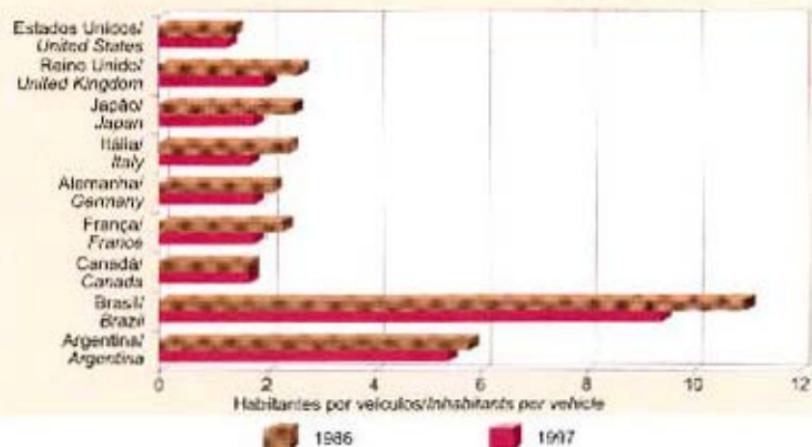
Fonte/Source: Anuário do transporte aéreo: dados estatísticos 1998. Rio de Janeiro: Departamento de Aviação Civil, 1999.

Tabela 15.5 - Transporte dutoviário de carga - 1994-1998

Table 15.5 - Freight pipeline transportation - 1994-1998

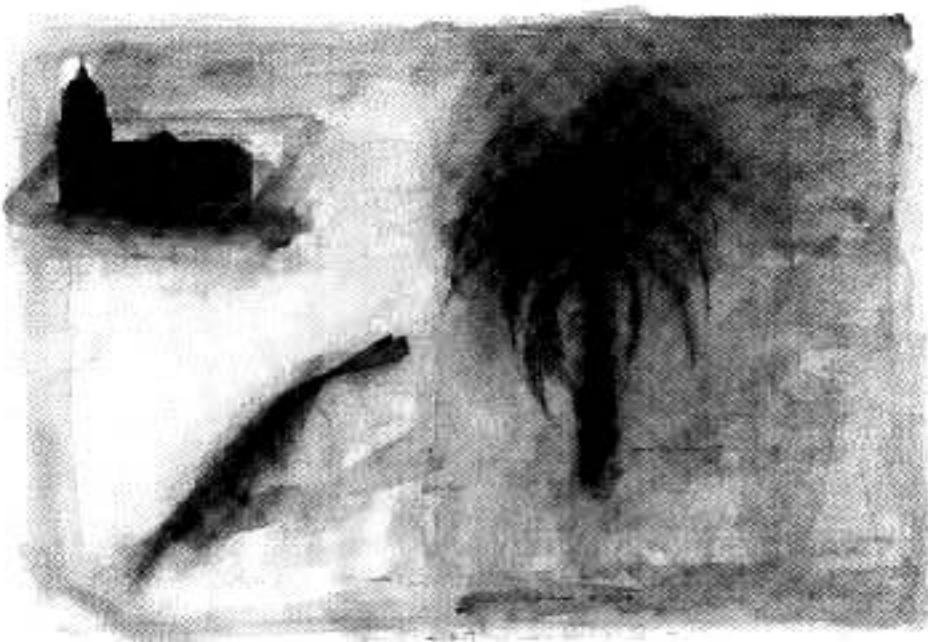
Especificação/ Item	Carga transportada (1 000 t/y) Freight carried (1.000 t)				
	1994	1995	1996	1997	1998
Oleodutos/ Oil pipelines	134 431	153 978	146 307	260 535	308 275
Minerodutos/ Ore pipelines	11 070	11 505	11 240	11 613	12 310
Gasodutos/ Gas pipelines	13 275	14 735	14 609	15 555	422 401

Fonte/Source: Anuário estatístico dos transportes do Brasil 1999, Brasília: Ministério dos Transportes, Departamento de Transportes Dutoviários, [1998]. Disponível em Available from: <<http://www.galpot.gov.br/anuario99/index.htm>> Acesso em: Jun. 2000/ cited June 2000.

Gráfico 15.4 - Habitantes por automóvel em alguns países - 1986/1997
 Graph 15.4 - Inhabitants per vehicle in selected countries - 1986/1997


Fonte/Source: Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira 1987-1999, São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, p. 26, 1999.

Turismo



Santo Amaro III, 1986
Evandro Carlos Jardim

Tourism

O turismo é visto como uma das atividades econômicas mais promissoras das próximas décadas. E o Brasil, em razão de sua diversidade territorial e da grande variedade de culturas e etnias que marcaram sua história, tem possibilidades de ocupar um lugar de destaque na classificação mundial do turismo receptivo. Por essa razão, e constatando que o potencial turístico do Brasil ainda se encontra subaproveitado, o governo federal, e um grande número de administrações estaduais e municipais têm dado, a essa atividade, uma atenção crescente. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT - e os Programas de Desenvolvimento Turístico – Prodeturs - são iniciativas do governo federal, em associação com estados e municípios, que visam a utilizar o turismo como instrumento de desenvolvimento regional e vetor de interiorização do progresso econômico e social.

A entrada de turistas no Brasil vem aumentando, de forma quase regular, desde 1990. Desconsiderando-se o ano de 1998, em que o expressivo crescimento do fluxo turístico, da ordem de 69,1%, refletiu, sobretudo, a mudança no critério de contagem estatística dos visitantes que entram em nosso País pelas fronteiras terrestres, a taxa anual média de incremento, na década de 90, foi de 14,3%, superior à taxa média de crescimento da atividade em nível mundial, que é de 10% ao ano. É preciso considerar, contudo, que esse ritmo de expansão, embora significativo, ocorre a partir de números modestos quando comparados aos de Países que lideram a atividade turística. A França e a Espanha, por exemplo, recebem, respectivamente, cerca de 70 milhões e 48 milhões de turistas/ano (Gráfico 16.6), números superiores aos de suas populações, e o Brasil, pouco mais de 5 milhões.

Em 1999, 5 107 milhões de turistas entraram no País, um acréscimo de apenas 6,0% em relação a 1998 (Tabela 16.1). Uma parcela expressiva desses turistas (cerca de 3/5) vem dos países sul-americanos, sendo que 30,3% do total são provenientes da Argentina, o que faz com que a receita turística do Brasil dependa fortemente da conjuntura econômica e da taxa de câmbio vigentes nas nações vizinhas. Ainda assim, não há dúvida de que os países sul-america-

nos constituem um mercado turístico importante, em decorrência da proximidade geográfica e das afinidades lingüísticas, históricas e culturais. Para explorá-lo adequadamente, há necessidade de se investir em melhoria e ampliação da infra-estrutura rodoviária e em formas de baratear o transporte aéreo, ainda caro para o nível de renda das populações sul-americanas.

O segundo maior mercado emissor de turistas para o Brasil é a Europa. Em apenas dois anos, período de 1997-1999, o número de turistas provenientes do continente europeu cresceu de 702 mil para 1 145 milhão. Esse progresso é alvissareiro, já que, via de regra, o turista europeu permanece mais tempo no País e tem um gasto médio per capita/dia superior ao do turista sul-americano, por exemplo.

Nos últimos meses de 1999, passada a fase de maior incerteza com relação ao comportamento da economia, começou a verificar-se um aumento significativo no turismo doméstico, impulsionado pela desvalorização cambial, que encareceu os destinos turísticos internacionais. Esse aumento não teve tempo de se refletir nas estatísticas relativas ao transporte aéreo doméstico de passageiros (Gráfico 16.3) que, no primeiro semestre, sofreu o efeito recessivo das apreensões decorrentes da crise cambial do início do ano.

É interessante registrar que, comparando-se o número de agências de viagem registradas no País, em 1998 e 1999, constata-se uma queda acentuada, de 13 611 para 6 146 (Tabela 16.3). Essa diminuição ocorreu, de forma expressiva, em todas as Unidades da Federação e reflete dois fenômenos: 1) uma regulamentação mais rigorosa e uma fiscalização mais intensa por parte da Embratur; e 2) a queda acentuada da atividade de emissão turística para o exterior, em razão da desvalorização do Real, que afetou negativamente o desempenho das agências de viagem.

A entrada de turistas no Brasil dá-se, sobretudo, por via aérea e terrestre. As duas formas de acesso registram números praticamente iguais, sobressaindo, no primeiro caso, São Paulo e Rio de Janeiro, em razão da infra-estrutura aeroportuária disponível; e, no segundo, os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, por causa da fronteira com países emissores como Argentina, Paraguai e Uruguai, responsáveis pelo envio de 2 434 milhões de turistas em 1999.

A receita da conta turismo, na balança de pagamentos, vem crescendo sistematicamente desde 1993, saltando de US\$ 1.091 milhões, na-

cambial com turismo, por outro lado, após alcançar o valor recorde de US\$ 6.582 milhões, em 1997, caiu para US\$ 3.059 milhões, em 1999 (Gráfico 16.2), em razão, sobretudo, da desvalorização do Real no começo do ano. Dessa forma, o País voltou a registrar saldo na conta turismo, após os déficits verificados no período de 1995-1998.

O Rio de Janeiro continua sendo, com destaque, a cidade mais visitada por turistas estrangeiros no Brasil (Gráfico 16.4). Florianópolis, devido à presença turística dos argentinos, ocupa o segundo lugar. São Paulo (principal porta de entrada) e Rio de Janeiro (mais importante destino turístico) cumprem a função estratégica de centros redistribuidores do fluxo turístico para outros pontos do País. Essa função é, ainda hoje, fundamental, não obstante a construção de novos aeroportos no interior do Brasil e a ampliação da utilização de vôos fretados no turismo receptivo.

O Gráfico 16.6 mostra os números relativos à entrada de turistas em países selecionados. A França assumiu a liderança, ultrapassando a Espanha, impulsionada, em grande medida, pelo turismo cultural, que soube desenvolver de maneira exemplar. O Brasil aproxima-se dos números registrados pela Argentina, o que é pouco, considerando-se a sua dimensão territorial e o grande número de atrativos turísticos que tem a oferecer. De fato, o Brasil tem a possibilidade de explorar não apenas o turismo de praia e sol, mas, também, o turismo de eventos e negócios (que vem crescendo bastante, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo), bem como o turismo cultural, ecológico, desportivo e de aventura. O câmbio favorável e os investimentos – públicos e privados – que estão sendo feitos em infra-estrutura turística e em divulgação da imagem do País no exterior devem acelerar a taxa de crescimento da atividade turística, tanto doméstica quanto internacional, no Brasil, nos próximos anos.

Tito Ryff

Secretário de Planejamento, Desenvolvimento
Econômico e Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Tourism is seen as one of the most promising economic activities of the next decades. And Brazil, on account of its territorial diversity and the large variety of cultures and ethnicity that have characterized its history, has the possibility of occupying a distinguished place in the world classification of incoming tourist traffic. For this reason, and noting that the Brazilian touristic potential is still underutilized, the federal government and a large number of state and city administrations have given this activity an increasing attention. The National Program of Municipalization of Tourism (PNMT) and the Programs of Touristic Development (Prodeturs) represent efforts by the federal government, associated to states and municipalities, to use tourism as a tool of regional development and a vector to bring economic and social progress to the interior.

The number of tourists admitted to Brazil has been increasing almost regularly since 1990. Leaving out the year 1998, when the expressive increase of the touristic inflow, around 69.1%, reflected mostly the change in the statistical criteria for counting visitors admitted to the country through land borders, the annual average rate of increment during the nineties was of 14.3%, surpassing the world average rate of growth for tourism, which is 10% a year. It is necessary to consider, however, that this rhythm of expansion, although significant, occurs with figures that are low when compared with those of leading countries as tourist destinations. France and Spain, for example, receive, respectively, around 70 million and 48 million visitors/year (graph 16.6), figures higher than their respective populations, while Brazil gets a little over 5 million tourists annually.

In 1999, 5,107 million tourists entered the country, an increase of just 6.0% against 1998 (table 16.1). An expressive number of these tourists (about three fifths) come from South-American countries. From Argentina come 30.3% of the total, making the Brazilian revenue from tourism heavily dependent on the economic conjuncture and the exchange rate in force in neighboring countries. Even so there is no doubt that all South-American countries represent an important

touristic market on account of geographic proximity and linguistic, historical and cultural affinities. To capitalize on it adequately it is necessary to invest on improvement and expansion of road infrastructure and find ways to make air transport cheaper, since it is still expensive to the income level of South-American populations.

The second largest market of tourists to Brazil is Europe. In just two years, the 1997-1999 period, the number of tourists coming from the European continent increased from 702 thousand to 1,145 million. This progress is auspicious since as a rule European tourists remain in the country for a longer period and their average expenditure per capita per day is higher than that of South-American tourists, for instance.

In the last months of 1999, after the period of major uncertainty regarding the behavior of the economy, a significant increase in domestic tourism was observed, influenced by the exchange devaluation that made international touristic destinations too expensive. This increase did not occur in time to be reflected by statistics relative to domestic air transportation of passengers (graph 16.3), which had suffered in the first semester the recessive effect of apprehension caused by the exchange crisis at the beginning of the year.

It is interesting to note that, when comparing the number of travel agencies registered in the country, in 1998 and 1999, we observe a significant fall, from 13,611 to 6,146 (table 16.3). This decrease occurred in all federative units and reflects two phenomena: 1) a more rigid regulation and a more intense control on the part of Embratur; and 2) the expressive fall in the number of tourists bound to foreign destinations, by reason of the currency devaluation, which affected negatively the performance of travel agencies.

The entry of tourists in Brazil is mostly by air and land. Figures are virtually similar for these two types of access. São Paulo and Rio de Janeiro, in the first case, are the main places of entry on account of better airport infrastructure. The states of Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina and Mato Grosso do Sul stand out, in the second case, because of their border with countries as Argentina, Paraguay and Uruguay, which sent 2,434 million tourists to Brazil in 1999.

Receipt of the tourism account in the balance of payments has been increasing systematically since 1993, jumping from US\$1,091 million in that year to US\$3,996 million in 1999 (graph 16.5). Foreign currency expenditure on tourism, on the other hand, after reaching

the record amount of US\$6,582 million in 1997, fell to US\$3,059 million in 1999 (graph 16.2), mostly on account of currency devaluation at the beginning of the year. Thus the country registered again a positive balance on the tourism account, after deficits observed in the 1995-1998 period.

Rio de Janeiro continued to be by far the Brazilian city most visited by foreign tourists (graph 16.4). Florianópolis, due to the touristic presence of Argentines, is ranked second. São Paulo (main entry point) and Rio de Janeiro (most important touristic destination) have the strategic function of centers for redistribution of tourist flow to other points in the country. This function, even today, is fundamental, notwithstanding construction of new airports in the interior of the country and expansion of incoming freighted flights.

Graph 16.6 shows figures relative to tourists admitted in selected countries. France has taken the leadership, surpassing Spain, influenced in large part by the kind of cultural tourism that country has developed in an exemplary manner. Brazil approaches the figures registered by Argentina, which are low, considering its territorial dimension and the great number of tourist attractions it has to offer. In fact, Brazil has the possibility of exploring not only the beaches and sun kind of tourism and that of events and business (which has been growing mostly in Rio de Janeiro and São Paulo), but also cultural, environmental, sporting and adventure tourism. The favorable exchange rate and investments - both public and private - on touristic infrastructure and on advertising abroad the country's image should accelerate the growth rate of touristic activity in Brazil, both domestic and international, in the next years.

Tito Ryff

Secretary, Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento
Econômico e Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Tabela 16.1 - Entrada de turistas no Brasil - 1997-1999
Table 16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1997-1999

(continua/continues)

Pais de residência permanente/ Country of permanent residence	1997	1998	1999
Total/Total	2 849 750	4 818 084	5 107 169
África/Africa	23 747	40 959	41 294
América Central/Central America	19 047	31 503	33 732
América do Norte/North America	459 553	607 852	647 807
Canadá/Canada	29 278	46 986	49 350
Estados Unidos/United States	402 200	524 093	559 367
México/Mexico	28 075	36 773	39 090
América do Sul/South America	1 520 367	2 810 101	2 961 684
Argentina/Argentina	938 973	1 467 926	1 548 571
Bolívia/Bolivia	41 923	150 240	145 070
Chile/Chile	92 233	159 673	170 564
Colômbia/Colombia	22 561	49 282	48 531
Paraguai/Paraguay	146 581	451 693	501 425
Peru/Peru	28 834	48 913	48 564
Uruguai/Uruguay	206 468	359 188	383 741
Venezuela/Venezuela	27 820	59 832	58 980
Outros/Other countries	14 974	63 354	56 238
Ásia/Asia	83 906	95 590	104 701
Japão/Japan	39 194	38 145	41 814
Outros/Other countries	44 712	57 445	62 887

Tabela 16.1 - Entrada de turistas no Brasil - 1997-1999

Table 16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1997-1999

(conclusão/concluded)

Pais de residência permanente/ Country of permanent residence	1997	1998	1999
Europa/Europe	701 684	1 144 599	1 227 829
Alemanha/Germany	140 578	262 739	282 846
Áustria/Austria	13 729	24 028	25 360
Bélgica/Belgium	13 721	25 026	26 929
Espanha/Spain	63 809	91 969	99 677
França/France	84 552	121 274	131 978
Holanda/Netherlands	31 322	54 043	56 725
Inglaterra/England	62 308	117 518	125 607
Itália/Italy	123 114	169 567	177 589
Portugal/Portugal	63 315	105 593	115 088
Suíça/Switzerland	46 542	66 546	71 607
Outros/Other countries	58 694	106 296	114 423
Oceânia/Oceania	11 322	26 102	25 369
Oriente Médio/Middle East	19 049	29 735	33 580
Israel/Israel	11 375	16 073	18 326
Outros/Other countries	7 674	13 662	15 254
Não especificado/Unspecified	11 075	31 643	31 173

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Gráfico 16.1 - Evolução da entrada de turistas no Brasil - 1989-1999

Graph 16.1 - Tourists admitted to Brazil - 1989-1999

Milhares/
Thousands

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR-, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

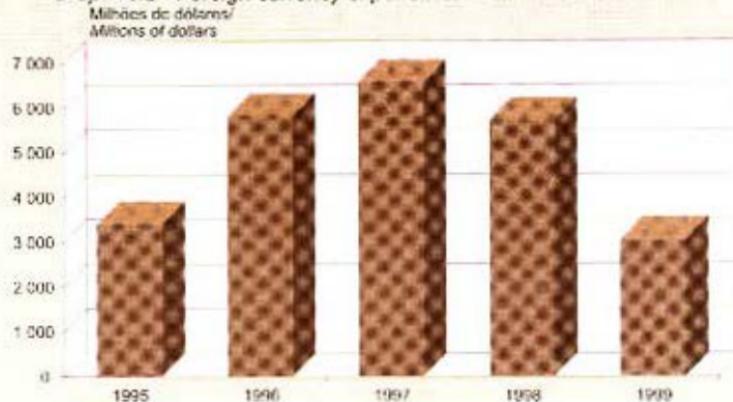
Tabela 16.2 - Entrada de turistas no Brasil, por Unidades da Federação de acesso - 1997-1999

Table 16.2 - Tourists admitted to Brazil, by Federative Unit of access - 1997-1999

Unidades da Federação de acesso/ Federative Unit of access	1997	1998	1999
Amazonas	18 432	75 901	57 861
Pará	9 966	22 793	24 759
Pernambuco	40 996	48 400	55 517
Bahia	55 340	62 539	73 444
Rio de Janeiro	567 188	734 026	806 963
São Paulo	1 007 456	1 251 176	1 369 484
Paraná	225 187	544 198	712 610
Rio Grande do Sul	516 635	952 336	1 082 162
Mato Grosso do Sul	41 485	166 680	182 336
Santa Catarina	-	170 535	209 052
Distrito Federal/Federal District	5 966	5 501	-
Outros/Other	371 109	764 009	532 781

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

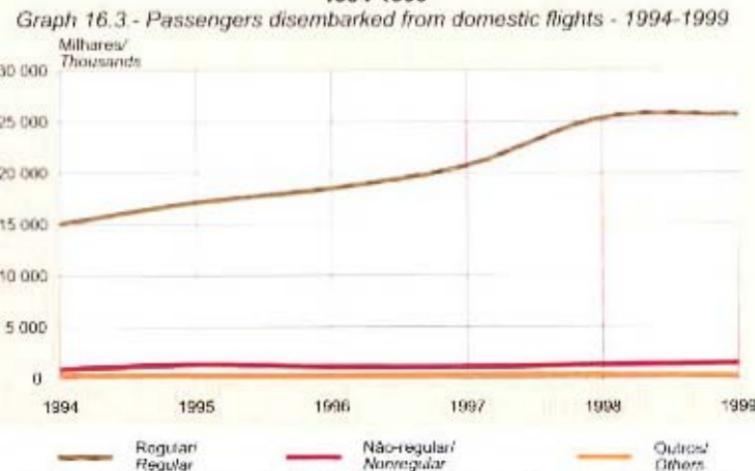
Gráfico 16.2 - Despesa cambial com turismo - 1995-1999
 Graph 16.2 - Foreign currency expenditure on tourism - 1995-1999



Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Notas: 1. Dados estimados através de pesquisas. 2. Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil./Notes: 1. Data estimated from surveys. 2. Data from the Central Bank of Brazil.

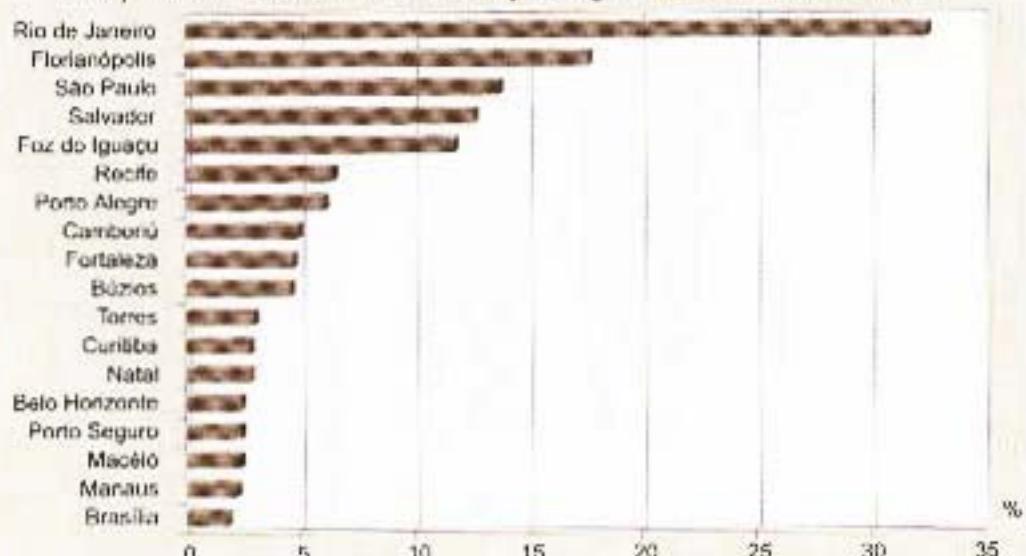
**Gráfico 16.3 - Desembarque de passageiros de vôos domésticos
1994-1999**



Fonte/Source: Ministério da Defesa, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAER

**Gráfico 16.4 - Cidades mais visitadas do Brasil, por turistas estrangeiros
1999**

Graph 16.4 - Cities most visited by foreign tourists in Brazil - 1999



Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR-Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Tabela 16.3 - Agências de viagens e turismo - 1999

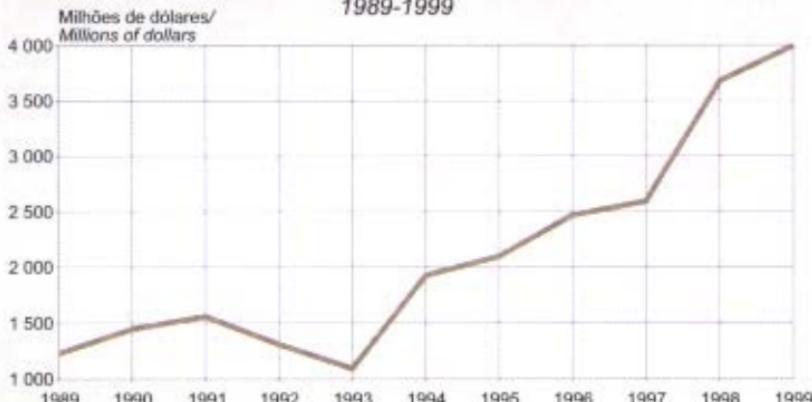
Table 16.3 - Travel and tourism agencies - 1999

Unidades da Federação/ Federative Units	Agências/ Agencies	Unidades da Federação/ Federative Units	Agências/ Agencies
Brasil/Brazil	6 146	Alagoas	69
Rondônia	20	Sergipe	43
Acre	14	Bahia	198
Amazonas	66	Minas Gerais	492
Roraima	8	Espírito Santo	103
Pará	101	Rio de Janeiro	876
Amapá	8	São Paulo	1 914
Tocantins	8	Paraná	465
Maranhão	39	Santa Catarina	329
Piauí	30	Rio Grande do Sul	490
Ceará	118	Mato Grosso do Sul	64
Rio Grande do Norte	59	Mato Grosso	53
Paraíba	42	Goiás	131
Pernambuco	187	Distrito Federal/Federal District	199

Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

**Gráfico 16.5 - Receita da balança de pagamentos da conta turismo
1989-1999**

*Graph 16.5 - Receipt of the balance of payments of the tourism account
1989-1999*

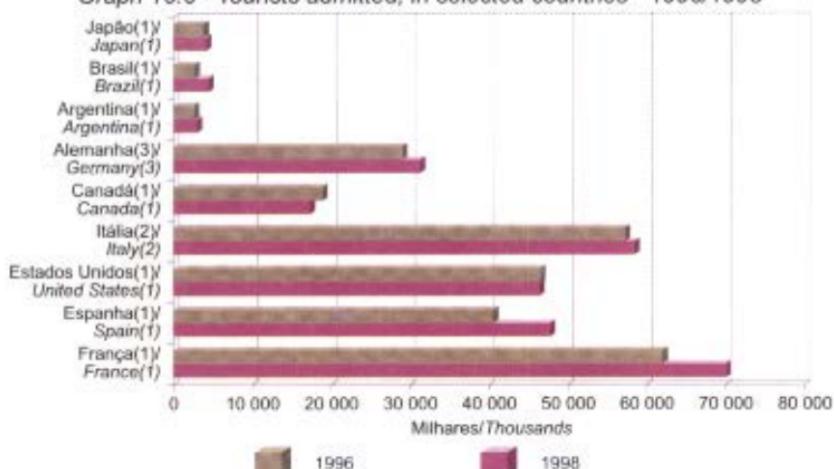


Fonte/Source: Ministério do Esporte e Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR-, Departamento de Estudos e Pesquisas Mercadológicas.

Notas: 1. Dados estimados através de pesquisas. 2. Dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil/
Notes: 1. Data estimated from surveys. 2. Data from the Central Bank of Brazil.

Gráfico 16.6 - Entrada de turistas, nos países selecionados - 1996/1998

Graph 16.6 - Tourists admitted, in selected countries - 1996/1998



Fonte/Source: Organização Mundial do Turismo - OMT-, Banco de Dados.

(1) Chegada de turistas nas fronteiras. (2) Chegada de visitantes nas fronteiras. (3) Turistas hospedados em hotéis./ (1) Tourists' arrival on the frontiers. (2) Visitors' arrival on the frontiers. (3) Tourists lodged at hotels.

Comunicações



A Queda dos Olhos, 1968
Alex Flemming

Communications

Comunicações

Em 1999, o desempenho do setor de telecomunicações já sofreu influência da implantação de um novo modelo institucional. No âmbito do acesso local à telefonia fixa existem três macrorregiões operacionais (Norte-Leste, Centro-Sul e São Paulo) e, para a telefonia celular, dez regiões de atuação (Região Metropolitana de São Paulo; interior de SP; RJ e ES; MG, PR e SC; RS; MS, GO, TO, MT, RO e AC; AM, PA, MA, RR e AP; BA e SE; e AL, PE, PB, RN, CE e PI).

O novo modelo inclui operadoras sob controle do capital privado, concorrências sob regras predefinidas, requisitos de quantidade e qualidade institucionalmente determinados e, ainda, monitoramento e fiscalização realizados pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.

As mudanças, não apenas institucionais mas sobretudo de ordem tecnológica, são um fenômeno mundial que reflete o uso cada vez mais intenso das telecomunicações e das tecnologias de informação, tanto na produção como na circulação e consumo de bens e serviços. Nesse sentido tornou-se imperativo proporcionar o acesso amplo e irrestrito da população às telecomunicações, para que os benefícios das transformações não se limitem às classes de alta renda.

Em 1999, como mostra a Tabela 17.3, os acessos a serviços de telefonia fixa e celular chegaram a 38,9 milhões, sendo 26 milhões (66,9%) na modalidade fixa individual, 861 mil (2,2%) por meio de telefones de uso público e os restantes 12 milhões (30,9%) na modalidade de telefonia móvel celular. Deve ser ressaltado que a telefonia celular, como se depreende do Gráfico 17.1, vem crescendo a taxas mais elevadas do que as da telefonia fixa individual, de modo que sua participação no total vem aumentando no período recente (em 1998 era de 28%). A maior taxa de crescimento da telefonia celular sustenta a previsão feita pela Anatel, em meados de 2000, apontando para uma igual participação relativa (50%) das telefonias fixa e celular no ano de 2005.

A densidade de telefones convencionais do Brasil, em 1997, medida pelo número de linhas convencionais por 100 habitantes, atingiu um índice de dez telefones por 100 habitantes, número relativamente

baixo quando comparado com os dos países desenvolvidos e mesmo com os dos países latino-americanos de menor porte, como o Chile e o Uruguai (Gráfico 17.2). Entretanto, o forte crescimento recentemente observado no estoque de telefones convencionais aponta para uma rápida elevação do índice de densidade telefônica convencional para um patamar semelhante aos desses dois últimos países.

Os Correios, por sua vez, também estão incorporando um intenso processo de modernização operacional, comercial e administrativa, para que seus serviços sejam oferecidos de modo competitivo e universalizante. Enfrentando a concorrência de organizações privadas, bem como a substituição parcial do tráfego real pelo eletrônico, a ECT, em sintonia com as organizações congêneres dos países desenvolvidos, vem pondo em prática um amplo programa de racionalização e ampliação, envolvendo extensivas modalidades de franchising, parcerias e terceirizações.

Os resultados desse intenso processo de mudança refletem-se no forte crescimento do transporte de superfície, que saltou de 508 221 toneladas, em 1998, para 611 505 toneladas, em 1999, e ainda no crescimento do transporte aéreo, que subiu de 121 003 para 124 847 toneladas entre 1998 e 1999 (Tabela 17.1). O número de unidades de atendimento, que em 1998 havia diminuído em relação a 1997, em decorrência do esforço de racionalização e modernização, voltou a apresentar sensível elevação, de 23 394, em 1998, para 27 272 unidades de atendimento, em 1999. Resta ainda destacar que, em 1999, o número de empregados praticamente permaneceu o mesmo, atestando ganhos sensíveis de produtividade. As receitas dos Correios e Telegráficos, por sua vez, evoluíram de R\$ 3,3 bilhões (1998) para R\$ 3,5 bilhões (1999).

O desempenho operacional dos setores postal e de telecomunicações, evidenciado pelos números e cifras acima indicados, revela que, em 1999, o País deu um grande salto na ampliação e modernização de duas infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

Márcio Wohlers

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Communications

In 1999, the performance of the telecommunications sector was already under the influence of the implementation of a new institutional model. In the ambit of local access to fixed telephony there are three large operating regions (Northern-Eastern, Center-Southern and São Paulo). For the cellular phone system, there are 10 regions of action (metropolitan area of São Paulo; interior of São Paulo; Rio de Janeiro and Espírito Santo; Minas Gerais, Paraná and Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia and Acre; Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima and Amapá; Bahia and Sergipe; and Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará and Piauí).

The new model includes operators controlled by private capital, public auctions under predefined rules, institutionally-established quality and quantity requirements and also monitoring and controlling by Anatel-National Telecommunications Agency.

The changes, not only institutional but mostly technological, are a world phenomenon that reflects the increasingly intensive use of telecommunication and information technologies, both to produce and circulate and consume goods and services. This way it has become imperative to provide the population with extensive and unrestricted access to telecommunications, so that the benefits of present changes are not limited to high-income classes.

In 1999, as shown in table 17.3, access to fixed and cellular telephone lines amounted to 38.9 millions, 26 millions (66.9%) being of the individual fixed type, 861 thousand (2.2%) through public phones and the remaining 12 millions (30.9%) being of cellular phones. It must be stressed that the cellular telephony, as may be seen in graph 17.1, has been growing at higher rates than the individual fixed telephony, and thus its participation in the total has been increasing in recent years (in 1998 it was 28%). The highest growth rate of the cellular telephony confirms the forecast made by Anatel in mid-2000, indicating a similar relative participation (50%) of the fixed telephony and the cellular telephony in the year 2005.

The density of conventional phones in Brazil, in 1997, measured by the number of conventional lines per 100 inhabitants, reached a rate of 10 phones per 100 inhabitants, a relatively low figure when compared to those of developed countries and even Latin American countries such as Chile and Uruguay (graph 17.2). However, the strong growth recently observed in the inventories of conventional telephones indicates a swift expansion in the index of conventional telephone density to a level similar to that of the last two countries.

The Postal Service is incorporating also an intense process of operational, commercial and administrative modernization, to offer its services in a competitive and universal way. Facing the competition of private organizations, as well as the partial replacement of the actual traffic by the electronic one, the ECT, similarly to the organizations of its kind in developed countries, has been implementing an comprehensive program of rationalization and expansion involving extensive kinds of franchising, partnerships and outsourcing.

The results of this intense process of change are reflected on the strong growth of surface mail, which jumped from 508,221 tons in 1998 to 611,505 tons in 1999. Air mail increased also, from 121,003 to 124,847 tons between 1998 and 1999 (table 17.1). The number of post offices, which in 1998 had decreased by comparison with 1997, due to the modernization and rationalization effort, presented a significant increase, from 23,394 in 1998 to 27,272 post offices in 1999. We must emphasize also that in 1999 the number of employees continued virtually the same, evincing sensible productivity gains. The revenues of Postal and Telegraph Services, increased from R\$ 3.3 billion (1998) to R\$ 3.5 billion (1999).

The operational performance of the postal and telecommunications sectors, evinced by the figures and amounts mentioned above, reveals that in 1999 the country gave a large leap regarding the expansion and modernization of two infrastructures fundamental to its economic and social development.

Márcio Wohlers

Professor, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Tabela 17.1 - Organização dos Correios e Telégrafos - 1997-1999
Table 17.1 - Organization of Postal and Telegraph Services - 1997-1999

Especificação/ Item	1997	1998	1999
Unidades de atendimento/ <i>Post offices</i>	26 083	23 394	27 272
Caixas de coleta/ <i>Mail collection boxes</i>	24 650	25 138	25 320
Unidades operacionais/ <i>Mail handling units</i>	711	752	782
Pessoal/ <i>Employees</i>	77 577	82 464	82 253
Receita total (1 000 R\$)/ <i>Total revenue (1,000 R\$)</i>	2 924 257	3 344 500	3 485 469
Transporte de superfície (carga transportada)/ <i>Surface mail (volume carried)</i>	497 198	508 221	611 505
Transporte aéreo (carga transportada)/ <i>Air mail (volume carried)</i>	117 186	121 003	124 847

Fonte/Source: Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Tabela 17.2 - Tráfego postal - 1997-1999
Table 17.2 - Postal traffic - 1997-1999

Especificação/ Item	1997	1998	1999
Total/ <i>Total</i>	6 046 919	6 825 310	7 399 310
Serviço Postal Convencional/ <i>Conventional Postal Service</i>	5 519 038	6 150 302	6 534 940
Serviço Especial de Entrega de Documentos - SEED/ <i>Special Document Delivery Service - SEED</i>	395 841	529 716	675 610
Outros/ <i>Other services</i>	132 040	145 292	188 760

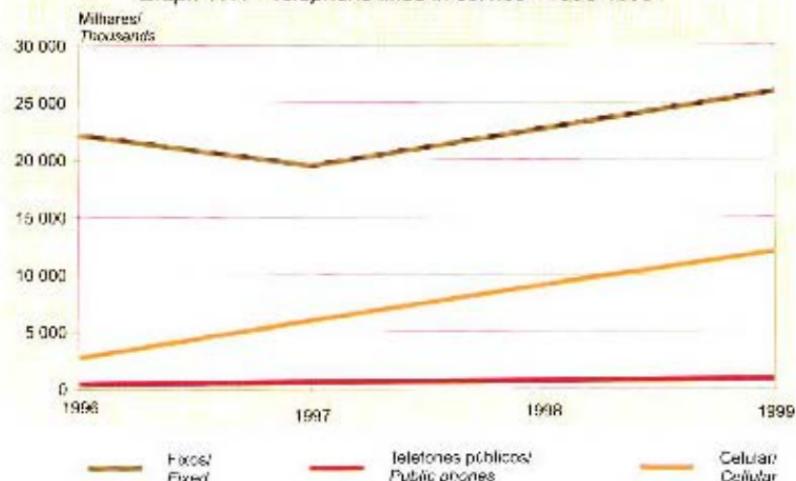
Fonte/Source: Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

Tabela 17.3 - Terminais telefônicos em serviço - 1999
Table 17.3 - Telephone lines in service - 1999

Unidades da Federação/ Federative Units	Total/ Total	Fixo/ Fixed	Telefones de uso público/ Public phones	Celular/ Cellular
Em 1 000 unidades/ In 1,000 units				
Brasil/ Brazil	38 861,0	26 000,1	861,0	11 999,9
Rondônia	274,0	143,3	5,4	125,3
Acre	103,1	69,0	1,5	32,6
Amazonas	482,3	275,9	1,0	205,4
Roraima	70,8	50,0	2,0	18,8
Pará	834,9	445,7	22,2	367,0
Amapá	90,3	63,7	2,8	23,8
Tocantins	121,7	79,6	3,3	38,8
Maranhão	502,2	350,2	13,0	139,0
Piauí	283,4	222,9	9,1	51,4
Ceará	915,5	630,0	35,0	250,5
Rio Grande do Norte	339,2	222,9	9,8	106,5
Paraíba	433,7	318,4	12,6	102,7
Pernambuco	955,0	580,0	35,0	340,0
Alagoas	298,6	191,0	8,6	99,0
Sergipe	237,2	148,6	7,2	81,4
Bahia	1 770,5	1 140,0	55,5	575,0
Minas Gerais	3 965,2	2 844,2	71,0	1 050,0
Espírito Santo	758,7	467,0	14,9	276,8
Rio de Janeiro	4 420,1	3 024,6	95,5	1 300,0
São Paulo	13 122,5	8 596,3	259,5	4 266,7
Paraná	2 242,0	1 600,0	62,0	580,0
Santa Catarina	1 403,4	860,0	28,5	514,9
Rio Grande do Sul	2 125,4	1 550,0	43,0	532,4
Mato Grosso do Sul	465,1	320,0	8,6	136,5
Mato Grosso	508,9	339,6	11,5	157,8
Goiás	943,8	650,0	27,0	266,8
Distrito Federal/ Federal District	1 193,5	817,2	15,5	360,8

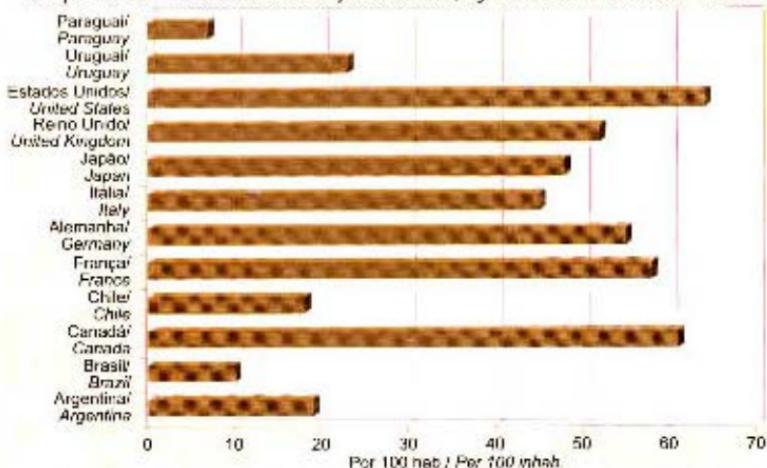
Fonte/Source: Agência Nacional de Telecomunicações. Telemapa Brasil. Disponível em/ Available from: <<http://www.anatel.gov.br/telemapa/default.htm>>. Acesso em: jun. 2000/ Cited June 2000.

Gráfico 17.1 - Evolução dos terminais telefônicos - 1996-1999
 Graph 17.1 - Telephone lines in service - 1996-1999



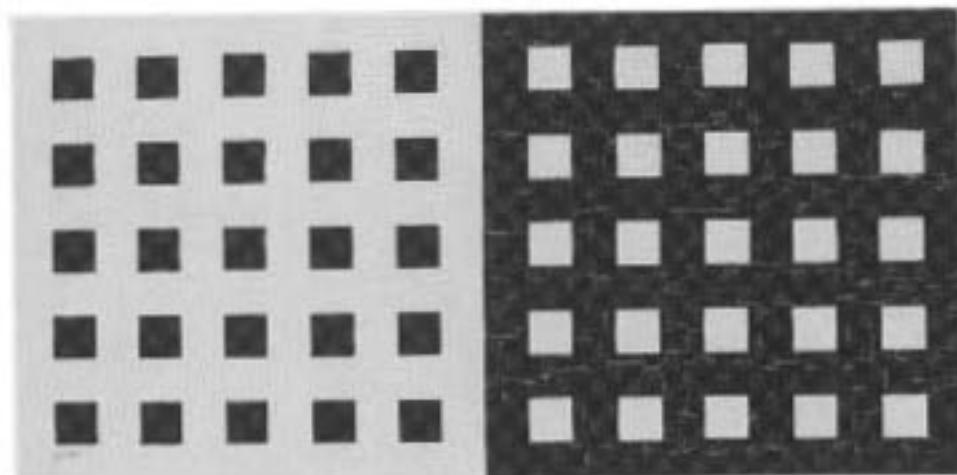
Fonte/Source: Agência Nacional de Telecomunicações. Telemapa Brasil. Disponível em: Available from: <<http://www.anatel.gov.br/telemapa/default.htm>>. Acesso em: jun. 2000/ cited June 2000.

Gráfico 17.2 - Telefones convencionais, por países selecionados - 1997
 Graph 17.2 - Conventional telephone lines, by selected countries - 1997



Fonte/Source: Statistical Abstract of the United States 1999. U.S. Department of Commerce. Washington, D.C., p. 846, 1999.

Finances



Correction 5732, 1957
Luiz Sacilotto

Finances

O ano de 1999 foi um dos mais conturbados e surpreendentes desde o lançamento do Real em 1994. Após meses de perdas de reservas internacionais, que se iniciaram com a crise Russa em meados de 1998, em janeiro de 1999, o governo se vê obrigado a ceder às pressões do mercado e permite a livre oscilação do Real em face do dólar. A primeira consequência desta mudança abrupta e traumática do regime cambial – de mini-flutuações controladas, para um regime de câmbio flutuante – foi uma desvalorização acelerada do câmbio. A economia passa, então, por um período de grandes incertezas, especialmente devido à possibilidade de que esta desvalorização trouxesse de volta a alta inflação.

Esta situação de maior incerteza somente irá se reverter com o empréstimo-ponte concedido pelo Fundo Monetário Internacional em fevereiro, e, especialmente, com a autorização, por parte deste último, de que o Banco Central utilizasse parte deste empréstimo para intervir no mercado de câmbio. Ao declarar sua intenção de intervir no mercado cambial, o Banco Central pode reverter o quadro de desvalorização acelerada do câmbio e, também, mudar radicalmente as expectativas de retomada do processo inflacionário.

A reversão da desvalorização cambial possibilitou ao BACEN lançar-se em uma política de redução também acelerada das taxas de juros, tanto a básica (SELIC) que chegou a alcançar o valor de 45% no primeiro trimestre de 1999 (Gráfico 18.1), quanto as taxas de empréstimos, as mais elevadas do mundo. A taxa SELIC cai rapidamente até setembro de 1999, porém, devido ao aumento do preço internacional do petróleo e dos preços de alguns serviços públicos, o Banco Central passa no último trimestre a adotar uma política mais conservadora, mantendo a taxa em 19,5% no último trimestre do ano (e começo de 2000). A partir de outubro de 1999, entretanto, o BACEN adota uma série de medidas voltadas para a redução do spread dos bancos (diferença entre taxas de empréstimo e de captação), o que de fato promove a redução dos juros na ponta dos empréstimos (Tabela 18.1).

A combinação desta reversão do quadro cambial, muito auxiliado pela melhora das condições de financiamento de balanço de pagamento, e as taxas de juros declinantes geraram efeitos positivos sobre diversos aspectos (interrelacionados) da macroeconomia brasileira: (i) o nível de produto e emprego; (ii) sobre as contas do setor público, (iii) sobre o desempenho do sistema financeiro.

Do ponto de vista da produção e do emprego, apesar das expectativas iniciais bastante negativas – inclusive por parte do governo e do FMI-, o crescimento do PIB chegou a ser levemente positivo, com recuperação especialmente da indústria. Evidentemente, isto proporciona um alívio em relação à tendência do desemprego no País.

A recuperação da produção e, em menor medida, do emprego doméstico geram, por um lado, uma maior base de arrecadação tributária, o que associado com uma série de medidas voltadas a reduzir a evasão gerou um bom desempenho das contas do governo a partir de meados de 1999 (Tabela 18.2), cujas receitas aumentam em cerca de 14% entre 1998 e 1999.

Por outro lado, com o (pequeno) crescimento econômico, taxas de desemprego estabilizadas e taxas de juros em queda, a taxa de inadimplência dos empréstimos se reduz, e o volume de empréstimos para o setor privado começa a se recuperar de forma sustentada a partir de abril, para pessoas físicas, e a partir de agosto para empresas (Tabela 18.3). Esta recuperação irá, por sua vez, reverter o quadro de retração do consumo dos primeiros meses de 1999, contribuindo ainda mais para a pequena recuperação da economia. Inicia-se, assim, a partir de fins de 1999 um círculo virtuoso (ainda que modesto) de crescimento, melhora no lado fiscal e expansão da atividade de financiamento. Vemos assim que, apesar da turbulência que foi a mudança de regimes cambiais, ao final de 1999 apontava-se para uma quadro de significativa melhoria tanto das finanças públicas quanto das finanças privadas. Realmente esta expectativa viria a se confirmar em 2000.

Rogério Stuart

Professor do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Finances

The year 1999 was one of the most troubled and surprising since the launching of the R\$ in 1994. After months losing international reserves, starting with the Russian crisis in mid-1998, in January 1999 the government felt compelled to yield to market pressure and allow the free oscillation of the R\$ against the US\$. The first consequence of that abrupt and traumatic modification in the exchange regime - from small controlled fluctuations to a floating exchange rate - was accelerated exchange devaluation. The economy experienced then a period of great uncertainty, especially considering the possibility that such devaluation would bring back high inflation.

That situation of greater uncertainty would be reversed only after the bridging loan granted by the International Monetary Fund in February and, especially, with the latter authorization to the Central Bank to use part of that loan to intervene in the exchange market. By declaring as its intention to intervene in the exchange market, the Central Bank reversed the scenario of accelerated exchange devaluation - and also altered radically the expectations regarding the recurrence of the inflationary process.

The reversal of the exchange devaluation made possible to the Central Bank to launch a policy of equally accelerated reduction of interest rates, both the basic rate (SELIC), which had gone up to 45% in the first quarter of 1999 (graph 18.1), and loan interest rates, the highest in the world. The SELIC rate fell quickly until September 1999, but due to raises in international oil prices and public utility prices, the Central Bank adopted in the last quarter a more conservative policy, keeping the rate at 19.5% in the last quarter of 1999 and the first of 2000. After October 1999, however, the Central Bank adopted a series of measures to reduce banking spread (difference between loan and inflow rates), and that actually promoted reduction of interest rates for loans (table 18.1).

The combination of reversal in the exchange situation, aided by improvement in conditions regarding the balance of payments, and declining interest rates generated positive effects regarding

diverse (interrelated) Brazilian macroeconomic aspects: (i) production and employment level; (ii) public sector accounts, (iii) financial system performance.

From the viewpoint of production and employment, despite initial expectations being quite pessimistic - even on the part of the government and the IMF -, the GDP had a slight increase and there was some recovery, especially of industry. Obviously this provided some relief regarding the unemployment trend in the country.

Recovery of production and a smaller measure of domestic employment generated, on one hand, a larger base for tax revenue - associated to a series of measures to reduce tax evasion - and that created a good performance of government accounts after mid-1999 (table 18.2), with revenue increasing about 14% between 1998 and 1999.

On the other hand, the (small) economic growth, stable unemployment rates and falling interest rates had as a consequence the reduction of defaulting loans and the sustained recovery in the volume of loans to the private sector after April, to individuals, and after August to companies (table 18.3). This recovery changed the scenario of declining consumption, observed in the first months of 1999, contributing even more to the slight recovery of the economy. At the end of 1999, a positive (although modest) cycle of growth began, with improvement on the fiscal side and expansion of financing activity. At the end of 1999, despite the turbulence due to the modification in the exchange regime, we had an indication of future and significant improvement both in public and private finances. That expectation would be confirmed in 2000.

Rogério Stuart

Professor, Instituto de Economia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ

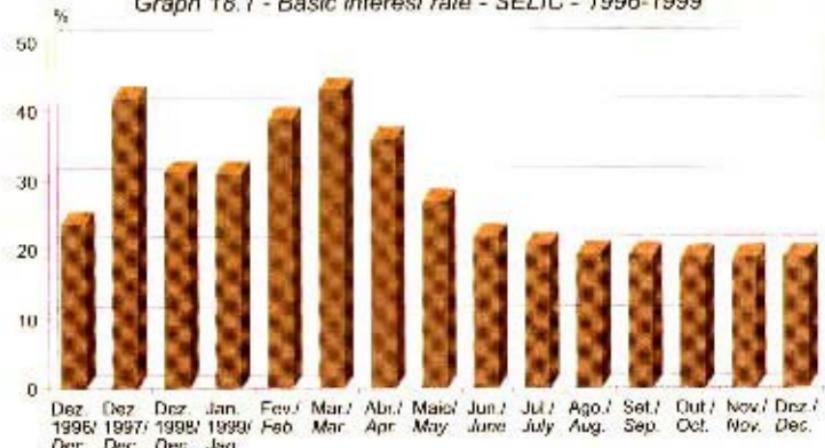
Tabela 18.1 - Evolução das taxas de juros e do spread bancário - Out. 1999/Dez. 1999
Table 18.1 - Evolution of interest rates and banking spread - Oct. 1999/Dec. 1999

Descrição/Item	Out. 1999/ Oct. 1999	Dez. 1999/ Dec. 1999
Taxa de juros - geral/ Interest rate - overall	70,6	62,3
Pessoa física - geral/ Individuals - overall	103,0	89,1
Cheque especial/ Special checks	162,3	138,8
Crédito pessoal/ Personal credit	94,0	86,6
Pessoa jurídica/ Legal Entities	54,8	49,2
Taxa de captação - CIBI/ Inflow rate - BDC	17,9	18,1
Spread - geral/ Spread - overall	52,7	44,1
Pessoa física - geral/ Individuals - overall	85,0	71,3
Cheque especial/ Special checks	144,4	120,7
Crédito pessoal/ Personal credit	76,1	68,5
Pessoa jurídica/ Legal Entities	36,9	31,1

Fonte/Source: Banco Central do Brasil, Departamento de Estudos e Pesquisas.

Nota: Percentual ao ano padronizado, com taxas ajustadas considerando-se um ano composto por 252 dias (não
 Note: Percentage per annum standardized, with rates adjusted considering one year with 252 business days.

Gráfico 18.1 - Taxa de juros básica - SELIC - 1996-1999
Graph 18.1 - Basic interest rate - SELIC - 1996-1999



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, ago. 2000. Disponível em: /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2000 / cited Aug. 2000

Tabela 18.2 - Execução financeira do Tesouro Nacional - 1997 -1999
 Table 18.2 - National Treasury performance - 1997-1999

Especificação/ Item	Fluxos (1 000 000 R\$) Flows (1,000,000 R\$)		
	1997	1998	1999
Receita/ <i>Revenues</i>	116 034	139 086	158 781
Despesa/ <i>Expenditures</i>	121 680	148 333	163 709
Resultado de caixa/ <i>Cash balance</i>	(-) 5 646	(-) 9 247	(-) 4 928
Operações com títulos públicos federais/ <i>Federal security operations</i>	29 209	31 240	39 794
Remuneração de disponibilidade no Banco Central/ <i>Remuneration of available funds in the Central Bank</i>	3 843	9 821	17 388
Encargos da dívida mobiliária da carteira do Banco Central/ <i>Federal security charges - Central Bank portfolio</i>	(-) 3 146	(-) 4 269	(-) 9 326
Renegociação da dívida externa e aquisição de garantias/ <i>Negotiation of foreign debt and acquirement of warranties</i>	(-) 161	(-) 578	(-) 798
Amortização da dívida contratada interna e externa/ <i>Domestic and external contracted debt amortization</i>	(-) 9 947	(-) 8 260	(-) 12 665
Disponibilidade de recursos/ <i>Resources available</i>	14 152	18 707	29 465

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, maio 2000. Disponível em /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: jun. 2000 /cited June 2000 .

Nota: Regime de caixa. /Note: Cash basis.

Tabela 18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - 1999

Table 18.3 - Financial system loans - 1999

(continua/continues)

Mês/ Month	Total (1)/ Total (1)/	Saldos (1 000 000 R\$)/ Balances (1,000,000 R\$)			
		Governo/ Government	Atividades empresariais/ Business activities		
			Total/ Total	Indústria/ Industry	Comércio/ Commerce
Janeiro/January	686 439	23 333	663 106	221 001	44 546
Fevereiro/February	418 778	23 332	395 446	124 795	39 817
Março/March	420 412	23 431	396 981	122 564	40 319
Abril/April	423 434	23 429	400 005	121 802	40 858
Maio/May	401 348	23 535	377 813	121 621	41 568
Junho/June	411 184	26 148	385 036	124 004	42 431
Julho/July	405 723	26 127	379 596	118 409	42 336
Agosto/August	413 985	23 923	390 062	122 050	44 134
Setembro/September	424 404	24 016	400 388	125 932	45 717
Outubro/October	437 076	24 012	413 064	129 807	47 485
Novembro/November	448 836	24 039	424 797	133 697	49 494
Dezembro/December	439 322	16 589	422 733	133 200	49 323

Tabela 18.3 - Empréstimos do sistema financeiro - 1999

Table 18.3 - Financial system loans - 1999

(conclusão/concluded)

Mês/ Month	Saldos (1 000 000 R\$)/ Balances (1,000,000 R\$)			
	Habitação/ Housing	Outros serviços/ Other services	Rural/ Rural	Pessoas físicas/ Individuals
Janeiro/January	71 783	233 473	35 454	56 849
Fevereiro/February	71 728	53 863	35 864	69 359
Março/March	72 654	72 095	35 907	53 442
Abri/April	72 933	73 117	36 420	54 875
Maio/May	71 395	50 517	36 218	56 494
Junho/June	71 027	52 550	35 273	59 751
Julho/July	70 847	50 883	35 562	61 559
Agosto/August	70 420	52 631	36 142	64 685
Setembro/September	70 216	53 862	37 305	67 356
Outubro/October	70 477	55 690	38 873	70 732
Novembro/November	70 463	57 707	40 307	73 129
Dezembro/December	69 111	56 616	40 183	74 300

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/ cited May 2000.

Nota: Dados preliminares./ Note: Preliminary data.

(1) Inclui operações do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). / (1) Includes FGTS (Government Severance Indemnification Fund for Employees) operations.

Tabela 18.4 - Saldos dos meios de pagamento - 1999

Table 18.4 - Money supply balances - 1999

(continua/continues)

Mês/ Month	M ₁	FAF,FIF-CP e FRP-CP/ Financial	Títulos em poder público (1)/ Securities outside banks (1)	
		investment funds and short-term fixed-income funds	Federais/ Federal	Estaduais e Municipais/ State and Municipal
1 000 000 R\$/ 1,000,000 R\$				
Janeiro/January	49 957	7 462	194 729	9 428
Fevereiro/February	47 817	7 326	199 071	8 995
Março/March	45 497	6 915	203 923	9 240
Abri/April	44 076	6 537	208 710	9 486
Maio/May	44 052	6 539	214 366	9 634
Junho/June	45 940	5 943	225 047	10 124
Julho/July	48 012	6 117	229 905	10 999
Agosto/August	47 509	115 670	137 142	10 720
Setembro/September	46 989	124 533	134 029	11 107
Outubro/October	48 785	130 801	135 481	11 311
Novembro/November	51 780	137 803	136 379	11 300
Dezembro/December	62 226	143 146	129 875	12 587

Tabela 18.4 - Saldos dos meios de pagamento - 1999

Table 18.4 - Money supply balances - 1999

(conclusão/concluded)

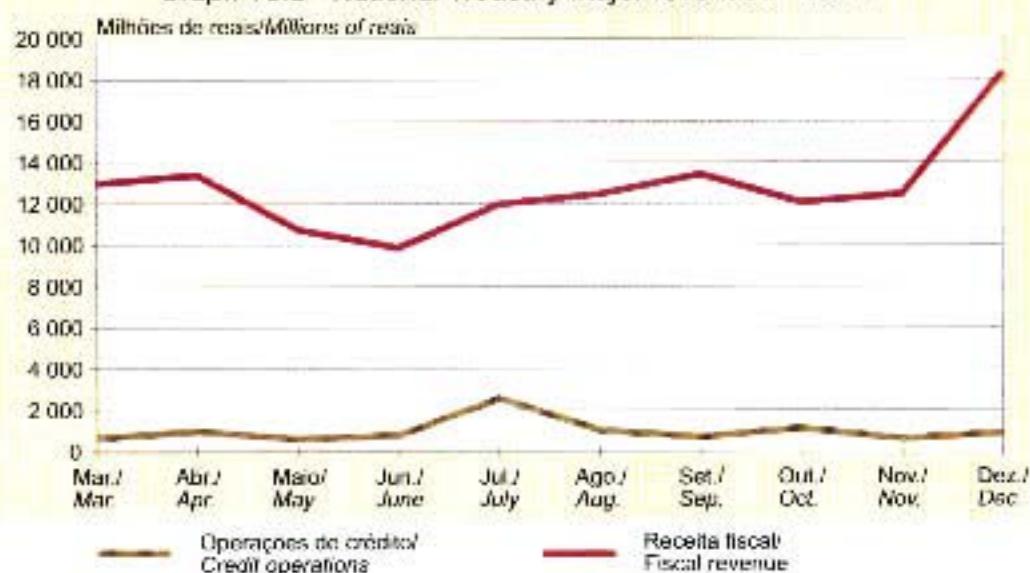
Mês/Month	M ₂	Depósitos de poupança/ <i>Savings deposits</i>	M ₃	Títulos privados (2)/ <i>Private securities (2)</i>	M ₄
1 000 000 R\$/ 1,000,000 R\$					
Janeiro/January	261 576	108 278	369 854	93 633	463 487
Fevereiro/February	263 210	110 306	373 516	98 603	472 119
Março/March	265 575	111 104	376 679	100 808	477 487
Abril/April	268 809	111 487	380 296	98 856	479 125
Maio/May	274 591	112 438	387 030	98 687	485 717
Junho/June	287 053	111 974	399 027	99 878	498 905
Julho/July	295 032	111 591	406 623	97 336	503 959
Agosto/August	311 041	110 997	422 037	91 540	513 577
Setembro/September	316 657	110 280	426 937	91 984	518 921
Outubro/October	326 378	109 854	436 232	93 123	529 355
Novembro/November	337 262	110 082	447 344	93 314	540 658
Dezembro/December	347 833	110 732	458 565	91 639	550 204

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio 2000 /cited May 2000.

(1) Exclui títulos em carteira do Banco Central do Brasil, dos FAF, dos FRF-CP, dos FIF-CP e de Instituições Financeiras. (2) Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio e letras hipotecárias, exceto aqueles em poder dos fundos de aplicação financeira, dos fundos de investimentos financeiros de curto prazo, dos fundos de renda fixa de curto prazo e em carteira das Instituições Financeiras. /1) Excludes securities in portfolios of the Central Bank of Brazil, financial investment funds, short-term fixed-income funds, short-term financial investment funds and Financial Institutions. (2) Includes time deposits, exchange bills and mortgage bonds, excepting those held by financial investment funds, short-term fixed-income funds, short-term financial investment funds and those in Financial Institutions portfolios.

Gráfico 18.2 - Principais receitas do Tesouro Nacional - 1999

Graph 18.2 - National Treasury major revenues - 1999

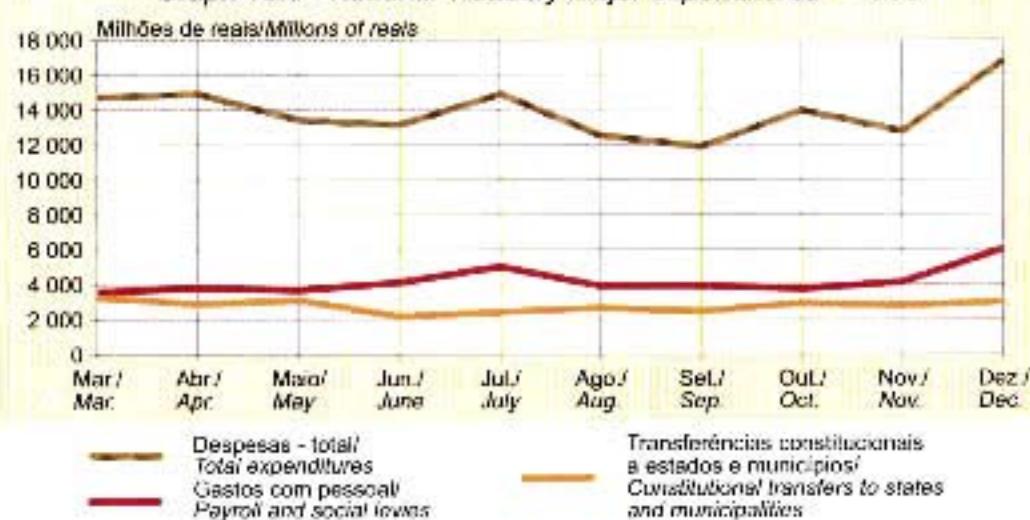


Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, maio 2000. Disponível em: /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: jun. 2000 /Aited June 2000.

Nota: Regime de caixa. /Note: Cash basis.

Gráfico 18.3 - Principais despesas do Tesouro Nacional - 1999

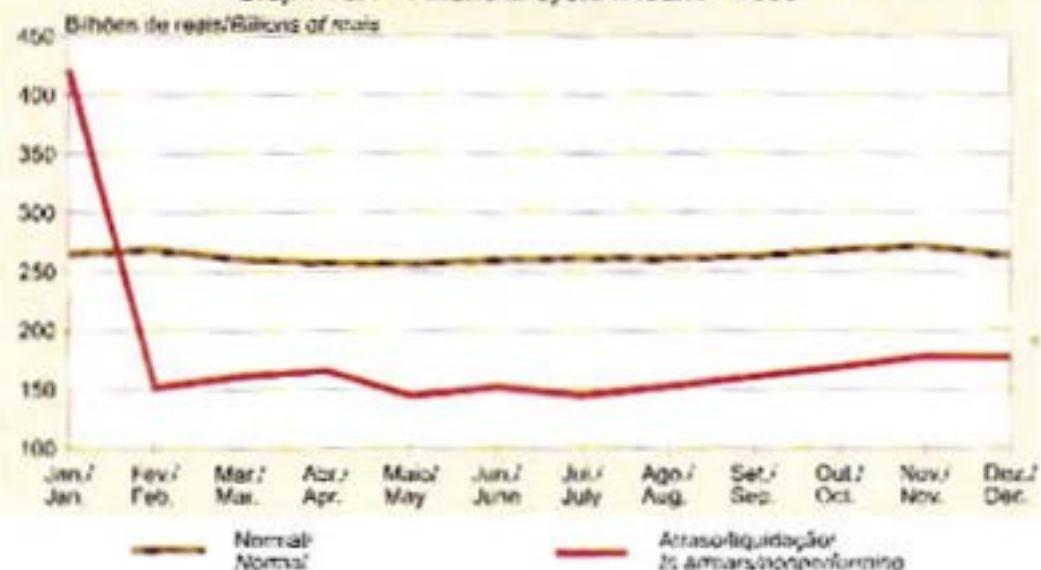
Graph 18.3 - National Treasury major expenditures - 1999



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, maio 2000. Disponível em: /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: jun. 2000 /Aited June 2000.

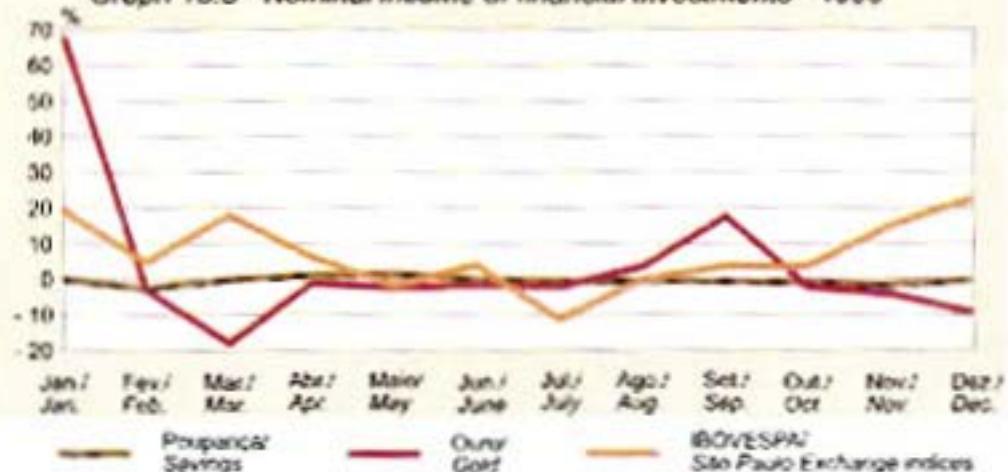
Nota: Regime de caixa. /Note: Cash basis.

Gráfico 18.4 - Empréstimos do sistema financeiro - 1999
 Graph 18.4 - Financial system loans - 1999



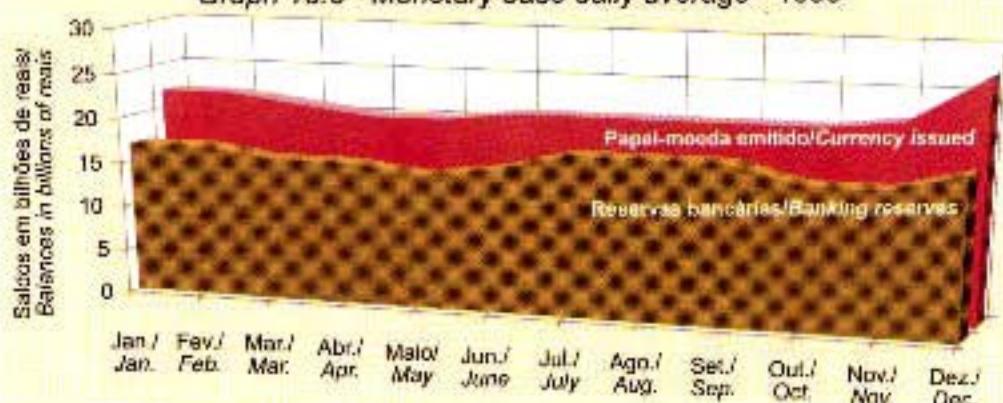
Fonte/SOURCE: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: jun. 2000/med. Jun. 2000

Gráfico 18.5 - Rendimentos nominais das aplicações financeiras - 1999
 Graph 18.5 - Nominal income of financial investments - 1999



Fonte/SOURCE: Retrospectiva [da] Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto 1999. Rio de Janeiro, 2000, p. 54.

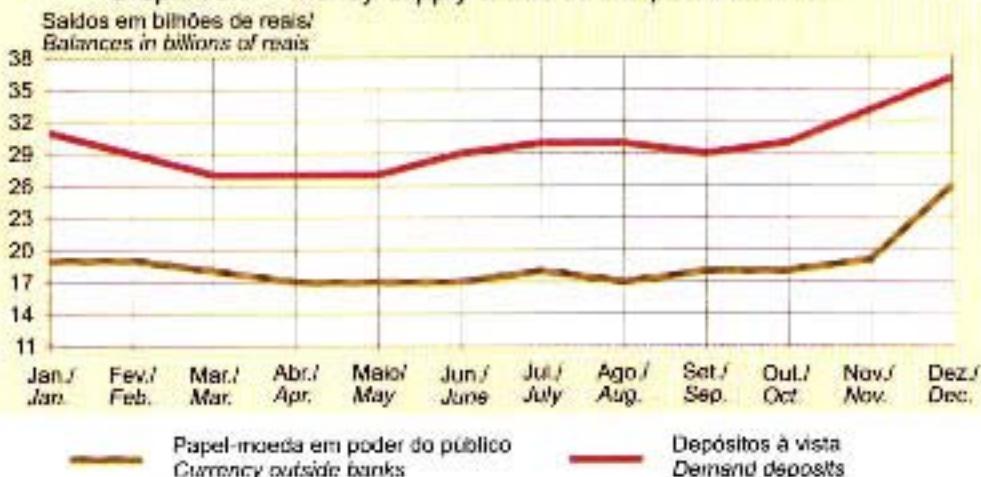
Gráfico 18.6 - Base monetária média diária - 1999
 Graph 18.6 - Monetary base daily average - 1999



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/visited May 2000.

Nota: Cálculo sobre os dias úteis do mês./Note: Calculated using the number of working days of the month.

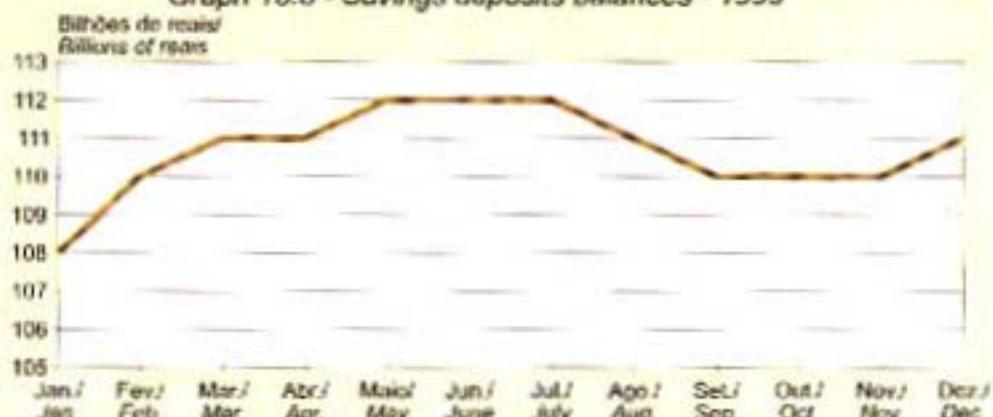
Gráfico 18.7 - Meios de pagamento no fim de período - 1999
 Graph 18.7 - Money supply at the end of period - 1999



Fonte/Sources: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio 2000/visited May 2000.

Gráfico 18.8 - Saldos em depósitos de poupança - 1999

Graph 18.8 - Savings deposits balances - 1999



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: jan. 2000/cited Jan. 2000

Comercio Exterior



A Negro, 1923
Tarsila do Amaral

Foreign Trade

Comércio Exterior

A mudança no regime cambial brasileiro, que ocorreu logo no início de 1999, foi o principal fato econômico do ano e seus desdobramentos condicionaram, em larga medida, os resultados das contas externas do País. A adoção de um regime de taxas flutuantes, em substituição ao sistema antes vigente de taxas de câmbio administradas, provocou fortes oscilações no valor do real em relação ao dólar americano. As incertezas do mercado com respeito aos fundamentos da economia, sobretudo a sua capacidade de realizar um forte e rápido ajuste fiscal, que sob o regime de taxas administradas refletiam-se em flutuações nas reservas internacionais, passaram a revelar-se através da volatilidade da taxa de câmbio. Nos primeiros meses do ano o real desvalorizou-se excessivamente, ultrapassando a cotação de R\$2,00 por dólar americano.

Este aumento no valor dólar colocava em risco a estabilidade dos preços e os benefícios econômicos e sociais dela advindos. Nesse contexto, o retorno da inflação seria acompanhado de profunda recessão.

Felizmente, a percepção sobre o desequilíbrio fiscal melhorou ao longo do ano, em função da aprovação de reformas, antes rejeitadas pelo congresso, e por diversas medidas para elevar as receitas do governo e controlar suas despesas. Dessa forma, e mantendo os juros domésticos em elevado patamar, a autoridade monetária recuperou o controle sobre a taxa de câmbio, que tendeu a se apreciar nominalmente com respeito ao dólar já no segundo trimestre do ano. Mais que isso, manteve-se a taxa de inflação em níveis relativamente baixos e, assim, sustentou-se uma significativa desvalorização real do câmbio.

Contudo, os efeitos de curto prazo da desvalorização foram bastante negativos para as exportações. Os preços em dólares dos produtos manufaturados tenderam a diminuir, como era de se esperar, em função da desvalorização do real, agravando a queda no preço médio de exportação, que já vinha ocorrendo

desde 1998, em consequência de uma demanda internacional fraca. Os efeitos recessivos sobre as economias do Mercosul, sobretudo da Argentina, devido à perda de competitividade de seus produtos em relação aos produtos brasileiros, fizeram contrair uma parte significativa da demanda pelas exportações brasileiras.

Como resultado da redução na demanda dos países da América do Sul, de incertezas quanto à taxa de câmbio e de dificuldades em algumas linhas de financiamento, a receita com exportações de bens do Brasil, que já havia sofrido uma queda em 1998 voltou a cair, em 1999, tanto para bens primários quanto para manufaturados.

No entanto, apesar da elevação nos preços do petróleo, uma significativa contração nas importações garantiu uma expressiva redução do déficit comercial, devido, sobretudo, à substituição de importações nos setores de bens de consumo. A queda nas despesas líquidas com serviços, excluindo-se o pagamento de juros, somou-se à redução no déficit comercial para diminuir o saldo negativo das transações correntes do balanço de pagamentos em mais de US\$9 bilhões, em 1999, em comparação com o ano anterior.

O déficit em conta corrente foi facilmente financiado por uma extraordinária entrada líquida de investimentos diretos que atingiu US\$30 bilhões, apesar de uma certa desaceleração no programa de privatizações.

A despeito dessa substancial entrada de investimentos diretos, o mercado de câmbio permaneceu sob pressão de demanda por divisas durante o segundo semestre do ano, devido à saída líquida de capitais de curto prazo e de amortizações de empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos. De fato, a taxa de câmbio voltou a se depreciar nominalmente até outubro de 1999 e a dívida externa brasileira total ao final do ano caiu relativamente ao ano anterior.

No último trimestre do ano, o FMI autorizou o Banco Central a intervir mais ativamente no mercado de câmbio, ao reduzir o nível mínimo de suas reservas internacionais. Com efeito, o real voltou a se apreciar nominalmente nesse período. O estoque de reservas no Banco Central diminuiu, em parte pela venda de divisas no mercado de câmbio, mas sobretudo, em função do pagamento em dezembro de parte da dívida com o próprio FMI e com o Clube de Paris.

O melhor desempenho exportador do Brasil a partir do terceiro trimestre do ano, medido principalmente pelo crescimento dos volumes exportados, e a recuperação das economias asiáticas emergentes e da economia latino-americana, também contribuíram para aliviar as pressões sobre as contas externas brasileiras.

Não obstante as turbulências provocadas pela mudança no regime cambial, a economia brasileira fechou o ano com razoável controle sobre as contas externas, inflação relativamente baixa e em queda, e sinais claros de retomada do crescimento econômico.

Jorge Chami Batista
Professor do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Foreign Trade

The modification in the Brazilian exchange regime, which took place at the very beginning of 1999, was the main economic fact of the year and its developments conditioned in large part the results of the country's foreign accounts. The adoption of a floating rates system, replacing the managed exchange rates system previously in vigor, provoked strong oscillations in the value of the real by comparison with the American dollar. The market's uncertainties with regard to the bases of the economy, particularly its ability to achieve a strong and swift fiscal adjustment, which, under the system of managed rates, were reflected by the floating in international reserves, started to reveal themselves through the volatility of the exchange rate. During the first months of the year the real was excessively devalued, surpassing the quotation of R\$2.00 per US\$1.00.

This increase in the value of the dollar put at risk price stability and the ensuing economic and social benefits. In that context the return to inflation would be followed by deep recession.

Happily, the perception of the fiscal disequilibrium improved in the course of the year, on account of reforms previously rejected by Congress being passed, as well as various measures to increase government revenues and control its expenditure. Thus, keeping domestic interest rates at a high level, the monetary authority recovered control over the exchange rate, which tended to increase by comparison with the dollar as soon as the second semester of the year. Moreover, the inflation rate was kept at relatively low levels and thus a significant real devaluation of the exchange rate was supported.

However, short-term effects of devaluation were quite negative to exports. Prices in dollar of manufactured goods tended to decrease, as should be expected, on account of the currency devaluation, worsening the fall of average export prices, which had been occurring since 1998, as a consequence of a weak foreign demand. Recessive effects on Mercosul economies,

especially Argentina, due to their products' loss of competitiveness vis-à-vis Brazilian products, caused a significant retraction in demand for Brazilian exports.

As a result of demand reduction in South American countries, uncertainty regarding the exchange rate and difficulties in some financing lines, the revenue from goods exported in Brazil, which had already sustained fall in 1998, fell again in 1999, both for primary and manufactured goods.

Nevertheless, despite the raise in oil prices, a significant contraction in imports ensured an expressive reduction of the trade deficit, due mostly to the replacement of imports in consumer goods sectors. The fall in net expenditure with services, excluding the payment of interest, was added to reduction of the trade deficit to diminish the negative balance of current transactions in the balance of payments by over US\$9 billion in 1999, by comparison with the previous year.

The current account deficit was easily financed by an extraordinary net inflow of direct investments reaching US\$30 billion, in spite of a certain slow-down in the privatization program.

Despite that substantial entry of direct investments, the exchange market remained under pressure by demand for foreign currency during the second semester of the year, on account of the net outflow of short-term capitals and amortization of loans and medium-and long-term financing. In fact, the exchange rate was nominally depreciated again until October 1999 and the Brazilian total foreign debt fell at the end of the year by comparison with the previous year.

In the last quarter of the year, the IMF authorized the Central Bank to intervene more actively in the exchange market, by reducing the minimum level of international reserves. In effect, the real started to increase nominally during that period. The stock of reserves in the Central Bank diminished, partly due to the sale of foreign currency in the exchange market, but mostly on account of the payment made in December of part of the debt to the IMF and to the Club of Paris.

The best exporting performance of Brazil after the third quarter of the year, measured mainly by the growth of exported volumes, and the

recovery of emergent Asian economies and the Latin-American economy also contributed to assuage the pressure over Brazilian foreign accounts.

Notwithstanding the turbulence provoked by the modification in the exchange regime, the Brazilian economy closed the year with a reasonable control over foreign accounts, a relatively low and still falling inflation rate and obvious signs of recovery of economic growth.

Jorge Chami Batista

Professor, Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Tabela 19.1 - Balanço de pagamentos - 1997-1999*Table 19.1 - Balance of payments - 1997-1999*

Especificação <i>Item</i>	1997	1998	1999
	1 000 000 US\$/ 1,000,000 US\$		
Balança comercial/ <i>Trade balance</i>	(-) 6 765	(-) 6 591	(-) 1 198
Exportações/ <i>Exports</i>	52 990	51 140	48 011
Importações/ <i>Imports</i>	59 755	57 731	49 209
Serviços/ <i>Services</i>	(-) 26 284	(-) 28 798	(-) 25 212
Juros/ <i>Interest</i>	(-) 10 390	(-) 11 948	(-) 15 170
Outros/ <i>Other services</i>	(-) 15 894	(-) 16 850	(-) 10 042
Transferências unilaterais/ <i>Unrequited transfers</i>	2 216	1 778	2 035
Transações correntes/ <i>Current transactions</i>	(-) 30 833	(-) 33 611	(-) 24 375
Capital/ <i>Capital</i>	25 881	19 881	13 578
Investimento/ <i>Investment</i>	20 662	20 520	30 130
Outros/ <i>Other</i>	4 224	(-) 1 859	(-) 2 569
Eros e omissões/ <i>Errors and omissions</i>	(-) 2 893	(-) 3 556	38
Resultado da balança de pagamentos/ <i>Result of the balance of payments</i>	(-) 7 845	(-) 17 285	(-) 10 758

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em/ Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2000 /cited 28 Feb. 2000.

Tabela 19.2 - Exportação - 1997-1999
 Table 19.2 - Exports - 1997-1999

(continua/continues)

	1997	1998	1999
Especificação/ Item		1 000 000 US\$ FOB/ 1,000,000 US\$ f.o.b.	
Total/ Total	52 994	51 140	48 011
Produtos primários/ <i>Primary products</i>	20 254	19 175	17 760
Café/ <i>Coffee</i>	3 094	2 576	2 441
Soja/ <i>Soybeans</i>	5 729	4 755	3 784
Cacau (grãos, manteiga, licor e torta)/ <i>Cacao (beans, butter, liqueur and cake)</i>	116	140	95
Açúcar (cristal, demerara e refinado)/ <i>Sugar (crystal, raw and refined)</i>	1 770	1 941	1 911
Suco de laranja/ <i>Orange juice</i>	1 003	1 262	1 235
Carne/ <i>Meat</i>	1 563	1 598	1 933
Minério de ferro, manganês e outros minérios metalúrgicos/ <i>Iron ore, manganese and other ores</i>	3 061	3 466	2 943
Fumo em folhas/ <i>Tobacco in leaf</i>	1 091	940	893
Outros/ <i>Other</i>	2 827	2 497	2 526
Produtos industrializados/ <i>Manufactured products</i>	32 740	31 964	30 251
Material de transporte e componentes (partes, peças e equipamentos para transportes)/ <i>Transportation equipment and components (parts, accessories and equipment)</i>	6 758	7 599	6 555

Tabela 19.2 - Exportação - 1997-1999
Table 19.2 - Exports - 1997-1999

(conclusão/concluded)

Especificação/ Item	1997	1998	1999
	1 000 000 US\$ FOB/ 1,000,000 US\$ f.o.b.		
Produtos industrializados/ Manufactured products			
Máquinas e instrumentos mecânicos/ <i>Machines and mechanical instruments</i>	3 393	3 197	2 907
Equipamentos elétricos e eletrônicos/ <i>Electric and electronic equipment</i>	1 783	1 712	1 813
Produtos metalúrgicos/ <i>Fabricated metal products</i>	6 018	5 418	5 056
Produtos químicos/ <i>Chemical products</i>	3 829	3 671	3 462
Madeiras e manufaturas/ <i>Wood and products</i>	1 218	1 127	1 391
Calçados e produtos de couro/ <i>Footwear and leather products</i>	1 663	1 454	1 409
Derivados de petróleo/ <i>Petroleum products</i>	973	967	1 219
Papel e celulose/ <i>Paper and cellulose</i>	1 991	1 979	2 144
Produtos têxteis/ <i>Textile products</i>	1 250	1 093	995
Outros/ <i>Other</i>	3 858	3 727	3 301

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em/ Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2000 /cited 28 Feb. 2000.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento. /Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

Tabela 19.3 - Importação - 1997-1999

Table 19.3 - Imports - 1997-1999

(continua/continues)

Especificação/ Item	1997	1998	1999
	1 000 000 US\$ FOB/ 1,000,000 US\$ f.o.b.		
Total/ Total	59 840	57 733	49 218
Bens de consumo/ <i>Consumer goods</i>	9 241	8 826	6 283
Alimentos/ <i>Food products</i>	3 251	3 057	2 078
Vestuário/ <i>Apparel</i>	971	791	498
Outros/ <i>Other</i>	5 019	4 978	3 708
Matérias-primas/ <i>Raw materials</i>	18 978	19 310	16 960
Cereais e produtos de indústria de moagem/ <i>Grains and mill products</i>	1 579	1 865	1 411
Trigo/ <i>Wheat</i>	811	814	832
Adubos e fertilizantes/ <i>Fertilizers</i>	951	954	864
Produtos químicos/ <i>Chemical products</i>	8 801	8 266	9 007
Ferro fundido e aço/ <i>Cast iron and steel</i>	1 226	1 375	871
Metais não-ferrosos/ <i>Nonferrous metals</i>	1 115	1 091	925
Carvão/ <i>Coal</i>	737	774	598
Outras/ <i>Other</i>	4 569	3 986	3 285
Petróleo e derivados/ <i>Petroleum and derivatives</i>	6 021	4 314	4 817

Tabela 19.3 - Importação - 1997-1999

Table 19.3 - Imports - 1997-1999

(conclusão/conclusão)

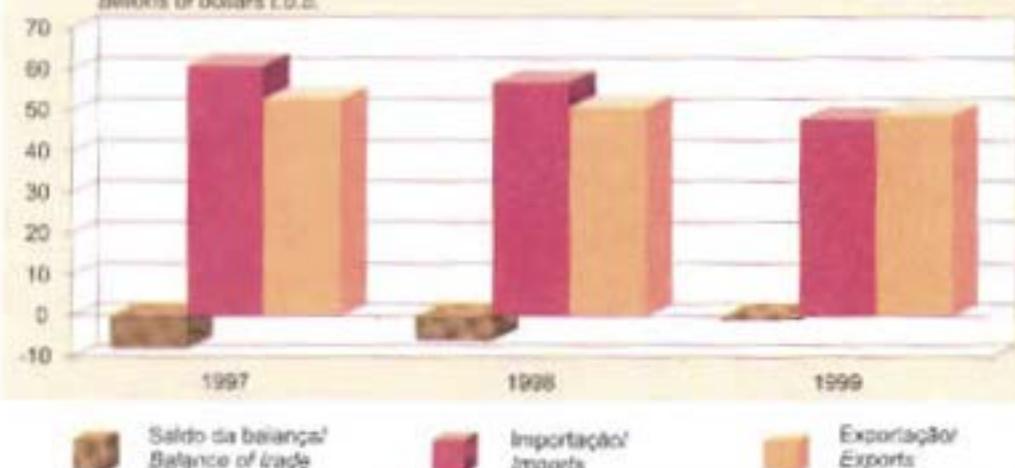
Especificação/ Item	1997	1998	1999
	1 000 000 US\$ FOB/ 1,000,000 US\$ f.o.b.		
Bens de capital/ Capital goods	25 600	25 283	21 158
Material de transporte/ Transportation equipment	8 389	6 793	4 851
Veículos automóveis, tratores, etc./ Automotive vehicles, tractors, etc.	5 364	5 686	3 440
Outros/ Other	1 024	1 127	1 212
Máquinas e material elétrico/ Machines and electric equipment	19 212	18 490	16 507

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2000 /ited 28 Feb. 2000).

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento. /Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

Gráfico 19.1 - Comércio exterior - 1997-1999

Graph 19.1 - Foreign trade - 1997-1999

Bilhões de dólares FOB/
Billions of dollars f.o.b.

Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em /Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2000 /ited 28 Feb. 2000.

Tabela 19.4 - Dívida externa total e líquida- 1995-1998
 Table 19.4 - Total and net foreign debt - 1995-1998

	1995	1996	1997	1998
Especificação/ <i>Item</i>		1 000 000 US\$/ 1,000,000 US\$		
Total/ Total	159 256	179 935	199 998	243 165
Registrada/ <i>Registered</i>	129 313	144 092	167 760	221 869
Setor público(1) (2)/ <i>Public sector (1) (2)</i>	87 168	84 229	76 205	91 809
Setor privado/ <i>Private sector</i>	42 145	59 863	91 555	130 060
Não-registrada/ <i>Unregistered</i>	29 943	35 843	32 238	21 296
Setor público(1) (2)/ <i>Public sector (1) (2)</i>	287	70	42	3 385
Setor privado/ <i>Private sector</i>	29 656	35 773	32 196	17 911
Reservas internacionais/ <i>International reserves</i>	51 840	60 110	52 173	44 556
Haveres dos bancos comerciais/ <i>Assets of commercial banks</i>	8 930	11 675	9 639	7 380
Líquida/ <i>Net</i>	98 486	108 150	138 186	191 229

Fonte/Source: Retrospectiva [da] Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto 1999. Rio de Janeiro, 2000.

(1) Setor público não-financeiro. (2) Até 1997, exclui Petrobras e Vale do Rio Doce./ (1) Nonfinancial public sector. (2) Until 1997 excludes Petrobras and Vale do Rio Doce.

Tabela 19.5 - Taxa de câmbio - 1999
Table 19.5 - Exchange rate - 1999

Ano e mês/ Year and month	Média mensal em R\$/US\$/ Monthly average in R\$/US\$		Taxa real (%) (1)/ Real rate (%) (1)	
	Compra/ Buying	Venda/ Selling	Ao mês/ Monthly	Ao ano/ Annual
Janeiro/January	1,501115	1,501915	22,81	22,81
Fevereiro/February	1,912883	1,913683	19,17	46,35
Março/March	1,896022	1,896822	(-) 3,45	41,30
Abril/April	1,693268	1,694068	(-) 9,73	27,55
Maio/May	1,682714	1,683514	0,20	27,81
Junho/June	1,764619	1,765419	3,47	32,24
Julho/July	1,799514	1,800314	0,25	32,57
Agosto/August	1,879950	1,880750	2,51	35,90
Setembro/September	1,897257	1,898057	(-) 0,88	34,71
Outubro/October	1,968710	1,969510	1,34	36,51
Novembro/November	1,929090	1,929890	(-) 5,01	29,66
Dezembro/December	1,842030	1,842830	(-) 5,99	21,90
Média anual/Annual average	1,813931	1,814731

Fonte/SOURCE: Retrospectiva [da] Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto 1999. Rio de Janeiro, 2000.

(1) O conceito de taxa de câmbio real corresponde à variação nominal de câmbio, multiplicada pela taxa de paridade (Índice de Preços por Atacado do Norte-Americano, sobre o Índice de Preços por Atacado do IPA-OG Brasil). / (1) The concept of real exchange rate corresponds to the nominal exchange change, multiplied by the parity rate (Wholesale Price Index of the United States by the Wholesale Price Index of IPA-OG Brazil).

Gráfico 19.2 - Reservas internacionais do País - 1993-1999

Graph 19.2 - International reserves of the country - 1993-1999

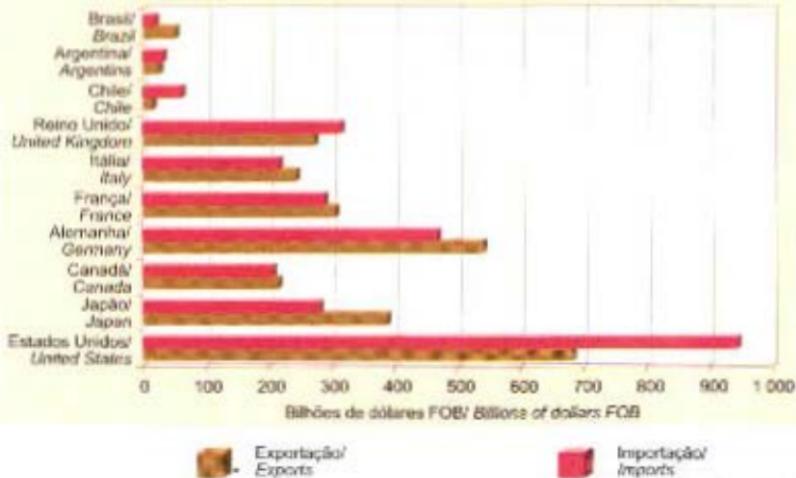
Milhões de dólares/
Millions of dollars



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: Available from: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2000/cited 28 Feb. 2000.

Gráfico 19.3 - Comércio mundial, por países selecionados - 1998

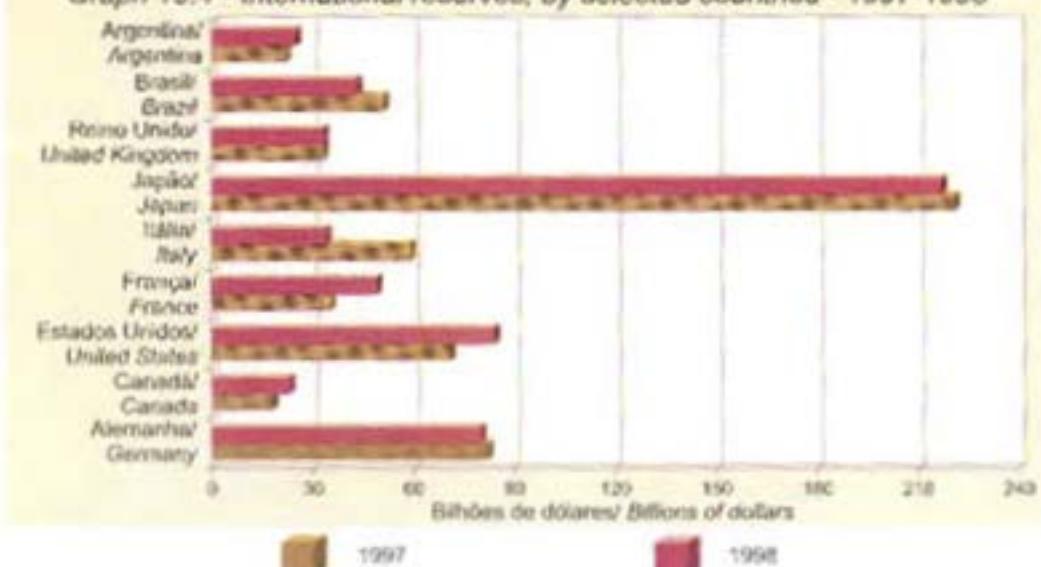
Graph 19.3 - World trade, by selected countries - 1998



Fonte/Source: Balança comercial brasileira - 1999. Rio de Janeiro: Secretaria de Comércio Exterior, 2000.

Gráfico 19.4 - Reservas internacionais, por países selecionados - 1997-1998

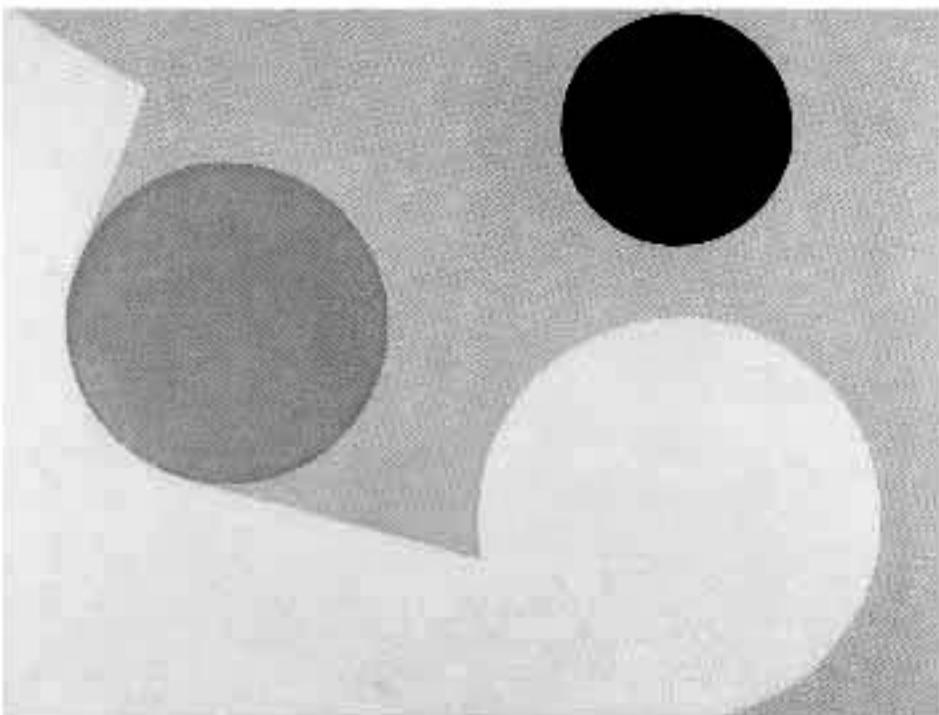
Graph 19.4 - International reserves, by selected countries - 1997-1998



Fonte/Source: Boletim do Banco Central do Brasil, Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: [Available from: <http://www.bcb.gov.br>](http://www.bcb.gov.br). Acesso em: 28 fev. 2000/cited 28 Feb. 2000.

Nota: Ouro avaliado a DES (Direito Especial de Saque) 35.00 Onça-Troy. / Note: Gold valued at SDR (Special Drawing Right) 35.00 Troy-ounce.

Ciência e Tecnologia



Formas, 1951
Ivan Serpa

Science and Technology

Ciência e Tecnologia

As atividades de Ciência e Tecnologia são desenvolvidas por uma ampla gama de agentes e instituições pública e privada. A natureza multiinstitucional e multisectorial da área torna complexa a organização e a construção de indicadores de C&T, uma vez que são baseados predominantemente em registros administrativos, produzidos de modo disperso e não padronizado, visando, sobretudo, ao controle e à avaliação das ações específicas das diferentes instituições que compõem a cadeia do conhecimento científico e da produção tecnológica.

No caso brasileiro, o setor público tem assumido, tradicionalmente, papel preponderante na condução de tais atividades e, embora haja limitadas indicações de ampliação da importância do setor produtivo, seu esforço tecnológico – mesmo crescente – é ainda modesto. Assim, os indicadores de recursos aplicados em C&T pelo setor público são especialmente relevantes, ainda que parciais, para a mensuração dos esforços nacionais na área.

Estes indicadores são construídos tanto no âmbito do governo federal, a partir das informações do Balanço Geral da União e da Classificação Funcional-Programática, quanto no âmbito dos governos estaduais, com base em seus balanços. Sua qualidade depende, portanto, da correta classificação das despesas no ato da execução orçamentária, cuidado que nem sempre é observado, sobretudo em estados ou unidades orçamentárias com escassa tradição de gastos na área. Na medida em que os orçamentos públicos vêm sendo construídos e executados de forma mais rigorosa, a qualidade destes indicadores tem apresentado substancial avanço.

No plano federal, tais indicadores incluem não somente os gastos executados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, mas também por todos os demais ministérios que realizem programas e atividades classificados no universo de C&T, segundo as referências internacionais. Os mesmos critérios são aplicados aos balanços estaduais.

A partir da já longa série temporal disponível destes dados, pode-se observar o tão conhecido comportamento instável do volume

anual de recursos públicos aplicados na área, razão principal da recente proposta do Executivo Federal de alteração dos mecanismos de financiamento às atividades científicas e tecnológicas. Essa instabilidade, em grande medida derivada da própria instabilidade macroeconômica, é reconhecidamente incompatível com os objetivos de longo prazo e incongruente com as características cumulativas das atividades de C&T.

Na última década, na esfera federal, os gastos em C&T mostram-se decrescentes até 1992, elevam-se em 1993, voltam a se reduzir em 1994, mantêm-se relativamente estabilizados nos três anos subsequentes e reiniciam um movimento decrescente em 1998 e, com menor intensidade, em 1999¹, em parte como reflexo da não atualização do valor das bolsas de estudo e pesquisa². Nos estados, em termos agregados, verifica-se que tais recursos elevaram-se em quase 25%, entre 1995 e 1996, mantendo-se praticamente estabilizados a partir de então. Não obstante, quando se observam os números no âmbito de cada estado, salvo raras exceções, as flutuações também são muito pronunciadas.

Os indicadores ora apresentados constituem um bom parâmetro para se avaliar, no futuro, o impacto dos novos mecanismos de financiamento que o Congresso Nacional vem discutindo. Espera-se que a criação dos Fundos Setoriais de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico resulte tanto na maior estabilidade do volume de recursos aplicados na área, como também possibilite um significativo crescimento real. Pode-se almejar, portanto, que, já a partir de 2001, reverta-se a tendência declinante dos gastos da União em C&T e, mais que isso, seja superada a instabilidade do fluxo de recursos. No âmbito dos governos estaduais, é também crescente o número dos que vêm vinculando os gastos em C&T às suas receitas, o que igualmente deve contribuir para a maior estabilidade destes gastos.

Um dos mais importantes itens de gastos em C&T do governo federal e de alguns governos estaduais refere-se à concessão de bol-

¹Observe-se que, a partir de 1999, passaram a fazer parte do MCT as seguintes instituições: Comissão Nacional de Energia Nuclear; Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A; Indústrias Nucleares do Brasil S/A; e Agência Espacial Brasileira. Isto implicou uma ampliação dos valores computados como recursos aplicados em C&T, assim como os recursos despendidos pelo MCT.

²Os gastos com bolsas e salários correspondem a cerca de 60% das despesas da União com C&T. Portanto, é questionável a utilização do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas para o cálculo da atualização monetária desse indicador.

sas de estudo e pesquisa. Contabilizando-se as concedidas pelo CNPq e pela Capes, pode-se observar que foram utilizadas 63 028 bolsas em 1999. As informações apresentadas permitem reafirmar que, a despeito de algumas flutuações, o dispêndio com bolsas e formação de recursos humanos apresentou uma trajetória sustentável e crescente ao longo dos últimos dez anos, ao contrário da instabilidade nos gastos em infra-estrutura e fomento. Note-se que a descontinuidade do número de bolsas concedidas em 1996 não reflete sua redução, mas a mudança de critério na contabilização deste número por parte da Capes.

A despeito das séries apresentadas nesta publicação referirem-se a um período temporal limitado, não há dúvida de que ao longo dos últimos 50 anos o País realizou um esforço não desprezível na montagem de uma base técnico-científica extremamente significativa, o que explica o bom desempenho de alguns indicadores aqui apresentados, como por exemplo, o número de pesquisadores em atividade e o número de artigos originários do Brasil publicados em periódicos internacionais indexados. As informações sobre o número de pesquisadores podem estar refletindo a ampliação da cobertura do Diretório dos Grupos de Pesquisa, no período. Mesmo assim, comparando-se pares de anos em que este aumento da cobertura seja menos expressivo, nota-se que entre 1993 e 1995, o número de pesquisadores passou de 21 541 para 26 789 e, entre 1997 e 2000, elevou-se de 34 040 para 48 500. Mais clara é a tendência ascendente do número de artigos publicados em periódicos indexados pelo Institute for Scientific Information – ISI -, que passou de cerca de 3 600 em 1990, para mais de 6 800 em 1997.

Em grande parte, estes índices são subproduto de ações iniciadas no passado, como a ampliação do número de bolsas e a ênfase na formação de recursos humanos mais qualificados a partir da consolidação do ensino de pós-graduação. A par disso, refletem igualmente os resultados das políticas explicitamente adotadas pelas agências de fomento, especialmente o CNPq, de estímulo ao aumento da produtividade e de maior qualificação docente das universidades.

Esse esforço de capacitação, contudo, não tem encontrado equivalência no âmbito do setor produtivo, por um conjunto amplo de razões históricas. Um dos indicadores aqui apresentados, o volume de patentes depositadas no País, retrata em parte esse descompasso. Embora apresentando tendência claramente ascendente nos últimos anos, tendo passado de 11 711 em 1995, para 16 569 em 1999, seu volume é ainda

modesto quando comparado com o de países de porte semelhante ao do Brasil. De qualquer forma, o crescimento deste indicador reflete o impacto da nova legislação patentária na conduta das empresas. Também nesse aspecto, pode-se e deve-se esperar, a médio prazo, um papel positivo dos novos mecanismos de financiamento, através da indução de parcerias entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, facilitando a transferência do conhecimento científico ao setor privado e contribuindo para a introdução e difusão de avanços tecnológicos nas empresas.

Por fim, as informações referentes às remessas do Brasil ao exterior por transferência de tecnologia , que passaram de US\$ 676 milhões em 1995, para US\$ 1,9 bilhão em 1999, mostram uma situação em princípio positiva. Decorrem, em grande parte, de políticas implementadas pelo próprio governo federal, como a nova legislação patentária e a maior flexibilização das condições de averbação e contratação de serviços tecnológicos, entre outras. Ainda que não se possa considerar que tal crescimento expresse diretamente a incorporação de novos equipamentos e a atualização tecnológica do País, em economias em desenvolvimento, como a brasileira, as crescentes importações de tecnologia são condições para atualizar a produção destinada aos mercados interno e externo, e assim aumentar a competitividade da produção nacional. Merece menção a redução observada no volume de recursos transferidos em 1999, que reflete muito mais a grande alteração da taxa de câmbio ocorrida naquele ano do que uma reversão daquela tendência ascendente.

Carlos Américo Pacheco
Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia

Science and Technology

Science and Technology activities are developed through a wide range of agents and institutions, both public and private. The multi-institutional and multi-sectoral nature of the area makes the arrangement and construction of S&T indicators complex. These indicators are predominantly based on administrative records, processed in a scattered manner and not standardized, seeking above all to control and evaluate specific efforts of different institutions that compose the chain of scientific knowledge and technological production.

In the Brazilian case, the public sector has traditionally taken a dominant role in the conduction of those activities. Although there are limited indications of the increased importance of the productive sector, its technological strength, though rising, is still modest. Thus, indicators of financial resources invested in S&T by the public sector are especially relevant, even if partial, for the assessment of national efforts in the area.

These indicators are assembled in the ambit of the Federal Government, based on information of the Federal Government Balance Sheet and the Functions and Programs Classification, as well as in the ambit of state governments, based on their balance sheets. Their quality, therefore, depends on their correct categorization in the act of budgetary execution, a care that is not always taken, especially in states or budgetary units that have a scant tradition of expenditures in the area. As public budgets are being structured and executed in a more rigorous fashion, the quality of these indicators is improving substantially.

In the federal sphere, these indicators not only include expenditures of the Ministry of Science and Technology, but also those of other ministries carrying out programs and activities within the S&T area, following international references. The same criteria are applied to state balance sheets.

Based on a time series available for this data, it can be noticed the well-known unstable behavior of the annual amount of public resources invested in the area. This is the main reason for the Federal Government recent proposal for revision of the funding mechanisms

for scientific and technological activities. That instability is derived to a great extent from the macroeconomic instability itself. This is clearly incompatible with long-term objectives and incongruent with the cumulative characteristics of S&T activities.

In the federal sphere, over the last decade, S&T expenditures decreased until 1992, increasing in 1993 and declining again in 1994. They remained relatively stable for the following three years, beginning to drop in 1998 and, to a lesser extent, in 1999¹, in part as a reflection of the failure to updating scholarship allowances². In the states, in aggregated terms, it is observed that said resources increased by nearly 25%, between 1995 and 1996, remaining practically stable from that point on. Notwithstanding the figures observed in each state, with rare exceptions the fluctuations are also quite prominent.

The indicators presented constitute a good parameter for the future evaluation of the impact of new funding mechanisms that the National Congress has been discussing. It is expected that the creation of Sectoral Funds to Support Technological Development results in a greater stability of the amount of financial resources supplied to the area, as well as making possible an actual significant expansion of this amount. It is hoped, therefore, that from on 2001 the declining trend of federal expenditures in S&T will be reversed, but more so the unstable flow of resources will be overcome. In the sphere of state governments, the number of those that have been linking S&T expenditures to revenue is also increasing, which must equally contribute to a greater stability for these expenditures.

One of the most important items of S&T expenditures by the Federal Government and some of the state governments relates to the granting of scholarships. Adding up those granted by CNPq and CAPES it is detected that 63,028 scholarships were made use of in 1999. This information allows reaffirming that, in spite of some

¹In 1999, the following institutions became part of the Ministry of Science and Technology system: Comissão Nacional de Energia Nuclear; Nucleobrás Equipamentos Pesados S.A.; Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; and Agência Espacial Brasileira. This incorporation of institutions implied an increase in the amount of financial resources invested in S&T, as well as resources spent by the MST.

²Expenditures for scholarships and salaries correspond to roughly 60% of the Federal Government expenses in S&T. Therefore, the use of the IGP-DI of the Getúlio Vargas Foundation is questionable for the monetary adjustment of that indicator.

fluctuations, the costs with scholarships and training of human resources showed a sustainable and growing course over the last ten years, despite the instability in the expenditures for infrastructure and development. It is noted that the discontinuity of the number of scholarships granted in 1996 is not a reflection of its decrease, rather the change in CAPES' accounting criteria concerning that data.

Despite the fact that the series presented in this publication refer to a limited period of time, there is no doubt that throughout the last 50 years Brazil has made a meaningful effort at assembling an extremely significant technical-scientific base, which explains the good performance of some indicators presented herein. An example of this is the number of active researchers and the number of papers produced in Brazil, which are published in international periodicals. The information on the number of researchers may be reflected in the expansion of the Research Groups Directory coverage for the period. Even so, comparing the years in which this increase of coverage is less expressive, it is noted that between 1993 and 1995 the number of researchers increased from 21,541 to 26,789 and, between 1997 and 2000, it increased from 34,040 to 48,500. Clearer still is the growing trend of the number of articles published in periodicals indexed by the Institute for Scientific Information (ISI), which increased from around 3,600 in 1990, to more than 6,800 in 1997.

To a greater extent, these indexes are a sub-product of actions initiated in the past, such as the expansion of the number of scholarships and the emphasis on the training of human resources based on the consolidation of post-graduation. On a par with that, the results of the policy that have been explicitly adopted by furtherance agencies, particularly CNPq, equally reflect an encouragement to the increase in productivity and better teaching qualification at Universities.

That qualification effort, however, is not found on an equal level in the ambit of the productive sector due to a broad set of historical reasons. One of the indicators presented herein, the amount of patent applications in Brazil, shows in part that irregularity. Although there has been a clearly growing trend over the last few years, increasing from 11,711 in 1995 to 16,569 in 1999, the amount of patent applications is still modest in comparison with other countries similar in size to Brazil. The growth of that indicator reflects the impact of new patent legislation on the companies. Besides, it can and must

be expected, in the medium term, a positive role from the new funding mechanisms through the induction of partnerships among industries, universities and research institutions, aiding the transfer of scientific knowledge to the private sector, and contributing to introduce and disseminate technological advances among industries.

Finally, information referring to remittances from Brazil to other countries due to technology transfer, which increased from US\$ 676 million in 1995 to US\$ 1.9 billion in 1999, demonstrates a situation that is in principle positive. They result, to a greater extent, from policies implemented by the Federal Government itself, such as the new patent legislation and greater flexibility in budgeting and contracting technological services, among others. Although it may not be considered that the introduction of new equipment and technological modernization of the country directly expresses such growth, in developing economies such as the Brazilian, increasing technology imports represents a condition for updating the production intended for the domestic and foreign markets. This will increase the competitive nature of domestic production. The noticeable reduction in the amount of resources transferred in 1999 deserves to be mentioned, which represents an even greater reflection of the critical modification of the currency exchange rate that occurred in the same year, rather than a reversal of that growing trend.

Carlos Américo Pacheco

Executive Secretary, Ministério de Ciência e Tecnologia

Tabela 20.1 - Recursos do governo federal aplicados em ciência e tecnologia, por ministérios - 1990-1999

Table 20.1 - Federal government resources invested in science and technology, by ministries - 1990-1999

Ministérios/ Ministries	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Total/ Total	3 412,8	3 230,0	2 460,8	3 443,9	3 079,8
Ciência e Tecnologia/ <i>Science and Technology</i>	1 102,1	1 174,6	979,0	1 803,6	1 177,0
Educação/ <i>Education</i>	511,8	427,4	373,0	505,9	695,0
Agricultura e Abastecimento/ <i>Agriculture and supplies</i>	710,9	650,2	471,3	709,7	426,3
Saúde/ <i>Health</i>	114,7	135,9	122,4	112,7	157,0
Meio Ambiente/ <i>Environment</i>	2,9	3,3	4,6	10,7	10,4
Outros/ <i>Others</i>	970,4	838,7	510,6	301,2	614,1
Ministérios/ Ministries	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)				
	1995	1996	1997	1998	1999 (2)
Total/ Total	3 079,7	2 947,3	2 871,7	2 454,2	2 393,3
Ciência e Tecnologia/ <i>Science and Technology</i>	1 314,3	1 196,3	1 132,9	940,7	1 114,8
Educação/ <i>Education</i>	672,4	616,3	605,8	525,6	547,7
Agricultura e Abastecimento/ <i>Agriculture and supplies</i>	505,0	624,8	575,4	526,3	490,8
Saúde/ <i>Health</i>	94,2	75,4	90,9	69,5	74,6
Meio Ambiente/ <i>Environment</i>	16,3	42,7	48,2	65,6	60,6
Outros/ <i>Others</i>	477,5	391,9	418,6	326,6	104,8

Fonte/Source: Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenação de Estatísticas e Indicadores.

Notas: 1. Ministérios segundo a estrutura administrativa da Lei Orçamentária do Governo Federal de 1999.

2. As diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados.

Notes: 1. Ministries according to the administrative framework of the Federal Government Budgetary Law for 1999.

2. Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

(1) Valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (médias anuais). (2) Valores não comparáveis aos anos anteriores devido à incorporação ao MCT de instituições pertencentes ao antigo Ministério Extraordinário de Programas Especiais./ (1) Values updated by IGP-DI of Fundação Getúlio Vargas (annual average). (2) Values are not comparable with those of previous years because, from this year on, institutions under the extinct Ministry Extraordinary for Special Programs have been incorporated to MCT.

Tabela 20.2 - Recursos do governo federal aplicados em ciência**e tecnologia, por unidades orçamentárias - 1990-1999****Table 20.2 - Federal government resources invested in science****and technology, by budgetary units - 1990-1999**

Unidades orçamentárias/ Budgetary units	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Total/ Total	3 412,8	3 230,0	2 460,8	3 443,9	3 079,8
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	664,8	673,2	541,5	966,2	835,8
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	690,8	640,5	466,6	487,7	422,9
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes	236,5	268,4	289,8	396,2	572,2
Ministério da Ciência e Tecnologia - Administração direta - MCT	302,7	361,6	358,3	409,3	176,7
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	95,9	123,3	69,0	413,7	146,9
Outros/ Others	1 422,1	1 163,0	735,6	770,9	925,3

Unidades orçamentárias/ Budgetary units	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total/ Total	3 079,7	2 947,3	2 871,7	2 454,2	2 393,3
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	851,1	728,3	737,1	560,3	570,6
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	502,8	619,9	562,4	512,5	478,1
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes	505,3	517,5	506,4	432,9	462,3
Ministério da Ciência e Tecnologia - Administração direta - MCT	371,8	377,9	305,4	305,6	254,1
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	77,5	74,9	74,6	61,8	91,1
Outros/ Others	771,2	628,8	685,8	581,2	537,1

Fonte/SOURCE: Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenação de Estatísticas e Indicadores.

Nota: As diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados./

Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

(1) Valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (médias anuais). / (1) Values updated by IGP-DI of Fundação Getúlio Vargas (annual average).

Tabela 20.3 - Recursos do governo federal aplicados em ciéncias e tecnologia, por modalidade de atividade - 1990-1999

Table 20.3 - Federal government resources invested in science and technology, by category of activities - 1990-1999

Ano/ Year	Total/ Total	Pesquisa e desenvolvimento/ Research and development	Atividades científicas e técnicas correlatas/ Related scientific and technological activities
		Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)	
1990	3 412,8	1 801,7	1 611,1
1991	3 230,0	1 759,4	1 470,6
1992	2 460,8	1 310,1	1 150,7
1993	3 443,9	2 150,5	1 293,4
1994	3 079,8	2 278,6	801,2
1995	3 079,7	2 134,4	945,4
1996	2 947,3	1 853,0	1 094,3
1997	2 871,7	1 810,7	1 061,1
1998	2 454,2	1 437,7	1 016,5
1999	2 393,3	1 444,3	949,0

Fonte/Source: Ministério da Ciéncia e Tecnologia, Coordenação de Estatísticas e Indicadores.

Nota: As diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados./

Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

(1) Valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (médias anuais)./(1) Values updated by IGP-DI of Fundação Getúlio Vargas (annual average).

Tabela 20.4 - Bolsas de estudo concedidas no País e no exterior - 1993-1999

Table 20.4 - Scholarships granted in the country and abroad - 1993-1999

Órgão/Institution	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total/ Total	60 618	65 571	73 842	75 073	65 430	61 719	63 028
Pais/ In the country	57 559	62 690	71 210	72 138	62 864	59 407	60 867
Exterior/Abrroad	3 059	2 881	2 632	2 935	2 566	2 312	2 161
CNPq	40 955	44 420	52 042	50 969	49 322	45 287	41 968
Pais/ In the country	38 218	42 002	49 909	49 313	48 212	44 476	41 359
Exterior/Abrroad	2 737	2 418	2 133	1 656	1 110	811	609
CAPES (1)	19 663	21 151	21 800	24 104	16 108	16 432	21 060
Pais/ In the country	19 341	20 688	21 301	22 825	14 652	14 931	19 508
Exterior/Abrroad	322	463	499	1 279	1 456	1 501	1 552

Fontes/Sources: Ministério da Ciéncia e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Ministério da Educação, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

(1) Até 1996, a CAPES utilizava o conceito de bolsas concedidas, o que não permitia sua comparação com as informações do CNPq. A partir de 1997, passou a utilizar o de bolsas utilizadas, o que as torna comparável com as do CNPq, mas não com as da própria CAPES de anos anteriores./

(1) Until 1996CAPES used the concept of granted scholarships, which did not allow comparison with that of CNPq. Since 1997 CAPES has adopted the concept of utilized scholarships, which allows comparison with the information from CNPq, but not with that from CAPES itself for previous years.

Tabela 20.5 - Remessas ao exterior, por transferência de tecnologia - 1990-1999

Table 20.5 - Remittances abroad due to technology transfer - 1990-1999

Discriminação/ <i>Description</i>	Valor (1 000 000 US\$) / Value (1,000,000 US\$)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Total/ Total	209	201	160	226	367
Uso de marca/ <i>Use of trademark</i>	1	2
Exploração de patente/ <i>Patent exploitation</i>	3	2	3	41	79
Fornecimento de tecnologia/ <i>Technology supply</i>	32	26	31	40	48
Cooperação técnico-industrial/ <i>Technical-industrial cooperation</i>	34	9	10	14	51
Serviços técnicos especializados (1)/ <i>Specialized technical services (1)</i>	140	164	116	130	187
Franquia/ Franchising
Discriminação/ <i>Description</i>	Valor (1 000 000 US\$) / Value (1,000,000 US\$)				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total/ Total	676	1 008	1 523	2 224	1 977
Uso de marca/ <i>Use of trademark</i>	5	14	14	13	37
Exploração de patente/ <i>Patent exploitation</i>	138	200	167	218	97
Fornecimento de tecnologia/ <i>Technology supply</i>	222	379	514	597	480
Cooperação técnico-industrial/ <i>Technical-industrial cooperation</i>	27	51	66
Serviços técnicos especializados (1)/ <i>Specialized technical services (1)</i>	284	364	762	1 393	1 359
Franquia/ Franchising	3	4

Fonte/Source: Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenação de Estatísticas e Indicadores.

(1) Inclui transferências que podem não se caracterizar como transferência de tecnologia. / (1) Includes transfer that may not be characterized as technology transfer.

Gráfico 20.1 - Número de pesquisadores - 1993/2000
Graph 20.1 - Number of researchers - 1993/2000



Fonte/Source: Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil; versão 4.0. Brasília, DF: CNPq, 2000. Disponível em/Available from: <<http://www.cnpq.br/dg/dg.html>>. Acesso em/out, 2000; cited Oct, 2000.
 Nota: Inclui os pesquisadores em instituições de ensino superior e parte dos institutos de pesquisa. A ampliação observada no número de pesquisadores reflete, em parte, o aumento da cobertura do diretório. Note: Includes researchers in higher education and part of research institutions. The rise in the number of researchers is partly due to an increase in the coverage of the directory.

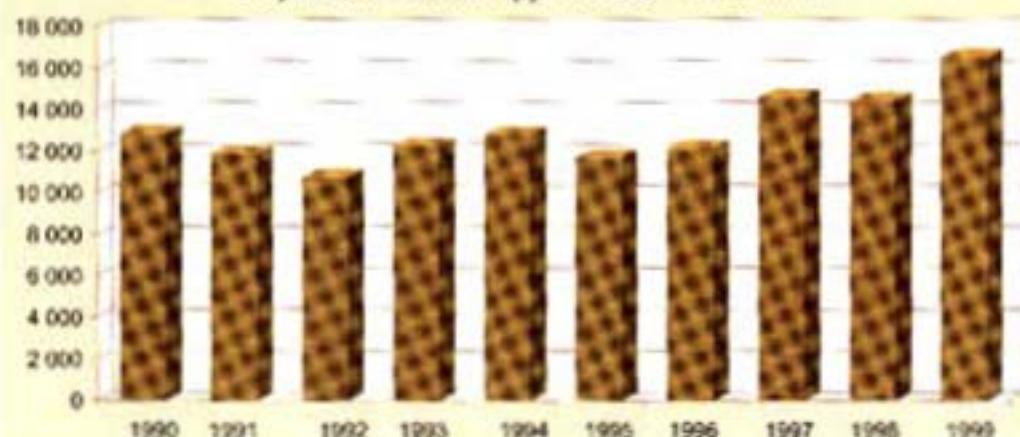
(1) Valor estimado./ (1) Estimated value.

Gráfico 20.2 - Publicação de artigos em periódicos científicos internacionais indexados - 1990-1997
Graph 20.2 - Number of papers published in indexed international scientific periodicals - 1990-1997



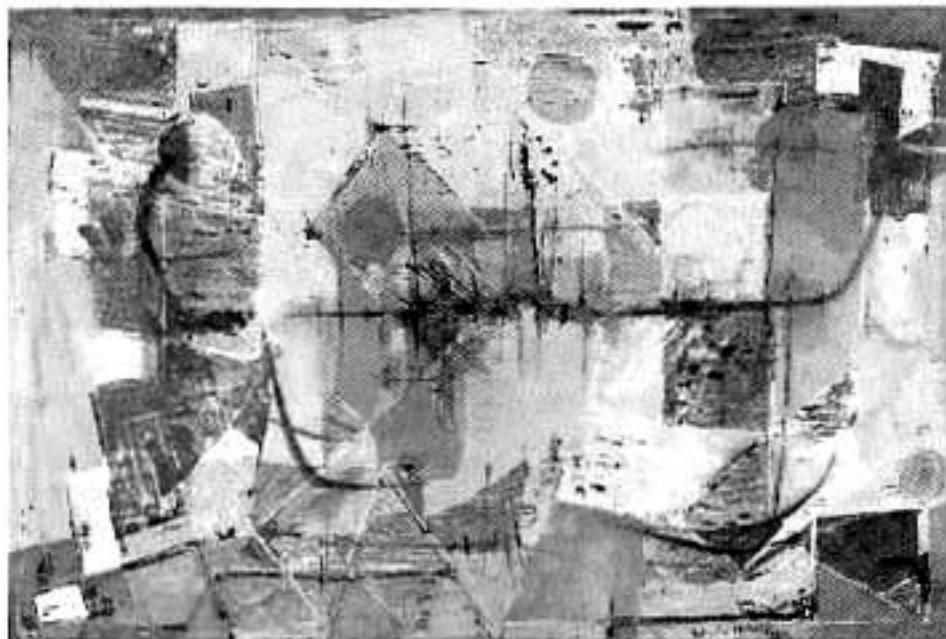
Fonte/Source: Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenação de Estatísticas e Indicadores.

Gráfico 20.3 - Pedidos de patentes depositados - 1990-1999
Graph 20.3 - Patent applications - 1990-1999



Fonte/Source: Indicadores nacionais de ciência & tecnologia 1990-1999. Brasília, DF: CNPq, 2000.

Governo



Composição I, 1959
Yolanda Mohalyi

Government

Tradicionalmente, os gastos governamentais respondem pela cobertura estatal das atividades referentes à garantia da lei e da ordem, bem como por gastos sociais de alcance universal, voltados para a proteção social da população. Tais gastos pertencem à esfera pública pelo fato de materializarem direitos sociais, que independem do poder de compra dos indivíduos e revelam a intenção do governo em promover a universalidade do acesso ou a redistribuição da renda para os menos favorecidos.

Em alguns casos, o enfrentamento da questão social pela política social pode ir ao fundamento da precariedade e resolvê-la, gerando condições de auto-sustentabilidade. Em outros, como na proteção social dirigida à velhice, as ações são claramente de cunho assistencial e compensatório, já que não existem alternativas para diminuir a precariedade da inserção deste segmento da população, a não ser através dos circuitos da cidadania materializada em direitos sociais. Estes circuitos, mesmo que incipientes, são absolutamente essenciais, em países como o nosso, já que deles depende o segmento da população que não tem alternativas de incorporação.

No Brasil, os gastos sociais respondem a vários programas, alguns deles mais tradicionais, no campo previdenciário, da saúde e da educação, outros, mais recentes, voltados para a promoção do emprego e da renda, tais como os relativos ao seguro desemprego, à recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, entre outros. Por serem extremamente relevantes do ponto de vista do amparo à fragilidade social, bem como para a criação de oportunidades mínimas de acesso para populações carentes, a adequada formulação e implementação das políticas sociais constituem desafio de difícil enfrentamento pelo atual governo. A abertura dos gastos sociais nas contas públicas no período de 1995/1998, realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA - e aqui apresentada pelo IBGE, é, sem dúvida, instrumento relevante para a aferição dos resultados recentes das políticas em curso.

O crescimento observado do gasto governamental em 1998 (Tabela 21.1) não pode ser atribuído nem ao comportamento dos gastos tradicionais, nem aos novos programas de gasto social. Em particular, os gastos sociais apenas mantêm sua proporção no gasto não financeiro do governo da União (62%) e este retrocede em participação no gasto total.

Há entretanto, algumas tendências relevantes a observar nos gastos não financeiros da União (Tabela 21.2). Registra-se, desde logo, o crescimento dos gastos com benefícios da previdência nos anos de 1996 a 1998, que precederam a reforma promulgada no ano passado. A iminência da reforma previdenciária que tornou mais severas as condições de acesso a benefícios, precipitou um volume excepcional de novos pedidos de aposentadorias até 1998. A isto se soma o impacto estrutural da mudança nas condições demográficas, que vem ampliando a expectativa de sobrevida dos aposentados, e alterando desfavoravelmente a relação entre ativos e inativos na equação previdenciária.

O mesmo acontece em relação aos benefícios pagos aos servidores públicos, sob um regime especial de aposentadoria que, ao contrário do regime geral regido pelo INSS, estabelece a equivalência entre os níveis salariais dos ativos e inativos. A extinção do Regime Jurídico Único, hoje somente à espera da aprovação do Senado Federal, deu origem a aposentadorias precoces dos trabalhadores que cumpriram o tempo de serviço necessário, explicando a aceleração desta rubrica em 1998.

Em contrapartida, quanto aos gastos com pessoal, a Reforma Administrativa vem, desde 1995, contendo a elevação das despesas com o funcionalismo do Executivo, ainda que tenha sido importante diante da maior autonomia do Legislativo e do Judiciário (Tabela 21.4). O Gráfico 21.1 revela tendência à queda de sua participação em relação ao PIB, acentuada no biênio de 1997/1998. Esta queda explica-se pela não contratação de novos quadros, exceto em caráter excepcional, estando os reajustes salariais concentrados em poucas carreiras, mantidos os demais sem reajustes há seis anos. Ainda assim, e particularmente na esfera do Executivo, o comprometimento de recursos do governo para com os servidores públicos desloca-se crescentemente para o pagamento dos inativos e pensionistas, dominantes em termos numéricos (55%) na comparação entre a proporção de ativos e inativos realizada para 1999 (Tabela 21.5).

Em 1988, os gastos em Educação e Saúde conseguem apenas, voltar aos níveis de 1996. Isto gera pressão sobre estes programas, tendo em vista seu caráter universal e o crescimento real da população no período. É importante lembrar que o processo de descentralização de funções de governo, e o crescimento da participação de estados e sobretudo de municípios no campo dos gastos de saúde e de educação, requer a maior integração das contas públicas nos três níveis de governo, uma vez que a intensificação das transferências federais (aqui contabilizadas), freqüentemente gera contrapartidas de gastos dos governos locais.

A indicação dada pelas contas públicas para a avaliação do desempenho dos programas sociais do Governo Federal pode ser enriquecida pela observação do gasto social por categorias de demanda, que se associam a finalidades de programas e subprogramas específicos.

Em que pese a intenção do atual governo de priorizar a área social como um todo, em particular os programas de proteção social dirigidos aos mais frágeis, idosos e crianças, em 1998 o crescimento dos gastos previdenciários praticamente explica a variação do gasto não financeiro observada desde a metade da década. Outra rubrica de desempenho dinâmico refere-se aos benefícios relativos ao pagamento de renda mínima para idosos carentes. Igualmente expressivas são as indicações de crescimento das ações e gastos sociais, voltadas para a qualificação profissional e para a geração de emprego e renda (Tabela 21.3) .Mais do que políticas meramente redistributivas, elas reforçam a capacidade de inserção dos beneficiados nos circuitos da produção e do consumo.

As estatísticas que sintetizam a evolução recente das contas do governo no Brasil até 1998 (Tabela 21.1) registram, entretanto, importante aumento da participação da despesa financeira na definição dos gastos totais. A política de estabilização econômica apoiou-se em expressiva elevação da taxa de juros, que explica tanto o crescimento dos encargos como o da própria amortização da dívida, comprometendo percentuais crescentes da receita pública com seu pagamento

No período de 1995/1998, crescem em importância os gastos financeiros (Gráfico 21.2) , em razão das elevadas taxas de juros associadas à política de estabilização do Plano Real, aliadas às sucessivas crises financeiras internacionais, que afetaram países da América latina, Leste Europeu e Ásia.

Frente às novas condições externas, mobilizar a solidariedade social em torno à redução das desigualdades significa ser capaz de responder ao desafio de manter a adesão de atores econômicos que operam no plano internacional, aos sistemas tributários internos e aos programas sociais locais. Do mesmo quadro de desafios postos ao Brasil, faz parte o posicionamento sobre a relação da política social com as demais políticas, e a capacidade de considerá-la, não só em seu recorte específico, mas como uma dimensão presente em todas.

Neste embate entre as vertentes fiscal e financeira da despesa do Governo, o ano de 1998 nos deixou em compasso de espera quanto à ampliação das ações relativas a materialização de grande parte dos programas sociais. Perdura a necessidade de reforçar a frente de gastos voltada para a equalização das oportunidades para os jovens e adultos de menor renda.

Sulamis Dain

Professora Titular de Economia do
Setor Público do Instituto de Medicina Social da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Traditionally, governmental expenditures answer for the state coverage of activities to ensure law and order, as well as social expenditure of universal reach, aimed at social protection of the population. Such expenditures belong to the public sphere because they materialize social rights, which do not depend on the purchase power of individuals and reveal the government's intention of promoting the universality of access or redistribution of revenue to the less favored.

In some cases, the confrontation of the social issue through social policies may go to the base of the precariousness and solve it, generating conditions for self-sustainability. In other instances, such as social protection to old age, actions are clearly of assistance and compensation, since there are no alternatives to reduce the precariousness of the insertion of this segment of the population, but through the circuits of citizenship materialized as social rights. These circuits, even if they are incipient, are absolutely essential in countries such as ours, since the segment of the population with no alternative for incorporation depends on them.

In Brazil social expenditures answer to various programs. Some of them more traditional, in the social security, health and education fields, other, more recent ones, aimed at promoting employment and income, such as those relative to unemployment insurance, relocation of workers in the labor market, and so on. Because they are extremely relevant from the viewpoint of relieving social fragility, as well as creating minimal access opportunities for needy populations, the adequate formulation and implementation of social policies represent a hard challenge to the present government. The opening of social expenditures in public accounts in the 1995/1998 period, made by the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and presented here by IBGE, is no doubt a relevant tool to assess recent results of the current policies.

The growth observed in governmental expenditure in 1998 (table 21.1) cannot be ascribed either to the behavior of traditional expenditures or to new programs of social expenditure. In particular,

the social expenditures only maintain their proportion in nonfinancial expenditure by the Union government (62%) and its participation in total expenditure recedes.

However, there are some relevant trends to be observed in nonfinancial expenditures of the Union (table 21.2). First the growth in the expenditure with social security benefits in the years 1996 to 1998, which preceded the reform promulgated last year. The imminence of social security reform, which made more severe the conditions of access to benefits, precipitated an exceptional volume of new retirement applications until 1998. To that is added the structural impact of the change in the demographic conditions, which has been extending the survival expectation of retirees and changing unfavorably the ratio of active to inactive workers in the social security equation.

The same happens with the benefits paid to civil servants, under a special retirement regime that, contrarily to the general regime regulated by the National Institute of Social Security (INSS), establishes the equivalence between wage levels of active and inactive civil servants. The extinction of the Single Juridical Regime, which is waiting to be approved by the Federal Senate, originated premature retirement by workers that served the required length of service, thus explaining the acceleration of this entry in 1998.

On the other hand, regarding expenditures with personnel, the Administrative Reform has been containing, since 1995, the increase of expenditures with Federal civil servants, although it has been impotent before the greater autonomy of the Legislative and the Judiciary powers (table 21.4). Graph 21.1 reveals the trend of fall in its participation relative to the GDP, emphasized during the 1997/1998 period. That fall is explained by not hiring new personnel, save in exceptional cases, by wage increases that are restricted to few careers, while the remaining servants have been kept with no wage readjustments for the last six years. Even so, and particularly in the Executive sphere, the commitment of government resources to civil servants is being increasingly shifted to the payment of the inactive and pensioners, dominant in numerical terms (55%) in the comparison between the proportion of active and inactive made for 1999 (table 21.5).

In 1998, the expenditures with Education and Health manage to go back only to 1996 levels. This generates pressure on these programs, considering their universal character and the actual growth

of the population in the period. It is important to recall that the process of decentralization of government functions and the growth in the participation of states and particularly municipalities, in the field of expenditures with health and education, requires a greater integration of public accounts in the three levels of government, since the intensification of federal transfers (recorded here), frequently generates corresponding expenditures by local governments.

The indication given by public accounts regarding the performance evaluation of Federal Government social programs may be improved by the observation of social expenditures by categories, which are associated to specific programs and subprograms purposes.

Notwithstanding the intention of the current government of prioritizing the social area as a whole, in particular social protection programs for the more fragile, the aged and children, in 1998 the increase of social security expenditures virtually explains the change in nonfinancial expenditure observed since the second half of the decade. Another entry with dynamic performance refers to benefits regarding the payment of the minimum income to the needy aged. Equally expressive are the indications of growth of social actions and expenditures on vocational education and employment and income generation (table 21.3). More than merely redistributive policies, they strengthen the insertion capability of beneficiaries in the production and consumption circuits.

Statistics that synthesize the recent evolution of the accounts of the Brazilian government until 1998 (table 21.1) register, however, an important increase in the participation of financial expenditure in the definition of total expenditures. The economic stabilization policy was supported by an expressive increase of interest rates, which explains the growth not only of charges but also of the debt amortization itself, committing increasing percentages of the public revenue to its payment.

In the 1995/1998 period, financial expenditures grow in importance (graph 21.2), on account of high interest rates associated to the stabilization policy of the Real Plan, allied to successive international financial crises that affected countries in Latin America, Eastern Europe and Asia.

Before the new external conditions, mobilizing social solidarity around reduction of inequalities means to be able of responding to

the challenge of maintaining the adherence of economic actors that operate in the international stage to domestic tax systems and local social programs. In the same scenario of challenges presented to Brazil is the positioning about the relationship between social policy and the other policies and the ability to consider it not only in its specific context but also as a dimension present in all of them.

In the clash between the fiscal and financial sides of Government expenditure, the year 1998 has left us waiting the extension of actions relative to the materialization of large part of social programs. The need continues to strengthen the expenditure front aiming at equalizing opportunities for lower-income young people and adults.

Sulamis Dain

Professor of Public Sector Economy,
Instituto de Medicina Social,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Tabela 21.1 - Gasto total e social do governo da União - 1995-1998

Table 21.1 - Total and social expenditure of the Union - 1995-1998

(continua/continues).

Especificação/ Item	Valor corrente (1 000 000 R\$)/ Current value (1,000,000 R\$)			
	1995	1996	1997	1998
1. Total do balanço geral da União/	307 947	313 013	391 866	497 916
<i>1. Total of general balance of the Union</i>				
2. Transferências intragovernamentais/	66 677	24 809	1 287	-
<i>2. Intragovernmental transfers</i>				
3. Despesa total efetiva do Governo Federal (1-2)/	241 270	288 204	390 579	497 916
<i>3. Total effective expenditure of the Federal Government (1-2)</i>				
4. Despesas financeiras/	113 279	136 442	226 348	315 115
<i>4. Financial expenditures</i>				
Juros dívida interna e externa/	16 766	19 511	21 033	30 812
<i>Internal and external debt interests</i>				
Amortização dívida interna e externa/	95 873	116 288	147 839	220 957
<i>Internal and external debt amortization</i>				
Despesas do Banco Central (1)/	640	643	661	569
<i>Central Bank expenditures (1)</i>				

Tabela 21.1 - Gasto total e social do governo da União - 1995-1998

Table 21.1 - Total and social expenditure of the Union - 1995-1998

(conclusão/concluded)

Especificação/ Item	Valor corrente (1 000 000 R\$)/ Current value (1,000,000 R\$)			
	1995	1996	1997	1998
Rolagem dívida estados/ <i>Rollover of the state governments internal debts</i>	-	-	56 816	62 776
5. Despesa não-financeira (3-4) (2)/ <i>5. Nonfinancial expenditure (3-4) (2)</i>	127 991	151 762	164 231	182 801
6. Gasto social federal (3)/ <i>6. Federal social expenditures (3)</i>	78 824	91 727	104 043	113 905
7. Despesas em outras áreas (5-6)/ <i>7. Expenditures in other areas (5-6)</i>	49 167	60 035	60 188	68 896
8. Gasto social em relação à despesa não-financeira (%)/ <i>8. Social expenditure in relation to nonfinancial expenditure (%)</i>	61,60	60,40	63,40	62,03

Fonte/Source: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento de dados./

Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

(1) Exclui os benefícios caracterizados como não-salário já incluídos no gasto social federal. (2) Inclui as transferências intergovernamentais. (3) Exclui as despesas financeiras encontradas em áreas de atuação social e despesas à conta de recursos do FGTS./ (1) Excludes benefits characterized as non-wage already included in the Federal social expenditure.(2) Includes intergovernmental transfers. (3) Excludes financial expenditures found in areas of social action and expenditures on account of FGTS resources.

Tabela 21.2 - Gasto social-federal, por áreas de atuação - 1996-1998
Table 21.2 - Social-federal expenditure, by areas of action - 1996-1998

(continua/continues)

Área de atuação/ Area of action	Valor (1 000 000 R\$)/ Value (1,000,000 R\$)			Per capita (1)/ Per capita(1)		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Total (2)/ Total (2)	122 962	134 105	139 623	2 766,2	2 826,8	2 850,8
Educação e cultura (3)/ <i>Education and culture (3)</i>	9 441	8 987	9 208	60,1	56,4	57,1
Saúde/ <i>Health</i>	17 903	21 439	18 631	114,0	134,7	115,5
Alimentação e nutrição/ <i>Food and nutrition</i>	1 157	1 026	1 290	7,4	6,4	8,0
Saneamento e proteção ao meio-ambiente(4)/ <i>Sanitation and environment protection(4)</i>	880	1 005	898	5,6	6,3	5,6
Previdência social/ <i>Social security</i>	55 959	60 674	66 413	356,3	381,1	411,5
Assistência social/ <i>Social assistance</i>	1 597	2 668	2 862	10,2	16,8	17,7
Emprego e defesa do trabalho/ <i>Worker employment and protection</i>	5 024	5 147	6 436	32,0	32,3	39,9

Tabela 21.2 - Gasto social-federal, por áreas de atuação - 1996-1998
Table 21.2 - Social-federal expenditure, by areas of action - 1996-1998

(conclusão/concluded)

Área de atuação/ Area of action	Valor (1 000 000 R\$)/ Value (1,000,000 R\$)			Per capita(1)/ Per capita(1)		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Organização agrária/ <i>Agrarian organization</i>	1 511	1 889	2 060	9,6	11,9	12,8
Ciência e tecnologia/ <i>Science and technology</i>	426	508	327	2,7	3,2	2,0
Habitação e urbanismo/ <i>Housing and urbanism</i>	972	1 147	1 180	6,2	7,2	7,3
Treinamento de recursos humanos/ <i>Training of personnel</i>	22	19	8	0,1	0,1	0,0
Benefícios a servidores/ <i>Benefits paid to civil servants</i>	26 076	27 601	28 313	166,0	173,4	175,4

Fonte/Source: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Notas: 1. Valores de dezembro de 1999.

2. Dispêndios corrigidos mês a mês pelo IGP-DI.

Notes: 1. Values for December 1999.

2. Expenses updated monthly by IGP-DI

(1) A população utilizada como denominador para calcular o gasto social per capita foi a de 1996: 157 078,3; 1997: 159 213,5; e 1998: 161 378,6. (2) Total do gasto social federal de acordo com a metodologia adotada pela DIPOS/IPEA. (3) Não inclui a merenda escolar nem a cota-parte de estados e Distrito Federal na arrecadação do salário-educação. (4) Exclui os programas financiados com recursos do FGTS./ (1) The population used as denominator to calculate the social expenditure per capita: 1996: 157 078.3; 1997: 159 213.5; and 1998: 161,378.6. (2) Total of social-federal expenditure, according to the methodology adopted by DIPOS/IPEA. (3) Excludes school lunch, states and Federal District shares from the education-wage collected and federal direct investments. (4) Excludes programs funded by FGTS resources.

Tabela 21.3 - Gasto social-federal, por categoria de demanda - 1995-1998

Table 21.3 - Social-federal expenditure, by categories - 1997-1998

(continua/continues)

Especificação/ Item	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)			
	1995	1996	1997	1998 (2)
Total (3)/Total (3)	118 563	120 965	132 108	111 405
Cobertura dos riscos da velhice, da invalidez e do desemprego/ <i>Old age, disability and unemployment risks coverage</i>	79 841	84 279	89 818	97 310
Previdência social/ <i>Social security</i>	75 551	79 691	85 373	92 264
Seguro desemprego/ <i>Unemployment insurance</i>	4 290	4 588	4 445	5 046
Atendimento a demandas de emprego e renda/ <i>Assistance to employment and income demands</i>	1 676	1 857	2 379	3 239
Qualificação profissional/ <i>Vocational education</i>	27	345	443	503
Geração de emprego e renda/ <i>Employment and income generation</i>	6	2	47	676
Reforma agrária e colonização/ <i>Land redistribution and colonization</i>	1 387	1 391	1 755	1 856
Apoio ao pequeno produtor rural/ <i>Aid to small farmers</i>	256	119	134	204
Atendimento a demandas da população de baixa renda/ <i>Assistance to demands of low-income population</i>	13 109	13 963	20 083	17 635
Assistência médica e sanitária/ <i>Health care</i>	11 562	11 540	17 490	15 289
Saneamento básico/ <i>Basic sanitation</i>	460	905	779	665
Habitação/ <i>Housing</i>	-	258	438	328

Tabela 21.3 - Gasto social-federal, por categoria de demanda - 1995-1998
Table 21.3 - Social-federal expenditure, by categories - 1995-1998

(conclusão/concluded)

Especificação/ Item	Valor (1 000 000 R\$) (1)/ Value (1,000,000 R\$) (1)			
	1995	1996	1997	1998 (2)
Transporte urbano de massa/ <i>Urban mass transportation</i>	371	526	709	653
Abono do PIS e do PASEP/ <i>PIS and PASEP benefits</i>	716	734	667	700
Atenção à população infanto-juvenil/ <i>Assistance to population under 18 years old</i>	4 087	3 605	3 592	4 343
Ensino fundamental (4)/ <i>Basic education (4)</i>	1 744	1 742	1 196	2 017
Alimentação e nutrição/ <i>Food and nutrition</i>	964	555	1 026	1 022
Educação de crianças de 0 a 6 anos <i>Preschool for children 0 to 6 years old</i>	301	288	343	289
Ensino médio <i>Secondary education</i>	762	613	597	587
Assistência social à criança e ao adolescente/ <i>Social assistance to children and adolescents</i>	316	407	430	428
Outros/ <i>Other</i>	21 527	19 119	18 616	18 339

Fonte/Source: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

(1) Corrigindo-se os dispêndios mês a mês pelo IGP-DI. (2) Dados preliminares. (3) Total do gasto social-federal, de acordo com a metodologia adotada pela DIPOS/IPEA. (4) Exclui a merenda escolar, a cota-parte de estados e Distrito Federal na arrecadação do salário-educação e os investimentos diretamente realizados pelo governo federal. / (1) Expenses updated monthly by IGP-DI. (2) Preliminary data. (3) Total of social-federal expenditure, according to the methodology adopted by DIPOS/IPEA. (4) Excludes school lunch, states and Federal District shares from the education-wage collected and federal direct investments.

Tabela 21.4 - Despesas com o pessoal da União - 1988-1999
 Table 21.4 - Expenditures with Union personnel - 1988-1999

Ano/ Year	Despesas com o pessoal da União (1 000 000 R\$) (1) Expenditures with Union personnel (1,000,000 R\$) (1)					Índice acumulado da despesa/ Accumulated index of expenditure
	Total/ Total	Executivo/ Executive Power	Legislativo / Legislative Power	Judiciário/ Judiciary Power	Transferências intergovernamen- tais/ Intergovernmental transfers	
1988	24 189	21 236	844	834	1 275	122,7
1989	29 884	25 578	1 000	1 510	1 796	151,6
1990	34 447	28 891	1 106	2 085	2 365	174,7
1991	28 243	23 599	975	1 872	1 797	143,3
1992	22 999	19 162	777	1 700	1 360	116,7
1993	31 083	25 812	862	2 461	1 948	157,7
1994	35 865	30 013	977	2 624	2 251	181,9
1995	46 636	38 933	1 493	3 410	2 800	236,6
1996	45 313	37 902	1 601	3 521	2 289	229,8
1997	45 690	37 450	1 752	4 367	2 121	231,8
1998	47 419	37 949	1 835	5 517	2 118	240,5
1999	45 729	36 683	1 757	5 268	2 021	231,9

Fonte/Source: Boletim estatístico de pessoal. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, v. 1, n. 45, jan. 2000.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento./

Note: Individual figures may not add up to the totals due to data rounding.

(1) Deflacionado pelo IGP-DI/FGV (base-dez/97)./ (1) Value deflated by IGP-DI / FGV (base: dec. 97).

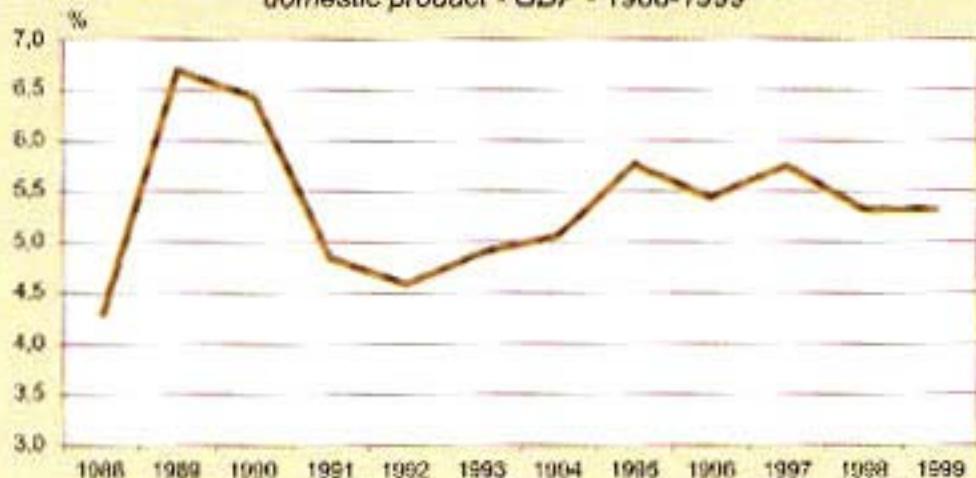
Tabela 21.5 - Servidores civis do poder executivo - 1999
 Table 21.5 - Civilian personnel in the executive power - 1999

Servidores/ Civilian personnel	Total/ Total	Administração			Fundações/ Foundations
		direta/ Direct Administration	Autarquia/ Autarchy		
Total/ Total	1 092 552	581 984	373 101	137 467	
Ativos/ Active	497 125	207 830	195 153	94 142	
Inativos/ Inactive	394 651	225 548	136 131	32 972	
Pensões/ Pensioners	200 776	148 606	41 817	10 353	

Fonte/Source: Boletim estatístico de pessoal. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, v. 1, n. 45, jan. 2000.

Gráfico 21.1 - Despesas com o pessoal da União em relação ao produto interno bruto - PIB - 1988-1999

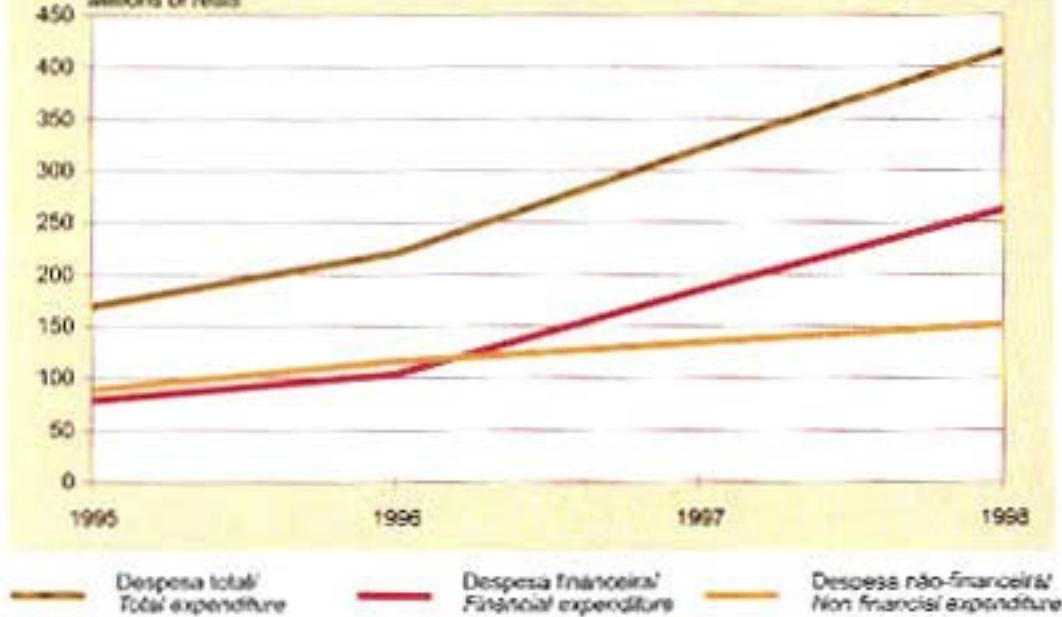
Graph 21.1 - Expenditures with Union personnel in relation to the gross domestic product - GDP - 1988-1999



Fonte/Source: Boletim estatístico de pessoal. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, v. 1, n. 45, jan. 2000.

Gráfico 21.2 - Evolução da despesa da União - 1995-1998
Graph 21.2 - Evolution of the expenditure of the Union - 1995-1998

Milhões de reais/
Millions of reals



Fonte/Source: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Políticas Sociais.

Nota: Valores de dezembro 1999./Note: Values for December 1999.

Bibliografia/Bibliography

ACESSO e utilização de serviços de saúde 1998: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 96 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Telemapa Brasil. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/telemapa/default.htm>>. Acesso em: jun. 2000.

AGROANALYSIS. Rio de Janeiro: FGV, v. 20, n. 4, abr. 2000.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 1995. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 4, 1996.

_____. 1998-1999. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 7-8, 1999-2000.

_____. Suplemento histórico 1980-1996. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social, v. 1, 1997.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1999. Rio de Janeiro: IBGE, v. 59, 2000.

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA 1999. Rio de Janeiro: Secretaria de Comércio Exterior, 2000.

BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 2000. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2000. Ano-base 1999.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2000.

_____. Brasília, DF, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio 2000.

_____. Brasília, DF, maio 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: jun. 2000.

_____. Brasília, DF, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2000.

BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, v. 1, n. 45, jan. 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 1900-1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1910-1940.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 156 p.

CONTAS regionais do Brasil: 1985-1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 104 p. (Contas nacionais, n. 3).

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 53, n. 3, mar. 1999.

CONTAGEM da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar.

DIRETÓRIO dos grupos de pesquisa no Brasil: versão 4.0. Brasília, DF: CNPq, 2000. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/dgp.html>>. Acesso em: out. 2000.

ENERGY STATISTICS YEARBOOK 1996. New York: United Nations, 1998.

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Série estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 p.

FAO Statistics Database 2000. Disponível em: <<http://apps.fao.org/lm500/nph-wrap.pl?Fertilizers&Domain=LUI&server=1>>. Acesso em: maio 2000.

INDICADORES DA ECONOMIA MUNDIAL 1999. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

INDICADORES IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7-9, 1988-1990.

_____: Índices de preços ao consumidor 1991-1992. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1993.

_____: pesquisa mensal de emprego 1991-1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1992-2000.

_____ : Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA 1993-1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. [1-3], 1994-1998.

_____ : Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC - IPCA 1996-1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000.

_____ : Sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em maio 2000.

INDICADORES NACIONAIS DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA 1990-1999. Brasília, DF: CNPq, 2000.

LATIN AMERICAN CONSENSUS FORECAST, London: Consensus economics, ago., 2000. Disponível em: <<http://www.consenuseconomics.com>>. Acesso em: out. 2000.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 1990-2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2-12, 1990-2000.

MENDES, Márcia M. S. et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980-2020. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 21 p. (Textos para discussão, n. 73).

MELO, Hildete Pereira et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global 1985/95. In: A ECONOMIA brasileira em perspectiva 1998. Brasília, DF: IPEA, 1998. v. 2, pt. 5, cap. 17.

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000.

PESQUISA DE ESTOQUES 1. sem. 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2000.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1992. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 1, 1997.

_____ 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2000.

_____ 1998: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 211 p.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 1995-1997. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10-12, 1997-2000.

RETROSPECTIVA [da] Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto 1999. Rio de Janeiro, 2000.

A SIDERURGIA EM NÚMEROS 2000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, 2000.

SINOPSE estatística da educação básica: censo escolar 98. Brasília, DF: INEP, 1999. 187 p.

SINOPSE estatística do ensino superior: graduação 98. Brasília, DF: INEP, 1999.

SÍNTESE de indicadores sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 226 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4).

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999.

STATISTICAL ABSTRACT OF THE UNITED STATES 1999. Washington, D.C: U. S. Department of Commerce, 1999.

STATISTICAL YEARBOOK [of] UNESCO 1999. Paris, 1999.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Washington, D.C.: International Monetary Fund, Sept. 2000. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: out. 2000.

YEARBOOK OF LABOUR STATISTICS 1999. 58. ed. Genève: International Labour Office, 1999. 1353 p.

Equipe/Staff

Editor/Editor

Sérgio Besserman Vianna

Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI

David Wu Tai

Coordenação Executiva/Executive Coordination

Jorge Calian

Desenvolvimento do Projeto/Project Development

Ana Luiza Vasquez Sylla

Célia Regina Monteiro dos Santos

Revisão do Inglês/English Revision

Célia Regina Monteiro dos Santos

Documentação/Documentation

Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Diva de Assis Moreira

Projeto de Arte e Seleção das Obras/Art Project Selection of Works

Marcos Balster Fiore Correia

Criação/Creation

Helga Szpiz

Leci Delfim

Marcelo Thadeu Rodrigues

Marcos Balster Fiore Correia

Editoração/Editorial Team

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Carmen Heloisa Pessoa Costa

Iaracy Prazeres Gomes

Kátia Doomingos Vieira

Maria da Graça Ferreira de Lima

Maria de Lordes Amorim

Neuza Damásio

LGonzaga

Rosinéa Lucena Ervilha

Solange Maria Mello de Oliveira

Sueli Alves de Amorim

Preparação das Informações do IBGE/Preparation of IBGE's Information

Departamentos da Diretoria de Geociências e da Diretoria de Pesquisas

Versão para o Inglês/English Version

Anamaria de Almeida Monteiro

Impressão e acabamento

Gerência de Gráfica/DEPRO, em 2001.

**Se o assunto é Brasil
procure o IBGE**

www.ibge.gov.br

www.ibge.net

wap.ibge.gov.br

atendimento

0800-218181

BRASIL EM NÚMEROS / BRAZIL IN FIGURES Volume 8 - 2000

Sistema de fusos horários



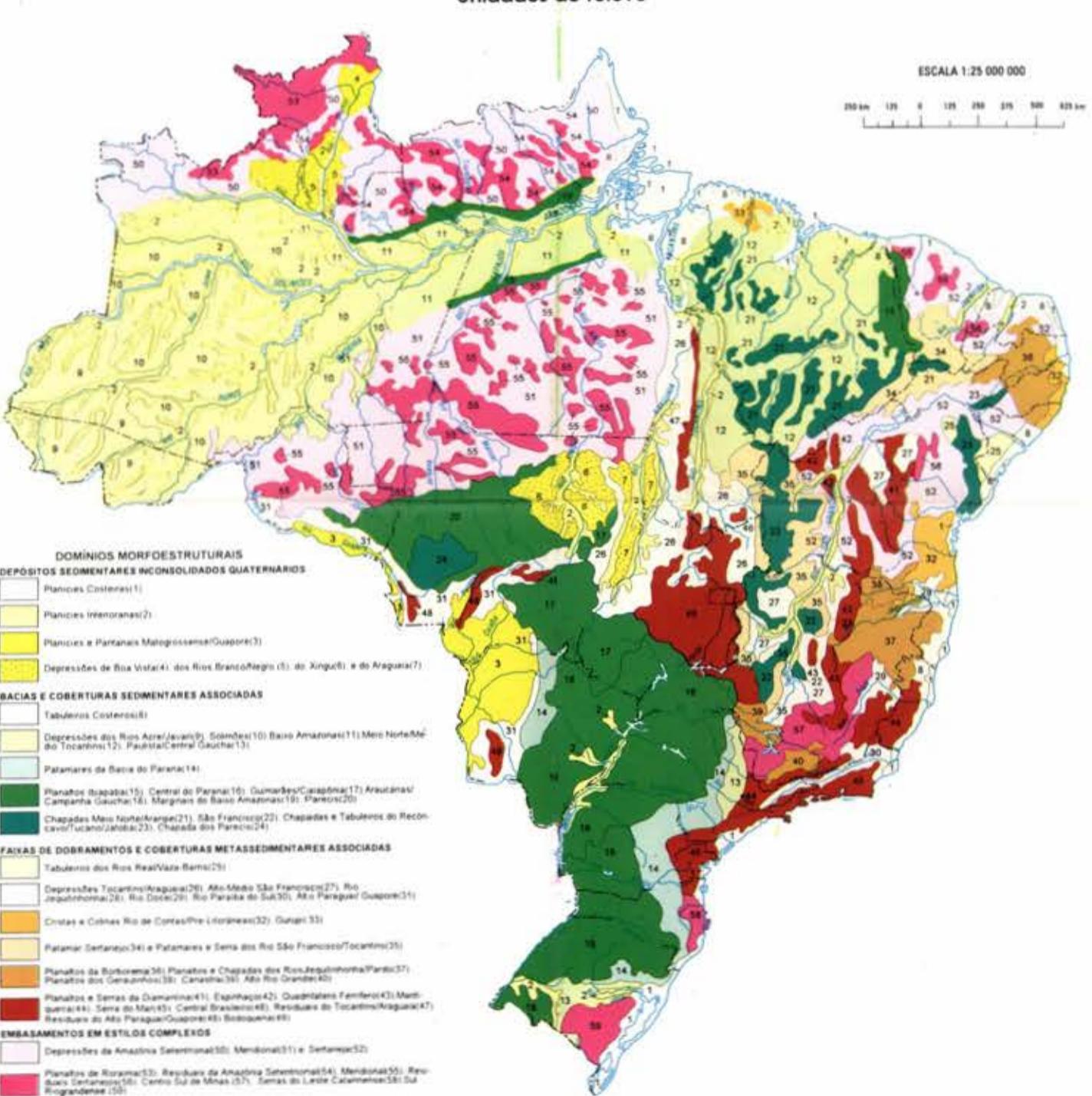
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Observatório Nacional.

Político



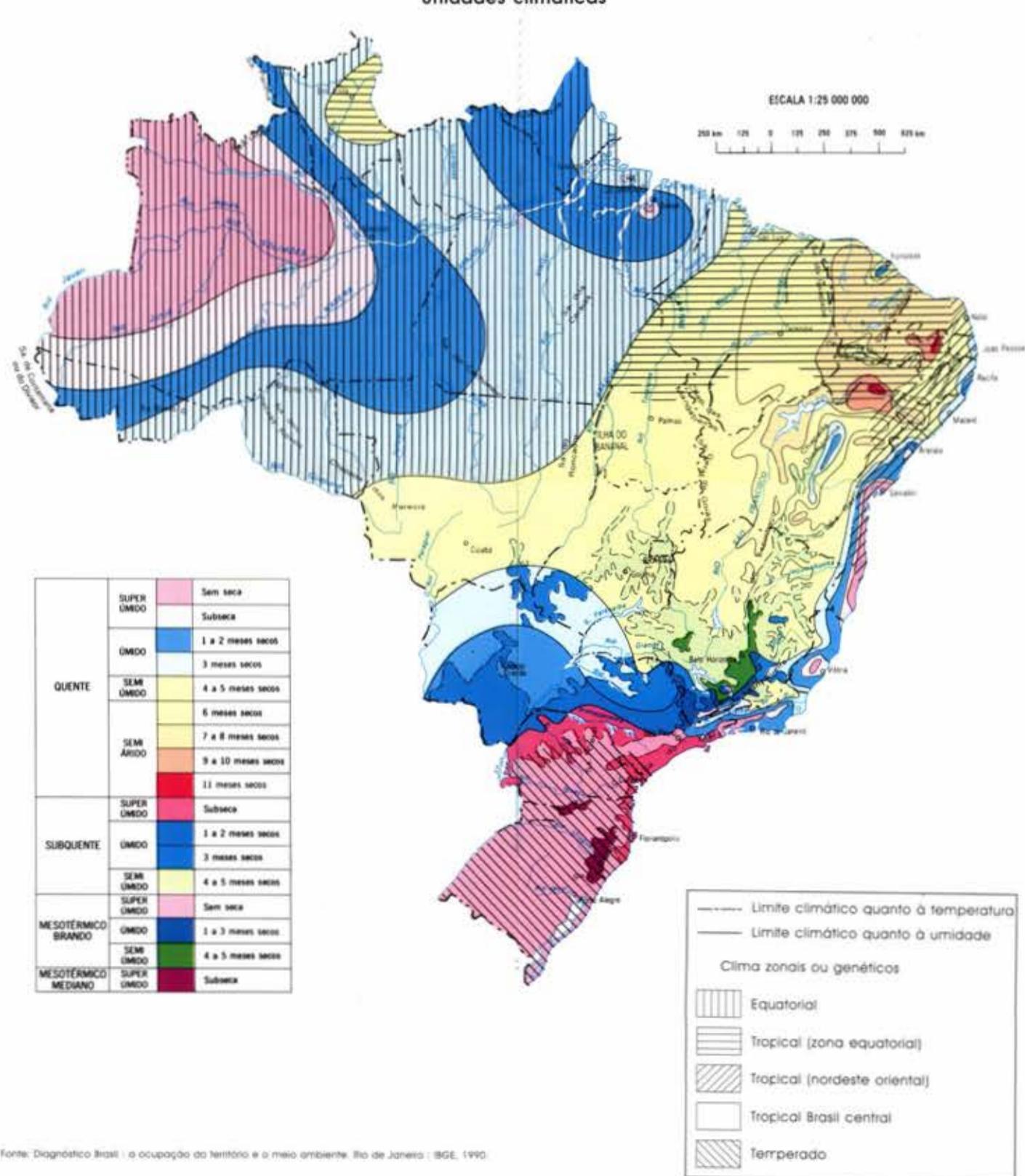
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

Unidades de relevo



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

Unidades climáticas



Fonte: Diagnóstico Brasil - o uso e ocupação do território e o meio ambiente. Rio de Janeiro : IBGE, 1990.